

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES

# A OFICINA DE CAMÕES

Apontamentos sobre *Os Lusíadas*



I | U





I N V E S T I G A Ç Ã O

U|U

**EDIÇÃO**

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: [imprensauc@ci.uc.pt](mailto:imprensauc@ci.uc.pt)  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**DESENHO DA CAPA**

Ana Castelo Branco

**DESIGN DA CAPA**

Pedro Matias

**REVISÃO**

Antónia Claudia de Andrade Cordeiro

**PRÉ-IMPRESSÃO**

Jorge Neves

**EXECUÇÃO GRÁFICA**

KDP

**ISBN**

978-989-26-2247-7

**ISBN DIGITAL**

978-989-26-2248-4

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2248-4>

Obra publicada com o apoio de:



Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00759/2020

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES

# A OFICINA DE CAMÕES

Apontamentos sobre *Os Lusíadas*



(Página deixada propositadamente em branco)

## SUMÁRIO

Apresentação . . . . .	11
I – A OFICINA DE CAMÕES (APONTAMENTOS SOBRE <i>OS LUSÍADAS</i> )	
Introdução . . . . .	19
1. Incertezas do Texto . . . . .	23
1.1. A “guerra dos pelicanos” . . . . .	23
1.2. As estâncias “omitidas” . . . . .	24
2. A Oficina de Camões . . . . .	25
2.1. História e mito . . . . .	28
2.2. Presença do narrador . . . . .	29
2.3. A natureza do herói . . . . .	30
2.4. A Mitologia . . . . .	32
2.5. Recompensas . . . . .	34
2.6. Guerra e Amor . . . . .	35
2.7. Como terminar um poema? . . . . .	37
3. Escolhas e Consequências . . . . .	40
3.1. A História de Portugal e a viagem à Índia . . . . .	41
3.2. O Rei e o herói coletivo . . . . .	42
3.3. Uma epopeia inimitável? . . . . .	42
Bibliografia Seleccionada . . . . .	43
II – A DEDICATÓRIA DE <i>OS LUSÍADAS</i> E O “CASO” DE INÊS DE CASTRO	
Introdução . . . . .	49
1. A Dedicatória . . . . .	51
1.1. Afonso Henriques e D. Sebastião . . . . .	52
1.2. O prémio justo . . . . .	53
1.3. Modelos de heroísmo . . . . .	54
1.4. Carlos V e D. João III . . . . .	55

2. O “Caso” de Inês de Castro contado a D. Sebastião . . . . .	56
2.1. A “fermosíssima Maria” e a batalha do Salado . . . . .	57
2.2. Inês perante cavaleiros . . . . .	57
2.3. A inocente assassinada . . . . .	60
2.4. Efeitos de uma morte . . . . .	61
2.5. Ensinamentos ou o “espelho do príncipe” . . . . .	62
Conclusão . . . . .	64
Referências Bibliográficas . . . . .	66

### III – “FEITOS GRANDES DE ALTA PROVA”: OS DOZE DE INGLATERRA E A ÉTICA CAVALEIRESCA EM *OS LUSÍADAS*

Introdução . . . . .	71
1. Um episódio discreto . . . . .	72
2. A importância da extensão . . . . .	73
3. Um caso de Amor ou de Guerra? . . . . .	75
4. História (breve) de um combate . . . . .	79
5. A cavalaria . . . . .	80
Conclusão . . . . .	83
Referências Bibliográficas . . . . .	84
ANEXO A – As estâncias “omitidas” ou “desprezadas” . . . . .	87

### IV – “O REINO DE CRISTAL, LÍQUIDO E MANSO”: DERIVAS DE UTOPIA NA ÉPICA CAMONIANA

Introdução . . . . .	91
1. A “progénie forte e bela” . . . . .	92
2. Ainda uma perseguição de amor . . . . .	94
3. A síntese necessária . . . . .	95
4. A verosimilhança . . . . .	97
5. O desenlace . . . . .	98
6. A utopia . . . . .	99
7. A terra e o mar . . . . .	100
Referências Bibliográficas . . . . .	101

### V – OS “ALTOS MANJARES EXCELENTES”, OS “VINHOS ODORÍFEROS” E A IDEIA CAMONIANA DE REDENÇÃO

Introdução . . . . .	105
1. O Banquete . . . . .	107
2. Iguarias transformadoras . . . . .	112
Referências Bibliográficas . . . . .	114

VI – AS ESTÂNCIAS FINAIS D’OS *LUSÍADAS* OU O “NUNCA OUVIDO  
CANTO DE CAMÕES”

Introdução . . . . .	119
1. Um poema de vários princípios . . . . .	120
2. A construção do futuro . . . . .	126
3. Um Rei desejado . . . . .	127
4. Uma base de resgate . . . . .	131
Referências Bibliográficas . . . . .	135

VII – VASCO GRAÇA MOURA COM CAMÕES... NO COMBOIO RÁPIDO

Introdução . . . . .	141
1. Estímulos do centenário . . . . .	141
2. Hipóteses de autobiografia . . . . .	143
3. Visita a uma tipografia quinhentista . . . . .	144
4. Camões e os humanistas . . . . .	145
5. Um convívio em aberto . . . . .	146
APÊNDICE A – Livros camonianos de Vasco Graça Moura (1942-2014). . . . .	148

VIII – EDUARDO LOURENÇO E CAMÕES

Introdução . . . . .	151
1. Camões, objeto de escrita . . . . .	153
2. Eduardo Lourenço entre os camonistas . . . . .	160
3. Os ensaios camonianos de Lourenço . . . . .	169
4. Ainda inéditos . . . . .	177
Conclusão . . . . .	178
Referências Bibliográficas . . . . .	180

IX – A EPOPEIA CAMONIANA NOS PRELOS PORTUGUESES  
DO SÉCULO XX

Introdução . . . . .	185
1. Edições artísticas ou monumentais . . . . .	189
2. Edições populares . . . . .	194
3. Edições escolares . . . . .	196
4. Edições de referência . . . . .	203
5. Edições fac-similadas . . . . .	204
Edições Citadas . . . . .	207
Referências Bibliográficas . . . . .	209

X – O ENSINO DE CAMÕES: APROXIMAÇÕES A UM PROBLEMA MAIOR	
Introdução . . . . .	213
1. Camões, um autor à parte . . . . .	219
2. Camões “desfigurado” . . . . .	220
3. Alternativas e sugestões. . . . .	222
4. Aprender e ensinar Camões . . . . .	225
5. Reservas de ontem e de hoje . . . . .	229
6. O episódio de Inês de Castro no 9.º ano de escolaridade . . . . .	232
Conclusão. . . . .	235
Referências Bibliográficas . . . . .	237
ANEXO B – Imagens de Inês de Castro . . . . .	239
APÊNDICE B – TÁBUA DE PROVENIÊNCIA DOS ESTUDOS . . . . .	253

*À memória de*  
*Aníbal de Castro e de Fernando Aguiar-Branco.*

(Página deixada propositadamente em branco)

## APRESENTAÇÃO

A ideia de que *Os Lusíadas* andaram na cabeça de Camões durante muitos anos tem fundamento sólido. Não é crível que o autor tenha composto uma obra tão extensa e complexa de forma rápida e continuada. O mais provável é que essa ideia tenha começado por ser trabalhada numa “oficina mental”. Não sabemos tudo sobre essa “oficina”. Mas é certo que nela existia o eco de muitas epopeias lidas. E havia também um forte sentido de compromisso cívico.

A fase da escrita deve ter envolvido hesitações e muitos ajustamentos de estrutura e de estilo. Algumas figuras sobressaíram e outras ficaram na penumbra, episódios cresceram em extensão e importância, para além do que estava inicialmente previsto; escolheram-se formas de contar. Pelo menos, até ao momento em que o manuscrito foi submetido ao julgamento dos censores, Camões não deve ter parado de trabalhar, no recato dessa oficina multidimensional que, para além de papel e tinta, era também feita de impulsos, reservas e cautelas de muito tipo, que não podemos reconstituir por inteiro.

Era assim o processo criativo no século XVI. E, no essencial, assim continuou a ser por muito tempo. Só a mecanização (primeiro, através da máquina de escrever e, depois, do computador) conduziu a profundas alterações, tanto no ato criativo como na atitude de quem lê.

Por isso, quem hoje se aproxima de *Os Lusíadas* depara com vários tipos de dificuldades. São muitas as palavras que se encontram em desuso (e já na altura eram pouco usuais), inúmeras as alusões históricas e mitológicas que estão fora do alcance do leitor. Mas existe uma barreira ainda mais difícil de transpor. O livro surge marcado por um ritmo de

escrita e de pensamento que o afasta de nós. O trabalho oficial de que venho falando implica amadurecimento lento, expressão condensada e múltiplas derivações. Não adianta esconder o problema: a epopeia de Camões requer um leitor solidamente preparado e motivado.

Sem a iniciação qualificada que a Escola teoricamente assegura, *Os Lusíadas* permaneceriam mudos. Sem ajuda do professor, como saberia o adolescente que significado atribuir ao Adamastor ou a Inês de Castro? E a Baco? E a Vénus?

Assim aconteceu também comigo. O primeiro contacto com Camões ocorreu na Escola, quando tinha 14 anos. Comprei um exemplar de *Os Lusíadas*, de capas vermelhas (a editora haveria depois de preferir o azul) e marcadores de seda, e foi com esse livro que me fui familiarizando com as figuras e os casos da epopeia. Naquelas idades, o único critério de adesão é o da empatia. Daquele primeiro contacto, retive a impressão de um escritor de duas dimensões: percebi, pela Épica, que se tratava de alguém devotado a uma Pátria que não o tinha compreendido; pela Lírica (que comecei a ler no ano seguinte), conheci um ser humano amargurado. Há 50 anos, isso era o suficiente para despertar sentimentos de cumplicidade fortes e duradouros.

E, no entanto, era difícil compreender os versos camonianos. O que mais se aprecia é uma história disposta de forma linear, com momentos fortes e desfechos inesperados. Ora, na epopeia de Camões tudo parece fragmentado, e pouco ou nada existe que possa verdadeiramente surpreender. Que relação pode haver entre a batalha de Aljubarrota e a morte de Inês de Castro, ambas contadas por Vasco da Gama ao Rei de Melinde? É verdade que sentíamos grandeza e drama no Adamastor (mais no amante desgraçado do que na figura que ameaçava os nautas). Mas como se podem relacionar materiais tão distintos? Como saber o que pensa o narrador de uma figura tão enigmática e contraditória como o Velho do Restelo? E como entender um “desfecho” que vai além da Ilha dos Amores?

Anos depois, já na Faculdade, pude estudar Camões durante um ano letivo inteiro. A cadeira de Estudos Camonianos tinha sido fundada em Coimbra, em 1977. Era opcional e eu frequentei-a logo no segundo ano

em que funcionou. A edição das *Rimas*, preparada pelo Doutor Costa Pimpão, era a nossa companhia até finais de janeiro. No resto do ano, andávamos com *Os Lusíadas* debaixo do braço. O Professor recomendava-nos fortemente que comprássemos uma edição nova da epopeia. Podia até ser a de Emanuel Paulo Ramos, cujas potencialidades didáticas mereciam elogios ao Professor. Mas não deveríamos trazer para a aula o mesmo exemplar de que nos tínhamos servido no 5.º ano do Liceu. A razão era simples: esse livro continha decerto anotações colhidas nas aulas; e isso poderia perturbar um estudo que se queria realmente novo e aprofundado.

À época, um ano letivo da Faculdade implicava 4 horas de aulas semanais (cerca de 120 horas, por junto) e muitas outras em casa. O Professor fixava-nos textos que exigiam preparação cuidada. Tínhamos que ter à mão um Dicionário de Mitologia, por exemplo. Quando chegávamos à aula, para além dos deuses do panteão latino, tínhamos que saber alguma coisa sobre figuras do panteão grego: Hero e Leandro, Orfeu e Eurídice e também Simónides, Trasilau, etc.

No final de um ano tão intenso, era suposto ficarmos a saber alguma coisa sobre Camões. Iniciávamos o estudo com a esperança que animava então qualquer estudante de literatura: alcançar uma síntese arrumada. Mas com Camões não chegávamos a tanto.

O ganho existia, mas era de outra natureza: aprendíamos a gostar de Camões com fundamentos emocionais e racionais. Tanto mais que dispúnhamos de uma extensa Bibliografia. Era ampla, mas era comentada, o que nos permitia identificar os estudos “obrigatórios”. Sabíamos que valia a pena ler alguns mais do que outros e, sobretudo, ficávamos com uma noção daquilo que separava as principais correntes que existiam no seio dos estudos camonianos.

O magistério do Professor ia mais longe. Recordo-me de nos dizer, com insistência, que certos poemas de Camões só se entendem a partir de uma determinada idade. Compreender a Canção X ou as redondilhas de “Sobre os rios que vão”, aos 20 anos, é tarefa praticamente impossível. O mesmo acontecia com o episódio do Velho do Restelo: como aceitar que alguém figure numa epopeia para contestar todas as partidas? E mesmo a Ilha dos Amores, que nos parecia ter sido escrita para jovens

por um Camões na força da vida, tinha afinal dimensões místicas que nos escapavam.

Mais tarde, haveria de chegar a minha vez de ensinar Camões na Universidade. Primeiro, no regime de aulas práticas e, uma vez por outra, assumindo responsabilidade por módulos inteiros: uma elegia, que poderia ocupar três aulas, ou um canto de *Os Lusíadas*, que poderia ir além de duas semanas.

Com a aposentação do Doutor Aníbal de Castro (que tinha introduzido a cadeira na oferta formativa da Faculdade de Letras de Coimbra), coube-me assumir a lecionação das matérias camonianas. Fi-lo como se tivesse entrado na posse de uma herança especial. Sabia que tinha que escrever sobre o que ensinava e não demorei a fazê-lo. O meu primeiro estudo (que não figura neste volume) data de 1981 e resulta justamente de um trabalho elaborado no âmbito da cadeira que frequentara poucos anos antes.

Senti que tinha chegado o momento de ir um pouco mais longe, escolhendo alguns desses ensaios e transformando-os num volume, tanto quanto possível homogéneo. Não para que sirva de sebenta a nenhum aluno. Reconheço a utilidade da sebenta e sei que o modelo continua a correr em vários círculos. A transmissão das matérias literárias, porém, requer um registo menos esquemático.

Alguns dos meus leitores sabem bem que não é fácil transformar um conjunto de artigos em volume. Não basta juntá-los, desde logo. No caso vertente, ao visitar alguns textos, encontrei-os com uma linguagem muito envelhecida. Outros pareceram-me demasiado marcados pela circunstância. Refiro-me, em especial, àqueles que incidiam sobre o ensino. Nem uns nem outros podiam ser reproduzidos no estado em que se encontravam.

Mas havia mais problemas para resolver. Foi necessário corrigir redundâncias. O volume que o leitor tem nas mãos não é já um somatório de artigos publicados. Alterei cada um deles. Detive-me mais na forma, é verdade. O propósito central foi o de obter mais clareza. Se o primeiro ensaio deste volume, dedicado ao ensino d'*Os Lusíadas* na universidade, permaneceu praticamente intocado, o último, que consagrei à presença da epopeia na escola, foi objeto de bastantes alterações de conteúdo.

A razão é simples: quando se trata da transmissão didática, nada pode considerar-se por satisfatório e definitivo.

A cadeira de Estudos Camonianos, que continuo a assegurar, não escapou à semestralização que resultou da chamada Reforma de Bolonha. Por via de alterações verificadas há sete anos na oferta formativa da minha Faculdade, a referida cadeira faz, neste momento, parte de um leque de opções que pode ser frequentada por alunos de qualquer ano da Licenciatura e de qualquer curso. Desse modo, não conto apenas com a dúzia de alunos que antes podia sentar-se à volta de uma só mesa retangular. Em geral, inscrevem-se na cadeira sete dezenas em cada semestre. E, mesmo sem virem todos às aulas, é necessário retomar a disposição convencional das carteiras numa sala grande ou num anfiteatro pequeno.

Com esta transformação, houve perdas e houve ganhos. Continua a haver estudantes muito interessados, que leem textos de Camões e parte da bibliografia recomendada, mas também encontro quem escolha a cadeira sem motivação especial. Sendo bastante mais motivador preparar aulas para os primeiros, não pode esquecer-se que os segundos são igualmente merecedores de hospitalidade letiva.

O livro que vem a lume responde a um desafio de dois tipos, sendo um deles de carácter institucional e o outro de carácter mais afetivo. Por um lado, sinto necessidade e obrigação de dar conta da leitura que venho fazendo há tantos anos de um autor especial, honrando, como posso, o legado que assumi. O segundo desafio implica afetos. À cumplicidade inicial do leitor adolescente, associou-se uma forte devoção intelectual que continua a crescer. Não há dúvida de que, para quem estuda literatura com verdadeiro gosto, ler e estudar Camões constitui garantia de benefício.

São muitos os momentos em que me pergunto se vale realmente a pena persistir na atenção e na energia que se consagra a alguns autores. Nunca essa dúvida se colocou para Luís de Camões. Desde o meu longínquo 5º ano do Liceu, quando, pela primeira vez, li partes de *Os Lusíadas*, instalou-se em mim a ideia de que estava perante um autor cuja grandeza não oferecia dúvidas. Tem sido esse o meu maior estímulo.

Os estudos que se seguem foram publicados ao longo dos últimos 20 anos. Após alguma hesitação, optei por trabalhos que incidem sobre a épica e sobre o ensino da obra de Camões, em geral. Ficam assim de lado outros textos (sobre a Lírica e sobre o Teatro). Podem vir a integrar um volume separado. O mais provável, porém, é que venham a contribuir para a construção de um volume de raiz sobre Luís de Camões.

Para além dos agradecimentos que deixo em epígrafe, quero ainda agradecer à Dr.<sup>a</sup> Antônia Claudia de A. Cordeiro, professora no Estado da Bahia e estudante de doutoramento na Faculdade de Letras de Coimbra. Entreguei-lhe os textos, tal como tinham sido publicados, e ela devolveu-mos depois de os ter lido com atenção minuciosa e escrúpulo inexcedível. Vinham com muitas sugestões de alteração. Acatei-as quase todas porque iam no sentido que eu pretendia: o de amenizar as marcas do magistério. A sua ajuda generosa, permitiu-me tornar os textos mais acessíveis e, por isso, potencialmente mais úteis.

Agradeço, por fim, à Fundação Eng.<sup>o</sup> António de Almeida, à Imprensa da Universidade de Coimbra e ao Centro de Literatura Portuguesa. Sem o generoso patrocínio daquela Fundação, sem o acolhimento pronto da Editora da minha Universidade e sem o apoio da minha Unidade de Investigação, este livro não teria visto a luz do dia.

Coimbra, 15 de agosto de 2021

I.

**A OFICINA DE CAMÕES**

(APONTAMENTOS SOBRE OS *LUSÍADAS*)

(Página deixada propositadamente em branco)

## INTRODUÇÃO

O que deve ensinar-se hoje sobre *Os Lusíadas* numa Faculdade de Letras? O que tem ainda para nos dizer um texto fundado em valores éticos e estéticos tão afastados do nosso tempo? Como levar jovens universitários a interessarem-se verdadeiramente por um autor que há 500 anos foi poeta e soldado? Essas perguntas acodem ao meu espírito sempre que, em cada semestre, inicio a leção da cadeira de Estudos Camonianos. São perguntas de base, que dão depois origem a muitas outras, relacionadas com metodologias de ensino, apoio bibliográfico e critérios de avaliação.

Há 35 anos, quando comecei a colaborar na leção da cadeira, o problema não se colocava da mesma forma. Os públicos eram homogêneos e essa circunstância constituía uma referência de conforto para quem ensinava. Sabia-se que, em geral, os estudantes acabariam por ser um dia professores de Português e, no desempenho dessa função, precisariam, por sua vez, de ensinar Camões. Objetivos, conteúdos e patamares de exigência encontravam-se assim implicitamente definidos em função de necessidades instrumentais. Havia acertos a fazer em cada ano, mas eram de natureza pontual. E neles prevalecia a autoridade do Professor. Justificava-se que assim fosse: só ele possuía uma longa e intensa familiaridade com os textos poéticos; e somente ele detinha a erudição assente na leitura dos comentaristas que, desde o século XVI, se vinham empenhando em esclarecer e aprofundar os sentidos da mensagem camoniana. Com base nessa autoridade natural, foi estabelecido um pequeno conjunto de princípios, que viria a nortear o funcionamento da cadeira<sup>1</sup>:

---

<sup>1</sup> Tendo sido formalmente fundada na Faculdade de Letras de Lisboa em 1925 e tendo aí sido regida (ainda que de forma descontinuada) por nomes destacados do camonismo

- a – o ensino de Camões (e, em geral, o de autores anteriores ao século XIX) não pode prescindir do conhecimento que deriva da investigação filológica. Isso quer dizer, em concreto, que na Universidade não se pode ensinar Camões sem ter lido os nomes maiores do camonismo, desde Manuel de Faria e Sousa até Maria Vitalina Leal de Matos e Vítor Manuel de Aguiar e Silva, para citar dois nomes que na altura (na década de oitenta do século passado) se situavam (e permanecem) no quadrante mais avançado dos estudos camonianos;
- b – nada deve substituir a leitura assídua e cuidadosa dos textos. Por isso, antes de ir para cada aula, é necessário revisitá-los com espírito de abertura a outras exegeses, sem desprezar aquelas que possam ser sugeridas por alunos;
- c – é necessário transmitir conhecimento seguro e validado. Mas, no caso especial de Camões, é preciso ainda tentar que os alunos adquiram gosto e entusiasmo pelas matérias.

Recuperando a memória desses princípios estabelecidos há mais de três décadas e mantidos ao longo de tantos anos, torna-se inevitável perguntar até que ponto eles se mantêm válidos<sup>2</sup>. Pode o professor de hoje ignorar as alterações que foram tendo lugar em aspetos tão variados como a preparação e a motivação dos alunos, a sua capacidade de ler nas aulas e para além delas? Deve o professor permanecer insensível perante a evidência de que o saber da sua cadeira deixou de ter a relevância social que tinha noutros tempos?

---

português como José Maria Rodrigues, Hernâni Cidade e, mais recentemente, Maria Vitalina Leal de Matos e Isabel Almeida, a cadeira de Estudos Camonianos viria a ser criada em Coimbra no ano letivo de 1977-78, sob proposta de Aníbal de Castro. O mesmo Professor viria depois a regê-la até à sua aposentação, ocorrida em 2004. Para além de mim próprio, participou ainda na lecionação da cadeira, por vários anos, em sentido de escola, um grupo de colegas constituído por José Carlos Seabra Pereira, Rita Marnoto, Joaquim Correia, Albano de Figueiredo, Manuel Ferro e Paulo Silva Pereira.

<sup>2</sup> À distância de mais de três décadas, recordo que havia, sobretudo da minha parte, dois argumentos de militância. O primeiro resultava da tendência para ajustar a lecionação da cadeira aos programas que se encontravam em vigor no Ensino Básico e Secundário; o segundo relacionava-se com o que parecia ser a necessidade de modernizar a análise textual, seguindo as orientações e os métodos da narratologia e da semiótica.

A essas importantes alterações há que acrescentar outras de não menor repercussão. Refiro-me à heterogeneidade dos públicos e à mudança que entretanto se operou na relação existente entre o professor e o aluno. Numa turma de 70 inscritos, o mais provável é que a grande maioria aceite e louve um discurso acessível e simplificador; isso não impede, contudo, que surjam solicitações exigentes e imprevistas. É verdade que hoje não frequentam a cadeira apenas candidatos a professores de Português. Em contrapartida, frequentam as aulas estudantes italianos que conhecem Petrarca e espanhóis que leram Garcilaso, uns e outros em níveis de profundidade maior do que os portugueses que estudaram Camões no Ensino Secundário. Há também alunos de História de Arte que estudam a pintura ou a música do século XVI. Matriculam-se ainda alunos brasileiros, para quem o século XVI pode ter um sentido diferente daquele que tem para um aluno europeu. Ainda sem descurar aqueles que frequentam a cadeira como opção livre e que tanto podem vir da área da comunicação social como de cursos de Turismo e Património. Nestes casos, a cadeira pode ser escolhida por motivos estritamente práticos: o horário de funcionamento, por exemplo, que pode inviabilizar a matrícula noutras cadeiras, porventura mais desejadas.

Por sua vez, a relação entre professor e aluno alterou-se em muitos aspetos. Não me refiro apenas à erosão da autoridade do professor, que vem assinalando o ambiente escolar e universitário<sup>3</sup>. Penso também na força vinculativa que antes tinha a “Bibliografia” dactilografada que era fornecida pelo professor no início das aulas e das iniciativas de pesquisa levadas a cabo pelos bons alunos, que eram sempre frequentadores de bibliotecas e até, algumas vezes, construtores de tertúlias destinadas a debater assuntos mais controversos.

O texto que agora decidi publicar constitui uma tentativa de resposta àquilo que é, ao mesmo tempo, uma dificuldade e um estímulo. Se antes era possível “obrigar” uma maioria de alunos a leituras introdutórias de

---

<sup>3</sup> Para uma avaliação lúcida do problema a que aludo, Cf. Eirick Prairat, o capítulo intitulado “L'autorité au risque de la modernité”, in *Propos sur l'enseignement*, Paris, PUF, 2019, p. 275-298.

200 páginas (Cidade, Saraiva, Pimpão, Le Gentil, Leal de Matos), hoje essa prática deixou de ser viável e corrente. Esses alunos não desapareceram por completo. Mas é mais realista pensar naqueles que resistem a leituras que ultrapassem quinze páginas. Nestas circunstâncias, “como professor”, o meu objetivo só pode ser o de tentar conciliar as características de exigência e profundidade próprias do ensino universitário com as expectativas e as necessidades dos públicos estudantis com que venho convivendo ao longo dos últimos anos na Faculdade de Letras de Coimbra<sup>4</sup>.

Não se trata assim de publicar mais um “ensaio” sobre *Os Lusíadas*, pelo menos no sentido orgânico e especulativo da palavra. Embora contenha uma visão personalizada do poema, assente naquilo que designo por *A oficina de Camões*, este texto pretende sobretudo constituir um guião de estudo. O objetivo a alcançar é de natureza dupla: o de que nenhum aluno deixe de ter um roteiro fundamentador das aulas; e o de que, ao mesmo tempo, ninguém fique sem estímulo para seguir a sua curiosidade e para gerir a sua inquietude.

O itinerário que agora proponho corresponde assim a uma tentativa de “hospitalidade”, no sentido de abrangência que se impõe<sup>5</sup>. A segmentação dos assuntos reproduz, em termos gerais, a parte da cadeira que é consagrada a *Os Lusíadas* (e apenas a essa parte). Deixo assim de lado, por agora, outras questões que integram o programa e que poderiam complementar a presente proposta: para além da Lírica, penso em problemas de inserção periodológica, na receção estética, crítica e cívica da obra camoniana ou na excepcional presença que a figura e a obra de Camões vêm mantendo no cânone literário escolar.

---

<sup>4</sup> No caso da Faculdade de Letras, a situação assume um grau de complexidade ainda maior: por força da Reforma da Oferta Formativa que vem vigorando desde o ano letivo de 2014/2015, é possível e corrente que a cadeira de Estudos Camonianos seja frequentada por alunos de qualquer um dos três anos da graduação. Isso significa nomeadamente que podem estar na mesma sala não apenas alunos de cursos muito diferentes, mas também alunos do primeiro ano, sem frequência de qualquer cadeira introdutória.

<sup>5</sup> Sobre o conceito de hospitalidade escolar e sobre a sua importância enquanto fator que contraria o desinteresse dos alunos, veja-se o já citado estudo de Eirick Prairat (em especial, p. 207 e ss.).

Refira-se ainda que o grau de aprofundamento de cada assunto depende também da reação dos alunos. Em regra, estes interessam-se pelos tópicos mais polémicos ou por aqueles que permanecem envoltos em “mistério”; sentem-se mais atraídos por um episódio do que por outro, como é natural. Essas respostas condicionam desde logo o trabalho de análise de textos, que constitui a prática central das aulas.

## **1. Incertezas do Texto**

### **1.1. A “guerra dos pelicanos”**

Uma vez que *Os Lusíadas* foram publicados ainda em vida do autor, poderia pensar-se que não existem problemas de autenticidade textual a tratar. A verdade, porém, é que esses problemas existem e estão ainda longe de se encontrar esclarecidos. Dos talvez 150 exemplares editados em 1572, sobra ainda hoje o número impressionante de cerca de 30. A preservação de uma percentagem tão elevada de exemplares (em estado variável de conservação e autenticidade) certifica o cuidado que, ao longo dos séculos, o livro inspirou aos seus possuidores.

Os exemplares em causa podem pertencer a duas edições diferentes ou a uma só edição. As posições sobre a querela foram evoluindo ao longo dos séculos e ainda hoje têm que considerar-se inconclusivas. Os que defendem a existência de duas edições do poema no mesmo ano ou em anos diferentes assinalam como diferença mais visível a configuração do pelicano da portada: em alguns exemplares, supostamente pertencentes à edição “menos fiel”, este surge virado para a direita do leitor e noutros, que se cria pertencerem à edição “mais fiel”, o dito pelicano surge virado para o lado oposto. Outros, porém, veem nessa diferença um mero indício de que o processo de impressão da obra foi longo e atribulado, restando exemplares que atestam diferentes estados daquela que, afinal, pode ser a mesma edição. A verdade é que os exemplares conservados contêm variantes que vão da simples gralha a ultracorreções atribuíveis aos tipógrafos. Nessa medida, e apesar de continuarem em

curso trabalhos que visam o esclarecimento desse enigma, aguarda-se ainda uma edição verdadeiramente crítica daquele que foi e continua a ser o texto mais influente da cultura portuguesa<sup>6</sup>.

## 1.2. As estâncias “omitidas”

Uma outra questão relacionada com a textualidade da epopeia camoniana diz respeito às chamadas estâncias “esquecidas”, “omitidas” ou “desprezadas”. De facto, para além das que figuram na primeira edição e, por via dela, em quase todas as que se lhe seguiram, existe um conjunto relativamente numeroso de outras estâncias reportadas aos seis primeiros cantos e a vários passos da obra, que foram encontradas por Manuel de Faria e Sousa na livraria de Pedro Coelho, livreiro da Corte de Filipe II<sup>7</sup>, e por ele consideradas como autenticamente camonianas<sup>8</sup>. Ainda que seja impossível considerá-las no mesmo plano daquelas que figuram no livro publicado em vida de Camões, justifica-se prestar-lhe alguma atenção. Seguindo os argumentos de Vasco Graça Moura, também elas me parecem a mim ter saído da pena do poeta; mesmo que assim não seja, trata-se, no limite, de textos concebidos sob a égide e a inspiração direta de Camões<sup>9</sup>: de tal forma que bem pode dizer-se que,

---

<sup>6</sup> Sobre este complexo problema, vejam-se K. David Jackson (2003), Valeria Tocco (2005) e M. Helena da Rocha Pereira (2008) “A transmissão manuscrita de *Os Lusíadas*”, in *Camoniana Varia*, p. 33-51.

A referência mais desenvolvida e atualizada sobre este tema de cariz quase policial é, contudo, o magistral estudo assinado por Vítor Manuel de Aguiar e Silva (2008), intitulado “A guerra dos pelicanos: o problema textológico da edição *princeps* de *Os Lusíadas*” in *A Lira Dourada e a Tuba Canora*, p. 23-54.

<sup>7</sup> O facto de as referidas estâncias se encontrarem na corte de Madrid deve ser tida como natural. Para lá também foi enviado, por exemplo, o espólio de João de Barros.

<sup>8</sup> Cf. *Lusíadas de Luís de Camoens comentadas por Manuel de Faria e Sousa*, tomo I, coluna 37.

<sup>9</sup> Depois de analisar a questão da autenticidade, enumerando vários argumentos a seu favor, V. G. Moura (1987) conclui desta forma o seu raciocínio: “(...) nem por isso deixarão elas de ter o maior interesse, quer pela análise dos critérios que fixaram a versão final d’ *Os Lusíadas* quer pela apreciação da grande qualidade literária que muitas delas intrinsecamente têm”. (“Oitavas esquecidas de Camões”, in *Os Penbascos e a Serpente*, p.186). Por sua vez, Valeria Tocco (2005), contrariando a maioria daqueles que se interessaram por este assunto, considera como sendo de “origem camoniana”, não apenas os que foram encontra-

se não foram escritas por ele, foram decerto concebidas por alguém que com ele manteve uma sintonia excepcional de tom e de talento<sup>10</sup>.

Esta e outras questões, porém, fazem já parte de uma problemática que importa analisar globalmente. Refiro-me ao que designo por “oficina de Camões” e aos diversos focos de hesitação que, nessa mesma oficina, foram vividos pelo poeta, ao longo dos anos em que, em Portugal, na África ou na Ásia, trouxe o seu poema na inteligência e na sensibilidade.

## 2. A Oficina de Camões

Familiarizado com um processo de criação que tem o computador como centro, o leitor contemporâneo mal consegue imaginar o que estava por detrás da feitura de um livro no século XVI. Escrito à mão, em folhas de papel de textura bem mais grosseira do que aquela a que hoje estamos habituados, e os caracteres eram desenhados com uma pena alimentada a tinta, que ia do sépia ao azul e ao preto. Escrevia-se então a um ritmo bem mais lento do que depois (no século XIX, o tempo do apogeu da escrita) se viria a escrever. É importante lembrar que esse processo favorecia a ponderação de cada palavra. De todo esse trabalho árduo e meticuloso, resultava um manuscrito volumoso, a requerer especiais cuidados de conservação, na medida em que podia ser irremediavelmente afetado pela humidade ou pelo fogo. O original era depois submetido

---

dos na livraria de Pedro Coelho, mas também, pelo menos, algumas das que são referidas por Faria e Sousa, (Vol. I, col. 39) como incluídas no chamado manuscrito de Montenegro. Neste sentido, a camonista italiana admite a possibilidade de as três versões manuscritas que se conhecem (a do Cancioneiro de Luís Franco Correia e as duas transcritas por Faria e Sousa) dizerem respeito a “três fases da elaboração poética, que acompanhavam o poeta ao longo da sua turbulenta vida, desde a juventude estudantil até à maturidade desencantada, passando pelas marcantes aventuras ultramarinas.” (p.105).

<sup>10</sup> A este propósito, poderia aflorar-se o também controverso assunto da relação entre Camões e a censura inquisitorial. Foi Camões obrigado a fazer concessões para obter a licença de impressão? Que tipo de concessões pode ele ter feito? Terão sido elas impostas ou tomadas, desde logo, por sua iniciativa? Quem era verdadeiramente Frei Bartolomeu Ferreira, o autor do Parecer que permitiu que *Os Lusíadas* tivessem visto a luz do dia? O estado da questão foi objeto de um estudo recente, que prima pela segurança e pela clareza (Vanda Anastácio, 2021).

ao exame de entidades civis e eclesiásticas, a fim de obter as licenças de impressão. A sua entrada na oficina do tipógrafo marcava uma nova fase da criação material da obra. De posse dele, o tipógrafo dedicava-se durante largo tempo (vários meses) ao trabalho de impressão: havia primeiro que selecionar os tipos metálicos, um a um, até compor uma palavra, uma frase, uma página. A unidade maior dependia do gênero em causa: poderia ser um capítulo, um ato ou um canto, por exemplo, consoante se tratasse de uma novela, uma peça de teatro ou uma epopeia. Após a impressão, havia finalmente que coser os fólhos e proceder à encadernação dos diferentes exemplares.

Os volumes eram também compostos um a um, já que a matriz ia sendo desmanchada à medida que cada livro ia avançando na impressão para vir depois a ser reconstituída. Esse processo tanto dava azo a erros (não cometidos em exemplares anteriores) como a melhorias. Assim se explicam as diferenças maiores ou menores, que hoje se verificam entre diferentes exemplares de uma mesma edição quinhentista. Para além de todas as diferenças de ritmo, que bem podem deduzir-se do que fica sumariamente evocado, essa maneira de proceder obrigava o escritor a um tempo de reflexão mais intenso e alargado do que aquele que atualmente se verifica<sup>11</sup>.

Por todos esses motivos, o processo criativo de uma obra como *Os Lusíadas* teve que desenrolar-se ao longo de muitos anos. Porque o texto demorou muito tempo a escrever, desde logo; mas porque é certo que demorou também muito tempo a pensar. Não sendo possível determinar quando é que a ideia acudiu, pela primeira vez, à mente do poeta, é seguro que ela por lá andou em fase de sobressaltada germinação ao longo de vários anos, conhecendo, quase de certeza, formas diferentes daquela em que depois veio a fixar-se<sup>12</sup>. Muito provavelmente, entre a

---

<sup>11</sup> A este respeito, o aluno ou o leitor pode consultar com proveito o já antigo opúsculo de Tito de Noronha sobre a imprensa portuguesa do século XVI. Se se mostrar mais interessado no assunto, pode ser remetido para o recente manual de Alberto Corbeto e Marina Garone, *Historia de la tipografía. La evolución de la letra desde Gutenberg hasta las fundiciones digitales*, Lleida, Editorial Milenio, 2015 (em especial, o primeiro capítulo).

<sup>12</sup> Para uma aproximação ao problema da cronologia de composição do poema, veja-se Houwens Post (1972).

ideia original do poeta e aquele que viria a ser o resultado saído dos prelos de António Gonçalves, ocorreram transformações importantes de forma e de substância. Como alvitra W. Storck, talvez Camões, ainda em Lisboa, tenha começado por querer escrever em verso apenas a viagem descobridora de Vasco da Gama, ocorrendo-lhe depois agregar a História de Portugal em registo de enquadramento e amplificação. Ainda segundo Storck, é possível que o plano inicial não contemplasse, pelo menos com tanto destaque, alguns episódios que nos habituámos a considerar como partes obrigatórias do poema; outros podem até ter resultado de aditamentos de última hora, como se imagina que possa ter acontecido com as estâncias que correspondem ao discurso do Velho do Restelo<sup>13</sup>. Por outro lado, seria estranho que Camões se tivesse limitado a escrever apenas as estâncias que acabou por incluir no poema; o mais provável é que, antes da entrega do manuscrito (e após longo e difícil exame de consciência), o poeta tenha procedido a uma escolha autocensória, ditada por motivos de ordem estética, moral ou ideológica<sup>14</sup>.

A impossibilidade de resolver essas incógnitas com absoluto rigor não deve impedir-nos de analisar alguns dos pressupostos e consequências que delas derivam. A verdade é que, na sua complexidade, *Os Lusíadas* refletem um processo criativo fortemente tensional. E a circunstância de terem chegado ao nosso conhecimento sob a forma de canto inspirado (ou seja, de *totalidade perfeita*) não deve impedir-nos de ter em conta os polos de hesitação em que provavelmente assentou a sua génese.

A tentativa de reconstituir esses polos conduz-nos a uma oficina na qual Luís de Camões decerto longamente trabalhou. Desconhecemos como se desenvolveu esse processo mental; o texto que chegou ao nosso conhecimento, porém, torna legítima e útil uma tentativa de reconstituição.

---

<sup>13</sup> Essa é, pelo menos, a hipótese alvitrada por Gladstone Chaves de Melo (1985) no pequeno mas penetrante estudo que dedicou ao episódio.

<sup>14</sup> O alvará régio que concede licença de impressão foi lavrado no dia 24 de setembro de 1571, o que faz supor que a composição do poema tenha sido iniciada pouco depois, nos últimos meses do mesmo ano. Por sua vez, o alvará que concede a Camões a tença de 15 000 reais está datado de 28 de julho de 1572. A circunstância de nesse mesmo documento se estabelecer que o pagamento se faça a partir de 12 de março do mesmo ano pode fazer crer que o poema tenha vindo a lume nesta data.

## 2.1. História e mito

Um dos principais dilemas que Camões por certo enfrentou foi a natureza da substância a escolher para o seu poema: deveria optar por matéria lendária ou deveria fixar-se em matéria verídica? Não lhe faltavam modelos de um e de outro quadrante, embora talvez possa dizer-se que eram mais abundantes e prestigiados aqueles que assentavam no primeiro figurino.

A favor da matéria lendária ou fantasiosa estava a margem de liberdade criativa de que o poeta passava a dispor, muito superior àquela que conservaria se viesse a optar por matéria verídica ou histórica. A vantagem da história advinha da capacidade que, a partir dela, o poeta teria de influenciar o público recetor. É sabido que mais do que a ficção (mesmo tratando-se de *ficção verosímil*), a verdade detém um potencial persuasivo que permite a quem fala ou a quem escreve tocar mais profundamente a quem ouve ou a quem lê.

Ora, como bem sabemos, Camões viria a optar pela matéria verídica, tomando-a como base dos dois níveis da narração: a História de Portugal, contada encadeadamente por Vasco da Gama ao rei de Melinde (III, 1-V, 89) e, de forma seletiva, por Paulo da Gama ao catual (VII, 1-42), e a viagem à Índia, contada pelo narrador de primeiro nível a um destinatário interno. Num caso e no outro, a margem de *efabulação* do poeta reside na seleção dos episódios: podia não ter incluído o episódio de Inês ou não ter feito depender a Batalha do Salado da súplica da “fermosíssima Maria”; podia ter conferido menos importância ao facto de, em Aljubarrota, Nun’Álvares Pereira defrontar os irmãos, que se encontravam alinhados com o partido de D. Beatriz, casada com D. Juan de Castela. No que se refere ao essencial da matéria histórica, contudo, o poeta tomou por base os factos registados nas crónicas que decerto conheceu: as Crónicas breves de Santa Cruz para a parte respeitante ao período medieval e as Crónicas de Castanheda e de Barros, para a parte da expansão asiática<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Sobre a relação da epopeia camoniana com as fontes históricas, o estudioso de referência continua a ser Jorge Borges de Macedo (1979).

A quota de liberdade ficou reservada para a fábula mitológica. Foi usando dessa liberdade que colocou Vénus como protetora dos portugueses e Baco como opositor da sua chegada à Índia. Do mesmo modo que resulta da sua inventiva a construção da figura do Adamastor: enquanto oponente à viagem, desde logo, mas, sobretudo, enquanto vítima de um logro amoroso.

Dessa associação entre verdade e fantasia, não chega, porém, a resultar uma contradição. A mitologia existe no poema não para lhe servir de contraponto, mas para sublinhar a verdade histórica. É com a verdade que se inicia o poema e é com ela que acaba.

Torna-se muito revelador que esta opção do poeta tenha sido sublinhada através de uma clara e insistente demarcação relativamente aos modelos fantasiosos, concretizados sobretudo nos poemas épicos italianos do Renascimento (em particular o *Orlando innamorato* -1495 e o *Orlando furioso* -1516), ambos fundados em peripécias inverosímeis (I, 11-14); mesmo no final, quando poderia ter concluído o seu poema com a apoteose mitológica da Ilha dos Amores, Camões prefere fazer regressar os heróis à Pátria (X, 144). E é nessa base que se conclui a epopeia, com um apelo saído da história e dirigido à História: o apelo para que D. Sebastião retome a missão original do Reino que Afonso Henriques havia fundado sob o signo da cruzada e que o Rei contemporâneo deveria agora refundar, orientando a sua ação contra o xerifado de Marrocos.

## 2.2. Presença do narrador

Uma outra hesitação muito provavelmente sentida por Camões é de caráter técnico-formal. A dificuldade pode parecer destituída de grande significado. Em boa verdade, porém, não é assim. Trata-se de optar entre dois modelos de narrador, que podemos sumariamente designar por *presente* ou *ausente*. Optando pelo primeiro modelo, Camões poderia comentar, de perto, os episódios narrados; se escolhesse o outro figurino, os acontecimentos evocados oferecer-se-iam ao leitor de forma mais pura ou imediata. Estamos, *grosso modo*, perante a oposição que na Antiguidade

Clássica se verifica entre o cânone homérico (onde a figura do narrador surge mais diluída) e o cânone virgiliano, caracterizado pela presença mais operante do narrador<sup>16</sup>.

No caso vertente, Camões optou pela matriz virgiliana. Depois de ter escolhido a matéria histórica em detrimento da lendária, interessava-lhe um narrador “ativo”, que pudesse tirar partido dos episódios evocados junto dos destinatários diretos. Sem essa presença reguladora do sentido, o poema ganharia em diversidade, mas perderia em organicidade e coerência. É através da sensibilidade expressa pelo narrador que o leitor fica habilitado a articular o sentido de episódios tão diferentes como o de Inês de Castro, os Doze de Inglaterra ou a Ilha dos Amores (quadros que mantêm, entre si, uma relação de contiguidade, bem sinalizada pelo narrador).

*Os Lusíadas* transformam-se assim num *telling* contínuo, e a voz que conduz a narrativa não se limita a “mostrar” as diferentes peripécias, investindo também na interpretação moral e ideológica.

### **2.3. A natureza do herói**

Uma outra hesitação – ainda central – deve ter acometido a mente de Camões, levando-o talvez a traçar cenários alternativos. Se é certo que a elaboração de uma epopeia pressupõe a escolha de um herói (não existem realmente epopeias centradas em figuras comuns), já a natureza desse herói envolve escolhas: pode o protagonista ser mais ou menos ativo, desde logo; pode ser mais ou menos humanizado (sentindo medo, por exemplo). Na epopeia de Camões, contudo, a escolha opera-se ainda em função de um outro critério: trataria o poema de um herói individual ou de um herói coletivo?

---

<sup>16</sup> Sobre as relações que a este respeito podem estabelecer-se entre *Os Lusíadas* e o cânone épico da Antiguidade Clássica, podem remeter-se os leitores para um vasto conjunto de estudos. Destaco, de entre todos, Bowra (1945), Américo Costa Ramalho (1992), Maria Helena da Rocha Pereira (2008) e Catherine Bates (2010).

Qual a opção mais consentânea com as escolhas já mencionadas? Poderia Camões encontrar um herói individual que fosse verdadeiro e pudesse funcionar como modelo, aos olhos dos leitores do poema?

Pode ser que o poeta tenha ponderado algumas possibilidades: o próprio Gama, desde logo, talvez Afonso Henriques ou Nun'Álvares Pereira. Em boa verdade, porém, a verdade histórica impedia-o de consumir uma eleição deste tipo. Em todas essas figuras se vislumbravam traços de heroísmo; mas em nenhuma delas se cumpria, na íntegra, um modelo que pudesse funcionar como polo épico de referência para os destinatários que o autor pretendia tocar.

O que acabamos por ver n'*Os Lusíadas* é assim uma moldura de heroísmo, completa e exigente. Dela faz parte um conjunto de virtudes de natureza moral, intelectual e física. À medida que as diferentes figuras são confrontadas com a dita moldura, as insuficiências vão-se tornando evidentes: Afonso Henriques, apesar de toda a sua bravura, não é um filho virtuoso; da mesma forma, D. Afonso IV não sabe usar da misericórdia para com Inês; por sua vez, Vasco da Gama, o comandante das naus descobridoras, não revela nenhum tipo de familiaridade com as musas. Essa longa série de incompletudes levou já alguns críticos a concluir que Camões reserva para si próprio o estatuto de herói (Sena, 1980; Hélder Macedo, 1980). É sabido que o escritor considera a poesia como forma suprema de arte e como atividade superadora do tempo. O mais razoável será, no entanto, pensar que a sua decisão foi de outro tipo: a de transpor para o plano do coletivo a componente de heroísmo que normalmente os criadores reservam para o plano individual.

Mas se a evidência dessa escolha não sofre contestação, já os pressupostos e as consequências que dela derivam justificam algum exame. Tendo escolhido matéria histórica e tendo optado por um modelo enunciativo que lhe permitia não apenas contar, mas também interpretar a ação, o autor pretendia chegar o mais possível junto dos seus contemporâneos, esclarecendo-os quanto ao passado (é essa a vocação original do poema épico) e influenciando o seu futuro. Ora, a escolha de um herói coletivo serve retamente este desígnio: “o peito ilustre lusitano” que Camões se propõe cantar representa não apenas os que fizeram a História de Portu-

gal, mas também aqueles que nela podem vir a inscrever-se como heróis parcelares ou incompletos. Só assim se entende que depois de concluída a ação principal, o poeta tenha ainda sentido a necessidade de rematar a obra de forma inesperada: falo das estâncias finais e do apelo a uma nova partida que nelas existe. Trata-se da partida do Rei para África, qual Afonso Henriques ressuscitado e transfigurado, a quem Camões se oferece enquanto cantor e enquanto soldado (X, 155). Se o herói não fosse coletivo, o poema não poderia simplesmente ter esse remate futurante, ávido de História.

#### 2.4. A Mitologia

Uma outra escolha que Camões teve que fazer relaciona-se com o quadro mitológico. Poderia Camões, na linha da veracidade que adoptou, optar pelo fundo cristão e ter enjeitado os deuses do Olimpo? Sem dúvida. Mas o seu poema não teria então o equilíbrio que efetivamente tem. Ao incorporar n'Os *Lusíadas* uma fábula mitológica, à maneira dos poemas da Antiguidade, o autor visa alcançar, pelo menos, dois propósitos: pretende, em primeiro lugar, conferir beleza ao seu poema e fazê-lo de forma criativa (o que talvez não alcançaria recorrendo apenas a figuras da fé cristã); pretende ainda contrabalançar os níveis de verosimilhança com que revestiu os outros planos da ação. Se em Vénus a filiação virgiliana é muito evidente, a figura de Baco pode considerar-se uma *inovação camoniana*. Não se trata apenas de decalcar a deusa Juno que surge na *Eneida* e a resistência malévola por ela encarnada. Podendo ser encarado como metáfora do despeito, Baco opõe-se à chegada dos portugueses ao Oriente, temendo que eles o destronem justamente nos domínios que conquistou. Ainda assim, pode dizer-se que a figura excede a função que desempenha e nela podem ser vistos pelo menos alguns sentidos equívocos, que continuam a desafiar os comentadores<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Sobre os significados da figura de Baco pode consultar-se, com proveito, o estudo (pouco conhecido) de Roger M. Walker (1972). Mais recentemente e para além de Luiza

Por vezes, Camões serve-se da mitologia para expressar juízos profundos sobre o Amor, a Vida, a Guerra, a Morte e a Natureza. É o caso, em tudo singular, do Adamastor. O episódio é, muitas vezes, lido em registo meramente épico. Nessa linha, destaca-se o facto de um gigante ameaçador proferir um conjunto de profecias dissuasoras e de, ainda assim, o Gama prosseguir o seu caminho, vencendo os receios infundidos pelas palavras do gigante. Mas a parte decisiva do episódio corresponde à história dos amores fracassados que o gigante vivera antes. Apaixonara-se por uma ninfa e, como não fosse correspondido, deixou-se tomar pela fúria, lançando a guerra no Oceano. Foi então que Tethys e sua mãe (Dóris) o atraíram a uma cilada e, prometendo-lhe a satisfação dos seus desejos, o transformaram num penedo, condenando-o à morte somática e a uma terrível penitência psíquica. A sanção foi ainda muito agravada pela circunstância de, mesmo aprisionado, ter continuado a ver a responsável pelas suas desventuras (“e, por mais dobradas mágoas / Me anda Tétis cercando destas águas”, V, 59)<sup>18</sup>.

Desse episódio compósito (englobando uma dimensão épica, mas também uma lírica e ainda outra trágica), retiram-se vários tipos de conclusão: a de que o Amor não se compagina com a violência nem com os impulsos e a de que o castigo pela infração amorosa se revela particularmente tormentoso.

Em face deste *exemplum*, os portugueses que vão a caminho da Índia e do Império do Amor, que Vénus (sua protetora) se dispõe a favorecer, situam-se no polo oposto: são perseverantes e dispõem-se a sofrer. O prémio que o Adamastor não soube merecer está-lhes assim destinado; e até Tétis, a ninfa esquiva por quem o gigante se perdeu, há-de figurar na ilha namorada, para, juntamente com as outras filhas de Nereu, ser ferida pelas setas amorosas e aí docilmente acolher os lusitanos (IX, 48).

---

Nóbrega (2008), surgiram contributos de João Figueiredo (2007) e V. M. de Aguiar e Silva (2008) “O mito de Baco e o seu significado n’ *Os Lusíadas*”, (in *A Lira dourada...*, p. 131-152).

<sup>18</sup> Todas as citações de *Os Lusíadas* serão feitas a partir da seguinte edição: *Os Lusíadas*, 3.<sup>a</sup> ed, Leitura, Prefácio e Notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Apresentação de Aníbal Pinto de Castro, Lisboa: Instituto Camões, 1992.

## 2.5. Recompensas

Recompensar o herói faz parte dos preceitos da epopeia. A hesitação que Camões coloca na mente de Vénus (IX, 18-21), há-de ele próprio tê-la sentido pessoalmente como problema a resolver. Como premiar um herói tão singular? A ideia da ilha namorada ajusta-se à figura da divindade que protege os portugueses. Enquanto deusa do amor, faz sentido que ela queira recompensar os nautas, proporcionando-lhe uma experiência de consumação erótica. O episódio serve, antes de mais, para amplificar a caracterização da própria personagem. Afinal, a deusa nascida das águas não dispensa a proteção aos portugueses apenas pelas razões aduzidas no primeiro consílio: os “fortes corações”, as vitórias em Marrocos e a semelhança entre os idiomas falados pelos romanos e pelos portugueses (I, 33). Confrontada com o desconcerto e a rebeldia dos homens que (“... estão / Amando cousas que nos foram dadas, / Não para ser amadas, mas usadas”, IX, 24), a deusa cípria pretende que os seus protegidos sejam intérpretes de um plano grandioso: nada mais nada menos do que regenerar a raça humana. Dessa forma, o que vai suceder na Ilha dos Amores não tem um caráter estritamente gozoso; o plano da deusa é também fazer com que os nautas enobrecidos e as ninfas venham a dar origem a uma “progénie forte e bela”. Só essa geração emergente será capaz de reverter o mundo que, tal como Cupido certifica na sua viagem, encontra-se em estado de “Erros grandes” (IX, 25).

O amor que vai consumir-se naquela ilha é, portanto, fecundo, como fértil é a Natureza que a reveste, pejada de frutos e água cristalina, tanto corrente como represada.

A consumação amorosa, tantas vezes interpretada em registo frutivo, constitui o prelúdio de uma nova Idade do Ouro, centrada no Amor e no Conhecimento. Assim se explica que logo após o ato amoroso, nautas e ninfas celebrem esponsais (IX, 84) e participem num Banquete (X, 2-5) que pressupõe um nivelamento de condição: após o encontro erótico com as ninfas, os nautas estão enfim divinizados<sup>19</sup>. Os marinheiros de

---

<sup>19</sup> Sobre os sentidos simbólicos dos “manjares excelentes” que integram o referido Banquete, veja-se o ensaio com o mesmo título que figura neste volume.

D. Manuel são ainda premiados com a revelação do Tempo: a dádiva ocorre já nos “paços radiantes”, através do relato de uma ninfa, que desvenda os feitos futuros dos Portugueses no Oriente, antes ouvidos a Proteu, o deus das profecias que, por sua vez, em sonhos, os tinha visto representados numa esfera transparente e oca (X, 6-73).

Por fim, Tétis, a titânide que desposa Vasco da Gama, vai conduzi-lo ao cimo de um alto monte, para lhe proporcionar, a ele e aos seus companheiros, os segredos do Espaço:

Faz-te mercê, barão, a Sapiência  
Suprema de, cos olhos corporais,  
Veres o que não pode a vã ciência  
Dos errados e míseros mortais.  
Sigue-me firme e forte, com prudência,  
Por este monte espesso, tu c’os mais.  
Assi lhe diz e o guia por um mato  
Árduo, difícil, duro a humano trato.

(X, 76)

A contemplação da máquina do mundo constitui, de facto, o Prémio supremo do herói camoniano, só limitado pela inefabilidade do Criador:

Quem cerca em derredor este rotundo  
Globo e sua superfície tão limada,  
É Deus: mas o que é Deus, ninguém o entende,  
Que a tanto o engenho humano não se estende.

(X, 80)

## **2.6. Guerra e Amor**

Já depois de superadas as adversidades do cabo tormentório, encontrando-se a armada na costa oriental de África, o narrador evoca um dos poucos momentos de distensão ao longo da viagem. É de noite e alguns marinheiros encontram-se em atitude de vigilância. Para permanecerem

despertos, resolvem contar histórias. Instaure-se então uma querela entre dois soldados: Leonardo prefere contos de amores; mas Veloso pretende que se narrem histórias belicosas, alegando que se ajustam mais às “duras” circunstâncias em que se encontram<sup>20</sup>. O episódio narrado por Fernão Veloso (VI, 43-69) é o dos Doze de Inglaterra e, apesar de se tratar de matéria típica de cavalaria, existe alguma dificuldade em ver nele as características antes proclamadas pelo narrador<sup>21</sup>.

De facto, o *ethos* cavaleiresco que sobressai na história está longe de se esgotar na “guerra fêrvida e robusta” que o próprio Veloso havia anunciado, cumprindo os requisitos de afeto defendidos por Leonardo, com destaque para a generosidade do Magriço, posto à prova antes e depois do combate de Londres. Por esses motivos, é possível concluir que o episódio se destina também a repor a ordem ofendida com a morte de Inês de Castro.

Essa solução de compromisso aplica-se à generalidade do poema. É certo que na Invocação inicial, o poeta havia solicitado às Tágides uma inspiração bem clara, a proporcionar pela “tuba canora e belicosa / Que o peito acende e a cor ao gesto muda” (I, 4). Ao longo do poema, contudo, a oposição não é tão diametral como poderia supor-se. Para além das convenções do género – que realmente obrigariam o poeta a abdicar do estilo lírico – situa-se a idiossincrasia do poeta, que, de facto, não consente a separação entre a Guerra e o Amor<sup>22</sup>.

Por isso, vamos encontrar na epopeia camoniana uma constante associação entre episódios afetivos e bélicos: a participação de Afonso IV na

---

<sup>20</sup> Por entre as chamadas estâncias omitidas de *Os Lusíadas*, encontradas por Faria e Sousa na livraria de Pedro Coelho, contam-se três, interpoladas entre a 43 e a 44, que prolongam o debate entre Veloso e Leonardo. Confluindo no esbatimento da oposição entre a Guerra e o Amor e contribuindo para uma melhor compreensão dessas duas personagens que hão-de surgir no Canto IX, em posição antagónica: um imediatamente beneficiado pelo Amor (Veloso) e outro (Leonardo) mesmo aí perseguido pela má sina, que o obriga a correr atrás de Efire, a única ninfa que ainda não havia sido totalmente submetida pelas setas de Cupido e pela Fama que precedera a chegada dos nautas.

<sup>21</sup> Sobre a importância específica deste episódio, veja-se o estudo que lhe é dedicado neste mesmo volume.

<sup>22</sup> Sobre a permanência do temperamento lírico de Camões ao longo d’*Os Lusíadas*, recomenda-se sobretudo a obra de Roger Bismut.

batalha do Salado é uma consequência da súplica da formosíssima Maria, por exemplo; como Inês de Castro constitui uma denegação e um recuo dessa mesma conquista afetiva (já que são os cavaleiros e as espadas do Salado quem se encarniça contra o peito da donzela); mesmo em Aljubarrota, mais do que castelhanos e portugueses, Camões coloca frente a frente os amantes da Pátria e aqueles que a traíram.

Nessa perspectiva, tal como o narrador Fernão Veloso, Camões não conseguiu resolver o dilema, optando por uma conciliação que faz d'Os *Lusíadas* uma epopeia especial, na medida em que legitima a Guerra em função do Amor. É, de resto, com base num dos planos mais elevados do Amor (o Amor da Pátria) que todo o poema se institui e justifica, desde o primeiro ao último verso.

## 2.7. Como terminar um poema?

Um dos dilemas mais difíceis que Camões teve que resolver na intimidade da sua “oficina mental” foi, sem dúvida, a maneira como poderia finalizar o seu poema. À partida, haveria quatro formas de concluir e pode supor-se que o poeta ensaiou cada uma delas. A primeira seria constituída pelo simples regresso à “pátria cara”, antevisto nas ests. 16 e 17 do Canto IX, em clima de enorme contentamento, e consumado depois na est. 144 do Canto X:

Assi foram cortando o mar sereno,  
Com vento sempre manso e nunca irado,  
Até que houveram vista do terreno  
Em que naceram, sempre desejado,  
Entraram pela foz do Tejo ameno,  
E à sua Pátria e Rei temido e amado  
O prémio e glória dão por que mandou,  
E com títulos novos se ilustrou.

Embora cumprindo as exigências da verosimilhança, esse final suspenso (ou mesmo rasurava) a intriga mitológica que constituía o suporte da

ação. É assim que, logo a seguir às duas primeiras estâncias do Canto IX, o episódio da Ilha namorada é introduzido através de uma adversativa, abrindo a expectativa de uma apoteose imaginada. Tratava-se de uma solução congruente e que tinha a vantagem de congregar os dois planos que no poema se desenvolvem em paralelo: a mitologia e a história. Havia, no entanto, um óbice importante a esse tipo de consumação: tendo feito uma escolha central pela história em detrimento da lenda, corria-se o risco de, com este remate, se atenuar o impacto daquela escolha. Com efeito, depois de ter conferido a primazia à Verdade, não poderia o poeta rasurá-la ou diluí-la, convertendo os seus intérpretes em puros deuses.

Assim se explica que logo depois de se ter dedicado a uma longa e pormenorizada descrição dessa apoteose, o narrador tenha sentido a necessidade de desfazer qualquer tipo de equívoco, situando a ilha no plano estrito da Arte:

Que as Ninfas do Oceano, tão formosas,  
Thetys e a Ilha angélica pintada,  
Outra cousa não é que as deleitosas  
Honras que a vida fazem sublimada.  
Aqueles preminências gloriosas,  
Os triunfos, a fronte coroadas  
De palma e louro, a glória e maravilha.  
Estes são os deleites desta Ilha.

(IX, 89)

Uma terceira hipótese de conclusão (que emerge na sequência desta mesma desmitificação) é entrevista na célebre estância 145 do Canto X, na qual o poeta se revela profundamente descrente em relação à gente “surda e endurecida” que acaba de enaltecer:

Nô mais, Musa, nô mais, que a Lira tenho  
Destemperada e a voz enrouquecida,  
E não do canto, mas de ver que venho  
Cantar a gente surda e endurecida.  
O favor com que mais se acende o engenho

Não no dá a pátria, não, que está metida  
No gosto da cobiça e na rudeza  
Da austera, apagada e vil tristeza.

Seria, porventura, o remate que mais se adequaria ao ânimo do poeta; a verdade, contudo, é que esse desfecho equivaleria a uma negação retrospectiva de todo o poema; mas, mais do que isso, cancelaria qualquer possibilidade de futuro. Encerrando o seu poema dessa forma, Camões como que rasgaria a sua obra, renunciando a qualquer esperança.

Finalmente, havia uma quarta possibilidade, aquela que seria porventura a menos esperada: a conclusão do poema poderia ser uma exortação superadora. Assim veio a acontecer, de facto. Superada a apoteose da ilha (logo denunciada como tratando-se de uma realidade “pintada”), afastada também a ideia de um desengano radical, restava a Camões o apelo ao Rei. No fundo, é isso que *Os Lusíadas* pretendem ser do princípio ao fim: um apelo a D. Sebastião. Nesse caso, a exortação vai no sentido de que o monarca reconduza os portugueses ao ideal da cruzada. Marrocos, para onde parece apontar o dedo de Camões no final d’*Os Lusíadas*, é visto como espaço de reconquista e a partida dos portugueses para as “partes d’Além” significa o retomar do destino providencial assinalado por Cristo em Ourique. Na medida em que afronta os interesses mouros instalados nas costas do Malabar, a viagem do Gama a Calecute pode ainda participar desse mesmo espírito; mas não há dúvida de que os perigos da perversão (da chatinagem e da mercancia) são aí bem mais ameaçadores. De resto, a própria história não daria grande margem a Camões para converter a viagem de Vasco da Gama e as suas negociações com as autoridades de Calecute em algo mais do que uma diligência comercial. O próprio Camões, soldado da Índia, tinha experimentado alguns dos desmandos éticos a que havia conduzido essa mesma viagem (que são, de resto, aflorados na profecia da ninfa, a partir da visão de Proteu<sup>23</sup>). Depois de ter narrado uma partida que nem sempre conduziu

---

<sup>23</sup> A visão que da Índia tinha Camões encontra-se de alguma forma plasmada na carta que de lá escreveu (admitindo que estamos perante um texto autêntico). Nela diz o autor,

a bons resultados, Camões parece apontar o caminho da partida ideal. Poderia dizer-se que, no final do canto IV, já o Velho a tinha sinalizado como destino possível; mas as duas posições não coincidem inteiramente: enquanto aquela voz manifesta preferência pelo ideário humanista da renúncia irénica, no remate da sua epopeia, o poeta exorta o Rei a partir em atitude de conquista positiva; ou seja, enquanto África surge na boca do Velho como um mal menor (o mal tinha sido desencadeado pelo primeiro que no mar havia posto *seco lenho*), para Camões, os montes de Ampelusa surgem como espaço e tempo de resgate.

### 3. Escolhas e Consequências

Ao longo de todo o processo criativo, Camões empreendeu escolhas coerentes. Para além do talento arquitetural que os comentadores têm sublinhado<sup>24</sup>, é bem possível que a razão dessa coerência esteja também relacionada com o facto de todo o poema assentar numa interlocução entre o poeta e D. Sebastião. Iniciado com a Proposição (que corresponde às duas primeiras estâncias) e a Invocação (equivalendo esta às três estâncias seguintes), o poema prossegue com uma Dedicatória anormalmente extensa (treze estâncias). Nela se supera o habitual louvor do dedicatário (que, neste caso, nem sequer desempenha função de mecenas efetivo) para se transformar, na prática, o rei-ouvinte em interveniente ativo. De tal forma que, doravante, tudo o que vai ser contado requer um entendimento duplo: o dos destinatários coevos, mas também e principalmente o entendimento do Rei. Os episódios e todas as figuras ganham em ser relidos a essa luz. Em boa verdade, é a D. Sebastião que Camões conta histórias como a de Inês de Castro e a do Adamastor; é ainda tendo pre-

---

designadamente, referindo-se a Goa, que é "(...) mãe de vilões ruins e madrasta de homens honrados" (*Obras Completas de Luís de Camões*, edição de Hernâni Cidade, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, p. 286).

<sup>24</sup> De entre os camonistas que mais destacaram esta vertente destacam-se Jorge de Sena (*A estrutura de Os Lusíadas...*), António José Saraiva ("A Fábrica de *Os Lusíadas*") e Thomas F. Earle ("Retórica e construção da narrativa").

sente a figura do jovem Rei que Camões resolve premiar os nautas com a ilha do Amor e do Conhecimento.

Foi por isso que Camões optou por matéria histórica e que escolheu um modelo de narração no qual a sua voz se pudesse fazer ouvir. Sem a consumação dessas opções, o poema não poderia, de facto, funcionar como proclamação de esperança e apelo a um monarca vivo e jovem.

De entre os vários efeitos assim obtidos, destaquemos alguns dos que mais se repercutem nos sentidos globais do poema.

### **3.1. A História de Portugal e a viagem à Índia**

O primeiro efeito que cumpre destacar relaciona-se com a ligação existente entre a viagem do Gama e a História de Portugal, tal como é narrada ao Rei de Melinde pelo próprio Gama.

Chegado a Melinde, após ter escapado à cilada de Mombaça, Vasco da Gama é amistosamente recebido. E é sob interpelação do chefe melindano que vai situar-se no espaço e no tempo. Até aí, a narração tinha exclusivamente incidido sobre a viagem marítima, envolvendo as respetivas peripécias, interpoladas com a intriga mitológica. Chegou a vez de ser apresentado o último nível da ação. Sabendo nós que a escolha do poeta se verificou a favor de matéria factual, a narração não pode fugir a ela. O protagonista da viagem ao Oriente é também o narrador da História de Portugal; afigura-se ainda revelador que a ação que vai iniciar-se seja trazida até ao momento em que o narrador se encontra, ou seja, remonte à fundação do Reino para apenas se suster no momento em que as naus do Gama chegam a Melinde (II, 73). A conclusão a extrair só pode ser uma: a viagem do Gama constitui a continuação lógica de toda a História narrada por ele próprio. Não se trata de um parêntese nem de um facto menor. Antes, pelo contrário, trata-se de um acontecimento culminante, que deve entender-se na sequência de Ourique, de Aljubarrota ou do Salado, mas também de Inês de Castro ou do Adamastor. A viagem é relacionável com tudo isso e, em boa verdade, encontra-se impregnada de um *telos*, repartido entre um termo inicial (Ourique) e um termo final que se traduz no apelo a uma “partida nova”.

### 3.2. O Rei e o herói coletivo

Uma outra consequência das escolhas feitas por Camões – já o anotamos – é que *Os Lusíadas* não dispensam um herói coletivo. À luz da verosimilhança histórica, seria difícil de admitir um qualquer herói individual saído da História. Mas assentando o poema num desígnio persuasivo tão forte, o heroísmo teria de desempenhar um papel reforçado. Nessa medida, importava provar a D. Sebastião não só que o passado de Portugal se encontrava balizado pela Providência, mas também que existia um potencial de heroísmo pronto a eclodir desde que se encontrassem preenchidas determinadas condições de chefia.

Essas condições, que antes se tinham verificado com Afonso Henriques e depois com D. João I e Nun'Álvares, pareciam agora de novo verificar-se na pessoa de D. Sebastião, visto por Camões como “maravilha fatal da nossa idade” (I, 6) ou seja, como ungido, destinado a reerguer a nação da “austera, apagada e vil tristeza” (X, 145) em que estava mergulhada.

### 3.3. Uma epopeia inimitável?

Um outro efeito das escolhas camonianas revela-se particularmente impressionante. Refiro-me à quase inexistência do presente. De alguma forma, a condensação heroica do passado e o investimento esperançoso no futuro próximo conduzem a esse tipo de rasura. Mesmo centrando-se na História, Camões opta por não se referir à situação do Reino, no pressuposto de que ela constitui um entreato que não se ajusta nem ao passado nem ao futuro.

Abrangendo, ao mesmo tempo, uma seleção retrospectiva e projetando um futuro de redenção, *Os Lusíadas* envolvem um *efeito fundante*, tanto em termos estéticos como em termos cívicos.

Constituindo, do ponto de vista estético, uma *epopeia de imitação*, o poema de Camões converteu-se, porém, em algo de inimitável. Na epopeia canta-se um herói aberto. Por isso nela se admitem os fracassos e os recuos de um herói que se vence a si próprio. Ainda por isso, os

portugueses puderam rever-se nela ao longo de tanto tempo. É porque Camões fala de si próprio ao longo do poema que ainda hoje nos podemos comover; é sobretudo porque a epopeia termina com um apelo que ainda hoje medimos as nossas forças em função de todos os desafios coletivos: já não diretamente para romper nos campos de Ampelusa, mas ainda e sempre para encontrar um qualquer caminho de dignidade, de perseverança e de sentido identitário.

Neste século XXI, e para além de todas as diferenças, esses valores podem ser vistos como sinónimos aceitáveis da Glória e do heroísmo humanistas cantados por Luís de Camões há quase quinhentos anos.

## **Bibliografia Seleccionada**<sup>25</sup>

### **A – Obras literárias e Teórico-críticas**

CAMÕES, Luís de (1992), *Os Lusíadas*, 3.<sup>a</sup> ed., Leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Apresentação de Aníbal Pinto de Castro. Lisboa: Instituto Camões.

*Lusíadas de Luis de Camoens comentados por Manuel de Faria e Sousa*, Madrid: 1639.

VIDA, Marco Girolamo (1990), *Arte Poética*, Introdução, tradução e notas de Arnaldo Monteiro do Espírito Santo, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa.

### **B – Estudos**

BATES, Catherine (ed.) (2010), *The Cambridge Companion the Epic*, Cambridge: Cambridge University Press.

---

<sup>25</sup> A Bibliografia camonianiana é tão abundante, pelo menos em termos de utilidade para os alunos. Torna-se, por isso, inútil (senão contraproducente) elaborar uma listagem demasiado extensa. Pelo contrário: é obrigação do professor proceder a uma seleção equilibrada que possa servir aos diferentes tipos de públicos: aqueles para quem Camões constitui um autor de passagem fugaz podem contentar-se com esses ou outros apontamentos e com um ou outro título de carácter geral e introdutório. Mas pode haver quem não se conforme com essa informação elementar. Mais uma vez, a presente escolha visa satisfazer as necessidades de todos.

- BERNARDES, José Augusto Cardoso (1999), in Carlos Reis (org.) *História da Literatura Portuguesa*, vol. II: Humanismo e Renascimento, (capítulo V), Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- CORBETO, Alberto; GRAVIER, Marina Garone (2015), *Historia de la Tipografía. La evolución de la letra desde Gutenberg hasta las fundiciones digitales*, Lleida: Milenio.
- NORONHA, Tito de (1874), *A imprensa portuguesa durante o século XVI*, Porto: Imprensa Portuguesa.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique Rodrigo de Oliveira (dir.) (1998), *Nova História de Portugal: do Renascimento à crise dinástica* (coord. João José Alves Dias), vol. V, Lisboa: Editorial Presença.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro (2021), 2.<sup>a</sup> ed., *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

### **C – Referências sobre a globalidade da obra camoniana**

- ALMEIDA, Aníbal (1996), *O rosto de Camões*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- BERARDINELLI, Cleonice (2000), *Estudos camonianos*, 2.<sup>a</sup> ed., revista e aumentada, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (2007), *Páginas de um honesto estudo camoniano*, Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.
- LE GENTIL, Georges (1969), *Camões*, Tradução de José da Silva Terra, Lisboa: Portugália.
- MACEDO, Hélder (2007), “Introducción a *Camões*”, in Elena Losada Soller (coord.), *Camões. Los Lusíadas, Poesias, Prosas*, Madrid/Córdoba: Espasa Calpe/Almuzara [col. Biblioteca de Literatura Universal]. IX-LXXIV.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de (1980), *Introdução à Poesia de Luís de Camões*, Lisboa: ICALP. [Série Biblioteca Breve].
- MOURA, Vasco Graça (1987), *Os Penhascos e a Serpente e Outros Ensaios Camonianos*, Lisboa: Quetzal Editores.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha (2008), *Camoniana varia*, Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.
- RAMALHO, Américo da Costa (1992), *Camões no seu tempo e no nosso*, Coimbra: Almedina.

SARAIVA, António José (1972), *Luís de Camões*, S/I: Europa/América.

STORCK, Wilhelm (1897), *Vida e Obra de Luís de Camões*, Tradução e notas de Carolina Michaëllis de Vasconcelos, Lisboa: Academia Real das Sciencias.

#### **D – Bibliografia sobre *Os Lusíadas***

ALVES, Hélio João Santos (2001), *Camões, Corte-Real e o sistema da epopeia quincentista*, Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos/Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

— (2010), “Teoría de la épica en el Renacimiento portugués”, in María José Vega Ramos e Lara Vilà (eds.), *La teoría de la épica en el siglo XVI: España, Francia, Italia y Portugal*, Vigo: Editorial Academia del Hispanismo, p. 137-173.

ANASTÁCIO, Vanda (2021), “Frei Bartolomeu Ferreira: aspectos da actuação de um censor”, in *Leituras potencialmente perigosas*, Lisboa: Caleidoscópio, p. 23-34.

BISMUT, Roger (1974), *Les Lusiades, confession d'un poète*, Paris: Centre Culturel Portugais.

BOWRA, C. M. (1945), *From Virgil to Milton*, London: Macmillan & Company (Capítulo III).

CIDADE, Hernâni (1975), *Luís de Camões: o Épico*, vol. II, 4.<sup>a</sup> ed., corrigida e aumentada, Amadora: Bertrand.

EARLE, Thomas F. (2013), “Retórica e construção da narrativa”, in Thomas F. Earle, *Estudos sobre cultura e literatura portuguesa do Renascimento*, Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 299-312.

FIGUEIREDO, João R. (2007), “Pais tiranos: O Baco de *Os Lusíadas* e Camões”, in António M. Feijó e Miguel Tamen (orgs.), *A teoria do programa. Uma homenagem a Maria de Lourdes Ferraz e a M. S. Lourenço*, Lisboa: Universidade de Lisboa, p. 19-37.

HUE, Sheila Moura (2020), “Em busca do cânone perdido. Manuscritos e impressos quincentistas das variantes textuais e das atribuições autorais”, *Revista Camoniana*, 3.<sup>a</sup> série, 12: 171-193.

JACKSON, David Kenneth (2003), *Luís de Camões e a primeira edição de Os Lusíadas de 1572*, CD-ROM produced by Portuguese Literary and Cultural Studies, Center for Portuguese Studies, University of Massachusetts Dartmouth.

MACEDO, Hélder (2013), *Camões e a Viagem Iniciática*, Edição revista e aumentada, Lisboa: Abysmo.

- MACEDO, Jorge Borges de (1979), *Os Lusíadas e a História*, Lisboa: Editorial Verbo.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de (2003), *Tópicos para a leitura de Os Lusíadas*, Lisboa: Editorial Verbo.
- MAZZOCHI, Giuseppe (2001), “Introduzione”, in Luís Vaz de Camões, *I Lusíadi*, Tradução de Ricardo Averini, note di Valeria Tocco, Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, p. 7-82.
- MELO, Gladstone Chaves de (1985), “Uma interpretação do episódio do Velho do Restelo”, *Revista da Universidade de Coimbra*, XXXIII: 341-345.
- NÓBREGA, Luiza (2008), *O canto molhado. Metamorfose d’Os Lusíadas. Leitura do poema como poema*, Lisboa: Aqva.
- POST, Houwens (1972), “A Cronologia da composição de várias passagens de *Os Lusíadas*”, Separata da Revista Ocidente, *Revista Portuguesa de Cultura*, n.º 415, vol. LXXXIII.
- SARAIVA, António José (1992), “A Fábrica de *Os Lusíadas*”, in António José Saraiva, *Estudos sobre a arte d’Os Lusíadas*, Lisboa: Gradiva, p. 47-75.
- SENA, Jorge de (1980), *A estrutura de Os Lusíadas e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do século XVI*, 2.ª ed., Lisboa: Edições 70.
- SÉRGIO, António (1925), *Camões e D. Sebastião. Rudimentar organização de documentos para o estudo de um problema curioso*, Paris/Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.
- SILVA, Luís Oliveira e (1999), *Ideologia, Retórica e Ironia n’Os Lusíadas*, Lisboa: Salamandra.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (2008), *A Lira Dourada e a Tuba Canora: novos ensaios camonianos*, Lisboa: Cotovia.
- TOCCO, Valeria (2005), *A lira destemperada. Estudos sobre a tradição manuscrita de Os Lusíadas*, Bari: Adriatica Editrice.
- WALKER, Roger M. (1972), “Reacção ou Progresso? Baco ou Vénus? Pergunta de Camões ainda sem resposta”, *Ocidente. Revista Portuguesa de Cultura*, Número especial, 173-181.

**II.**

**A DEDICATÓRIA DE *OS LUSÍADAS*  
E O “CASO” DE INÊS DE CASTRO**

(Página deixada propositadamente em branco)

## INTRODUÇÃO

A presença de D. Sebastião n’*Os Lusíadas* é avassaladora: ele não é apenas o dedicatário do poema, ele é o rei e o herói predestinado para quem a epopeia foi escrita, com quem o poeta fala, a quem aconselha, a quem interpela e para quem apela, ele é o herdeiro e a culminação da História do Povo português. (Vitor Aguiar e Silva, *Dicionário de Luís de Camões*, p. 129)

Essas palavras, escritas por um dos maiores camonistas de sempre, chamam a atenção para uma evidência. De facto, ler a epopeia camoniana sem ter em conta a presença decisiva que nela tem a figura de D. Sebastião é ignorar aquele que é porventura o aspeto que mais determina o seu sentido global. Quando se diz que o poeta fala com o rei, aconselhando, interpelando e apelando, isso significa que o canto camoniano deve ser entendido à luz dessa interlocução que é, ao mesmo tempo, estética e histórica. É assim desde o primeiro verso; e é-o sobretudo a partir da Dedicatória que Camões quis que fizesse parte do poema, precedendo a narração.

E, no entanto, esse juízo não tem sido explorado em todas as suas consequências. A Dedicatória costuma ser vista como parte de um preâmbulo convencional que abrange ainda a Proposição (1-3) e a Invocação (4-5). Em relação a estes dois subconjuntos, não existe divergência essencial entre os comentaristas. Na Proposição, o poeta anuncia e define o propósito do seu Canto, alargando a dimensão e a natureza do herói ao “peito ilustre lusitano”. Já no segundo grupo de estâncias, o poeta faz depender o cumprimento desse plano do auxílio de musas bem distintas daquelas que, até então, o tinham assistido na criação lírica. Ficamos assim prevenidos

da novidade do canto que vai seguir-se: o herói será coletivo (“Armas e barões”) e as musas providenciarão um *ingenium* mais intenso e transfigurante, que há de traduzir-se em “estilo grandíloco e corrente”. Se nas duas primeiras partes do dito preâmbulo têm sido notadas premonições importantes que configuram um determinado tipo de *imitação* e abrem um novo horizonte de sentido, na Dedicatória, esses sinais não têm sido assinalados com tanta nitidez. O motivo para essa indefinição pode resultar, desde logo, do seu carácter imprevisível. De facto, ao contrário do que sucede com a Proposição e a Invocação, a Dedicatória não se encontra contemplada nos mais influentes tratados de poética, nem desfruta da tradição dos modelos mais seguidos por Camões: a *Eneida*, em primeiro lugar; e os poemas italianos em oitava real, como *Orlando Innamorato* ou *Orlando Furioso*.<sup>26</sup> A Dedicatória não pode, pois, ser tomada à conta do cumprimento de uma simples formalidade. Nasce de uma escolha do autor e, nessa medida, está repleta de implicações.

Os principais comentadores do poema de Camões detêm-se no esclarecimento dos versos da Proposição e da Invocação, refletindo, em alguns casos, sobre as repercussões que eles podem ter no desenvolvimento da ação. Quando se trata da Dedicatória, porém, as aclarações são mais circunscritas: vinca-se a preferência do poeta pela matéria verdadeira (em vez de matéria fantasiosa) e evoca-se a chegada ao trono de D. Sebastião. Pode estranhar-se que esse trâmite do discurso se desenvolva ao longo de 13 estâncias, muito além do que poderia esperar-se; mas não se extraem do facto conclusões valorativas.<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Refiro, desde logo, a *Arte Poética* publicada em Cremona por Marco Girolamo Vida, no ano de 1527. Trata-se de um dos mais prestigiados tratados que incide sobre a epopeia. Para além de outros argumentos, o facto de reproduzir o registo virgiliano legitima a suposição de que Camões possa tê-la conhecido.

Para aferir da importância desse texto precativo, veja-se o excelente estudo de Arnaldo Espírito Santo que serve de Introdução ao referido tratado.

<sup>27</sup> Faria e Sousa, o mais minucioso comentarista dos textos camonianos, dilucida o sentido de cada verso, mas subvaloriza a importância global do conjunto. Contrariando o tom encomiástico das apreciações que costuma fazer, vai ao ponto de apontar o que, neste caso, entende ser uma desmesura: “No negare que es un poco largo el ofrecimiento destas 13 estancias” (Cf. p. 167).

Em face desse estranho descaso, pareceu-me oportuno refletir, em primeiro lugar, sobre os motivos que podem explicá-lo. Num segundo momento, julgo necessário ponderar algumas das consequências que podem advir das palavras de Aguiar e Silva. Perguntarei, em concreto: até que ponto elas condicionam a interpretação do episódio de Inês de Castro, um trecho aparentemente tão afastado da dimensão heroicizante do poema?

## 1. A Dedicatória

Começo por lembrar o que muitas vezes tem sido dito, ainda que de forma diferente: n'Os *Lusíadas*, as circunstâncias históricas desempenham um papel invulgarmente importante. Abundam as provas de existência de uma oficina estética complexa e profunda. Mas essa mesma oficina coexiste com a intenção declarada de interpretar acontecimentos e de persuadir pessoas concretas. O pano de fundo é, sem dúvida, o tempo que se segue ao regresso de Camões do Oriente, ocorrido em 1570. Se existe lugar onde o vínculo entre arte e história se torna patente é exatamente na Dedicatória.

Não se trata de versos em que o autor se dirija a um mecenas, solicitando proteção direta ou indireta; tão pouco se trata de um simples encómio. Em boa verdade, a Dedicatória camoniana não só identifica um dedicatário real como vai ao ponto de o transformar em narratário<sup>28</sup>. Isso significa que Camões coloca D. Sebastião dentro do poema, anunciando assim que tudo o que vai narrar lhe é destinado: os episódios que escolhe, a importância que lhes confere e ainda a intenção pedagógica que lhes imprime. Esses atributos ganham ainda mais sentido se lembrarmos o que acontece em casos análogos. No *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, poema épico da autoria de Jerónimo Corte-Real, publicado em 1574 (dois

---

<sup>28</sup> Sobre os efeitos de sentido que resultam da presença do *narratário explícito*, veja-se o extenso verbete correspondente que figura no *Dicionário de Estudos Narrativos*, de Carlos Reis.

anos apenas depois da publicação de *Os Lusíadas*) existe também uma Dedicatória a D. Sebastião. Mas não pode comparar-se com aquela de que venho tratando. Esta outra surge em forma de Prólogo, ocupando uma posição externa e desligada do que se conta no poema. Embora contendo um louvor ao monarca, o texto (em prosa) é bastante sucinto e estereotipado. A epopeia de Corte-Real integra apenas a Proposição e a Invocação. Nesta última, de resto, o poeta renuncia expressamente às musas pagãs, invocando o auxílio de Cristo.<sup>29</sup>

### 1.1. Afonso Henriques e D. Sebastião

As três primeiras estâncias (6-8) cumprem, antes de tudo, o princípio da *laudatio*. Nelas sobressaem, com enfática clareza, a matriz e a vocação cruzadística de Portugal, envolvendo alusões ao jovem Rei como “novo temor da Maura lança”. A aparição de Cristo a Afonso Henriques é sugerida pelas cinco quinas de Portugal: nessa alusão se estabelece ainda o vaticínio de que D. Sebastião se converterá em “jugo e vitupério/do torpe Ismaelita cavaleiro” (I, 8).<sup>30</sup> Fica assim claro, desde logo, o propósito de estabelecer uma ligação entre D. Sebastião e o Rei Fundador. Em resultado dessa comparação, o rei menino surge como construtor do “Reino Novo”, expressão que tantas vezes há de ser empregue não apenas para identificar os territórios nascidos do processo de Expansão, mas também para sinalizar uma reconversão do “Reino Antigo”, nos planos político e axiológico.

---

<sup>29</sup> Embora publicado em 1574, na mesma oficina em que tinha sido impressa a epopeia de Camões, parece fora de dúvida que o poema de Corte-Real circulava em forma manuscrita em data anterior. Para um exame das aproximações (analógicas e contrastivas) entre os poemas de Corte-Real e de Camões, são particularmente esclarecedores os trabalhos que têm vindo a ser publicados por Hélio Alves, desde 2001.

<sup>30</sup> Sobre a cronologia de composição do poema existe um conjunto de conjeturas e deduções de fundamento oscilante. Houve quem, como Costa Pimpão (“Introdução” a *Os Lusíadas*), tivesse defendido que a escrita do texto ocorreu à volta de 1554, aquando do nascimento de D. Sebastião, e há também quem, como Howens Post, sustente que a Dedicatória foi das últimas partes do poema a ser escrita, talvez mesmo depois de Camões ter regressado da Índia. O exame das diferentes posições foi já levado a cabo por Aguiar e Silva, no excelente verbete sobre “Camões e D. Sebastião”, que escreveu para o *Dicionário* por si coordenado.

## 1.2. O prémio justo

Nos versos seguintes, o poeta toma o monarca como destinatário ativo, recorrendo a formas verbais de carácter fático como “Inclinai” e “Ouvi”. O sujeito épico sente então necessidade de se apresentar ao destinatário. O traço pessoal que refere relaciona-se com o facto de o seu Canto ser impelido exclusivamente pelo “amor da pátria não movido de prémio vil” (I, 10). Certifica-se assim a pureza e a elevação de tudo o que vai ser narrado, por oposição a práticas seguidas por escritores que reclamavam uma recompensa material.<sup>31</sup> Camões aspira a um reconhecimento de outra natureza: aquele que lhe há de vir da fama, entidade que, de um modo direto ou indireto, vai ser sistematicamente associada ao verdadeiro triunfo. É esse o sentido da oposição que se estabelece entre o “prémio vil” e o “prémio justo”:

Que não é prémio vil ser conhecido  
Por um pregão do ninho seu paterno.

(I, 10)

Para que a moldura do poema fique completa, é ainda necessário delimitar a natureza da matéria épica. Surge então o anúncio importante de que se tratará de matéria verídica. A ênfase colocada nessa escolha serve de contraposição a outros poemas que assentavam em “... vãs façanhas / Fantásticas, fingidas, mentirosas” (I, 11). A sua importância, porém, pode ser maior do que normalmente se assinala. Colocando D. Sebastião na senda de um passado factual (e não fantasioso), o poeta responsabiliza-o como continuador desse passado (ou como sua “culminação”, como refere Aguiar e Silva). Trata-se, para mais, de um passado integral e contínuo,

---

<sup>31</sup> Referindo-se, em geral, ao conjunto de epopeias italianas escritas entre finais do século XV e meados do século XVI (incluindo a *Gerusalemme*, de Torquato Tasso), Cristina Barbolani chega a falar de “literatura de encargo”: “Una de las características de estos poemas que, en cierto modo, los podera alejar del gusto actual, es su calidad de productos encomiásticos, realizados según indicaciones – más o menos precisas, y más o menos respetadas – del señor bajo cuya protección se encontraba el autor, a saber, del mecenas cuyo nombre aparece normalmente en la dedicatória inicial o protásis” (Barbolani, 2005, p. 13).

que remonta à fundação da nacionalidade, abarcando, sem interrupções, a sequência de duas dinastias.<sup>32</sup>

### 1.3. Modelos de heroísmo

A natureza dos heróis que Camões se propõe enaltecer fica assim clara. São verdadeiros e, por isso, podem ser apresentados ao Rei como exemplo. Em primeiro lugar, são nomeados aqueles que se notabilizaram no Ocidente. São depois objeto de menção:

Aqueles que, nos Reinos lá da Aurora  
Se fizeram por armas tão subidos

(I, 14)

A enumeração é criteriosa, englobando figuras que vão ser objeto de enaltecimento em diversas ocasiões e em diferentes níveis da história: Nun' Álvares,<sup>33</sup> D. Afonso Henriques (e também “o terceiro, o quarto e o quinto Afonso”) e D. João II hão de vir ao poema pela voz delegada de Vasco da Gama, que, a partir do canto III, conta a história de Portugal ao Rei de Melinde. Por sua vez, figuras como D. Fuas Roupinho ou Egas Moniz serão objeto de tratamento por parte de um outro narrador homodiegético. Refiro-me a Paulo da Gama que, no canto VII, perante o catual, retoma a narração da história de Portugal a partir das bandeiras que enfeitam as naus, sinalizando a história e a identidade dos lusitanos. No canto VI, os cavaleiros conhecidos por “Doze de Inglaterra” serão

---

<sup>32</sup> Tal como sucedia nos manuais consagrados à educação de príncipes, também n'Os *Lusíadas* a História é tida como inspiradora de virtudes essenciais ao exercício do poder: *gravitas, prudentia, sapientia civilis, doctrina e rerum cognitio*. De entre a numerosa bibliografia existente sobre o assunto, destaco os trabalhos publicados por Ana Isabel Buescu que, por sua vez, remetem para o que de melhor tem vindo a lume no quadro da historiografia europeia.

<sup>33</sup> Faria e Sousa há de explicar a precedência de Nun'Álvares nesta enumeração (que contraria o ordenamento cronológico) por via da sua maior adequação ao perfil do cavaleiro: “(...) aunque Nuno Alvarez fue ultimo en tempo le pone primero, porque lo fue en cavallerías” (Cf. p. 177).

longamente convocados por Fernão Veloso (VI, 40-69) enquanto heróis aparentemente secundários, embora, como veremos, se venham a revelar importantes para a economia global do poema.

#### 1.4. Carlos V e D. João III

Partindo do princípio de que Camões se dirige a um monarca que vai iniciar o seu reinado, é significativo que refira a coroação mitológica que envolve o dote do “cerúleo senhorio” por parte de Tétis (I, 16). Assim se sugerem sinais antecipados da recompensa de sublimação que, sob a forma da Ilha dos Amores, ocupa os cantos IX e X.

O Prémio mais valioso que indica é, porém, de outro tipo. Sempre empenhado nesse desígnio de responsabilização histórica, o poeta não deixa de lembrar ao rei as almas dos “dous avôs” (Carlos V e D. João III), sublinhando a complementaridade que entre eles existe e a base em que assenta a fama de ambos:<sup>34</sup>

Ûa, na paz angélica dourada,  
Outra, pelas batalhas sanguinosas.

(I, 17)

Falando ao Rei Menino de antepassados próximos, o poeta aponta para a renovação de “Sua memória e obras valerosas” ao mesmo tempo que acena com a perspetiva de uma recompensa englobante: a reunião de todos no “templo da suprema Eternidade”. Dessa forma, o poeta traz o passado ao presente e suscita a possibilidade de um futuro de plenitude: o tempo do império eterno e justo.<sup>35</sup>

---

<sup>34</sup> No verbete respeitante à figura de D. Sebastião, que figura no *Dicionário de Luís de Camões*, Aguiar e Silva lembra que a Dedicatória não poderia ter sido composta antes de 1558, uma vez que Carlos V morre em 21 de setembro desse ano.

<sup>35</sup> Esse mesmo tópico tinha surgido na profecia de Júpiter, em resposta às queixas de Vénus. Para tranquilizar a filha que protesta contra as constantes dificuldades levantadas por Baco, ao prosseguimento da viagem, o deus soberano vai enumerar um conjunto de

Para além de oferecer o poema a uma figura concreta, a Dedicatória de *Os Lusíadas* resume alguns dos sentidos mais importantes que hão de atravessar o poema. A sua importância, contudo, não se limita aos significados concretos que acabo de apontar. O eco chega ao último verso: aquele em que o poeta, depois de incitar D. Sebastião a uma nova partida, lhe vaticina uma “dita” superior à de Aquiles (X, 153). Nesse momento final, o poeta retoma o tom profético que assinala as estâncias iniciais. Como se tudo o que se conta entre um e outro vaticínio devesse ser assumido como base e como resultado. O estudo desses efeitos pode e deve fazer-se de forma sistemática e abrangente. Cada episódio do poema, cada realce e também cada omissão resultam do desígnio de tocar o destinatário eleito. Histórias compósitas como as que integram o episódio do Adamastor (incluindo a tentativa de dissuasão, as profecias de tragédia e os amores fracassados que acabam em castigo) ou quadros bélicos como Ourique, Salado e Aljubarrota têm uma dimensão moral que se dirige ao jovem rei. A ele se pede que tome “as rédeas do Reino”. Do mesmo modo que a ele se dirige a narrativa encadeada dos reinados, destacando uns em detrimento de outros, tanto através do desenvolvimento que lhes é concedido, da intensidade dos factos narrados ou mesmo do grau de compromisso evidenciado pelo narrador na matéria narrada.

## **2. O “Caso” de Inês de Castro contado a D. Sebastião**

Situado na segunda metade da narração, que é cometida a Vasco da Gama em resposta às perguntas que lhe são dirigidas pelo rei de Melinde (III, 3), o episódio de Inês de Castro faz parte do bloco de 36 estâncias consagradas ao reinado de D. Afonso IV,<sup>36</sup> ocupando exatamente metade desse conjunto (118-135). Os outros dois subconjuntos que fazem parte do referido reinado são a súplica de Maria a seu pai (102-106) e a bata-

---

conquistas no Oriente, conducentes a uma paz reconversora: “E de tudo enfim senhores/ Serão dadas na terra leis melhores” (II, 46).

<sup>36</sup> Recorde-se que o número de estâncias que corresponde ao reinado de Afonso IV apenas é superado pela soma de 56, que são dedicadas a D. Afonso Henriques (III, 29-84).

lha do Salado (107-117). A contiguidade que se estabelece entre os três núcleos obriga, desde logo, a uma leitura articulada dos acontecimentos que se relacionam com o reinado em questão.

### **2.1. A “fermosíssima Maria” e a batalha do Salado**

Tudo começa com a aparição de Maria nos paços de D. Afonso IV. A posição de fragilidade em que a rainha de Castela surge perante o pai e a súplica que lhe dirige são apresentados como causa e fundamento da participação das armas portuguesas na batalha do Salado. O acolhimento de Afonso à referida súplica significa também a recetividade do Rei (modelo e exemplo de cavaleiros) ao pedido de uma mulher que se encontra em risco de tudo perder: rei, reino e ventura. Desse modo, a participação do monarca lusitano na batalha, primeiro contra a hoste dos granadinos e depois auxiliando diretamente Afonso XI, a quem cabe enfrentar os mauritanos, é narrada como um ato de generosidade e não de interesse próprio, fosse ele militar ou geoestratégico. Assim se prepara o surgimento do caso de Inês.

### **2.2. Inês perante cavaleiros**

Numa só estância passa-se de um assunto a outro, o que constitui caso único nos procedimentos de transição entre episódios camonianos. Não estamos assim perante um processo de continuidade ética, como havia sucedido entre a súplica de D. Maria e o Salado. A ligação entre as estâncias consagradas à batalha e aquelas que contam a história de Inês efetua-se em registo de profundo contraste:<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Sobre a sintaxe dos episódios camonianos, veja-se o importante ensaio de Aníbal Pinto de Castro: “Verdade e verosimilhança na épica camoniana”.

Passada esta tão próspera vitória,  
Tornado Afonso à Lusitana terra,  
A se lograr da paz com tanta glória  
Quanta soube ganhar na dura guerra,  
O caso triste, e dino da memória  
Que do sepulcro os homens desenterra,  
Aconteceu da mísera e mesquinha  
Que depois de ser morta foi Rainha.

(III, 118)

Fica assim claro, desde o início, que a paz que Afonso IV tinha conseguido obter através de uma “guerra justa” sob o ponto de vista cavaleiresco, vai ser comprometida exatamente pela mesma via. O caso é classificado como “triste e dino de memória” e esta classificação só pode ser entendida à luz dos critérios que antes tinham permitido enaltecer o feito do Salado. À lógica da cavalaria que se institui como horizonte de julgamento, o narrador sente ainda necessidade de associar a lógica do Amor que, na estância 119, é reconhecido como “áspero e tirano”. Tendo em consideração a coexistência de duas lógicas tão díspares, o narrador sinaliza a inocência da vítima. O Amor é assumido como entidade que agride uma mulher frágil.

Destaca-se, sobretudo, que esta não tenha encontrado defesa em cavaleiros:

Tu só, tu, puro Amor, com força crua,  
Que os corações humanos tanto obriga,  
Deste causa à molesta morte sua,  
Como se fora pérfida inimiga.  
Se dizem, fero Amor, que a sede tua  
Nem com lágrimas tristes se mitiga,  
É porque queres, áspero e tirano,  
Tuas aras banhar em sangue humano.

(III, 119)

Para além de uma visão trágica e nefasta do Amor (aqui equiparado a um deus que exige sacrifícios de sangue), o que está em causa nessa estância crucial é sublinhar que Inês não é uma “pérfida inimiga”, ou seja, no entendimento do narrador, ela não merece a sentença que se costuma destinar aos traidores.<sup>38</sup>

Assim se explica que a sua descrição e o seu discurso se centrem na ideia de solidão impotente:

Pera o céu cristalino alevantando,  
Com lágrimas, os olhos piedosos  
(Os olhos, porque as mãos lhe estava atando  
Um dos duros ministros rigorosos);

(III, 125)

A figura da mulher que se dirige ao “céu cristalino” e impassível reveste-se de máxima intensidade patética. Mesmo fraca e indefesa (estereótipo associado à sua condição feminina), ela surge de mãos atadas por um dos “duros ministros rigorosos”. Fica assim bem sublinhada a sua incapacidade para levantar as próprias mãos, tanto para o monarca como para o céu.

As palavras que dirige ao Rei começam por ser de carácter abstrato, invocando a proteção que foi dispensada a crianças por “brutas feras”, “aves agrestes” e pela loba que cuidou dos fundadores de Roma. O fundamento para o pedido direto que lhe dirige é a necessidade de proteger as crianças que traz consigo. Nesse sentido, o começo da estância 128 constitui uma síntese dos deveres de quem detém a força e o poder:

E se, vencendo a Maura resistência,  
A morte sabes dar com fogo e ferro,  
Sabe também dar vida com clemência  
A quem pera perdê-la não fez erro.

(III, 128)

---

<sup>38</sup> O exame da relação entre a realidade histórica e a reinvenção poética foi levada a cabo por um vasto conjunto de estudiosos. Vejam-se, entre outros, os trabalhos de Eugenio Asensio, Maria Leonor Machado de Sousa e Luciana Stegagno Picchio.

Em desespero e sabendo-se condenada, a vítima apela a uma comutação do castigo iminente. Em vez da morte, solicita o desterro extremo:

Na Cítia fria ou lá na Líbia ardente,  
Onde em lágrimas viva eternamente.

(III, 128)

Está assim criado o cenário para que a execução que veio a acontecer seja vista como uma recusa de clemência e um castigo imposto a um conjunto de inocentes: não apenas a Inês, mas também a seus filhos e ao seu príncipe. Embora sem desenvolver o efeito que a súplica possa ter provocado em Afonso IV, o narrador não deixa de fazer notar que o Rei foi tocado pelas palavras da mulher que é mãe dos seus netos. Nessa medida, a responsabilidade pela morte que vai seguir-se é imputada aos dois agentes cruéis já antes nomeados: o destino e o povo, que encarna o interesse de Estado.

### **2.3. A inocente assassinada**

A execução de Inês é descrita na sua brutalidade contrastiva. Sobressai a frieza das espadas, remetendo não para uma execução protocolar, perpetrada por um só carrasco, mas para um assassinato cometido por um coletivo de assassinos “férvidos e irosos”. Por outro lado, a insensibilidade de quem usa as ditas espadas colide com a delicadeza das partes do corpo por elas ofendidas (o “colo de alabastro”). O narrador formal (Vasco da Gama) é relegado para segundo plano, dando lugar à irrupção do narrador autoral. Do mesmo modo, o narratário deixa de ser o Rei de Melinde e passa a ser ainda mais claramente D. Sebastião. Tudo se passa como se Camões, também ele cavaleiro, tivesse sentido necessidade de intervir em defesa de Inês, suprimindo a omissão dos cavaleiros do século XIV. Do mesmo modo, convoca o Rei ouvinte para corrigir a inclemência de Afonso IV. Quando nos últimos versos da estância 130 somos surpreendidos por essa mesma voz:

Contra ãa dama, ó peitos carniceiros,  
Feros vos amostrais e cavaleiros?

(III,130)

Percebemos (ou confirmamos) então que a essa mesma voz e não à voz delegada do capitão das naus tinha também cabido a introdução do episódio. Isto significa que o verso que introduz o episódio

Estavas, linda Inês, posta em sossego,

(III, 120)

se encontra bem afastado da *ficta persona* que é Vasco da Gama mas bem entranhado na sensibilidade do poeta lírico que nunca deixa de ser Luís de Camões.

#### 2.4. Efeitos de uma morte

É ainda essa mesma voz que refere os efeitos da execução. É atingida a Natureza, confidente do amor impossível de Inês. Tendo sido evocada no início, chora agora a morte injusta, eternizando a memória da vítima (III, 135). Nesse mesmo sentido, ganha relevo o famoso símile da flor que feneceu. Inês morta é comparada a uma bonina precocemente cortada e maltratada por “lascivas mãos” (III, 134). Mas é sobretudo reiterada a condenação do desrespeito pelos valores da cavalaria, cujo cumprimento estava confiado ao Rei. A condenação havia sido anunciada desde o início do episódio:

O caso triste, e dino da memória

Que do sepulcro os homens desenterra,

(III, 118)

A verberação do sucedido vai ao ponto de o poeta envolver os próprios elementos naturais:

Bem puderas, ó Sol, da vista destes,  
Teus raios apartar aquele dia,

(III, 133)

A morte de Inês, porém, não constitui o remate do episódio. À sua execução segue-se a narrativa da vingança do príncipe. Há primeiro o levantamento do príncipe contra o Rei. Mal alcança o governo, o novo monarca acorda com o soberano de Castela a extradição dos algozes, a quem é aplicada pena cruel. O pacto que Augusto fizera com Lépido e António é trazido à colação para significar a desmesura e para sublinhar que uma injustiça só pode gerar mais desconcertos.

## 2.5. Ensinamentos ou o “espelho do príncipe”

Um episódio dessa natureza parece reunir todos os requisitos para ser lido por si mesmo, sem necessidade de estabelecer nexos com outros episódios ou com o sentido geral do poema. A haver ligações, elas poderiam talvez ser efetuadas mais com a lírica. Tal como sucede em muitos sonetos, canções ou élogos, por exemplo, encontramos no episódio a visão fatídica do Amor, a onnipresença do Destino e a inocência da Natureza, que aqui assume o papel de contraponto às conveniências de Estado.<sup>39</sup>

As estâncias em causa ganham, contudo, em ser lidas numa perspetiva global. Vimos já que o episódio faz sentido se for relacionado com os passos que integram a longa descrição do reinado de Afonso IV. Sem a precedência direta da batalha do Salado e dos fundamentos afetivos que a ela conduzem, a morte de Inês não teria o significado que alcançou. Mas é manifesto que nele encontram eco outros passos da epopeia.

---

<sup>39</sup> A correlação entre o tema da Natureza e a dimensão lírica do episódio tem sido consensualmente relevado pelos exegetas do episódio. No bem informado verbete que escreveu sobre Inês de Castro para o *Dicionário de Luís de Camões*, José Carlos Seabra Pereira chama a atenção para este vínculo, destacando ainda os efeitos de projeção que ele vai ter no tratamento posterior do tema inesiano. O referido verbete contém ainda um vasto elenco bibliográfico sobre o episódio e a sua dimensão intertextual.

No episódio se pode ver, por exemplo, um contraponto do que tinha sucedido com uma outra súplica. Falo da apresentação voluntária de Egas Moniz ao Rei Afonso VII, de Leão (III, 38-41). Depois de ter empenhado a sua palavra junto do soberano, envolvendo o comportamento do seu príncipe, o cavaleiro e aio de Afonso Henriques surge na corte de Leão, “com seus filhos e mulher”, oferecendo-se como penhor de uma promessa não cumprida. O perdão que obtém só pode ser lido como referência de contraste relativamente ao desfecho do episódio de Inês.<sup>40</sup>

Mas o Rei vendo a estranha lealdade,  
Mais pôde, enfim, que a ira, a piedade.

(III, 40)

Ainda é possível ver nesse episódio uma explicação para o episódio dos Doze de Inglaterra (VI, 39-69), no qual, cavaleiros experimentados na guerra, acodem generosamente a Londres para resgatar a honra de donzelas inglesas, dando mostras de um verdadeiro espírito da generosidade cavaleiresca: o espírito em que, por uma vez, Afonso IV não tinha sido capaz de perseverar. O caso é particularmente ilustrativo: basta lembrar que existe um monarca envolvido (Ricardo II), que desencadeia o processo de proteção às damas ofendidas. Recorde-se, num outro plano, que o altruísmo dos cavaleiros lusos é consagrado a destinatários desconhecidos: precisamente às damas que viviam na longínqua Inglaterra. No “caso triste e dino de memória”, pode ainda ler-se uma tentativa frustrada de antecipar o Amor pleno e livre de conveniências e circunstâncias que vai metaforicamente ocorrer na Ilha dos Amores.<sup>41</sup> Todas essas componentes

---

<sup>40</sup> O ato de Egas Moniz volta a ser descrito no episódio das bandeiras, quando Paulo da Gama conta ao catual que vem às naus, passos da história de Portugal, a partir das figuras aí representadas (VIII, 13-15). A repetição do motivo certifica a importância que o poeta lhe atribui, servindo, ao mesmo tempo, para acentuar a lealdade do vassalo, o incumprimento de um Rei e a magnanimidade de outro.

<sup>41</sup> Também a Ilha dos Amores encerra um conjunto de promessas e lições para o jovem Rei. Para além de uma forte vertente de utopia pessoal, que encontra ressonâncias na obra lírica, a Ilha dos Amores configura a necessidade de uma profunda reconfiguração axiológica, tida como acicate de todos os impérios. E é manifesto que essa reconversão se encontra alinhada com a pedagogia geral que o poeta endossa ao Rei.

de coesão apontam para que o episódio possa ser ainda visto como elemento importante da interlocução que o poeta deseja manter com um Rei menino. D. Sebastião pode repetir algumas das ações de D. Afonso IV, mas não deve repeti-las todas. É bom o seu exemplo de escuta e acolhimento da filha e é boa a bravura cruzadística de que dá mostras no Salado. Mas é muito censurável que não tenha atendido às súplicas de Inês. Mesmo tendo em conta a invocação dos interesses do Reino, que aconselhavam a separação dos dois amantes, a morte de uma mulher que, sendo mãe, proclama a sua inocência e pede o desterro, constitui uma ofensa muito grave aos códigos de cavalaria, que asseguravam a proteção dos fracos, em especial das mulheres.<sup>42</sup> Neste sentido, ganha forma e consistência o princípio de que Camões constrói um friso de heróis imperfeitos que coloca perante um rei auspicioso, com o objetivo de que ele possa iniciar o seu caminho de superação rumo a uma idade dourada.

## Conclusão

As palavras de Aguiar e Silva que cito no início deste artigo parecem escritas desde sempre. Apesar disso, nem nos comentaristas mais demorados nem nos estudiosos mais consistentes encontramos precedentes claros daquela asserção. Assim sucede talvez porque essas palavras têm consequências que podem considerar-se menos conformes com a leitura mais aceite do poema. Longe de ser uma incrustação normativa, a longa Dedicatória ao Rei pode ser entendida como um prolongamento da Proposição. Mas é ainda mais do que isso. A sua recuperação direta ou indireta, ao longo de todo o poema (culminando no exórdio final), deve ler-se como estratégia central de responsabilização e de envolvimento de

---

Nessa ilha, em concreto, sob a forma de utopia, pode identificar-se a *Lição* do poema. Sobre o significado desta mesma reconversão, veja-se o verbete sobre a “Ilha dos Amores” assinado por Aguiar e Silva no seu *Dicionário* (2011: 337-344), discutindo teses contrárias e resumindo as suas próprias posições, antes desenvolvidas em vários estudos.

<sup>42</sup> São inúmeros os estudos sobre a instituição cavaleiresca, abrangendo as suas raízes e a sua evolução. De entre os investigadores que mais têm estudado a sobrevivência dos valores cavaleirescos na Idade Moderna, cumpre destacar Martin Wrede e Nicolas Le Roux.

D. Sebastião. O facto de estas estâncias terem sido muitas vezes interpretadas como reveladoras de ingenuidade política por parte de Camões pode ter contribuído para fazer esquecer a sua importância.

Com efeito, tal como surge no final do poema, a exortação camoniana a D. Sebastião para que retome o projeto do império africano e rompa nos campos de Ampelusa detém uma dimensão cruzadística que a posteridade nem sempre compreendeu ou assumiu. E, sobretudo, converte Camões numa espécie de profeta que aponta ao jovem Rei o caminho da perdição.<sup>43</sup> Em socorro de Camões, António Sérgio evoca a importância da batalha de Lepanto, ocorrida em 1571 para a dissipação do perigo otomano, argumentando que, quando essa batalha ocorreu, já o poeta tinha confiado o manuscrito aos prelos de António Gonçalves. E diz mais em abono do poeta: que se é verdade que ele incita à (re)conquista africana, nada indica que aprovasse o comando pessoal do Rei. Por sua vez, Maria Augusta Lima Cruz, a mais recente biógrafa de D. Sebastião, traça um convincente quadro integrador da situação do Reino, tendo em conta a instabilidade que se vivia nos territórios magrebinos, e destacando os interesses das coroas ibéricas na região. Desfaz-se assim um pouco a ideia de que a jornada de 1578 foi destituída de sentido geoestratégico. Mas é preciso não cairmos no exagero oposto: se as circunstâncias tiveram peso na conceção da epopeia camoniana (bem mais do que os comentaristas dos séculos XIX e XX puderam admitir), também é verdade que, mesmo sob o efeito de um compromisso político evidente, Camões não deixa de ser um militante da poesia. Tal como outros artistas do seu tempo, o autor de *Os Lusíadas* acreditou que a Arte tem, desde logo, o poder de revelar a realidade escondida; mas, para além disso, a Arte (e, em particular, a poesia) deve conservar a aspiração de vir a alterá-la.

---

<sup>43</sup> A este nível, conserva atualidade o estudo já antigo que António Sérgio consagrou ao assunto. Em perspectivas diferentes, vejam-se ainda a biografia de Maria Augusta Lima Cruz e o verbete que tenho vindo a referir, que Vítor Aguiar e Silva assinou no *Dicionário de Luís de Camões*, por si coordenado.

Este camonista lembra, com oportunidade, a precedente referência a D. Sebastião na égloga “Que grande variedade vão fazendo”, alusiva à morte de D. João, pai de D. Sebastião (ocorrida em 1554) e parece dar crédito à informação de Manuel Severim de Faria, segundo a qual o poeta teria rasgado a continuação do seu poema épico, ao saber do desastre de Alcácer Quibir.

É este porventura o cerne do “espírito órfico” que percorre *Os Lusíadas*. Embora assentando numa narrativa fundada na História e daí extraindo grande parte da sua força persuasiva, o poema de Camões reinventa a realidade do passado e procura transformar aquela que há de corresponder ao futuro. Parece ter sido esse o desígnio cimeiro do poeta. Assim se explica a urgência e a esperança que atravessam a epopeia. Muito provavelmente, o épico não conseguiu tocar o seu destinatário direto. De forma voluntária ou involuntária, o seu poema viria a ter um impacto ímpar nos portugueses de várias gerações. Assim aconteceu, em concreto, com a construção inconfundível da figura de Inês que, como outras, é colocada perante a sensibilidade de um Rei que tomava então as “rédeas” do seu reino. A pluralidade do herói, que se anuncia na Proposição, facilita o reconhecimento coletivo que, de algum modo, ainda perdura. Por outro lado, vista na sua extensão e em todos os seus efeitos, a Dedicatória acabou por ficar associada ao sebastianismo e a tudo o que daí resulta em termos de esperança na Providência e de apelo a uma partida nova.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, Hélio João Santos (2001), *Camões, Corte-Real e o sistema da epopeia quincentista*, Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos/Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- (2010), “Teoría de la épica en el Renacimiento portugués”, in María José Vega Ramos e Lara Vilà (eds.), *La teoría de la épica en el siglo XVI: España, Francia, Italia y Portugal*, Vigo: Editorial Academia del Hispanismo, p. 137-173.
- ASENSIO, Eugenio (1974), “Inês de Castro: de la crónica al mito”, in *Estudios Portugueses*, Paris: Centre Culturel Portugais: 37-58.
- BARBOLANI, Cristina (2005), *Poemas caballerescos italianos*, Madrid: Editorial Síntesis.
- BUESCU, Ana Isabel (1997), “A educação de príncipes e niños generosos. Um modelo quincentista peninsular”, *Revista de História das Ideias*, 19: 339-381.

- CASTRO, Aníbal Pinto de (2007), “Verdade e verosimilhança na épica camoniana”, in Aníbal Pinto de Castro, *Páginas de um honesto estudo camoniano*, Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, p. 155-173.
- (2007), “Os episódios n’*Os Lusíadas*. Suas funções na estrutura e no significado do poema”, in Aníbal Pinto de Castro, *Páginas de um honesto estudo camoniano*, Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, p. 227-241.
- CRUZ, Maria Augusta Lima (2006), *D. Sebastião*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- ESPÍRITO SANTO, Arnaldo M. (1990), “Introdução”, in Marco Girolamo Vida, *Arte Poética*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, p. 13-136.
- Lusíadas de Luís de Camões* (1972), comentadas por Manuel de Faria e Sousa, Introdução de Jorge de Sena, Edição Comemorativa, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- PEREIRA, José Carlos Seabra (2011), “Inês de Castro”, in Vítor Manuel Aguiar e Silva (2011), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa: Editorial Caminho, p. 444-449.
- PICCHIO, Luciana Stegagno (1999), “Inês de Castro: radiografia di un mito”, in Patrizia Botta (ed.), *Inês de Castro: Studi, Estudos, Estudios*, Ravenna: Angelo Longo Editore: 19-25.
- POST, Howens (1972), “A cronologia da composição de várias passagens de *Os Lusíadas*”, *Sep. da Revista Ocidente*, vol. LXXXIII.
- REIS, Carlos (2018), *Dicionário de Estudos Narrativos*, Coimbra: Livraria Almedina.
- (2019), “Figuras todas que aparecem: sobre a composição de personagens n’*Os Lusíadas*”, in Cristina Pimentel e Paula Morão (coords.), *A Literatura Clássica ou os Clássicos na Literatura: presenças clássicas nas literaturas de língua portuguesa*, Vila Nova de Famalicão/Lisboa: Húmus e Centro de Estudos Clássicos, p. 39-57.
- SARAIVA, António José (1992), “A Fábrica de *Os Lusíadas*”, in António José Saraiva, *Estudos sobre a arte d’Os Lusíadas*, Lisboa: Gradiva, p. 47-75.
- SÉRGIO, António (1925), *Camões e D. Sebastião. Rudimentar organização de documentos para o estudo de um problema curioso*, Paris/Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.
- SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (2011), “Camões e D. Sebastião”, in Vítor Manuel Aguiar e Silva (org.), *Dicionário de Luís de Camões*. Lisboa: Editorial Caminho, p. 128-134.

- (2011), “Ilha dos Amores”, in Vítor Manuel Aguiar e Silva (org.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa: Editorial Caminho, p. 337-344.
- (2020), “A Dedicatória de *Os Lusíadas* e a hermenêutica do poema”, in Vítor Manuel Aguiar e Silva, *Colheita de inverno. Ensaios de Teoria e Crítica Literárias*, Coimbra: Livraria Almedina, p. 361-376.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de (1993), “Pedro I de Portugal e Inês de Castro”, in Yvette Kace Centeno (coord.), *Portugal: mitos revisitados*, Lisboa: Edições Salamandra, p. 51-68.
- WREDE, Martin; LE ROUX, Nicolas (2017), *Noblesse oblige: identités et engagements aristocratiques à l'époque moderne*, Rennes: Presses Universitaires.

**III.**

**“FEITOS GRANDES, DE ALTA PROVA”:  
OS DOZE DE INGLATERRA E A ÉTICA  
CAVALEIRESCA EM *OS LUSÍADAS***

(Página deixada propositadamente em branco)

## INTRODUÇÃO

No ano de 1978, Ettore Finazzi-Agrò publicou um pequeno livro intitulado *A novelística portuguesa do século XVI*. A obra fazia parte da coleção Biblioteca Breve (Série Literatura) e só pode ser considerada “pequena” porque obedecia ao modelo editorial da “síntese”. Em todos os outros aspetos, trata-se de uma obra notável: pelo volume de informação que mobiliza, envolvendo textos literários (éditos e inéditos) e bibliografia crítica. Finazzi-Agrò não se furta sequer a tomar posição em matérias tão controversas, como são, em alguns casos, as atribuições de autoria, a autenticidade textual ou o enquadramento cultural. Volvidos mais de quarenta anos, bem pode dizer-se que esse ensaio não só veio preencher aquilo que então representava uma flagrante lacuna na nossa historiografia literária, como permanece ainda a referência mais concisa e, ao mesmo tempo, mais sólida sobre as matérias em apreço<sup>44</sup>.

Excluindo a narrativa sentimental (por estar previsto um volume da mesma coleção consagrado a *Menina e Moça*), o estudioso ocupou-se de três subgéneros: a novela cavaleiresca, a novela bucólica e a narrativa breve. Quando se detém na primeira classe de textos, o ensaísta tem na devida conta o facto de, no quadro da cultura peninsular do século XVI,

---

<sup>44</sup> Em contexto do aparecimento de estudos especializados, sínteses como aquela a que me refiro (a par de outras que integraram a coleção) revestiam-se de particular oportunidade: serviam de pórtico a determinadas temáticas, ao mesmo tempo que se assumiam como um verdadeiro “estado da questão”.

No domínio concreto dos estudos sobre a novelística portuguesa dos séculos XVI e XVII, vieram, entretanto, a lume valiosos contributos. De entre os que foram produzidos na universidade portuguesa, destacam-se as teses doutorais de Isabel Almeida (apenas disponível em versão policopiada) e de Sara Augusto.

a cavalaria não poder ser entendida apenas como um género narrativo. Nesse sentido, alude por várias vezes ao clima mental que prevalecia. Refere Camões e *Os Lusíadas*, por exemplo, chamando a atenção para a sobrevivência da ética e da estética cavaleiresca ao longo do século XVI, até D. Sebastião e Alcácer Quibir.

Em contexto de homenagem a um dos lusófilos mais destacados da sua geração, proponho-me retomar essa mesma linha de abrangência, tentando explicar os motivos que justificam o surgimento de um episódio de cavalaria numa epopeia renascentista.

## 1. Um episódio discreto

Situado a meio do canto VI (ests. 39-69), o chamado episódio dos Doze de Inglaterra não tem beneficiado da atenção que merece. O que se tem escrito sobre as estâncias que lhe correspondem não pode, pelo menos, comparar-se ao cuidado interpretativo de que vêm sendo objeto outros episódios, seja qual for o nível de ação em que se situam: Inês de Castro (História de Portugal), Velho do Restelo e Adamastor (viagem marítima) ou consílios dos deuses (mitologia). O caso dos cavaleiros lusitanos que aceitaram viajar até Londres para resgatar a honra de donzelas inglesas não parece, desde logo, integrar-se num dos três níveis que é costume distinguir na ação do poema. Surge contado no decurso da viagem, mas não é diretamente relacionável com esse fio de ação. Talvez por isso prevalece a ideia de que estamos perante um fragmento destinado a ilustrar o “princípio da variedade”, tal como este aparece consignado nos tratados de poética<sup>45</sup>. Nessa perspetiva, não só não justifica atenção autónoma como, no limite, dispensa comparação com os restantes episódios.

---

<sup>45</sup> Sobre o princípio e a importância da variedade dos episódios no género épico, veja-se a *Arte Poética*, de Marco Girolamo Vida (impressa pela primeira vez em Cremona, no ano de 1527), um dos textos teóricos que mais influência exerceu sobre Camões. O aspeto em apreço é objeto de tratamento particular entre os versos 240 e 275 (p. 211 e ss.).

A questão dos episódios na epopeia camoniana foi já tratada, com argúcia e fundamento teórico, por Aníbal Pinto de Castro.

Esse entendimento tem sido perfilhado por diferentes editores e comentadores, em especial pelos mais recentes (Cidade, Pimpão, Salgado Júnior, Leal de Matos). Trata-se de uma narrativa colocada na boca de um soldado (Fernão Veloso) para proveito e exemplo de outros marinheiros que o ouviam ao longo da noite, com o objetivo de se manterem vigilantes.

O meu propósito é justamente o de sugerir que, ao contrário do que pode parecer, o episódio em causa está longe de poder ser considerado como acessório.

Para comprovar essa leitura, terei em conta o passo concreto tal como surge na epopeia camoniana; procurarei identificar a transformação que nesse episódio se opera relativamente àquela que constitui a sua fonte provável. De forma complementar, terei ainda em consideração cinco oitavas que não figuram na versão impressa d'*Os Lusíadas*. Refiro-me, em concreto, a algumas das estâncias normalmente designadas por “omitidas ou desprezadas” que Manuel de Faria e Sousa incluiu na sua edição de 1639 e que declara ter encontrado em Madrid, na livraria de Pedro Coelho<sup>46</sup>. Independentemente do crédito que se possa dar à autenticidade camoniana dessas oitavas, está em causa sobretudo a concepção d'*Os Lusíadas* como resultado de uma “oficina”, com tudo o que isso envolve em termos de construção ponderada<sup>47</sup>.

## 2. A importância da extensão

Convém lembrar, desde logo, que o referido episódio se alonga por 30 estâncias, entrando, por isso, na categoria das unidades mais longas do poema. A título comparativo, lembremos que o caso de Inês é contado em 18 estâncias (III, 118-135) e o do Adamastor, compreendido nas suas

---

<sup>46</sup> As referidas estâncias são transcritas no final deste estudo. De entre os camonistas que mais valorizaram as “estâncias omitidas ou desprezadas” de *Os Lusíadas*, contam-se Vasco Graça Moura e Valeria Tocco.

À luz do que hoje se conhece, tendo para pensar que existe intervenção camoniana no texto.

<sup>47</sup> Esta dimensão “oficial” (e não apenas “inspirada”) do poema foi sobretudo objeto de atenção por António José Saraiva, Jorge de Sena e Thomas F. Earle.

diferentes fases, não vai além de 24 (V, 37-60). Se nos reportarmos a episódios bélicos, encontramos números inferiores: a batalha de Ourique é contada em 13 estâncias (III, 42-54), a do Salado em 11 (III, 107-117) e a de Aljubarrota em 18 (IV, 28-45).

Embora a extensão de um episódio possa não ser determinante para ajuizar sobre a sua importância estrutural, ela constitui, pelo menos, um indicador que deve ser tomado em conta quando se trata de aferir a sua função relacional. Tanto mais que, no caso vertente, não pode dizer-se que o poeta tenha cometido um deslize, deixando “arrastar” o episódio. Pelo contrário: existem sinais de que optou por conter a narração, depois de ter ponderado expandi-la e aprofundá-la.

Refira-se, a seguir, que a história é narrada por um dos marinheiros que viaja na armada: trata-se de Fernão Veloso, o mesmo soldado que, no canto anterior, respondera airoso à pergunta irónica de um companheiro, depois de ter sido salvo de forte perigo, na escaramuça da baía de Santa Helena (V, 24-36).

É igualmente importante lembrar quem ouve a narração. Na versão impressa, de entre os ouvintes diretos da história, sobressai Leonardo, um marinheiro de quem ainda não tinha havido notícia.

Veloso e Leonardo voltarão a ser nomeados, em conjunto, por ocasião do desembarque na Ilha dos Amores: o primeiro toma a dianteira na perseguição às ninfas:

Sigamos estas Deusas e vejamos  
Se fantásticas são, se verdadeiras.

(IX, 70)

Antes de ser obrigado a correr atrás da ninfa Efire: “exemplo de beleza/Que mais caro que as outras dar queria/O que deu, para dar-se, a natureza” (IX, 76), Leonardo é objeto de uma caracterização cuidada:

Leonardo, soldado bem disposto,  
Manhoso, cavaleiro e namorado,  
A quem Amor não dera um só desgosto

Mas sempre fora dele mal tratado,  
E tinha já por firme prossuposto  
Ser com amores mal afortunado,

(IX, 75)

A esse soldado (por vezes tomado por *alter ego* de Luís de Camões) cabe proferir aquela que é a súplica de amor mais desenvolvida do poema. A única diferença que subsiste em relação às muitas que existem na Lírica reside no desfecho: embora fugitiva numa fase inicial, a ninfa acaba por se “deixar cair aos pés do vencedor”, de acordo com o cenário de fusão amorosa que se segue ao desembarque dos nautas.

### 3. Um caso de Amor ou de Guerra?

A narração não surge de repente. Pelo contrário: é precedida de um debate entre quem se propõe cantar e quem se manifesta disponível para ouvir. Nesse diálogo importa, sobretudo, a adequação da história às circunstâncias. Se nos ativermos apenas à estância que figura na edição de 1572, encontramos a oposição simples entre Leonardo, que reclama uma história de amor, e Veloso, que entende que uma história desse tipo não se ajusta aos perigos do mar. O debate é breve e parece saldar-se por uma vitória das posições de Veloso e uma abdicação de Leonardo.

Não é (disse Veloso) cousa justa  
Tratar branduras em tanta aspereza,  
Que o trabalho do mar, que tanto custa,  
Não sofre amores nem delicadeza;  
Antes de guerra férvida e robusta  
A nossa história seja, pois dureza  
Nossa vida há de ser, segundo entendo,  
Que o trabalho por vir mo está dizendo.

(VI, 41)

A esse propósito, contudo, é oportuno lembrar a existência de cinco estâncias que figuram no rol das “omitidas” ou “desprezadas” por Camões e que deveriam seguir-se à que tem o número 40<sup>48</sup>. Nelas se acolhe o desenvolvimento do antagonismo entre Leonardo e Veloso. Lendo esse fragmento e fazendo fé na autenticidade camoniana (integral ou parcial), fica-se com a noção de que:

- a – também Veloso (e não apenas Leonardo) tinha sido tocado pelas branduras do amor (“Que, com quanto era duro e belicoso,/Amor o tinha feito manso e brando”);
- b – a narração acaba por ser cometida a Leonardo e não a Veloso.

Ao contrário do que deixa supor a leitura da estância impressa, o conhecimento do debate e dos fundamentos que o sustentam consolida a ideia de que existe consonância e não oposição entre os dois marinheiros quando concluem que Guerra e Amor não podem ser separados. Essa mesma inseparabilidade vai, aliás, ser assumida como tônica inspiradora de outros episódios<sup>49</sup>.

Na primeira aproximação à história, Veloso refere que não vai invocar acontecimentos novos ou efabulados. Ao contrário do que poderiam

---

<sup>48</sup> Ocupando-se concretamente dessas cinco oitavas, Valeria Tocco entende que se trata de um episódio em suspenso, refletindo algumas hesitações concretas por parte do poeta: “O autor ter-se-ia dado conta de que a figura de Veloso, como a pintara em V, 30-36, não condizia com esta ‘dupla faceta’ de apaixonado cortês? Ou ter-se-ia dado conta de que era mais eficaz caracterizar as personagens conferindo-lhes maneiras e atitudes homogêneas, vindo então a conceber a dicotomia entre o valente Veloso e o delicado Leonardo? Ter-se-ia dado conta, enfim, de que a narração duma história de amor mal se conjugava com o decoro heroico dos ‘gigantes’ portugueses que desafiavam os deuses? Parece que sim, e o discurso inacabado de Leonardo bem o mostra: o autor teria deixado em suspenso um episódio que o não satisfazia...” (p. 61).

<sup>49</sup> Para além da batalha do Salado, que pode ser lida num quadro de afetividade paternal, também a própria batalha de Aljubarrota ganha em ser lida não tanto como uma disputa entre dois reinos, mas como uma luta entre aqueles que permaneceram fieis à Pátria e aqueles que a traíram. Nesse contexto, ganha relevo a exortação de Nun’Álvares Pereira aos portugueses hesitantes (IV, 15-19).

esperar os ouvintes diretos ou mesmo os leitores diferidos do episódio, trata-se de convocar um acontecimento exemplar<sup>50</sup>:

E por que os que me ouvirem daqui aprendam  
A fazer feitos grandes de alta prova,  
Dos nascidos direi na nossa terra,  
E estes sejam os Doze de Inglaterra.

(VI, 42)

Esse tipo de justificação adequa-se à ética narrativa que preside a toda a epopeia. Na Dedicatória que dirigira ao Rei (I, 3-15), o poeta acentuara a mesma tônica: vai cantar feitos verídicos e vai fazer deles uma referência de proveito e exemplo para o seu destinatário direto. O alcance persuasivo deriva, em primeiro lugar, da verdade dos factos narrados; mas resulta também da circunstância de estes terem sido praticados por portugueses. Tal como sucede na citada Dedicatória (em que o poeta antepõe heróis lusitanos a heróis estrangeiros), também nesta passagem se coloca em relevo que estamos perante feitos levados a cabo por “nascidos na nossa terra”.

A história das “damas gentis da corte inglesa”, ofendidas por compatriotas e depois defendidas por cavaleiros lusitanos, é objeto de uma narração extensa, mas seletiva, sobretudo se tivermos em conta a fonte de onde provém<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Nas estâncias omitidas, sendo Leonardo o narrador, a explicação é um pouco diferente: É ele designadamente quem refere a circunstância de ir contar feitos históricos e recentes (“Não espere/Ninguém que conte fábulas antigas.”). Em qualquer caso, a advertência significa que a evocação de matéria cavaleiresca não significa afastamento em relação à verdade. Sobre a forma como este princípio basilar se combina com a inspiração da cavalaria, designadamente com a que é própria dos *romanzi* do Renascimento italiano, veja-se o esclarecedor verbete que Manuel Ferro escreveu sobre o episódio para o *Dicionário de Luís de Camões*.

<sup>51</sup> O episódio tem uma fonte muito provável. Falamos concretamente da *Relação* ou *Crónica Breve das Cavalarias dos Doze de Inglaterra*, datada de 1550 por Artur de Magalhães Basto, que a descobriu, em forma de manuscrito, na Biblioteca Pública Municipal do Porto (Ms 87) e a editou (Porto, Imprensa Portuguesa, 1935). Em datas próximas, o passo surge ainda em duas fontes impressas: o *Palmeirim de Inglaterra* (1547-48) de Francisco Morais e o *Memorial das Proezas da Távola Redonda* (1567), de Jorge Ferreira de Vasconcelos.

Alude-se sumariamente ao agravo feito às damas da Duquesa de Lencastre. Tudo se centra num desmerecimento de reputação:

Os cortesãos, a quem tão pouco pesa  
Soltar palavras graves de ousadia,  
Dizem que provarão que honras e famas  
Em tais damas não há pera ser damas.

(VI, 44)<sup>52</sup>

Evocam-se os pormenores do sorteio que dita a escolha dos portugueses, a chegada da notícia a Portugal e o pronto assentimento daqueles que tinham sido destacados para participarem na liça. Refere-se a viagem que empreendem, com destaque para a opção do Magriço que, encarnando por inteiro a figura do cavaleiro andante, decide viajar por terra, movido pelo desejo de *conhecer* e de *servir*. A esta viagem, por “terras estranhas”, consagram-se quatro estâncias (54-57), incluindo a pormenorização do trajeto e a paragem demorada na Flandres<sup>53</sup>.

De igual modo, se alude ao ambiente que envolve o torneio (“num sublime e público teatro”), com menção da presença do Rei Inglês, a quem cabe arbitrar a contenda, dos cavalos “escumando” e das armas que brilham ao sol. Também se refere a chegada do Magriço, quando já

---

<sup>52</sup> Na fonte camoniana, a alusão ao agravo é, no entanto, mais definida. O caso é situado na corte do Duque de Lencastre, após a participação deste na guerra da sucessão de Castela: “...vieram os fidalgos ingleses a dizer às damas da Duquesa que eram muito feias, e muito pouco para serem damas de tam excelente senhora como a Duquesa, e, porque elas eram desta qualidade, não tinham servidores para que em Campo lho contradissem” (p. 22). Na mesma *Relação*, o motivo é reiterado, com termos idênticos, antes do início do combate. Desta vez, as palavras diretas dos ingleses são objeto de contradição formal por parte dos contendores lusitanos: “A isto responderam os Portugueses que as senhoras eram damas, tam gentis mulheres, e tam formosas que, por suas gentilezas, mereciam que Cavaleiros de mui estranhas terras as viessem servir e morrer por seu serviço, como eles fariam se eles lho contradissem.” (p. 29).

Contrariando os comentários de Manuel Correa (1613), Faria e Sousa defende (convincentemente, em meu juízo) que o agravo está relacionado com a pureza e não com a fealdade das damas (p.103).

<sup>53</sup> O papel do Magriço e o destaque de que é objeto na narração camoniana (mais ainda do que o fora na Crónica manuscrita que lhe serve de fonte) foi certamente explicada por Moreira dos Santos, no ensaio que consagrou ao episódio.

não era esperado. Iniciada a disputa, esperar-se-ia que ela se tornasse objeto de descrição no mesmo registo de pormenor. Mas não é isso que vai acontecer.

#### 4. História (breve) de um combate

O início do combate é assinalado na parte final da estância 63:

Já dão sinal, e o som da tuba impele

Os belicosos ânimos, que inflama;

Picam d'esporas, largam rédeas logo,

Abaxam lanças, fere a terra fogo;

(VI, 63)

Nas duas estâncias seguintes (64 e 65), encontramos alusões ao estrépito causado pelos cavalos e pelo retinir das armas. O narrador tem presente não só o fundo verídico do episódio como o seu carácter exemplar. Assim se entende a restrição assumida quando, na estância 66, se trata de continuar e aprofundar os trâmites do confronto:

Gastar palavras em contar extremos

De golpes feros, cruas estocadas,

É desses gastadores, que sabemos,

Maus do tempo, com fábulas sonhadas.

Basta, por fim do caso, que entendemos

Que com finezas altas e afamadas,

Cos nossos fica a palma da vitória

E as damas vencedoras e com glória.<sup>54</sup>

(VI, 66)

---

<sup>54</sup> Na *Relação* que venho referindo, a descrição do combate é, de facto, mais detalhada: nela se encontra a menção das armas utilizadas, as diferentes fases do torneio, as pausas observadas e o número de feridos ingleses (“que ficaram oito deles mui mal”). Por fim, os juízes declaram os portugueses como vencedores.

Face ao desenvolvimento e ao detalhe que vinham vigorando na história, o leitor pode ficar surpreendido com a relutância que é manifestada relativamente aos “golpes feros, cruas estocadas”. Os ditos trâmites são associados aos “gastadores maus do tempo” com “fábulas sonhadas”, o que, no ideário camoniano significa afastamento dos bons procedimentos narrativos. Como se fosse suficiente lembrar o saldo do debate que precede a narração e do propósito explicitado por Veloso. Após a incursão numa história de cavaleiros, torna-se necessário reconduzir o leitor ao essencial: o triunfo dos portugueses generosos e abnegados e o resgate da honra das damas ofendidas. É essa a lição que importa acentuar e reter.

## 5. A cavalaria

O episódio dos Doze de Inglaterra precede imediatamente a tempestade, que é descrita com invulgar detalhe, compreendendo a identificação de diferentes fases (VI, 70-91). Esta, por sua vez, tinha sido desencadeada em resultado da descida de Baco ao fundo do Oceano, onde obteve acolhimento por parte de Neptuno. Mais do que em qualquer outro momento da ação, os nautas vivem um perigo extremo, face à violência exterminadora dos ventos que se soltam das prisões que normalmente habitam. Sem nenhum outro recurso, que não fosse a oração de misericórdia, o capitão dirige-se à Divina Guarda (VI, 81-83). Esse é, de resto, o único ato de sua iniciativa que altera o rumo dos acontecimentos, uma vez que, como é sabido, a resposta à súplica consiste na chegada das ninfas venusinas que, com o impacto da sua beleza, conseguem neutralizar a fúria dos ventos.

A relação entre o passo de cavalaria e a tempestade que vem do fundo dos mares é, porém, praticamente inexistente.

A esse propósito, é impossível não evocarmos o caso de Inês de Castro (III, 118-135)<sup>55</sup>. Existem analogias que saltam à vista: num caso e no

---

<sup>55</sup> De entre os comentadores e críticos que se ocuparam do episódio em apreço, creio que foi Miranda de Andrade (Professor do Liceu Nacional de Braga) quem mais claramente

outro existem damas e cavaleiros, com tudo o que essa relação implica no plano ético. Se no canto VI, o Magriço e os seus pares acodem a Londres para responder a um pedido que damas inglesas haviam apresentado ao Rei britânico, no canto III, temos igualmente uma mulher perante um Rei. Desta vez, porém, apresenta-se em situação de maior fragilidade: é mãe de crianças, proclama a sua inocência e solicita o exílio radical como forma última de comutar a pena de morte que lhe foi imposta<sup>56</sup>.

A súplica é dirigida ao Rei enquanto cavaleiro e chefe de cavaleiros. O mesmo Afonso IV tinha-se distinguido na batalha do Salado, à qual ocorrera por solicitação da “fermosíssima Maria”, que se lhe tinha apresentado em situação de desespero, antevendo a possibilidade de ficar “sem marido, sem Reino e sem ventura” (III, 104).

Ao contrário do que sucedera com a súplica de Maria, porém, a petição de Inês não obtém provimento. A sua morte é, por isso, tida pelo narrador como uma infração gravíssima, ao ponto de ser objeto daquela que é, decerto, a crítica mais forte e direta que existe em toda a epopeia<sup>57</sup>. Ferindo princípios essenciais da cavalaria, essa ocorrência carece de equilíbrio.

É esse o principal papel que pode atribuir-se ao episódio: o de servir de contraponto indireto à morte de Inês de Castro. Enquanto essa morte equivale ao incumprimento das regras da ética cavaleiresca, os “feitos valerosos” dos cavaleiros de D. João I caracterizam-se pela escrupulosa observância da mesma ética. Neles encontramos a generosidade, a valentia e o serviço dos fracos, que tinham faltado naqueles que figuraram no episódio anterior.

---

apontou a relação entre os dois episódios. Veja-se, em especial, o que diz no seu trabalho: “Mas o episódio do cavalheirismo, do cavalheirismo português é o dos Doze de Inglaterra. Parece até a réplica justa ao de Inês de Castro, porquanto ele significa claramente a defesa dos agravados, dos fracos – da feminil fraqueza”. (p. 30-31).

<sup>56</sup> Embora de forma velada, Camões não deixa de sublinhar que, ao ser informado da situação, o próprio D. João I sentiu o impulso de acudir ele próprio em defesa das damas: “Quisera o Rei sublime ser primeiro/Mas não lho sofre a régia Majestade” (VI, 51).

<sup>57</sup> Essa condenação, na qual a voz do autor implícito se substitui à voz de Vasco da Gama (narrador formal), atinge a sua máxima intensidade quando este se dirige à própria Natureza: “Bem puderas, ó Sol, da vista destes/Teus raios apartar aquele dia” (III, 133).

E tudo isso se cumpre sem quebra de um dos princípios fundamentais do poema: a verdade dos acontecimentos narrados. De facto, a circunstância de a história contada por Veloso coincidir com aquela que figura no manuscrito que circulava em meados do século XVI, envolvendo informações cronológicas de precisão e referências exatas à identidade de vários participantes, mantém os eventos narrados em plano de veracidade. Nesse mesmo registo, deve ser considerada toda a sequência que assinala o reinado de Afonso IV, constituída pela súplica de Maria a seu pai, pela sua participação na batalha do Salado, comandando os seus cavaleiros. O mesmo sucede com o caso de Inês, que tem ainda o Rei como protagonista.

Também por esse motivo se afigura plausível a ideia de que o episódio dos Doze de Inglaterra representa um resgate relativamente ao assassinato da “linda Inês”.

Mas existe um outro fator que abona essa tese. Refiro-me à circunstância de *Os Lusíadas* serem, no seu todo, uma mensagem edificante dirigida a um Rei menino por um poeta que encarna a figura do *senex*<sup>58</sup>.

Ao trazer D. Sebastião para dentro do seu poema, Camões assume-o como personagem central de uma outra narrativa, convertendo-o em referência de leitura de tudo o que é contado<sup>59</sup>.

Desempenhando uma importante função na estrutura do poema, o episódio ganha também uma dimensão moral. Isso significa, em concreto, que o desígnio de contar “feitos de alta prova” para proveito e exemplo dos ouvintes pode ser extrapolado para o plano da enunciação direta que tem por emissor Luís de Camões e por recetor D. Sebastião.

O recurso à matéria cavaleiresca sinaliza, em primeiro lugar, o substrato ético que lhe é próprio. Tendo por base esse mesmo fundamento geral, o narrador condenara já a inclemência de Afonso IV perante as

---

<sup>58</sup> O entendimento da relação que no poema se estabelece entre o poeta e o rei foi objeto de arguta leitura por Hélder Macedo.

No mesmo sentido, Sousa Rebelo chama a atenção para a importância do ideal ético de renúncia, tal como este surge configurado no bucolismo do Velho do Restelo, por exemplo (p. 73 e ss.).

<sup>59</sup> Sobre a importância condicionante de D. Sebastião como narratário direto do poema, veja-se o início do estudo antecedente.

súplicas de Inês. Trata-se agora de instituir uma compensação relativamente ao “caso triste e dino da memória”. Fazendo avultar a generosidade de cavaleiros portugueses que, por sinal, viveram em época próxima daquela em que viveram os cavaleiros que mancharam as suas espadas com o sangue de uma dama, o poeta pretende lembrar ao Rei a quem se dirige que, afinal, existe na cavalaria uma reserva de ideais positivos. No caso de Inês, os valores em apreço são vencidos pelos interesses de Estado. A mensagem que constantemente se entreabre ao longo da epopeia de Camões é a de que os ideais de cavalaria se devem, sobretudo, traduzir num sentimento geral de justiça. Esse mesmo sentimento pode funcionar como regulador da relação entre o rei e os seus vassalos, desde logo. E deve servir de contraponto moderador a outro tipo de interesses, como a ambição e o lucro. De resto, tendo escolhido a viagem comercial que Vasco da Gama empreende ao Oriente para tema central da sua epopeia, torna-se ainda mais compreensível que Camões tenha sentido necessidade de não perder de vista a contraface da cavalaria, no que ela possui de idealizante.

## **Conclusão**

No ensaio que referi inicialmente, Finazzi-Agrò faz coincidir o ocaso do ideal cavaleiresco com a batalha que os exércitos comandados por D. Sebastião travaram em Marrocos, no dia 4 de agosto de 1578:

Alcácer Quibir representa, nesse sentido, uma viragem decisiva: o ideal cavaleiresco que, em Portugal mais ainda do que em Castela, conservara as suas conotações medievais intimamente ligadas à ideologia monarco-nobiliárquica, perde nos campos de batalha do norte de África qualquer resíduo de plausibilidade. O *epos*, construído sobre uma *Weltanschauung* fabulosa, desvanece-se em contacto com a realidade, pelo que todo um ambiente, toda uma sociedade modelada sobre esses valores, tem a necessidade de tomar laboriosamente consciência do anacronismo e artificiosidade desses mesmos valores. (p.59)

Nessa medida, se pode entender que os “feitos valerosos” contados por Veloso (ou por Leonardo, se preferirmos ter em conta as estâncias omitidas) não se destinam apenas a contornar os perigos de entorpecimento dos marinheiros ao longo da vigília noturna. Para além dessa necessidade contingente, está também em causa a necessidade de repor um equilíbrio ofendido. Depois de ter mostrado ao Rei as consequências da infração às leis da cavalaria, torna-se agora oportuno evidenciar como esse mesmo horizonte pode ser inspirador de uma conduta justa e heroica. Nessa medida, bem pode concluir-se que a invocação camoniana dos “feitos grandes, de alta prova” deveria soar aos ouvidos do jovem monarca como apelo a uma vigília abstrata, intensa e bem mais abrangente. E, embora possa parecer o contrário, o episódio dos Doze de Inglaterra é daqueles que mais se encontra vinculado a esse objetivo central.

## Referências Bibliográficas

### 1. Textos Literários e Teóricos

BASTO, Artur de Magalhães (1986), *O essencial sobre os Doze de Inglaterra*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. [Contém o texto da *Crónica Breve das cavalarias dos Doze de Inglaterra*].

*Lusíadas de Luís de Camões* (1972), comentadas por Manuel de Faria e Sousa, Introdução de Jorge de Sena, Edição Comemorativa, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

VIDA, Marco Girolamo (1990), *Arte Poética*, Introdução, tradução e notas de Arnaldo M. Espírito Santo, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa.

### 2. Estudos

ALMEIDA, Isabel (1999), *Livros Portugueses de Cavalarias do Renascimento ao Maneirismo*, Tese de doutoramento (policopiada), Faculdade de Letras de Lisboa.

ANDRADE, Miranda de (1951), *A Lição de Camões*, Braga: Tipografia Cruz.

- AUGUSTO, Sara (2010), *A Alegoria da ficção romanesca do Maneirismo e do Barroco*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (2007), “Os episódios n’Os *Lusíadas*. Suas funções na estrutura e no significado do poema”, in Aníbal Pinto de Castro, *Páginas de um honesto estudo camonianos*, Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, p. 227-241.
- EARLE, Thomas F. (2013), “Retórica e construção da narrativa”, in Thomas F. Earle, *Estudos sobre cultura e literatura portuguesa do Renascimento*, Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 299-312. [Antes publicado em inglês, com o título “Rhetoric and the construction of narrative”, in *Camões revisited. Santa Barbara Portuguese Studies*, nº 7, 2006, p. 67-78].
- FERRO, Manuel (2011), “Episódio dos Doze de Inglaterra”, in Vítor Manuel de Aguiar e Silva (org.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa: Editorial Caminho, p. 318-322.
- FINAZZI-AGRÒ, Ettore (1978), *A novelística portuguesa do século XVI*, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- MACEDO, Hélder (1980), “O Braço e a Mente: o poeta como herói n’Os *Lusíadas*”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XV, p. 61-72.
- MOURA, Vasco Graça (1987), “Oitavas esquecidas de Camões”, in Vasco Graça Moura, *Os Penhascos e a Serpente e Outros Ensaios Camonianos*, Lisboa: Quetzal Editores, p. 163-172.
- REBELO, Luís de Sousa (1995), “Bucolismo e eticidade n’Os *Lusíadas*”, in *Oceanos*, 23, p. 72-80.
- SANTOS, Joaquim José Moreira dos (1980), “O medievalismo em Camões e os Doze de Inglaterra”, in *Actas da III Reunião Internacional de Camonistas*, p. 213-219.
- SARAIVA, António José (1992), “A Fábrica de Os *Lusíadas*”, in António José Saraiva, *Estudos sobre a arte d’Os Lusíadas*, Lisboa: Gradiva, p. 47-75.
- SENA, Jorge de (1980), “A estrutura d’Os *Lusíadas*”, in Jorge de Sena, *A estrutura de Os Lusíadas e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do século XVI*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Edições 70, p. 55-183.
- SÉRGIO, António (1925), *Camões e D. Sebastião. Rudimentar organização de documentos para o estudo de um problema curioso*, Paris/Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.

- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (2011), “Camões e D. Sebastião”, in Vítor Manuel de Aguiar e Silva (org.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa: Editorial Caminho, p. 128-134.
- TOCCO, Valeria (2011), “*Os Lusíadas*: tradição manuscrita”, in Vítor Manuel de Aguiar e Silva (org.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa: Editorial Caminho, p. 524-529.
- (2012), *Os Lusíadas: dos manuscritos à princeps*, Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.

## ANEXO A – As estâncias “omitidas” ou “desprezadas”

As estâncias que se seguem figuram na edição de *Os Lusíadas*, de Manuel de Faria e Sousa (1639), a seguir à estância 40<sup>60</sup>, sendo dadas como provenientes do manuscrito “dito de Pedro Coello”, que contém os seis primeiros cantos do poema.

Na nota anónima que lhe corresponde, aponta-se concretamente a parte da querela entre Leonardo e Fernão Veloso:

“Estes seis cantos se furtaram a Luís de Camões da obra que tem começado sobre o descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses. Vão todos acabados, excepto o sexto, que posto que aqui vai o fim dele, falta-lhe uma história de amores que Leonardo contou estando vigiando, que há-de prosseguir sobre a Rima 46 onde logo se sente bem a falta dela; porque fica fria e curta a conversação dos vigiantes, e o próprio canto mais breve que os outros” (Faria e Sousa, I, col. 39).

De que serve contar grandes histórias  
De capitães, de guerras afamadas,  
Onde a morte tem ásperas vitórias  
De vontades alheias sujugadas?  
Outros farão grandíssimas memórias  
De feitos de batalhas conquistadas.  
Eu as farei, se for no mundo ouvido,  
De como só de uns olhos fui vencido.

---

<sup>60</sup> As estâncias em apreço são também transcritas e comentadas por Valeria Tocco (2012), p. 60-61.

Não foi pouco aprazível a Veloso  
Tratar-se esta matéria vigiando;  
Que, com quanto era duro e belicoso,  
Amor o tinha feito manso e brando.  
Tão concertado vive este enganoso  
Moço co'a natureza, que tratando  
Os corações tão doce e brandamente  
Não deixa de ser forte quem o sente.

Contai (disse) Senhor, contai de amores  
As maravilhas sempre acontecidas,  
Que ainda de seus fios cortadores  
No peito trago abertas as feridas.  
Concederam os mais vigiadores  
Que ali fossem de todos referidas  
As histórias que já de amor passaram  
E assim sua vigia começaram.

Disse então Leonardo: não espere  
Ninguém que conte fábulas antigas.  
Que quem alheias lágrimas refere,  
Das próprias vive isento e sem fadigas.  
Porque depois que Amor co's olhos fere  
Nunca por tão suaves inimigas,  
Como a mi só no mundo tem ferido  
Píramo nem o nadador de Abido.

Fortuna que no mundo pode tanto  
Me deitou longe já da pátria minha  
Onde tão longo tempo vivi, quanto  
Bastou para perder um bem que tinha.  
Livre vivia então, mas não me espanto,  
Senão que sendo livre, não sostinha  
Deixar de ser cativo, que o cuidado  
Sem porquê tive sempre namorado.

**IV.**

**“O REINO DE CRISTAL, LÍQUIDO  
E MANSO”: DERIVAS DE UTOPIA  
NA ÉPICA CAMONIANA**

(Página deixada propositadamente em branco)

## INTRODUÇÃO

As contas estão feitas: o substantivo “Mar” surge 215 vezes ao longo d’*Os Lusíadas*. Vem logo atrás de “Gente” (280), “Terra” (271) e “Rei” (230). Nessas contas não entram adjetivos; não entram sequer sinónimos. Se fosse assim, haveria que considerar, pelo menos, a palavra “Água” (107) que, na épica de Camões, é quase sempre salgada. Não entram, tão-pouco, imagens e perífrases conexas. E, no entanto, elas revelam-se de importância capital<sup>61</sup>. É justamente o caso da expressão que dá título a este estudo, extraída da est. 18, do canto IX.

Situemos o passo. Desfeitos os embaraços de Calecut, a armada retoma o caminho de Lisboa. O narrador começa por referir que, para os nautas, constituía prémio suficiente o prazer de chegar à “Pátria cara” para “contar a peregrina e rara/ Navegação...” (IX, 17). Mas está claro que esse seria apenas o prémio da História. Faltava a recompensa da Poesia, uma vez que, como é sabido, na epopeia de Camões, um plano não avança sem o outro. Não surpreende, assim, que, logo a seguir, se desencadeie o segundo processo.

Ouçamos então as estâncias com que começa o episódio da Ilha dos Amores:

Porém, a Deusa Cípria, que ordenada  
Era, pera favor dos Lusitanos,  
Do Padre Eterno, e por bom génio dadas

---

<sup>61</sup> Sirvo-me do precioso *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas*, publicado no Rio de Janeiro, pelo Instituto Nacional do Livro, em 1966, sob corderação de A. G. Cunha.

Que sempre os guia já de longos anos,  
A glória por trabalhos alcançada,  
Satisfação de bem sofridos danos,  
Lhe andava já ordenando, e pretendia  
Dar-lhe nos mares tristes, alegria.

Depois de ter um pouco revolido  
Na mente o largo mar que navegaram,  
Os trabalhos que pelo Deus nascido  
Nas Anfiónias Tebas se causaram,  
Já trazia de longe no sentido,  
Pera prêmio de quanto mal passaram,  
Buscar-lhe algum deleite, algum descanso,  
No Reino de cristal, líquido e manso;

(IX, 18-19)

Dada a sua natureza nuclear, o substantivo “Mar” quase nunca aparece sem qualificativos. São, porém, quase todos negativos, justamente para encarecer a coragem de quem se dispõe a enfrentá-lo: “incerto”, “duvidoso”, “triste”, “escuro”, etc. A expressão que encerra a estância 19 funciona como contraponto desses tons sombrios, instituindo a plenitude quando, até então, tinha prevalecido a carência. Trata-se, está bem de ver, de um processo de sublimação, tão corrente na epopeia.

O objetivo deste trabalho resulta diretamente desta verificação, porventura ainda menos notada: a de que no desenlace d’*Os Lusíadas* o Mar constitui uma referência central a vários títulos, gerando sentidos de natureza estético-simbólica que obrigam a rever a ocorrência do lexema, tal como ele surge representado ao longo de todo o poema.

## 1. A “progénie forte e bela”

Começamos por notar que o Prémio congeminado por Vénus para os seus amados lusitanos só poderia ser virtual. Não se trata, por exemplo,

como na *Eneida*, de uma consagração empírica, traduzida na fundação de um Reino. De resto, e como tem sido sublinhado pelos melhores exegetas, o próprio herói é, também ele, virtual. Assim se explica, designadamente, que a ilha seja móvel: transportada sob o mar pelas nereidas, é cuidadosamente mantida fora da vista de quem não merece vê-la. E não é apenas móvel, é também insubstancial. Ficamos a sabê-lo pelo próprio narrador que, depois de ter dedicado dezenas de estâncias à sua descrição pormenorizada, nos levanta (cruelmente, diga-se) o doce véu da fantasia:

Que as Ninfas do Oceano, tão fermosas,  
Tétis e a Ilha angélica pintada,  
Outra cousa não é que as deleitosas  
Honras que a vida fazem sublimada.  
Aquelas preminências gloriosas,  
Os triunfos, a fronte coroada  
De palma e louro, a glória e maravilha:  
Estes são os deleites desta Ilha.

(IX, 89)

Assim desfeita a ilusão referencial, o Prémio é claramente destacado da realidade e colocado no plano da Arte e da Fama que dela deriva.

O “Reino de cristal, líquido e manso”, de onde Vénus extrai a ilha para os lusitanos, contempla as ideias de preciosidade, doçura e encantamento. O princípio (aristotélico) da “adequação” é perfeito: tanto pela ligação que a deusa mantém com os mares como pelo facto de os descobridores terem, eles próprios, alcançado a glória enfrentando esse elemento. Do mesmo modo que é perfeita a união aí prevista entre as “aquáticas donzelas” e os “fortíssimos barões”, compreendendo, em crescendo, os esponsais e a contemplação mística dos segredos do espaço e do tempo (IX, 22), integrando, no mesmo nível, o Amor e o Conhecimento ultra- humanos<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> A ilustração desse princípio encontra-se nos verdadeiros esponsais místicos celebrados entre o Gama e a titânide Tétis. Como bem lembra o narrador, os amores entre ambos decorrem em plano superior. No “cume dum monte alto e divino / No qual ãa rica fábrica se erguia, / De cristal toda e de ouro puro e fino.” (IX, 87).

A dimensão e o alcance do Prémio entendem-se ainda melhor se atentarmos em alguns pormenores. Refiro-me ao facto de a aparição da ilha ter sido precedida por uma expedição de Cupido ao “mundo rebelde” e de dessa expedição ter resultado um diagnóstico de profunda negatividade. Trata-se, possivelmente, do quadro mais “vagaroso” d’Os *Lusíadas*, contendo descrições minudentes e especiosas dos vários tipos de desconcerto (com destaque para a filáucia) e da preparação das armas do amor. Refiro-me ainda, por outro lado, aos desígnios eugénicos de Vénus, promovendo o aparecimento de uma “progénie forte e bela” capaz de se contrapor aos humanos inícuos que povoam o mundo. Tudo isso condiz com as profecias de Júpiter, a única voz verdadeiramente aurática do poema, substituto da Providência divina que, na est. 46 do canto II, apaziguando os temores de Vénus, tinha antecipado não apenas o bom êxito da viagem e o triunfo dos portugueses no Oriente, mas também uma espécie de *pax universalis*, através da instauração de “leis milhores” em todo o Cosmos.

## 2. Ainda uma perseguição de amor

Outro ponto importante tem a ver com a natureza do prémio: o Amor nobre e resgatante é extraído dos moldes neoplatonistas, envolvendo a reconversão ontológica e o conhecimento dos segredos do tempo e do espaço (pese embora a analogia relativa com o subtexto virgiliano, aquando da subida de Eneias ao topo do monte, guiado por Anquises – VI, 675-78).

Como bem refere Hugo Francisco Bauzá, “La noción de un jardín excelso em el que es posible el vínculo de lo divino con lo humano, parece formar parte de los *universales*”<sup>63</sup> Em Camões, porém, esse paraíso parece não ser apenas literário. Para além dessa vertente artística e antro-

---

Tomando como base lógica as doutrinas neoplatónicas do Amor, Helena Langrouva expende considerações finas e percucientes sobre esse mesmo processo (v., em especial, p. 256 e ss).

<sup>63</sup> Hugo Francisco Bauzá, *El imaginario clásico, Edad de Oro, Utopía y Arcadia*, p. 211.

pológica, ele consubstancia ainda um sonho pessoal: ou não fosse a Ilha dos Amores o reverso das muitas queixas que povoam a obra do poeta. A ilustração mais óbvia dessa tese é, porventura, a que diz respeito ao emparelhamento entre o soldado Leonardo e a ninfa Efire, situado logo depois do desembarque dos marinheiros: o dito nauta "... bem disposto, / Manhoso, cavaleiro e namorado" (IX, 75), que pode ser visto como *alter-ego* do próprio Camões, é bem o sucedâneo do sujeito masculino da Lírica, sistematicamente castigado pelo infortúnio amoroso; quanto à nereida que lhe coube em *sorte*, o seu comportamento parece decalcado da atitude furtiva que caracteriza a entidade feminina ao longo de toda a criação camoniana. Mas há uma diferença: também aquela ninfa havia sido previamente atingida pelas setas amorosas dos cupidinhos, não tendo, daquela vez, conseguido levar até ao fim a recusa aos desejos masculinos, vendo-se "forçada" a deixar-se cair aos pés do vencedor.

### 3. A síntese necessária

Enquanto resultado coerente de toda uma dinâmica fabular, o desenlace da epopeia é suscetível de conduzir a uma reapreciação dos episódios anteriores. É exatamente o que sucede com *Os Lusíadas*. Com efeito, a exegese da Ilha dos Amores não pode fazer-se totalmente à margem de um exame de incidência global, envolvendo o problema da unidade de ação e da sintaxe dos episódios que a integram. Na sua complexa tessitura, o episódio final pode ser visto como síntese e fecho dos anteriores: Inês de Castro, o Velho do Restelo, o Adamastor, os Doze de Inglaterra, a descida de Baco às profundezas do oceano.

Nessa medida, é possível relacionar a derrota do Amor natural em Inês de Castro com o triunfo absoluto desse mesmo Amor na ilha de Vénus; por outro lado, os argumentos arcádicos expendidos pelo Velho do Restelo, no final do Canto IV, (e que haviam ficado retidos, ao menos, na consciência subliminar dos ouvintes) encontram agora uma alternativa plena: não já de renúncia estoica, mas de superação gloriosa; é igualmente possível estabelecer um contraste entre a desfeita terrena do

Adamastor, prisioneiro e vítima dos seus impulsos, com o sucesso alcançado nos mares pelos nautas perseverantes, cautelosos e sofredores<sup>64</sup>; a bravura generosa do Magriço e dos seus pares, logo recompensada pelo Rei inglês e pelas “damas gentis da corte inglesa”, só vai encontrar resposta cabal nessa *ínsula* que é também um lugar de triunfo do espírito de cavalaria, assente na dádiva generosa e no esforço abnegado e altruísta. Lembremos, por fim, que, em resultado do concílio dos deuses marinhos, feiamente manipulado por um Baco despeitado e invejoso, os deuses ordenam a Eolo que solte toda a fúria dos “ventos repugnantes” (VI, 35); a estes se vai opor Vénus, “mostrando-lhes as amadas Ninfas belas/ que mais fermosas vinham que as estrelas” que os hão-de namorar, neutralizando-lhe os ímpetos de destruição (VI, 87). Trata-se, ainda aqui, de um primeiro ensaio da deusa Cípria, para aplacar amorosamente a fúria da tempestade. Mais à frente, no canto IX, há-de ser para promover e coroar os nautas vencedores.

Há ainda uma circunstância que justifica atenção: como muito bem sabemos, o conflito entre Baco e Vénus não é totalmente resolvido n’*Os Lusíadas*. Em nenhum momento, o deus das sombras reconhece o triunfo da deusa luminosa (ao contrário do que faz a Juno virgiliana, *Eneida*, XII, 818-842, ou o Poséidon homérico, segundo previsão de Zeus, no canto I da *Odisseia*). Várias explicações podem ser aduzidas para conclusão: a mais importante de todas, porém, tem a ver com o facto de, em bom rigor, a ação do poema não encontrar fechamento. A haver confissão de derrota por parte de Baco, *Os Lusíadas* não poderiam terminar com uma exortação do narrador a uma nova partida. Desse modo, salvaguardando o antagonismo entre Vénus e Baco, que se afirma no primeiro concílio dos deuses (I, 20-41), o narrador certifica a perenidade da luta entre pulsões negativas e afinidades positivas, entre o condicionamento do despeito e o puro ímpeto de superação.

---

<sup>64</sup> A esse propósito, parece muito significativo que o narrador destaque a presença na ilha da nereida Tétis. Lembremo-nos de que se trata da mesma figura que, no canto V, nos aparece como enganadora do Adamastor. É, de resto, sintomático que seja o próprio Cupido a ocupar-se dela, uma vez que “... Tétis quer ferir mais que nenhũa/ Porque mais que nenhũa lhe era esquivã” (IX, 48).

#### 4. A verosimilhança

O problema mais complicado que Camões enfrentou na arquitetura do seu poema há-de ter sido o da verosimilhança. É sabido que tem dele uma consciência muito aguda. A ponto de, na Proposição, o enfrentar de forma inusitadamente programática. Como permanecer fiel à História, recorrendo tão fartamente a uma fábula mitológica? Sabemos que, até uma certa altura, discriminou sabiamente as causas e os efeitos (como, quando, no Canto VI, as ninfas venusinas acodem a Vasco da Gama, que antes tinha fervorosamente implorado o auxílio da “Divina Guarda” — VI, 81-83). Mas na Ilha dos Amores tudo é ainda mais difícil. Não parece Camões ceder aqui, mais do que em qualquer outro lugar, à tentação do fingimento? É de crer que tenha sentido essa tentação, sim. Lembremo-nos, porém, da cautela censória que a si próprio se impôs naquele passo já citado em que avisa o leitor enlevado da natureza “pintada” da ilha (IX, 89)<sup>65</sup>.

Recordemo-nos, sobretudo, de outra coisa; é que os nautas divinizados da Ilha dos Amores não são meros seres de papel. Desde que se despedem de D. Manuel na praia de Belém, encarnam, de facto, o “peito ilustre lusitano”. Em concreto, são eles os vassallos de D. Sebastião, conquistadores da terra e do mar.

Por isso, Camões os envolve na exortação final do poema contra a *civitas diaboli*, expressamente identificada com o reino de Marrocos. Pelo menos no que diz respeito a esse aspeto, Camões não deixa o assunto em suspenso: mergulha no Mito, mas logo regressa à História. Por esse motivo, a exortação final ao monarca retoma tão claramente o *ethos* e o tom da Dedicatória inicial, ampliando-a ainda mais, para além de tudo o que é normal.

---

<sup>65</sup> Para uma visão inteligente e fundamentada das muitas implicações do “evemerismo” camoniano, veja-se Hélio João Santos Alves, p. 607 e ss.

## 5. O desenlace

Mas não foi só da questão da verosimilhança que se ocupou o artista. Não lhe há-de ter sido fácil encontrar um desenlace para o seu poema. Quase nos atrevemos a adivinhar hesitações a tal propósito<sup>66</sup>. Sabendo bem que, como já recomendava Aristóteles<sup>67</sup>, o desfecho deveria resultar da própria fábula, Camões enfrentou, desde logo, o desafio de unir as diversas pontas que foi desafiando. Como fazê-lo, porém, dentro desse princípio de adequação (*oikeia*) de que falava há pouco<sup>68</sup>?

Pode o poeta ter sido induzido a terminar a epopeia com a apoteose reparadora da Ilha dos Amores, seguida do regresso à Pátria, “cortando o mar sereno, /com vento sempre manso e nunca irado”. Nesse caso, a estância de remate seria a 144, do canto X. A ser assim, a continuidade entre a fábula e o desenlace seria óbvia, registando-se, em simultâneo, o triunfo de Vénus e o bom sucesso dos nautas históricos. Tratar-se-ia, porventura, de uma solução de grande impacto estético, traduzida na consagração perfeita do herói. Mas não há dúvida de que sairia prejudicada a vertente didática e cívica. Rematando o seu poema em registo de luz e de fulgor, poderia colher-se a lição de que todas as sombras da História teriam sido decantadas com a viagem à Índia. Seria possível pensar-se, inclusivamente, que o poema foi composto para contemplação embevecida de D. Sebastião e não tanto para o mover em relação a um futuro por construir.

É provável, por outro lado, que o nosso poeta tenha estado prestes a cair em outro tipo de tentação. De facto, já depois de celebrada a glória dos portugueses, Camões reincide nos desabafos de melancolia, em forma de epifonema, que tinha vindo a semear nos finais de canto, a partir do VI. A est. 145 do canto X, nomeadamente a que se inicia com o verso “Nô mais, musa, nô mais, que a Lira tenho”, é tremenda de decepção e amargura.

---

<sup>66</sup> A esse mesmo assunto, dedico atenção mais desenvolvida no estudo intitulado “O nunca ouvido canto Camões...” que figura, mais à frente, neste mesmo volume.

<sup>67</sup> Cf. Aristóteles, *Poética*, 54 a 37- b2.

<sup>68</sup> Cf. *Poética*, 55b, p. 14-15.

Uma amargura que pode ter sido, ao mesmo tempo, pessoal e colectiva, idiossincrásica e epocal. Terminar dessa forma equivaleria, contudo, a uma retratação implosiva de toda a epopeia e do resgate implícito que dela se espera. Por isso, essa estância é seguida do verdadeiro remate do poema: aquele que, partindo da est. 146, se estende ainda por mais 88 versos. Como sabemos, esse desfecho consubstancia uma certificação e um apelo: a certificação de que os portugueses não só podem vencer de novo, como podem vencer a um outro nível; o apelo vai diretamente para o Rei, para que este assuma o seu destino messiânico, conduzindo os vassallos a uma nova empresa “digna de ser cantada”.

## 6. A utopia

Uma das questões mais controversas que vem à colação quando se fala desse episódio é a de saber se nele se verificam traços de utopia. É a Ilha dos Amores um protesto contra a História ou deve antes ser vista como um incitamento à sua correção? Com base em pressupostos de rigor teórico, os professores Martim de Albuquerque e Aguiar e Silva têm sustentado, a esse propósito, posições antagónicas, inclinando-se o primeiro pela não aplicabilidade do conceito, e o segundo pela sua pertinência<sup>69</sup>. O que está mais uma vez em causa é a relação que n’Os *Lusíadas* se opera entre o plano da realidade e o da ficção (mesmo o da ficção declaradamente instrumental, como é o caso). Se optarmos por fazer vincar o compromisso cívico de Camões, retiramos a carga utópica ao episódio; se temperarmos esse dito compromisso com as liberdades próprias da criação poética, não nos custa a admitir que estamos perante uma “utopia”, pelo menos em sentido amplo.

Há cerca de 30 anos, Luís de Sousa Rebelo propôs uma designação de síntese, falando em *eutopia* (e também em *eucronia*). Essa posição,

---

<sup>69</sup> As posições de Martim de Albuquerque e Aguiar e Silva a que me refiro aparecem explicitadas, respectivamente, em *A Expressão do Poder em Luís de Camões* (p. 291 e ss) e em *Camões: Labirintos e fascínios* (p. 145 e ss).

encontra, de resto, perfeita legitimidade no próprio legado clássico, tal como bem o definiu Hugo Francisco Bauzã<sup>70</sup>. Com efeito, se entendermos que a utopia representa sempre a fuga a uma realidade sombria, vemo-nos obrigados a destacar não uma, mas duas situações utópicas no poema de Camões: uma utopia regressiva, consubstanciada no modelo arcádico do Velho do Restelo e uma outra utopia, de índole progressiva, correspondente ao Reino cristão a edificar para além do Estreito, em cumprimento do desígnio confiado a Afonso Henriques pelo próprio Cristo nos campos de Ourique (III, 45).

Se quiséssemos simplificar o problema, poderíamos concluir que se trataria, no primeiro caso, de uma utopia telúrica e, no segundo, de uma utopia telúrico-marítima. Mas, por muito conforto que possam trazer-nos num primeiro momento, as simplificações raramente correspondem à realidade.

## 7. A terra e o mar

A questão da terra e do mar n’*Os Lusíadas* não se compadece com reducionismos desse tipo. O problema é, de facto, um pouco mais complexo: há, desde logo, o Reino Lusitano, geograficamente concebido como praia, “cume da cabeça de Europa toda (...) /onde a terra se acaba e o mar começa” (III, 20); temos depois a terra consolidada de Afonso Henriques, de Nun’Álvares e do Mestre de Avis; e temos ainda a terra insatisfeita e incompleta de D. Sebastião. Une essas diferentes concepções o *telos* cruzadístico e imperial, lendariamente invocado desde Afonso Henriques e profeticamente proclamado na Dedicatória e na exortação final.

O mar é a via religante, o caminho custoso e sacrificial, a prova afeidora de capacidades e sentimentos. Num outro nível, temos a terra sensitiva e traiçoeira que leva o Adamastor à perdição; e temos o Reino Antigo, a terra patrimonial do Velho do Restelo.

---

<sup>70</sup> Cf. Bauzã, op. cit., p. 123 e ss.

Surge, por fim, o Novo Reino, que não é exclusivamente marítimo. Nasce de um processo de sublimação ou de hipóstase entre o Mar e a Terra. É representado através de uma ilha, sem coordenadas de espaço e de tempo. E (ainda) está por construir, conforme o indica o apelo a uma nova viagem, para além do Tempo, do Espaço e também, porventura, para além da Razão.

## Referências Bibliográficas

### Obras Literárias

- ARISTÓTELES (1974), *Poética*, Edición trilingue de Valentin García Yebra, Madrid: Editorial Gredos.
- HOMERO (2018), *Odisseia*, Tradução, Notas e Comentários de Frederico Lourenço, Lisboa: Quetzal.
- VIRGÍLIO (2020), *Eneida*, Tradução de Carlos Ascenso André, Lisboa: Cotovia.

### Estudos

- ALBUQUERQUE, Martim de (1998), “Utopia e Camões”, in Martim de Albuquerque, *A Expressão do Poder em Luís de Camões*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 291-306.
- ALVES, Hélio João Santos (2001), *Camões, Corte-Real e o sistema da epopeia quincentista*, Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos/Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- BAUZÀ, Francisco Hugo (1993), *El imaginario clásico. Edad de Oro, Utopía y Arcadia*, Santiago de Compostela: Servicio de Publicaciones y Intercambio Científico.
- CUNHA, A. Geraldo (1966), *Índice analítico do Vocabulário de Os Lusíadas*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro.
- DELUMEAU, Jean (1994), *Uma história do paraíso*, Lisboa: Terramar.
- LANGROUVA, Helena (2006), *A Viagem na poesia de Camões*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de (1995), “O mar em Camões”, in *Oceanos*, 23, p. 54-65.

- REBELO, Luís de Sousa (1995), “Bucolismo e eticidade n’*Os Lusíadas*”, in *Oceanos*, 23, p. 72-80.
- SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1994), “Imaginação e pensamento utópico no episódio da Ilha dos Amores”, in Vítor Manuel Aguiar e Silva, *Camões. Labirintos e fascínios*, Lisboa: Cotovia, p. 145-154.
- VENTURA, Maria Garcez (2000), “Os mares no tempo de Camões: elementos e consciência do primeiro sistema mundial”, in Manuela Azevedo (coord.), *Os mares de Camões. VI Forum camoniano* Lisboa: Edições Colibri, p. 71-82.

V.

**OS “ALTOS MANJARES EXCELENTES”,  
OS “VINHOS ODORÍFEROS”  
E A IDEIA CAMONIANA DE REDENÇÃO**

(Página deixada propositadamente em branco)

Quando as fermosas Ninfas, cos amantes  
Pela mão, já conformes e contentes,  
Subiam pera os paços radiantes  
E de metais ornados reluzentes,  
Mandados da Rainha, que abundantes  
**Mesas d'altos manjares excelentes**  
Lhe tinha aparelhados, que a fraqueza  
Restaurem da cansada natureza.

(X, 2, grifos nossos)

Os **vinhos odoríferos**, que acima  
Estão não só do Itálico Falerno  
Mas da Ambrósia, que Jove tanto estima  
Com todo o ajuntamento sempiterno,  
Nos vasos, onde em vão trabalha a lima,  
Crespas escumas erguem, que no interno  
Coração movem súbita alegria,  
Saltando co a mistura d'água fria.

(X, 4, grifos nossos)

## INTRODUÇÃO

A ligação de Camões a temas gastronómicos pode começar por estabelecer-se através da biografia. De facto, com maior ou menor fundamento, alguns biógrafos associam-no a uma juventude de boémia e excessos de vários tipos. Para além de um temperamento impulsivo, esses mesmos excessos tê-lo-ão forçado a embarcar para a Índia numa espécie

de comutação do castigo que lhe foi imposto por ter injuriado e ferido Gonçalo Borges, arreeiro do Rei, em dia de procissão de *Corpus Christi*.

A essa mesma época, que antecede a partida para o Oriente, anda associada a fama de frequentador de tabernas que eram, à época, como se sabe, lugares de bebida, comida e licenciosidade sexual. O ambiente é objeto de evocação na carta de Lisboa “a um seu amigo” que assim começa “Ûa vossa me deram...”.

A ideia de que Camões apreciava determinadas iguarias encontra fundamento na sua obra lírica. Refiro-me, em concreto, à conhecida *Volta* com que o poeta responde a D. António, senhor de Cascais que, tendo-lhe prometido seis galinhas recheadas “por uma cópia que lhe fizera”, lhe mandara meia galinha como “princípio de paga”. O poeta, contudo, não se deixa iludir com esse “princípio” e recorda a dívida que fica em aberto:

Cinco galinhas e meia  
Deve o Senhor de Cascais;  
E a meia vinha cheia  
De apetitos para as mais.

(p. 86)<sup>71</sup>

Ficou ainda célebre o “Convite” para cear, na Índia, dirigido pelo poeta a “certos fidalgos”. Em vez das iguarias e do vinho que esperavam, porém, os convidados são servidos com poesia, feita de papel e de tinta:

Ceia não a papareis;  
Contudo, porque não minta,  
Para beber achareis,  
Não Caparica mas tinta,  
E mil cousas que papéis.

---

<sup>71</sup> Embora seja hoje acolhida na generalidade das edições da lírica, a composição em causa surge apenas, pela primeira vez, na edição de 1616 e dela não existe testemunho manuscrito anterior. Sobre as circunstâncias que evoca, a sua forma e o seu sentido veja-se o fino comentário de Rita Marnoto (2016).

E vós torceis o focinho,  
Com esta anfibologia?  
Pois sabeis que a poesia  
Vos dá aqui tinta por vinho,  
E papéis por iguaria.

(p. 95)

Trata-se de referências nascidas de circunstâncias fortuitas e não estranhamos encontrá-las na Lírica, tão marcada por alusões ocasionais.

E n’*Os Lusíadas*? Haverá também referências alimentares na epopeia camoniana? No caso de haver, tratar-se-á de uma situação pontual ou integrável nos grandes sentidos globais do poema? À partida, dir-se-ia que não se esperava que tal ocorresse. Na epopeia predomina o registo nobre, pouco compatível com menções de comensalidade. Refiro-me ao Banquete do canto X. Talvez a situação inesperada do seu surgimento possa explicar o relativo silêncio a que tem sido votada por parte de comentadores.

É justamente nessa referência breve a “manjares” e a “vinhos” que pretendo agora deter-me. Além da denotação corrente, tratarei sobretudo de analisar o papel que essa alusão pode ocupar na economia global do poema, lembrando sempre o que nunca devemos esquecer: que *Os Lusíadas* constituem uma máquina de sentidos, que não consente por menores dispensáveis.

## 1. O Banquete

Depois de terem vencido todos os medos e de terem alcançado a Índia, os nautas, protegidos de Vénus, regressam à Pátria. Em Lisboa, aguarda-os o Rei “temido e amado”; mas também os esperam as mães e as esposas, aquelas mesmas que, dois anos antes, tão receosas e angustiadas, os tinham visto partir.

Na viagem de retorno, como sabemos, a deusa resolve proporcionar-lhes uma recompensa: a célebre Ilha dos Amores (nome pelo qual ficou

conhecido o episódio do encontro entre os nautas regressados do Oriente e as ninfas de Vénus). N'Os *Lusíadas*, como na generalidade das epopeias, trata-se de cumprir um trâmite “obrigatório”: o de celebrar os feitos de quem persevera, superando obstáculos para alcançar um desígnio superior.

Não estamos, contudo, apenas perante o remate de uma narrativa de sucesso. Em boa verdade, na Ilha dos Amores manifestam-se significados de muita natureza que, embora relacionados com a história central do poema, assumem um alcance bem mais amplo e profundo.

O referido episódio começa por se distinguir de todos os outros pela extensão. Basta lembrar que, enquanto a história de Inês de Castro ocupa 18 estâncias (III, 118-135) e a do Adamastor não vai além de 24 (V, 37-60), os acontecimentos da Ilha dos Amores correspondem, por junto, a 220 estâncias, divididas por dois cantos (IX, 19-95; X, 1-143). Falamos assim de 1760 versos, equivalendo a cerca de um quinto de todo o poema.

O episódio em causa sobressai também pelo facto de ocupar o final da história e de nele, finalmente, se entrelaçarem as três linhas de ação que atravessam o poema desde o canto I: a viagem de Vasco da Gama, a História de Portugal (com destaque para o encadeamento dinástico que é colocado na boca do Gama, quando se dirige ao rei de Melinde) e a intriga mitológica, aquela mesma em que se enfrentam duas divindades poderosas: Vénus e Baco.

Os acontecimentos da Ilha são muitas vezes identificados com o gozo erótico. É esperado que assim seja. Nesse sentido, as estâncias que referem o prazer carnal destacam-se por uma suposta ousadia moral, a mesma que viria a ocasionar vários tipos de censura ao longo dos séculos. Mas estão enganados os que reparam apenas nessas estâncias. De facto, a componente sensitiva está longe de esgotar o significado da recompensa épica.

Sob o mesmo signo da celebração, encontramos outros dois grupos de estâncias: o que se refere ao Banquete nupcial e o que diz respeito à revelação dos segredos do espaço e do tempo.

Não podemos esquecer que o encontro entre nautas e ninfas se destina a gerar uma “progénie forte e bela” capaz de instituir uma nova ordem no mundo.

Também o Banquete deve ser lido a essa luz regeneradora. Começemos por notar que a descrição se estende por 72 estâncias (as primeiras do canto X). O pormenor com que é tratado não destoa assim daquele que prevalece na generalidade do episódio. Tinha sido demorada a descrição do “mundo rebelde” visto pelos olhos de Cupido: os meticolosos trabalhos que envolvem a preparação das setas que vão ser usadas para ferir as ninfas, a aproximação dos navegadores à ilha que é transportada por debaixo das águas para emergir à vista dos portugueses logo que Vénus o consente, a morfologia do espaço e a enumeração detalhada e certa do que nele existe, convergindo na tónica geral da fecundidade. Se reparamos bem, essa linha de sentido é indiciada de várias formas: na variedade de cores, nos frutos amadurecidos e nas águas, tanto correntes como represadas.

De resto, o episódio da Ilha dos Amores caracteriza-se por um abrandamento acentuado do ritmo narrativo que vinha sendo seguido até então. Nele ocorre um lento cuidado descritivo, de modo a chamar a atenção para o significado de pormenores que, de outro modo, poderiam ser imperceptíveis.

O Banquete que se segue aos encontros entre nautas e ninfas e, num outro plano, ao casamento entre Vasco da Gama e Tétis (filha de Celo e de Vesta) obedece a um cerimonial muito próprio, implicando uma cuidada disposição de lugares à mesa, onde se nota, ao mesmo tempo, a hierarquia e a complementaridade da perfeição:

Ali, em cadeiras ricas, cristalinas,  
Se assentam dous e dous, amante e dama;  
Noutras, à cabeceira, d'ouro finas,  
Está co a bela Deusa o claro Gama.

(X, 3)

Existem, ainda, alegria, conversas soltas e música constante:

Mil práticas alegres se tocavam;  
Risos doces, sutis e argutos ditos,

Que entre um e outro manjar se alevantavam,  
Despertando os alegres apetitos;  
Músicos instrumentos não faltavam

(X, 5)

Da ementa constam “manjares excelentes”. Não são especificados (decerto por serem indizíveis e irreconhecíveis pelos mortais), mas certificam a equiparação que acabara de verificar-se entre nautas e ninfas, uns e outros em condições de partilharem o alimento, atestando a sua condição comum de seres divinos.

O mesmo sentido se pode atribuir ao vinho que é servido durante a refeição. Tal como sucede com a referência aos “altos manjares excelentes”, também a alusão ao vinho está longe de ser concreta. Ainda assim, encontramos alguns detalhes adicionais, que ajudam a ir um pouco mais longe na avaliação da sua importância.

Poderíamos supor simplesmente que se trata de um vinho muito bom, adequado à situação celebrativa. Mas essa ideia geral não traduz o carácter especial da bebida que acompanha os “manjares”.

Começemos por notar que o narrador recorre ao plural, falando de “vinhos” e procura enaltecê-los o mais possível. Parece, aliás, dá-los a cheirar, como faria qualquer enólogo, designando-os por “odoríferos”.

Depois, contando ainda com a experiência e a bagagem cultural dos leitores, estabelece comparações. Coloca-os nomeadamente acima do famosíssimo vinho de Falerno, fabricado na região da Campânia, no sul de Itália, ao qual se atribuía origem divina; como corolário desse processo de encarecimento, diz-se ainda que os ditos vinhos são superiores à própria ambrósia (néctar), alimento e bebida de Júpiter e dos deuses em geral.

Em face dessas comparações, parece não haver dúvidas de que os “vinhos odoríferos” não representam um complemento neutro do Banquete.

Como antes foi dito, nesta Ilha nada é deixado ao acaso. Pelo contrário, tudo nela foi cuidadosamente premeditado por Vénus, com o auxílio de Cupido. Basta que nos lembremos da forma feminina da Ilha, das árvores que sobem da terra ao céu e dos frutos amadurecidos.

Mais do que um mero espaço de deleite, a Ilha constitui um verdadeiro lugar de transformação sacramental e tudo o que lá existe deve ser entendido a essa luz.

Convém recordar que, quando se decide pela natureza da recompensa que há-de proporcionar aos seus protegidos, Vénus tinha formulado um desígnio claro:

Quero que haja no reino Neptunino,  
Onde eu nasci, progénie forte e bela;  
E tome exemplo o mundo vil, malino,  
Que contra tua potência se rebela,  
Por que entendam que muro Adamantino  
Nem triste hipocrisia val contra ela;  
Mal haverá na terra quem se guarde  
Se teu fogo imortal nas águas arde.

(IX, 42)

A nova progénie, que há-de vir do mar, onde Vénus nasceu, representa uma contraposição ao “mundo vil, malino” que Cupido acabara de visitar em expedição minuciosa. No relato que dela faz a sua mãe, sobressai a falta de verdade (ou hipocrisia). O alcance regenerador terá assim de ser total e profundo. A nota suprema dessa metamorfose é justamente indicada pelo facto de o “fogo imortal” do Amor vir a atingir as próprias águas.

Pode dizer-se, deste modo, que tudo o que sucede naquela “Ilha enamorada” tem um propósito unitivo e eugénico.

É transformador o sexo, uma vez que dele resulta a divinização dos nautas. É transformador o Banquete, visto que o emparceiramento à mesa dos portugueses e das ninfas remete para a sua real equiparação. E será transformador o Conhecimento que daí resulta, promovendo e nobilitando os destinatários da revelação.

O dito conhecimento costuma ser relacionado com a contemplação da máquina do mundo que simbolicamente vai ter lugar no cimo de um “alto monte”. Para alcançarem esse lugar de epifania, os nautas são conduzi-

dos pelas ninfas ao longo de um caminho ascensional e particularmente árduo, uma vez que sozinhos jamais o alcançariam.

Mas bem se pode dizer que a revelação tem início ainda à mesa. De facto, é no cenário do Banquete que, num determinado momento, surge uma “angélica sirena”. A mesma que tinha memorizado os sonhos proféticos revelados por Júpiter a Proteu (X, 6) e que agora os vai entoar, em registo que é, ao mesmo tempo, de antecipação e de celebração gloriosa. Refiro-me aos heróis da Índia, a quem o Gama abra o caminho. Também eles

Fazendo-se na terra bravos Martes,  
Virão lograr os gostos desta Ilha,  
Varrendo triunfantes estandartes  
Pelas ondas que corta a aguda quilha;  
E acharão estas Ninfas e estas mesas,  
Que glórias e honras são de árduas empresas.

(X, 73)

Essa estância, que pode passar despercebida, diz-nos que os nautas que descobriram a Índia inauguraram uma linhagem que se vai prolongar. Naquele banquete participam não apenas os heróis comandados pelo Gama, mas os heróis de todos os tempos futuros que a empresa da Índia há-de originar.

Entende-se inclusivamente que o poema termine com um apelo a uma partida nova. Esse apelo, dirigido ao Rei D. Sebastião, é ainda feito sob o signo de uma recompensa divina que tem como horizonte as iguarias místicas do Banquete.

## **2. Iguarias transformadoras**

Nessa dimensão intemporal se define o herói ideal, que atravessa toda a história de Portugal, desde D. Afonso Henriques a D. Sebastião,

entrevisto por Camões como “maravilha fatal da nossa idade”, dádiva da Providência e novo rei fundador.

A projeção da idade dourada, feita de uma paz plena que se alcança através da correção do desconcerto e do desamor, constitui um tópico que atravessa *Os Lusíadas* do início ao fim e assenta na particular relação que o poeta sustenta com o rei menino, destinatário histórico de toda a sua epopeia.

Chegados a este episódio final, torna-se, porém, claro que a idade dourada só pode ser feita à custa de uma nova raça. Ora, os ditos “vinhos odoríferos” constituem peça obrigatória nessa transformação.

A certa altura, os ditos vinhos são definidos pelo efeito que provocam:

...no interno coração movem súbita alegria.

(IX, 4)

É essa a epifania que se assinala: a transformação interior do herói. Não basta a sua sagração através dos feitos bélicos. Para ser reconhecido como elemento fundador do Novo Reino (aquele que Júpiter, dirigindo-se a Vénus, designa como o Reino das “leis milhores”, II, 46), o herói necessita de passar pela transformação que se consuma numa Ilha que é, em simultâneo, espaço de Amor e de Conhecimento.

A recompensa concebida por Vénus para os portugueses que tinham alcançado a Índia dá origem a uma nova ordem. Chegados a este ponto, é necessário dizer que a utopia que assim se configura não é especificamente camoniana. Longe disso. A representação utópica acompanha a aventura humana desde sempre, surgindo na arte e no pensamento com regularidade, embora pareça sobressair em épocas de maior desespero.

Poderíamos agora referir detidamente as razões que levaram Camões e outros criadores do seu tempo a imaginar uma nova terra e uma nova gente, como forma de crítica e de fuga à realidade desconcertada que observavam e experimentavam<sup>72</sup>.

---

<sup>72</sup> Sobre este mesmo assunto, veja-se, neste volume, o estudo intitulado “O Reino de Cristal, líquido e manso...”.

Hoje, contudo, é apenas tempo de falar do papel transfigurador que nessa utopia concreta tiveram os “altos manjares excelentes” e os “vinhos odoríferos”. É bem provável que, no caso de Camões, essa utopia constitua uma resposta compensatória às sombras de uma vida pessoal; é ainda possível ver nesse sonho um contraponto às sombras que cobriam o Reino de Portugal.

De qualquer modo, sem a ação assimilativa de uns e de outros, não se conseguiria imaginar uma transformação tão profunda e interpelativa. De facto, repara-se muito na profunda alteração que resulta do cruzamento amoroso entre os nautas e as ninfas e da forma como ele cumpre os planos de Vénus. E há todos os motivos para valorizar essa circunstância. Como existem razões para destacar a contemplação da máquina do mundo, representada na sua perfeita complexidade e a antevisão dos feitos da Índia. É numa e noutra que consiste a verdadeira recompensa dos heróis. Sem antes terem sido recebidos e transformados na ínsula divina, essa revelação não poderia ter ocorrido. Mas Camões quis assinalar ainda o profundo efeito transformador que num determinado momento se operou nos corações dos portugueses. Podem descobrir-se outros momentos do mesmo tipo ao longo do poema: a aparição de Cristo a Afonso Henriques ou o sonho de D. Manuel inscrevem-se nessa linha de indução mística. É também nela que devemos situar a importância dos *altos manjares* e dos *vinhos odoríferos*. Uns e outros contribuíram decisivamente para a plenificação do herói camoniano.

## Referências Bibliográficas

- BAUZÀ, Francisco Hugo (1993), *El imaginario clásico. Edad de Oro, Utopía y Arcadia*, Santiago de Compostela: Servicio de Publicaciones y Intercambio Científico.
- CRUZ, Maria Augusta de Lima (2006), *D. Sebastião*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- GAEYS, Gregory (2011), *Utopía. Historia de una idea*, Madrid: Ediciones Siruela.
- MARNOTO, Rita (2016), “Acheegas ao comentário das redondilhas *Cinco galinhas e meia*”, in *Comentários a Camões*, vol. 4 (Sonetos e Redondilhas), Coordena-

ção de Rita Marnoto, Coimbra, Genève: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos/Centre International d'Études Portugaises, p. 55-61.

REBELO, Luís de Sousa (1995), "Bucolismo e eticidade n'Os *Lusíadas*", in *Oceanos*, 23, p. 72-80.

SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1994). "Imaginação e pensamento utópico no episódio da ilha dos Amores". In *Camões. Labirintos e fascínios*. Lisboa: Cotovia, p. 145-154.

(Página deixada propositadamente em branco)

**VI.**

**AS ESTÂNCIAS FINAIS D'OS *LUSÍADAS*  
OU O "NUNCA OUVIDO CANTO DE CAMÕES"**

(Página deixada propositadamente em branco)

## INTRODUÇÃO

Como todas as epopeias de acentuado uso escolar, *Os Lusíadas* têm sido entendidos, ao longo dos tempos, como um mosaico de episódios de matizes muito diferentes quando não contraditórios entre si. O próprio quadro enunciativo do poema favorece a seccionação da matéria narrada de acordo com os diferentes níveis em que se estratifica (viagem à Índia, intriga mitológica e história de Portugal) ou segundo as coordenadas temático-estilísticas que a balizam: episódios trágicos e líricos como o de Inês de Castro ou o do Adamastor, épico-cavaleirescos como o dos Doze de Inglaterra, hagiográficos como o de S. Tomé, cómico-picarescos como o de Fernão Veloso ou mesmo antiépicos como o do Velho do Restelo. Todas essas nuances parecem coexistir mais num plano de diversidade e de complementaridade do que num registo de coerência orgânica.

Essa tendência parcelarizante pode naturalmente ser contrabalançada com leituras integradas dos citados episódios. Mesmo assim, e se exceptuarmos o trabalho de anotação e comentário pontual, paciente e discreto, desenvolvido por alguns comentaristas, desde Faria e Sousa até Epifânio da Silva Dias, é inegável que as estâncias intersticiais – aquelas que não dão corpo a episódios globalmente delimitados – andam bastante esquecidas.

E nem mesmo a circunstância de algumas delas se situarem em pontos fulcrais tem obviado a esta situação de menor cuidado. É o que sucede concretamente com as treze estâncias que encerram o poema. Porque já não integram o episódio da Ilha dos Amores e também porque se situam num nível exterior à ação épica, esse conjunto estrófico é muitas vezes tido como mais um excurso exortativo do poeta ao jovem rei, que as circunstâncias históricas, aliás, parecem explicar de forma imediata.

E é justamente nesse plano que têm sido lidos os derradeiros acordes do canto camoniano, como se se tratasse de uma incrustação política desprovida de sentido estético.

Através da análise global dessas estâncias, pretendo examinar a conjugação de planos que nelas se reflete. Não penso obviamente que o apelo ao rei possa ser desligado do contexto que lhe corresponde e, nesse domínio, pouco posso acrescentar às exegeses anteriores; mas sou de opinião de que nele também pesam muito as coordenadas estéticas. Em última análise, espero demonstrar que esse apelo se projeta muito para além da conjuntura histórica que envolve a feitura e a publicação do poema, inserindo-o de pleno direito na complexa reconstrução camoniana dos valores do heroísmo.

## **1. Um poema de vários princípios**

*Os Lusíadas* são um poema de vários princípios: logo na primeira estância, a Proposição assinala o começo retórico do discurso; há depois o início da narração da viagem, colocado *in medias res* (I, 19), segundo o exemplo de Virgílio e o preceito de Horácio; a intriga mitológica começa a ganhar contornos logo na estância seguinte, com o Consílio dos Deuses; chega, por fim, a vez de o Gama abrir a última grande linha de discurso e de ação, contando a história de Portugal ao Rei de Melinde (III, 3).

Abstratamente concebido, o Princípio surge assim como tópico de discurso que enforma todo o poema. Impõe-o, desde logo, a índole da epopeia, especialmente vocacionada para o desenvolvimento de um projeto de heroísmo centrado na partida e na superação de obstáculos até ao triunfo final; determina-o ainda a concepção da escrita épica como aventura particularmente dependente do “furor” divino; e explica-o, por fim, a singular ligação que n’*Os Lusíadas* se estabelece entre o início e a conclusão do discurso. Como é sabido, porém, enquanto na maioria dos poemas épicos, o heroísmo e a glória resultam de um efeito de consumação absoluta, n’*Os Lusíadas*, o esquema apresenta-se bem menos definido, dando origem a uma lógica de suspensão e diferimento.

É verdade que a Ilha dos Amores configura um final feliz e glorioso da viagem dos nautas portugueses. Mas também é certo que, em Camões, a história não vale por si só, aparecendo sistematicamente desnudada nos seus retrocessos e imperfeições; e, assim, as estâncias que se seguem à descrição da apoteose do Amor e do Conhecimento suspendem o encerramento já declarado, dando origem a palavras que se situam já fora do plano da diegese.

A circunstância de *Os Lusíadas* não terminarem com a consagração do herói suscita várias questões que abrangem articuladamente os planos da forma e do conteúdo: refiro-me, concretamente, ao problema da estrutura retórica do poema (fecho canónico *vs* fecho anticanónico); à questão da organicidade do canto camoniano (serão realmente as estâncias finais um desfecho marginal relativamente à matéria épica narrada?); e refiro-me, sobretudo, ao problema do heroísmo camoniano, uma vez que a inconclusão ou a abertura exortativa do poema se relacionam de perto com a natureza muito particular da realização heroica anunciada desde a primeira estância. Qual o papel do poeta-cavaleiro (o do “braço” e o da “mente”) na suspensão desse remate glorioso? Como se explica o apelo a uma partida nova?

Apesar de me centrar na análise das últimas estâncias do poema, não tenho dúvidas de que é necessário ter em conta outros passos da epopeia, no sentido de alcançar a perspectiva geral dos sentidos de um poema que, como se sabe, assenta nas figuras da sobreposição e da *contra-dicção*.

Se a tópica do princípio apresenta pelo menos três concretizações diferentes e complementares (a Proposição, a Invocação e a Dedicatória), o poema contempla também, curiosamente, outros tantos tipos de fecho: assim, na est. 144, após a consagração da Ilha namorada, refere-se o regresso bonançoso dos nautas à sua pátria e ao seu Rei; a estância seguinte assinala uma abrupta inflexão pessoal, no retomar de uma linha de desengano que vem pelo menos desde o final do canto VI; o remate absoluto do poema culmina com a exortação ao rei D. Sebastião para que rompa nos campos de Ampelusa e protagonize a empresa suprema, digna de ser cantada.

Alinhados desta forma, numa sucessão condensada de 13 estâncias, esses remates parecem contradizer-se ou anular-se entre si. Detenhamo-nos um pouco em cada um para vermos até que ponto, também no final, se cumpre o circuito que conduz da dissonância à conjunção, da contradição à síntese<sup>73</sup>.

O primeiro fecho é de todos o mais canónico: depois da demanda e da superação, os preceitos épicos prescrevem a glorificação do herói. O facto de a recompensa se não verificar no termo do regresso (solução que seria mais normal), mas sim ao longo do retorno, parece resultar de dois fatores de índole diversa: tendo a viagem decorrido sob a proteção de Vénus, a epifania da Ilha namorada só pode dar-se no plano mitológico, antes, portanto, de os nautas serem devolvidos às coordenadas da História<sup>74</sup>; mas pode também pensar-se numa razão de natureza menos imediata: o casamento das ninfas com os nautas significa, de facto, o nascimento de um herói novo: a “progénie forte e bela”, nascida no reino neptunino por disposição expressa da deusa. Nessa medida, para além do carácter de exortação que o contexto histórico esclarece, o incitamento final a D. Sebastião assume uma ressonância mítico-lendária que coloca os protagonistas da aventura portuguesa a meio caminho entre os homens e os deuses<sup>75</sup>.

Cumprido o duplo destino de partida e de cruzada que desde Afonso Henriques impende sobre o “peito ilustre lusitano”, vencida a oposição de Baco — a divindade do Oriente que encarna tanto o temor despeitado

---

<sup>73</sup> De entre os estudiosos que mais chamaram a atenção para a importância do contraste, da sobreposição e da posterior síntese a nível da construção do poema, é justo destacar: Jorge de Sena, António José Saraiva, Jorge Borges de Macedo, e Jacinto do Prado Coelho. Mais recentemente, e na mesma linha, Hélio João Santos Alves recorre ao princípio marxista da “contradição resolutiva” na análise de alguns episódios do poema.

<sup>74</sup> É esta, por exemplo, a explicação aduzida por Jorge de Sena (1980, p. 74).

<sup>75</sup> Longe de serem entidades passivas sujeitas à ação do Destino, os heróis lusitanos modelam, eles próprios, o seu caminho. Nesse sentido, podem equiparar-se a alguns reis e guerreiros do ciclo de Tróia e de Tebas, que Hesíodo coloca num patamar intermédio entre a idade do bronze e a do ferro e que, não subindo ao Olimpo nem descendo ao Hades, alcançam a ilha dos Bem-Aventurados, onde recuperam a beatitude original (Cf. Hesíodo, *Trabalhos e Dias* v. 159 e ss).

Para uma análise da questão da idade dos heróis em Hesíodo, veja-se Hugo Francisco Bauzá, p. 35 e ss.

pelos feitos que os portugueses hão de levar a cabo nessas paragens, como o desconcerto axiológico (contemplado e verberado por Cupido na sua célebre expedição ao “mundo rebelde”) – e atingidas as praias de Calecute, numa empresa que coloca simbolicamente em aberto todas as partidas de Ocidente para Oriente, os portugueses, sacralizados pelo esforço, pelo sofrimento e pelo amor, regressam finalmente a Lisboa, ao abrigo de qualquer contrariedade. E compreende-se que Camões tenha aqui pretendido subverter a verdade histórica registada nas crónicas, que dão a viagem de regresso como mais tormentosa do que a da ida<sup>76</sup>, uma vez que, a partir do instante da sacração, os nautas devem situar-se já acima de quaisquer contingências ou ditames.

O seu desembarque na Ilha de Vénus equivale, ao mesmo tempo, à nobilitação amorosa pela via da Natureza<sup>77</sup> e à superação da insegurança humana. A “eterna companhia” das ninfas remete, com efeito, para uma deificação simples (à maneira de Evémero); porém, embora aparentemente se situem já fora do tempo, os marinheiros conservam a capacidade para intervir nele, na medida em que continuam vassalos do rei de Portugal, a quem irão entregar “o prémio e a glória”. Inscritos num tempo mítico que remonta a Luso e assinalados depois por um trajeto histórico que vem de Afonso Henriques a D. Manuel, sob o signo da identidade religiosa, os portugueses reentram depois no plano mitológico, associando-se às ninfas, através do Sexo e da Alimentação. Estas, por sua vez, por delegação de Vénus, ilustram alegoricamente não só o triunfo do Amor sobre o Despeito (encarnado pela figura de Baco), mas também a vitória da

---

<sup>76</sup> Os registos historiográficos (Barros e Castanheda) dão, de facto, a viagem de regresso como cheia de calmarias e de doenças. Nela ocorreu, por exemplo, a morte de Paulo da Gama, circunstância que originou inclusivamente o atraso da chegada do capitão da armada a Lisboa, em finais de Agosto de 1499, quase dois meses depois do regresso da nau comandada por Nicolau Coelho (Cf. *Ásia*, de João de Barros — 1ª Década, Livro quarto, cap. XI, p. 159 e Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* — Livro primeiro, caps XXIV-XXIX, p. 64 e ss.).

<sup>77</sup> O *locus amoenus* representado pela Ilha centra-se na água e na árvore, enquanto elementos de assimilação, presentes na tradição das paisagens bem-aventuradas. Favorecidos por Vénus (a mítica mãe da *gens Iulia*) desde o princípio (I, 33), numa base de filiação declarada, os Lusitanos são objeto de um processo de consagração faseada e ascendente que vai do encontro amoroso com as “estranhas ninfas” até à contemplação da máquina do mundo, proporcionada pela titânide Tétis.

Natureza sobre todas as restrições de circunstância ou de essência, que tantas vezes a condicionam.

Essa associação entre o humano e o divino, que permite a Camões desenhar um remate confluyente de toda a ação épica, considerada nas suas diversas vertentes, não impede que a história se mantenha em aberto. Mesmo imortalizado, o herói não deixa de permanecer humano, o que equivale a dizer que a descrição do *domus nympharum* não representa, de facto, uma rasura definitiva da história nem sequer uma utopia<sup>78</sup>. Contrariando modelos que observa em outros casos, Camões resiste, desta vez, ao tópico do “fechamento” do herói, optando por mantê-lo na esfera do humano e diferindo, na prática, a sua absoluta sacração.

Esse cenário de conclusão celebrativa remete, de facto, para a confluência dos principais níveis da diegese. Mas o significado global dessas estâncias tem outras implicações. Entendido apenas como consumação em crescendo, o episódio revela-se, irregularmente longo (210 estâncias), sendo legítimo pensar que, para além dessa função canónica, a Ilha dos Amores, descrita nas suas etapas consecutivas (preparação do espaço, descrição, encontro com as ninfas, perseguição de Leonardo a Efire, banquete, profecias da Sirena, contemplação da máquina do mundo e regresso dos heróis à Pátria) encerra ainda uma dimensão projetiva, cujo alcance ultrapassa em muito os limites da história narrada. Penso concretamente na linha de reflexão pessoal que o poeta inaugura logo na primeira estância do poema, ao anunciar a construção heroica de um *Reino Novo* (antes que esse anúncio seja cometido a Júpiter, a voz

---

<sup>78</sup> Contestando a aplicação do conceito de *utopia* (tal como Thomas Morus o cunhou no princípio do século XVI) ao episódio camoniano da ilha angélica, Martim de Albuquerque sublinha também que “A Ilha dos Amores conta e sublima de forma alegórica a História que *Os Lusíadas* cantam. Não a repudia. Incita a ela. Como tal não é fuga à realidade, mas exaltação do real desejável e possível.” (Cf. *A Expressão do Poder...* p. 306).

Por seu turno, Aguiar e Silva que, em 1972, tinha interpretado o episódio num registo utópico ou evasivo (“Função e significado do episódio da Ilha dos Amores na estrutura de *Os Lusíadas*”, in *XLVIII Curso de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Ciclo de lições comemorativas do IV centenário da publicação de Os Lusíadas*. republicado em *Camões. Labirintos e fascínios*. p. 131-143), voltou mais recentemente a defender a pertinência do conceito, embora ressaltando, desta vez, o seu alcance histórico, aplicável não só ao caso português, mas “a todas as partes do mundo” (Cf. “Imaginação e pensamento utópico no episódio da Ilha dos Amores”, in *Biblos*, LXIV (1988), republicado em *Camões: labirintos e fascínios*. p. 145-153).

aurática que, de forma mais explícita, o retoma na sua segunda profecia – II, 46)<sup>79</sup>. O remate desta linha de discurso só se encontra na estância 145 do canto X, verdadeiro *akmé* da melancolia camoniana, tomando esta não só na acepção pessoal de desengano estético, mas também no sentido de uma degeneração cívica, da qual o poeta tem consciência particularmente angustiada:

No' mais, Musa, no' mais, que a lira tenho  
Destemperada e a voz enrouquecida,  
E não do canto, mas de ver que venho  
Cantar a gente surda e endurecida.  
O favor com que mais se acende o engenho,  
Não no dá a Pátria, não, que está metida  
No gosto da cobiça e na rudeza  
Dũa austera, apagada e vil tristeza.

O contraste entre o épico e o antiépico (tão característico das epopeias maneiristas) pode fazer-se equivaler ao preceito retórico do *post lucem tenebrae*<sup>80</sup>. Em todo o caso, na disforia que a assinala (e que se sobrepõe pela abrangência e pela explicitude a qualquer outro passo do

---

<sup>79</sup> Esta linha discursiva que se faz sentir de forma particular nos finais dos cantos VI, VII, VIII e IX, inclui 84 estâncias integrais (cerca de 8% do total), de acordo com os cálculos de Jorge de Sena (Cf. *ibid.*, p. 119) e abrange temas muito diversos.

Maria Helena Ribeiro da Cunha procedeu a um levantamento interpretativo dos “epifonemas” d’*Os Lusíadas*, com incidência especial nos que versam os temas do Amor, do *auri sacra fames*, do ofício de rei, do ofício de homem e do ofício de poeta. Para além da obra clássica de Bowra (1945), a importância da figura do poeta na épica foi ainda objeto de um estudo de grande solidez, da autoria de Robert M. Durling. Partindo de dois poetas tardo-medievais (Chaucer e Petrarca), o estudioso em questão detém-se depois em 4 autores renascentistas (Boiardo, Ariosto, Tasso e Spenser) para assinalar a presença crescente da voz do poeta que, em Ariosto e em Tasso chega a assumir o papel de um autêntico demiurgo, não só selecionando e controlando os eventos, mas também comentando-os e caracterizando os intervenientes num registo abertamente moral e axiológico. (Cf. Durling, em especial as p. 128 e ss.).

<sup>80</sup> Em termos gerais, este *topos* parece inspirar-se essencialmente na *Farsália* de Lucano, texto que, aliás, se revela, a muitos outros títulos, uma fonte camoniana privilegiada.

Sobre o assunto, veja-se Daniel Madélénat, *L'épopée*. p. 44 e 200-201.

Ainda a propósito dessa estância, Faria e Sousa enumera fontes muito variadas que abrangem sobretudo a poesia lírica (Marcial, Terêncio, Virgílio – na égloga 10.<sup>a</sup> –, e Guarino Guarini) do que a poesia épica. (Cf. p. 582-86).

poema), essa estância ganha um duplo sentido de contraste e de transição, parecendo colidir com o cenário de triunfante serenidade anteriormente registado ao mesmo tempo que prenuncia uma solução de síntese.

Esse contraste também se torna visível a nível de forma. Depois do pretérito perfeito e da terceira pessoa, que predominam nas estâncias anteriores, emergem, de repente, o presente do indicativo e uma primeira pessoa alheia à instância narrativa anterior. O que quer dizer que o encerramento da narração mítica ocorre quando a história faz de novo valer os seus direitos, irrompendo na implosão do heroísmo antes celebrado: os efeitos de dissonância são os mesmos que assinalam tantos passos anteriores; mas reforçados, desta vez, pela circunstância de nos encontrarmos no final do poema. E, nessa medida, a sobreposição do presente histórico ao passado mítico pode mais uma vez ser interpretada como uma consumação.

É necessário que a narrativa não termine com o registo do presente, caracterizado pela ausência de matéria épica e pelo abandono das Musas. E assim, depois de, na Invocação, se ter aberto a dialética entre a História e o Mito e de, no fim desta longa aventura da narração, se ter dado como assente que a primeira vertente tinha corroído a segunda, nas últimas onze estâncias assiste-se ainda ao seu resgate derradeiro.

## **2. A construção do futuro**

Concluída a evocação do passado, sempre centrada na Guerra e no Amor (valores que, como é bem sabido, n'*Os Lusíadas* se implicam causalmente), e negada a hipótese de euforia no presente, resta a construção de um futuro. Nesse sentido, o poeta apela a uma partida nova, recuperando o tom épico imediatamente depois de o ter denegado. O apelo a D. Sebastião para que retome a expansão no Norte de África tem sido sobretudo lido à luz das coordenadas históricas que o envolvem. A verdade, porém, é que no momento da enunciação, a partida por que clama o poeta parece ter um sentido ainda mais amplo e mais vago, inscrevendo-se não apenas no quadro limitado dos condicionalismos

histórico-políticos, mas também, e sobretudo, na linha que sustenta todo o *epos* camoniano: reunir o mito e a história no mesmo plano de *euclonia* que subordina toda a história de Portugal, tal como ela é narrada desde Afonso Henriques até aos feitos da Índia<sup>81</sup>.

Desse modo, enquanto do primeiro momento (o da Ilha dos Amores) para o segundo (o da crítica decetiva) se verifica uma alteração de tom e de instância enunciativa, do segundo para o terceiro momento (o da exortação a D. Sebastião), a primeira pessoa mantém-se. Conclui-se, assim, que se o narrador que evoca a Ilha dos Amores até à est. 144 se situa num nível exterior à história, a partir do qual conta e encadeia as peripécias da viagem e da fábula mitológica, o enunciador que certifica a “apagada e vil tristeza” é, literalmente, o mesmo que apela à superação através de uma nova partida e de um novo princípio, retomando as linhas de sentido já abertas na Dedicatória ao rei menino<sup>82</sup>. E se se pode admitir que o primeiro narrador não deixa de ser, apesar de tudo, um construtor de “ficção”, o segundo situa-se no plano da realidade, qual voz sem narração, guerreiro sem epopeia ou poeta sem poesia.

### 3. Um Rei desejado

Os três momentos de fecho do poema articulam-se, portanto, numa base de coerência sintática e semântica: depois do remate convencional da diegese épica (est. 144), segue-se o *envoi* que incide sobre o plano

---

<sup>81</sup> De facto, fundada sob a égide do mito áureo do Cristo aparecido em Ourique, a nação portuguesa encontrava-se agora em estado de deperecimento, esquecido o *telos* cruzadístico inerente ao seu aparecimento e continuidade.

Embora o mito de Ourique possa rastrear-se pelo menos desde a *Segunda Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* (1451), parece não haver muitas dúvidas sobre a possibilidade de Camões o ter recolhido directamente na *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão (1505).

Sobre o mito das origens e o seu tratamento historiográfico e literário, veja-se a síntese de Ana Isabel Buescu “Vínculos da memória: Ourique e a fundação do Reino”.

<sup>82</sup> Comentando justamente as intervenções do poeta em final de canto, Jorge de Sena refere-se à ligação entre a Dedicatória e as últimas estâncias do poema desta forma bem sugestiva: “É óbvio que a [estância] que conclui o canto X tem características especiais de *rounding-up* do poema, em contrapartida da introdução do canto I.” (Cf. *ibid.*, p. 124).

antiépico do presente; até chegarmos a um fecho que visa superar o presente e recuperar os modelos do passado, projetando-os num sonho de futuro sem limites.

É nessa tentativa de síntese entre os planos do real e do ideal que ganha importância a figura do Rei desejado. Ao dirigir-se-lhe expressamente na Dedicatória e na exortação final, o poeta nomeia um herói virtual, mas desmente também a possibilidade de o Gama ou algum dos “barões ilustres” referidos ao longo da epopeia poder vir a integrar-se em plano de completa heroicidade. Por outras palavras, o poeta assume-se como visionário do futuro, não só para obliterar o presente, mas também para desvalorizar o passado.

Como o próprio canto épico, os feitos narrados são endossados ao rei, quer como seu beneficiário direto, quer como seu continuador. Situado a este nível, D. Sebastião é não apenas o depositário da história nacional, mas também a esperança concentrada da sua sublimação. O rei integra-se assim num contexto messiânico, em consonância com o sentido camoniano da missão lusíada e com o lastro providencialista em que o tempo da história (concretamente balizado pela pressão dos turcos sobre a Europa e pelo direito de conquista contra os mouros<sup>83</sup>) se amplifica em ordem a uma espécie de tempo hiero-histórico de alcance universal e ecuménico<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> Em 1570, os turcos tinham-se apoderado da ilha de Chipre. Organizada logo a seguir, a “Santa Liga” reuniu, à volta de Filipe II e do papa Pio V, Veneza, Génova, Sabóia e os cavaleiros de Malta. E foram essas forças conjugadas que, sob o comando de D. João de Áustria, derrotaram os turcos na batalha de Lepanto, sustendo o seu avanço no Mediterrâneo.

O eco dessas circunstâncias em alguns passos do poema camoniano é incontestável. Com efeito, regressado a Lisboa em 1570, Camões não tardara a entregar aos prelos o manuscrito d’*Os Lusíadas*, sendo razoável deduzir que o tenha feito em finais desse mesmo ano ou no início de 1571, quando ainda não era possível aferir todas as implicações políticas e militares da batalha de Lepanto.

<sup>84</sup> As trovas de Gonçalo Anes Bandarra (escritas antes de 1541) falam já, em abstrato, de um rei que traria a paz e a justiça ao mundo, vindo essa ideia a encontrar um justificado acolhimento depois da fatal jornada africana de D. Sebastião.

Retomando uma pista de Sampaio Bruno, António Franco Alexandre situa a génese da ideia do Encoberto no reino de Valência, aquando da tentativa de confirmação de Carlos, neto de Maximiliano, como rei daquele reino, e do aparecimento de uma figura, supostamente filha do príncipe João, herdeiro jurado dos Reis Católicos, falecido poucos meses após o seu casamento com Margarida de Áustria, que ficou grávida (*Vida de D. Sebastião, Rei de Portugal*, p. 191 e ss).

Para uma análise das repercussões do mito do Encoberto na mentalidade e na cultura do século XVII, veja-se Diogo Ramada Curto, Lucete Valensi (sobretudo, o cap. VI, intitu-

Num plano mais imediato e pessoal, D. Sebastião é o herói que comanda (“Senhor de vassallos excelentes”), cujo exemplo de justiça suscita, por si só, a atitude de perseverança e de coragem que é própria da fábula épica<sup>85</sup>. Nessa perspectiva, a ligação das estâncias finais à Dedicatória potencia o tópico da idade dourada, tradicionalmente anunciada pelo nascimento de um menino que suprime o desconcerto anterior (*neikos*) e reinstaura a ordem (*philia*), equivalente à *pax christiana*, que Júpiter definira na já citada estância 46 do canto II, quando, depois de profetizar os triunfos lusitanos contra os infiéis, sintetiza desta forma a etapa final do Reino Novo<sup>86</sup>:

E por eles, de tudo enfim senhores,  
Serão dadas na Terra leis milhores.

Na medida em que o futuro se junta ao passado, o tempo acaba por surgir na epopeia camoniana como uma coordenada em aberto, e D. Sebastião como o intérprete pontual e dinâmico do “peito ilustre lusitano”. Os conselhos de benignidade e heroísmo dirigidos ao monarca representam sobretudo uma censura indireta aos desmandos dos antecessores que não cumpriram o quadro ideal de relações com os vassallos, já que as censuras indiretas que, ao que tudo indica, atingem a própria figura do Rei, não chegam a diminuir a sua aura de herói em potência<sup>87</sup>. De facto, se tivermos em conta que os deuses podem “descer ao vil terreno/

---

lado “Fábulas sobre a batalha, fantasmas sobre o Reino”, p. 163-190) e Jacqueline Hermann (*No reino do Desejado. A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*).

<sup>85</sup> A associação entre as virtudes de chefia do Rei e a excelência dos vassallos é recorrentemente expressa n’*Os Lusíadas* como requisito de pleno heroísmo, tanto num registo afirmativo (veja-se, por exemplo, a exortação de D. Nuno Álvares Pereira aos portugueses (IV, 14-19), como num registo negativo, ilustrado, por exemplo, com a figura de D. Fernando, o “fraco Rei que faz fraca a forte gente” (III, 138-143).

<sup>86</sup> Para além de uma vasta representação na literatura grega e latina, a ideia da sucessão cíclica das idades encontra-se ainda largamente ilustrada em múltiplos textos da Antiguidade Oriental (Cf. Hugo Francisco Bauzá, op. cit., p. 19-55).

<sup>87</sup> Na senda de Faria e Sousa, António Sérgio compaginou a grande maioria dos conselhos e das críticas dirigidas ao Rei pelo poeta pelas que lhe dirigiram alguns dos seus conselheiros mais experimentados, defendendo a tese de que Camões se faz aqui eco de uma autorizada corrente de opinião (Cf. “Camões panfletário – Camões e D. Sebastião”).

E os humanos subir ao Céu sereno”, concluiremos que a síntese entre o herói e o poeta não chegou a verificar-se. Em compensação, assumindo-se como destinatário privilegiado do canto e protagonista de uma nova empresa “digna de ser cantada”, D. Sebastião surge como projeção do herói-sábio que é o poeta<sup>88</sup>.

Depois de, durante oito estâncias (146-153), se ter situado num registo coletivo, o poeta reassume o discurso de primeira pessoa nas três últimas estâncias para se destacar dos vassalos e apresentar ao Soberano, em termos pessoais, a quota-parte de heroísmo que lhe cabe: o “braço” e a “mente”<sup>89</sup>. A reunião dos dois elementos na pessoa do poeta configura bem a sua autoestima heroica; mas, mais do que isso, o oferecimento exortativo com que a epopeia se conclui traduz a inadequação entre o canto e a matéria que o inspira. Afinal, depois de, na Dedicatória, ter asseverado que a fama das vitórias dos guerreiros da Antiguidade se encontra já ultrapassada pela glória do “peito ilustre lusitano”, o poeta termina com dois versos que fazem depender da “digna empresa de Marrocos” a equiparação de D. Sebastião a Aquiles e a Alexandre:

Ou fazendo que, mais que a de Medusa,  
A vista vossa tema o monte Atlante,  
Ou rompendo nos campos de Ampelusa  
Os muros de Marrocos e Trudante,  
A minha já estimada e leda Musa  
Fico que em todo o mundo de vós cante,  
De sorte que Alexandro em vós se veja  
Sem à dita de Aquiles ter enveja.

(X, 156)

---

<sup>88</sup> Sobre a necessária complementaridade entre o herói sábio e o herói auroral, vejam-se Bowra (1952), p. 9 e Madélénat, op. cit., p. 55.

<sup>89</sup> Rejeitando a interpretação da atitude do poeta num registo de humildade, Hélder de Macedo lê estas estâncias como um sinal de emulação da figura rude do velho Sileno, o deus da eloquência e da profecia (Cf. Macedo, p. 61-72).

Mesmo os feitos gloriosos dos “altos varões que hão de vir ao mundo”, postos na boca da “angélica Sirena”<sup>90</sup>, (em claro resultado de um processo de decalque da sereia do canto VII da *Eneida*) abrangem acontecimentos já inscritos na factualidade histórica. Considerando que a narração épica decorre toda entre o princípio e o termo da epopeia, é legítimo pensar que, depois de passar pela trama da História de Portugal, considerada na sua dimensão europeia e, depois, na sua orientação ultramarina, o poeta vê-se obrigado a suspender a consagração do herói, transferindo-a para um futuro iminente, só acessível através da profecia.

#### 4. Uma base de resgate

Mais do que símile de abertura do poema, a Dedicatória religa a fundação da nacionalidade e o cumprimento de um destino coletivo. Essa base de resgate supõe o fim de todas as quedas e de todos os desconcertos. Tudo se inicia sob a égide da cruzada, com a figura de D. Afonso Henriques, seguindo depois um trajeto que conduz ao neto de D. João III, “...tenro e novo ramo florecente/De ãa árvore, de Cristo mais amada” (I, 7), a quem está providencialmente cometida a responsabilidade de retomar a linha de Ourique.

Uma vez que os protagonistas se afastam do ideal que é estabelecido com base em qualidades de coragem física, de perseverança, de inteligência e de valia moral e intelectual, poderia concluir-se que o heroísmo é transferido do plano da diegese para o plano da enunciação<sup>91</sup>. A leitura

---

<sup>90</sup> Já no decurso do consílio dos deuses marinhos, Proteu — o deus da profecia — se dispusera a dizer “o que sentia”, quando foi interrompido por Tétis. Reveladas por Júpiter em sonhos a Proteu, só agora, depois de consumada a aventura da viagem, estas são colocadas na boca de uma ninfa, que as reteve na memória.

<sup>91</sup> Antes de Hélder de Macedo, que enfatiza o heroísmo do Camões-poeta, já Jorge de Sena tinha interpretado o final d’*Os Lusíadas* no mesmo sentido, desvalorizando (talvez com excessiva radicalidade) a importância da história e as implicações do próprio jogo enunciativo: “E o terminar uma epopeia com promessas de outra não é das menores demonstrações de quanto o poeta é central, do mesmo passo que é uma sublime ironia: as epopeias não se prometem, fazem-se do que já é matéria delas. A menos que, como em todo o Camões sucede, nada seja autorizado a existir senão nele, com ele, e por ele.” (Cf. 1973, p. 51).

d'Os *Lusíadas* como “epopeia da poesia” favorece, de facto, essa ideia, traduzida pela supremacia do canto em relação à matéria cantada e da voz do autor relativamente às vozes das personagens e à própria narrativa de acontecimentos. Mas essa marca de singularidade não pode dissociar-se da questionação ética e estética dos modelos antigos e modernos, dos quais o poeta português parte para uma das mais importantes reconversões do cânone épico ocidental, tanto em termos dos valores que balizam a ação como em termos do próprio estatuto do canto.

A Dedicatória e o final do poema camoniano articulam-se em termos de voz e de eco que se prolonga até ao silêncio de uma expectativa que é simultaneamente histórica e estética. E o significado global do poema não pode decidir-se sem se ter em consideração a dupla qualidade desta expectativa.

Mais do que a oposição entre o épico e o antiépico, é a tensão dialéctica entre a História e o Mito que funda o discurso camoniano. Com efeito, quando se esperava que a apoteose e a recompensa da ilha namorada viessem a constituir o triunfo supremo e irreversível do Mito, eis que a indecisão não está resolvida e o poema termina afinal como tinha começado: com o desejo de que a História se transfigure em Mito.

A circunstância de *Os Lusíadas* terminarem com a exortação a uma aventura africana numa altura em que a prudência política parecia desaconselhar tais veleidades, tem valido a Camões condenações mais ou menos severas<sup>92</sup>. Mas é necessário deslocar a interpretação do fenómeno, destacando-o do contexto histórico que conduz a Alcácer-Quibir e

---

<sup>92</sup> Embora permanecendo exclusivamente no domínio das ideias políticas, António Sérgio assumiu a defesa de Camões, sustentando que as últimas estâncias do poema revelam sobretudo a necessidade de reforçar a coesão da Cristandade em face da ameaça turca, não constituindo necessariamente um incitamento expresso à aventura africana, sobretudo à aventura pessoal do monarca, (*op. cit.*).

Subestimando ainda a perspectiva estética, Luís Oliveira e Silva resvala para uma posição de crítica (e de censura) direta ao poeta, apontando-lhe o *vitium* do patriotismo e a consequente “carência de distanciamento crítico”, para concluir reprovadamente: “O poema épico, quando tem por objecto matéria puramente histórica não se pode dar ao luxo de formular um juízo definitivo (...). Porque o futuro, que num poema de carácter histórico não deve ser considerado extradiegético, pode, eventualmente, desarticular a hipérbole ascendente e, trágica e ironicamente, revelar a fragilidade da ostentação pretensiosa” (Cf. “Identidade e identificação interactiva n'Os *Lusíadas*”, in *Ideologia, Retórica e Ironia n'Os Lusíadas*, p. 99-119).

integrando-o nas linhas gerais do pensamento e da arte de Camões, para que a sua apreciação passe a fazer-se a uma outra luz.

No que respeita ao primeiro nível, basta lembrar que no episódio do Velho do Restelo, a África surge não tanto como um sonho imperial, mas como uma possibilidade de resgate moral da Nação, face aos erros do Oriente<sup>93</sup>. E parece ser sobretudo nesse sentido que o vassalo se manifesta agora investido de faculdades físicas e mentais que coloca à disposição de um soberano promissoramente justo e liderante. Já em termos estéticos, o apelo a uma nova partida significa tanto o incumprimento do programa épico anunciado desde a primeira estância como a esperança de o poder completar. Mais do que um simples excursão adulatório, o apelo a D. Sebastião e a promessa de “um nunca ouvido canto” têm, assim, a dupla função de atenuar o pessimismo da estância 145, ao mesmo tempo que representam a possibilidade de recuperar o projeto da construção de um “Reino Novo”. O programa inicial reaparece, de facto, mas transferido agora para um futuro em que o Mito e a História possam confluír. Só assim se explica que, embora enquadrada pelo envolvimento dual da Fé e do Império em que a ação dos lusitanos se inscreve, essa confluência acabe por ter efeitos de catarse coletiva. E porque só no tempo a esperança é possível, Camões converte o passado fechado da epopeia em promessa de futuro, recorrendo afinal ao expediente comum dos que não se conformam com a realidade e a trocam pela magia do sonho e pelo sortilégio da poesia que lhe dá corpo.

Para além do seu significado político, o encerramento do poema com uma exortação e uma profecia constitui sinal de uma teofania poética, que não parece arriscado relacionar com o lastro neoplatonista que inspira a criação camoniana, muito para além da simples imitação de *topoi*.

---

<sup>93</sup> Independentemente das marcas de retórica humanista que existem no discurso do Velho (e que o fazem antepor os valores da renúncia aos ímpetus da aventura), parece claro no seu discurso que a África oferece aos portugueses uma oportunidade segura de retomar a senda cruzadística que legitima a nação lusa desde a sua fundação.

Nesse sentido, tendo para crer que, mais do que um puro desmoroamento da *Weltanschauung* heroica (Silva (1993), “A crítica da virtude heróica no Velho do Restelo”, in Yvette Kace Centeno (coord.), *Portugal: mitos revisitados*, p. 69-97), o episódio constitui a etapa de um processo de reconversão moral e cristã que se estende, aliás, até às estâncias finais do poema.

Concebida na sua globalidade, a epopeia camoniana cumpre, de facto, as quatro etapas do *furor* divino, tal como as define Marsilio Ficino (sem dúvida, a figura mais marcante do neoplatonismo renascentista)<sup>94</sup>: o *furor* amoroso constitui a base de toda a ação épica, compreendendo tanto a intriga mitológica (que evolui com base no conflito entre Vénus e Baco), como a história de Portugal (toda centrada em situações afetivizadas), a viagem do Gama e a própria aventura da poesia, uma e outra ditadas pelo supremo amor da Pátria; o *furor* religioso é um dos elementos centrais de toda a ideologia camoniana e, embora a sua presença se faça sentir ao longo do discurso épico, encontra uma tradução muito particular em três momentos marcantes: o episódio do Velho do Restelo, o início do Canto VII e as estâncias que o poeta dirige a D. Sebastião na Dedicatória e no remate final da epopeia; o *furor* poético, por sua vez, manifesta-se desde o início na invocação da “fúria grande e sonora” e na presença assídua das Tágides que certificam a inspiração possessa e demiúrgica do Canto, apesar dos silêncios ingratos que se lhe seguem.

Cumpridas estas três etapas, o poema de Camões conservaria a dimensão mitogénica e recoletora que assinala a maioria das epopeias ocidentais. Mas as Tágides elevam-no ainda a um último patamar de inspiração: o *furor* profético. Colocada na boca de personagens alegóricas ou mitológicas como Júpiter (II, 44-46), os rios Indo e Ganges (IV, 68-74) ou a ninfa dos cantos IX e X, a profecia abrange acontecimentos intradieéticos, no quadro da narrativa épica: mas só ganha um alcance verdadeiramente teúrgico quando é protagonizada pelo narrador do primeiro nível. Situado no presente da história, a voz autoral está em condições privilegiadas para assumir a sua crítica e apontar caminhos de redenção. Por isso, só essa mesma voz tem o dom de decifrar o futuro no quadro de um programa cívico e estético em que se sente simultaneamente implicado como poeta e como vassalo do Rei de Portugal.

---

<sup>94</sup> Sobre a teoria do *furor*, tal como ela se apresenta em Platão e nos seus comentadores renascentistas, veja-se a excelente Introdução de Pedro Azara a Marsilio Ficino, *Sobre el furor divino y otros textos*.

Veja-se, muito em particular, a carta de Ficino a Pedro Divino (p. 54-63).

Concluindo desta forma a sua epopeia, Camões revela-se fiel ao sentido épico da história da Pátria. Se a “apagada e vil tristeza” assinala o fim de um ciclo marcado pela “vã cobiça” e pela “ vaidade”, a exortação africana surge como o começo de uma fase nova, decantada e restituída à pureza dos valores da Fé e do Império<sup>95</sup>.

Para além do “braço” do cavaleiro, essa nova era deverá ser sacramentada com a palavra épica. E, nesse sentido, mais do que um simples complemento do esforço individual, a mente do poeta surge como via de sublimação da guerra protagonizada por um herói coletivo: o “...peito ilustre lusitano/ A quem Neptuno e Marte obedeceram”. Colocados tantas vezes ao longo do poema num plano de divergência que parecia insanável, o Canto e a matéria cantada confluem, por fim, nesse horizonte virtual, aberto pela pulsão da profecia. Só nessa medida é possível rasurar as sombras do tempo presente em nome de um futuro de luz, “ad infinitum”. Nesse registo de esperança projetada na eternidade, o Mito e a História já não se distinguem um do outro.

## Referências Bibliográficas

### A – Textos

FERNÃO LOPES DE CASTANHEDA (1979), *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto: Lello & Irmão.

---

<sup>95</sup> É, de facto, pela via da palavra profética, que *Os Lusíadas* se inserem na linha do messianismo português (em que se integra o Quinto Império) pelo capital de esperança que projetam num porvir, que tanto pode tomar a forma imediata e visível das vastas planícies africanas como transformar-se no advento escatológico sonhado por António Vieira.

Conjugando fontes portuguesas com fontes árabes, Lucete Valensi estuda os efeitos da batalha de Alcácer em Portugal e em Marrocos, estabelecendo a genealogia histórico-factual do sebastianismo bem como a sua repercussão em Portugal e no Brasil.

Apesar de alguns contributos pontuais, porém, está ainda por fazer, com suficiente desenvolvimento e profundidade, o levantamento sistemático da recepção messianista d’*Os Lusíadas*, desde o Barroco até aos nossos dias, na Literatura, na Cultura e na Mentalidade portuguesas.

- HESÍODO (2005), *Teogonia. Trabalhos e dias*, Introdução, Tradução e Notas de Ana Elias Pinheiro e José Ribeiro Ferreira, Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- JOÃO DE BARROS (1932), *Ásia de João de Barros*, Edição de António Baião, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Lusíadas de Luís de Camões* (1972), comentadas por Manuel de Faria e Sousa, Introdução de Jorge de Sena, Edição Comemorativa, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- MARSILIO FICINO (1993), *Sobre el furor divino y otros textos*, Edição Bilingue, Barcelona: Anthropos.

## **B – Estudos**

- ALBUQUERQUE, Martim de (1988), *A Expressão do Poder em Luís de Camões*, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- ALEXANDRE, António Franco (1993), *Vida de D. Sebastião, Rei de Portugal*, Mem Martins: Europa/América.
- ALVES, Hélio João Santos (2001), *Camões, Corte-Real e o sistema da epopeia quincentista*, Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos/Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- BAUZÀ, Francisco Hugo (1993), *El imaginario clásico. Edad de Oro, Utopía y Arcadia*, Santiago de Compostela: Servicio de Publicaciones y Intercambio Científico.
- BOWRA, C. M. (1945), *From Virgil to Milton. A Study Of The Epic*, London: Macmillan.
- (1952), *Heroic poetry*, London: Macmillan.
- BUESCU, Ana Isabel (1993), “Vínculos da memória: Ourique e a fundação do Reino”, in Yvette Kace Centeno (coord.), *Portugal: mitos revisitados*, Lisboa: Edições Salamandra, p. 9-50.
- COELHO, Jacinto do Prado (1983), *Camões e Pessoa, poetas da utopia*, Lisboa: Europa/América.
- CUNHA, Maria Helena Ribeiro da (1992), “A voz do poeta: epifonemas em *Os Lusíadas*”, in *Miscelânea de estudos em honra do Professor Américo Costa Ramalho*, Lisboa: INIC, p. 503-530.
- CURTO, Diogo Ramada (1993), “Ó Bastião, Bastião”, in Yvette Kace Centeno (coord.), *Portugal: mitos revisitados*, Lisboa: Edições Salamandra, p. 139-176.

- DURLING, Robert M. (1965), *The Figure Of The Poet In Renaissance Epic*, Cambridge and Massachusetts: Harvard University Press.
- HERMANN, Jacqueline (1986), *No reino do Desejado. A construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII*, São Paulo: Companhia das Letras.
- MACEDO, Hélder (1980), “O Braço e a Mente: o poeta como herói n’*Os Lusíadas*”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XV, p. 61-72.
- MACEDO, Jorge Borges de (1979), “*Os Lusíadas*, narrativa comentada”, in Jorge Borges de Macedo, *Os Lusíadas e a História*, Lisboa: Editorial Verbo, p. 71-100.
- MADÉLÉNAT, Daniel (1986), *L’épopée*, Paris: Presses Universitaires de France.
- SARAIVA, António José (1992), “A Fábrica de *Os Lusíadas*”, in António José Saraiva, *Estudos sobre a arte d’Os Lusíadas*, Lisboa: Gradiva, p. 47-75.
- SENA, Jorge de (1973), “Aspectos do pensamento de Camões através da estrutura linguística de *Os Lusíadas*”, in *Actas da I Reunião Internacional de Camonistas*, Lisboa, p. 43-58.
- (1980), “A estrutura d’*Os Lusíadas*”, in Jorge de Sena, *A estrutura de Os Lusíadas e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do século XVI*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Edições 70, p. 55-183.
- SÉRGIO, António (1972), “Camões panfletário – Camões e D. Sebastião”, in *Ensaio* IV, Lisboa: Sá da Costa, p. 93-128.
- SILVA, Luís Oliveira e (1999), *Ideologia, Retórica e Ironia n’Os Lusíadas*, Lisboa: Salamandra.
- (1993), “A crítica da virtude heroica no Velho do Restelo”, in Yvette Kace Centeno (coord.), *Portugal: mitos revisitados*, Lisboa: Edições Salamandra, p. 69-97.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (1994), *Camões. Labirintos e fascínios*, Lisboa: Cotovia.
- VALENSI, Lucete (1996), *Fábulas da memória. A gloriosa batalha dos três reis*, Lisboa: Editorial Asa.

(Página deixada propositadamente em branco)

**VII.**

**VASCO GRAÇA MOURA COM CAMÕES...  
NO COMBOIO RÁPIDO**

(Página deixada propositadamente em branco)

## INTRODUÇÃO

Durante muitos anos, Vasco Graça Moura viajou regularmente entre Lisboa e Porto, utilizando o comboio rápido, cujo trajeto, por tabela, chegou a atingir 3h45min. Tratava-se de uma viagem longa que envolve dois riscos opostos: a solidão ociosa e a obrigação de ter que conviver com companhias maçadoras.

Para fugir a um e a outro perigo, o passageiro da CP recorria então a um expediente seguro: viajar sempre acompanhado por bons autores. Há de ter viajado com Shakespeare, com Dante, com Racine, a quem consultou sobre questões de vários tipos, sem esquecer os muitos dilemas de tradução que trazia no espírito. A partir de certa altura, o nosso passageiro passou a convidar um autor português para aquela tertúlia tão especial. De facto, deve ter sido pelos idos de 1978/79, que Graça Moura juntou Luís de Camões ao grupo e passou a aproveitar as viagens para preparar conferências e artigos camonianos que publicava nos jornais, (*Diário de Notícias e Expresso*, sobretudo).

Estávamos então a assinalar os 400 anos da morte de Camões e também, de alguma forma, a reconciliar-nos com o poeta da Pátria depois de, na sequência da revolução de Abril, o termos entristecido com alguns equívocos.

### 1. Estímulos do centenário

Em 1980, vem a lume o primeiro volume de textos sobre Camões em consonância com as comemorações do quarto centenário da sua morte (*Luís de Camões. Alguns Desafios*).

O voluminho vem antecedido por um prefácio cheio de modéstias: é o próprio autor a confessar que tudo tinha sido redigido ao ritmo dos “solavancos do comboio”, sem grandes escrúpulos de certificação. Tanto mais que o autor não conhece, em primeira mão, algumas obras que considera fundamentais, limitando-se ao abono de estudiosos que as citaram<sup>96</sup>.

Ainda assim, não deixou de se ocupar de alguns temas centrais como a unidade do poema, *vexata questio* que sempre dividiu os comentaristas. No seu entendimento, mais do que qualquer herói diegético, é Camões quem assegura a unidade do poema. Tratava-se de uma escolha de disposição estrutural, como não poderia deixar de ser; mas era também uma escolha ditada pelo espírito de alguém que queria realmente ser interventor direto na matéria narrada.

Um outro aspeto de que se ocupou relacionava-se com as fontes de *Os Lusíadas*. Ressalvando episódios como “os Doze de Inglaterra” ou “o Adamastor”, Graça Moura sustenta que Camões escreveu a sua epopeia com “os cronistas em punho”. Deles, de Barros e de Castanheda, sobretudo, terá recebido mais do que a pura sùmula de factos. Beneficiou ainda da própria “matéria verbal” que, desde a Proposição, chega às estâncias camonianas em estado quase puro. Boa parte do volume é preenchido com notas mais breves, mas nem por isso menos interessantes ou mesmo reveladoras. É o caso do confronto entre os retratos de Vénus e de Tritão ou as convincentes aproximações que estabelece entre a poesia de Camões e a obra de Lorenzo de Medici, tanto que no que respeita à sonetística como no que se refere ao caso do Adamastor, que tanto lembra Ambra, um extenso poema em oitavas, em cujas estrofes 12 e 23 encontramos o estilo e também boa parte da intriga que sustenta o famoso episódio camoniano do canto V.

---

<sup>96</sup> Cf. “O autor não conhece diretamente algumas obras que supõe fundamentais para o correto enquadramento da problemática camoniana; apenas sabe delas (se calhar como também acontecia com o próprio Camões) por ecos de segunda mão: é o caso de Ficino e Pico dela Mirandola, entre outras” (*Luís de Camões. Alguns Desafios*, p. 9-10).

## 2. Hipóteses de autobiografia

Passaram poucos anos e, em 1984, Graça Moura ainda (e sempre obrigado a viajar entre Porto e Lisboa) surge como autor de mais um cometimento camoniano. Desta vez, o pretexto foi o poema “Sobre os rios que vão”, e a “longa inquietação” que lhe provocava esse *opus* camoniano: *Camões e a Divina Proporção*.

O Prefácio não passava sem a glosa da humildade. Nele se reconhecem designadamente “desequilíbrios” e, mais uma vez, vem à colação uma desculpa de circunstância. Afinal, o autor era administrador de uma empresa que o obrigava a olhar mais para os livros dos outros do que a cuidar das suas próprias obras<sup>97</sup>.

A exegese a que submete os 366 versos de *Camões* confirma a existência de um “neoplatonismo intenso e extenso”. Só assim, e não apenas com base nas reminiscências de Cícero, se podem entender o dramatismo e a força da palinódia. Mas o poeta camonista não se contenta com a decifração semântica e, com base no que considera ser “um esquema pitagórico matemática e objetivamente determinável”, procede a uma leitura autobiográfica do poema, apontando o ano de 1573 como data provável da sua escrita (numa das lições, o poema encontra-se estruturado, de facto, em 73 quintilhas).

Parte importante desse estudo equivalia ainda ao enquadramento da lírica penitencial de raiz bíblica, que então se tinha instalado por toda a Europa.

---

<sup>97</sup> Cf. “Por razões que se prendem com o exercício das minhas funções de administrador de uma empresa pública e, dentre elas, a de responsável pelo seu programa editorial, nos últimos anos tenho tido de prestar mais atenção aos livros alheios do que aos meus próprios. E se isto não é desculpa para os defeitos da presente obra, pode ajudar a compreender muitas das circunstâncias da sua elaboração e certos desequilíbrios na organização dos seus capítulos: por exemplo, certas ideias deveriam ter sido mais desenvolvidas e certos desenvolvimentos seriam talvez dispensáveis.” (op. cit. p. 8).

### 3. Visita a uma tipografia quinhentista

Não tinham ainda passado três anos, quando surgiu nos escaparates novo livro camoniano de Graça Moura (*Os Penhascos e a Serpente e Outros Ensaios Camonianos*).

Trata-se, em minha opinião, daquele que contém mais matéria interpe-lante. Em determinado momento, por exemplo, o poeta empenha-se em esquadriñar a tipografia de António Gonçalves, essa mesma situada nas imediações do Castelo de São Jorge, onde foram compostos *Os Lusíadas*. A tipografia esteve ativa entre 1568 e 1576, e Graça Moura, intrigado com um tempo de vida tão curto, abre os livros de contas, como nunca ninguém havia feito, para comparar réditos, mas, sobretudo, para compro-var o alinhamento dos vários volumes que por lá tinham sido impressos. Apurou, por exemplo, que lá trabalhou o gravador Jerónimo Luís, que se ocupou tanto da portada de *Os Lusíadas* como da portada do *Segundo Sucesso do Cerco de Diu* ou ainda das *Regras*, que ensinam a maneira de escrever a ortografia da Língua Portuguesa, de Pêro de Magalhães Gândavo, precisamente a obra onde, pela primeira vez, ainda em vida de Camões, se reconhece o génio camoniano: “vede as obras do nosso famoso poeta Luís de Camões de cuja fama o tempo nunca triunfará”.

Para além da matéria de substância que daqui resulta, o ensaísta chama a atenção para um aspeto desprezado pela crítica: a oficialidade da escrita camoniana, ou seja, as circunstâncias em que surgem *Os Lusíadas*, envolvendo hesitações de composição. E não é pouco saber que Camões teve muito menos facilidades para imprimir a sua obra do que dois anos depois, na mesma oficina, viria a ter Jerónimo Corte Real, que levou à mesma tipografia o manuscrito de *O Segundo Cerco de Diu*.

Insaciável na sua curiosidade, o autor ainda tem tempo para se ocu-par de assuntos que só por desatenção podem ser tidos por menores. Refiro-me à camaradagem protetora que terá mantido com D. Luís de Ataíde (vice-rei da Índia, entre 1568 e 1571 e entre 1578 e 1580, provável mecenas na impressão da epopeia) ou às chamadas estâncias omitidas, encontradas em Madrid por Faria e Sousa (em dois conjuntos distintos) e tão pouco consideradas pela erudição académica.

Por fim, o nosso autor abeira-se dos retratos de Camões, não tanto para lhes descortinar o rigor de execução, mas para lhes desvendar os pressupostos estéticos e histórico-culturais que podem estar por detrás deste raríssimo privilégio do poeta: o de ser quem era (o que significa não ser “ninguém”, sob o ponto de vista social) e, ainda assim, ter tido em vida um artista (o relativamente conceituado Fernão Gomes) que lhe pintou o retrato.

#### 4. Camões e os humanistas

Quando Graça Moura se abeirou de Camões, sabia bem que, mais cedo ou mais tarde, não poderia deixar de considerar algumas das figuras com quem o poeta conviveu. Nesse sentido, mais do que qualquer um dos outros volumes, o que surge a lume em 2000 vai bem além de Camões. O próprio título o anuncia: *Sobre Camões, Gândavo e outras personagens*.

A Camões e a Vasco da Gama, dedica Graça Moura um importante estudo, no intuito de provar, em primeiro lugar, que o navegador de Sines deve ser integrado no esforço de exploração do Atlântico Sul que precedeu imediatamente a viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Por outro lado, ainda por meados do século XV, não é irrelevante notar que o humanista italiano Poggio Bracciolini (1380-1459) vai fixando os tópicos essenciais que hão de dar corpo ao programa épico de Camões, inscrevendo-os na legendarização humanista que está na origem de boa parte da épica camoniana.

Tentando integrar Camões nos círculos intelectuais portugueses e europeus, Graça Moura refere hipóteses de ligações entre Camões (talvez frequentador da Torre do Tombo), Damião de Góis (1502-1574) e Pêro de Magalhães Gândavo (1540-1580). O pouco conhecido autor da *História da Província de Santa Cruz*, publicada em 1576, e na qual Camões, a abrir, faz publicar duas composições: a elegia “Depois que Magalhães teve tecida” e o soneto “Vós ninfas da gangética espessura”. Faz remontar a relação entre os dois escritores e soldados a tempos comuns passados na Índia, mas não deixa de lado outra possibilidade: a de que “Gândavo

tivesse, também ele, trabalhado na Torre do Tombo, como escrivão da leitura, por alturas da conclusão da Leitura Nova e que Camões, na década de 1540/1550, tivesse, ele próprio, frequentado este arquivo” (p. 139).

## 5. Um convívio em aberto

O que dizer sumariamente do encontro entre os dois escritores que, pela primeira vez, se encontraram no comboio rápido que circulava na linha do Norte? Não parece ser um convívio muito comum. Não se trata de um interesse propriamente académico, uma vez que, em geral, as perguntas que Graça Moura faz a Camões situam-se fora da agenda da investigação universitária. Não estamos sequer perante um diálogo emulativo, à semelhança daquele que tantos outros escritores mantiveram (e mantêm) com Camões, quanto mais não seja, para beneficiarem um pouco da sua sombra. Tão pouco podemos pensar no diálogo crítico e criador que Jorge de Sena manteve com o autor das *Rimas* e de *Os Lusíadas*. Salvo melhor opinião, a empatia apropriativa que se verificou entre Sena e Camões não pode ser transposta para aquela que ocorreu entre Graça Moura e o seu antepassado quinhentista.

Para além de uma curiosidade genuína, parece-me a mim que se trata de um diálogo movido por uma aproximação de alteridade. De resto, parece ser este o *ethos* do ensaísmo de Graça Moura, que caracteriza igualmente o seu labor de tradutor: a curiosidade liberal ou descomprometida, tal como a cultivaram justamente renascentistas como Marsilio Ficino e Giovanni Pico della Mirandola. Uma curiosidade resgatante que, por sinal, tanta falta faz nas nossas universidades, hoje desliberalizadas e demasiado submetidas à imposição de rumos pré-definidos e orientadas para o que se considera ser o benefício mensurável.

Desde as viagens de comboio dos anos 80, Vasco Graça Moura nunca mais deixou de falar com Camões. A amizade entre os dois foi-se consolidando em patamares crescentes. E assim, depois de mais de 30 anos de convívio assíduo, plasmado em 4 livros e em muitos outros atos como conferências, exposições, etc., o próprio Camões acabou um dia por pegar

na mão do seu colega e amigo de tanta viagem, soprando-lhe uma escrita que ele próprio tinha abandonado há mais de 400 anos.

Desse gesto, nasceu um texto diferente de todos os outros. Tratava-se, desta vez, de um livro seguido, com estâncias em oitava rima: umas são de Camões e outras, de Graça Moura (refiro-me a *Os Lusíadas para gente nova*).

Lendo as estâncias, assim misturadas, fica-se na dúvida sobre o que afinal escreveram um e outro, ao longo da viagem de comboio que, tendo começado há mais de quatro décadas, deve continuar agora no “assento etéreo”: aquele onde Camões subira em 1580 e onde Graça Moura ingressou em 2014.

**APÊNDICE A** – Livros camonianos de Vasco Graça Moura (1942-2014)

*Luís de Camões. Alguns Desafios* (1980), Lisboa: Editorial Vega.

*Camões e a Divina Proporção* (1984), Lisboa: INCM.

*Os Penhascos e a Serpente e Outros Ensaios Camonianos* (1987), Lisboa: Quetzal Editores.

*Sobre Camões, Gândavo e outras personagens* (2000), Porto: Campo das Letras.

*Os Lusíadas para gente nova* (2012), Lisboa: Gradiva.

VIII.

EDUARDO LOURENÇO E CAMÕES

(Página deixada propositadamente em branco)

## INTRODUÇÃO

É sabido que o tema da viagem tem sido objeto de especial atenção e estudo por parte de Eduardo Lourenço. Para atestar esse facto, bastaria lembrar a quantidade de “escritores viajantes” de que se tem ocupado ou evocar a importância que atribui ao assunto na configuração histórica da identidade portuguesa.

Mas Lourenço é, ele próprio, um viajante. Saiu primeiro da sua Beira para estudar na Universidade de Coimbra; depois, já adulto, deixou Coimbra e Portugal para as diferentes universidades estrangeiras onde ensinou literatura e cultura portuguesas. O pendor indagativo que assinala a sua escrita deriva, em boa parte, do hábito e da atitude de quem, sem nunca deixar de pertencer a um lugar, se abre ao espanto perante os lugares e os tempos que visita e revisita no “itinerário de conhecimento curioso” que têm sido a sua vida e a sua obra.

Há poucos anos, no decurso de uma entrevista, ao responder a uma pergunta sobre as constantes deslocações que hoje efetua entre França e Portugal, informou que nunca viaja completamente sozinho. Pelo menos, traz sempre consigo dois livros especialmente escolhidos: a *Divina Comédia* e *Os Lusíadas*<sup>98</sup>. Com uma revelação tão concreta, Lourenço sugere que estes são, de alguma maneira, os “livros da sua vida”, ou seja, aqueles que sente necessidade de ter por perto, sobretudo quando enfrenta experiências de solidão como acabam por ser as viagens aéreas.

Quem conhece um pouco do pensamento e da escrita do autor não fica surpreendido com as obras indicadas. Através dessa escolha, confirma-

---

<sup>98</sup> Entrevista concedida a Maria Ramos Silva, jornal *i*, 26 maio 2012.

-se, em primeiro lugar, o seu apego aos chamados “grandes livros”. Pode imaginar-se que na sua pasta exista também lugar para obras mais recentes pois, como se sabe, Eduardo Lourenço permanece atento à literatura que se publica no nosso tempo. Os seus livros preferidos são, porém, os *clássicos*, ou seja, aqueles que atravessaram os séculos, resistindo a todas as leituras, em especial, às mais simplificadoras.

Mas existe talvez um outro motivo para a escolha indicada: para si, tem-no dito com muita frequência, os livros não são apenas artefactos intelectuais. Através deles, “falam” as pessoas que os escreveram e “falam” ainda as figuras ficcionais criadas pelos autores. Beneficiando da companhia de tantas entidades falantes, o viajante Eduardo Lourenço pode reativar o encontro com elas a qualquer instante. E é sabido como o diálogo inteligente constitui a sua atividade predileta.

Não cabe aqui tentar adivinhar os motivos que podem explicar a preferência por Dante (poderiam ser outros “gigantes” como Cervantes ou Shakespeare). Na seleção de livros, pesam sempre muitos e variados motivos. Conta decisivamente a relação pessoal que se mantém com eles e, por isso, sem deixarmos de apreciar outros, escolhemos, para colocar no apertado espaço da pasta que se leva em viagem, os que mais nos inquietaram, mais nos transformaram ou mais resistem às perguntas que lhes fazemos. A este propósito, é importante lembrar que Lourenço nunca aderiu à ideia da morte do autor. Pelo contrário: na sua visão, *literatura* e *vida* constituem realidades contíguas. Ora, a *Divina Comédia* é talvez o primeiro grande livro da tradição ocidental em que a literatura se faz vida, não tanto no aspecto estritamente biográfico, mas no sentido da inquirição da realidade física e metafísica, incluindo os seus vértices centrais: origem, percurso e destino.

No que diz respeito a Camões, nem sequer é necessário proceder a especulações demoradas. Nessa escolha, adivinha-se a primazia que Lourenço reconhece ao autor de *Os Lusíadas* sobre todos os outros autores que escreveram em língua portuguesa. Esse autor constitui, para o ensaísta, foco de curiosidade e de inspiração, enquanto criador e nobilitador da Língua. Mas é, ele próprio, uma personalidade fortemente complexa e indeterminada, que encarna as possibilidades e as contradições do seu tempo.

Por fim, mais do que através de qualquer outro escritor, é por meio de Camões que Eduardo Lourenço consegue pensar Portugal, a enigmática personagem coletiva que está sempre no centro dos seus sentimentos e das suas cogitações. O facto de trazer Camões na bagagem de mão só pode significar, por isso, que o escritor representa um gosto irresistível e um estímulo vivo de reflexão.

Ainda assim, poderia perguntar-se porque transporta o viajante consigo *Os Lusíadas* e não as *Rimas*. Talvez não se trate de uma escolha afincada e taxativa. De resto, na mesma entrevista, explica que se serve de uma edição de pequeno formato, o que pode, desde logo, facilitar o transporte<sup>99</sup>. Quem conhece os estudos camonianos que concebeu sabe, contudo, que, no seu entendimento e no seu gosto, Épica e Lírica não se contrapõem. Não chegam sequer a separar-se. Tendo *Os Lusíadas* à mão e conservando na memória boa parte da lírica, Lourenço tem realmente Camões a viajar consigo, disponível e por inteiro.

## 1. Camões, objeto de escrita

O afeto a um determinado livro ou autor, porém, nem sempre significa que se escreva sobre ele. De facto, observando a cronologia da sua escrita, pode pensar-se que Camões constitui um campo de interesse relativamente tardio. De tal modo que o primeiro ensaio camoniano de Eduardo Lourenço publicado em volume data apenas de 1973<sup>100</sup>. Por essa altura, o professor contava já 30 anos de carreira, tendo assinado textos

---

<sup>99</sup> À pergunta concreta da entrevistadora sobre o que traz consigo quando vem a Portugal, responde o ensaísta: “Não sou assim muito fetichista. Mas por razões especiais tenho uma edição d’ *Os Lusíadas* que é uma miniatura daquela edição famosa que saiu no início do século XIX em Paris, do morgado de Mateus. E uma outra da *Divina Comédia*, também de bolso. Costumo trazer sempre *Os Lusíadas* comigo.”

Pela descrição do próprio, pode supor-se que se trata de um exemplar da edição publicada em Paris, em 1873, reproduzindo o texto e as gravuras da edição do morgado de Mateus, “correcta e dada à luz por Paulino de Souza” (J. P. Aillaud, Guillard & C.<sup>3</sup>).

<sup>100</sup> Refiro-me ao ensaio intitulado “Camões e a visão neoplatónica do mundo”, que resulta da comunicação à I Reunião Internacional de Camonistas, que teve lugar no final de 1972 e que figura no volume VI das *Obras Completas* de Eduardo Lourenço (p. 79-92).

sobre muitos outros autores e assuntos. Parece assim lícito concluir que a sua chegada aos estudos camonianos foi não apenas tardia como circunstancial, uma vez que foi ditada por uma oportunidade bem concreta.

Com efeito, no ano anterior, assinalaram-se, com grande intensidade e impacto, os quatro séculos da publicação d'*Os Lusíadas*. Na altura, foi nomeada uma Comissão Nacional, que integrava figuras destacadas da Universidade, encarregadas de conceber um programa abrangente, que incluía exposições, congressos e edições comemorativas de livros, moedas, medalhas e material iconográfico<sup>101</sup>. Os ecos da efeméride fizeram-se sentir na Escola, de forma particular. Camões, que tinha sido uma presença constante e obrigatória nos programas de Português, foi convertido em objeto de celebração, através de récitas, festivais e concursos destinados a alunos e professores.

A própria radiotelevisão foi chamada a participar, emitindo, de forma regular, ao longo desse ano, programas sobre temática camoniana, que incluíam filmes e documentários já existentes ou preparados expressamente para as comemorações.

Camões era inclusivamente trazido à presença dos portugueses em cada dia. Antes do telejornal, passavam no ecrã estâncias escolhidas da epopeia, declamadas, em *voz off*, pelos principais nomes do teatro, com fundo musical destinado a enquadrar o assunto evocado: mais suave, quando se tratava de um episódio lírico, ou mais ardoroso, se estavam em causa episódios de teor bélico.

A forma como, nesse ano, Portugal se encontrou com Camões, revestiu-se de um carácter muito próprio. O regime caminhava para um fim que já se adivinhava, e o país encontrava-se cada vez mais isolado no plano internacional, em virtude da política de defesa das colónias e da manutenção de uma ordem totalitária.

A situação nem sequer era nova. Já antes, em tempo de crise, os portugueses se tinham reunido em torno de Camões. Assim tinha sucedido em 1880, quando se cumpriram 300 anos da morte do poeta, ou em

---

<sup>101</sup> A referida comissão era presidida por Manuel Lopes de Almeida, professor da Faculdade de Letras de Coimbra.

1898, momento em que se evocaram os 400 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia. Assim viria ainda a ocorrer em 1924/25, quando a Primeira República, também já em agonia, lembrou os quatro séculos do nascimento do poeta. Em qualquer um desses momentos, Camões surgiu como contraponto de crises de diferente tipo. Em todas essas datas, o poeta foi chamado a desempenhar o papel de referência agregadora para os portugueses, dos diferentes alinhamentos políticos e ideológicos.

As comemorações de 1972 não fugiram a essa regra. O congresso internacional realizado em Lisboa (entre 15 e 18 de novembro) é a esse respeito bem elucidativo<sup>102</sup>. Olhando para o escol de convidados, encontramos nomes como Jorge de Sena (que, talvez surpreendentemente, foi convidado para proferir a lição de abertura), Hernâni Cidade, António José Saraiva, Emanuel Paulo Ramos, Costa Pimpão e o próprio Eduardo Lourenço<sup>103</sup>.

Àquela época, o ensaísta (que contava já 50 anos) não se distinguia propriamente por ser um camonista assíduo. É certo que, dois anos antes, no *Diário de Coimbra*, saíra aquele que constitui o seu primeiro contributo camoniano. Tratava-se de um pequeno estudo em que, significativamente, a obra de Camões era considerada na sua representatividade coletiva<sup>104</sup>. Este viria a constituir, de resto, um dos seus principais ângulos de análise: Camões e Portugal, vistos em articulação, sugerindo a maneira como um indivíduo e as circunstâncias históricas em que viveu mudaram uma comunidade de forma profunda e continuada.

---

<sup>102</sup> A comissão que organizou aquela que viria a ser a I Reunião Internacional de Camonistas era presidida por Hernâni Cidade, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, e integrava Jacinto do Prado Coelho, Maria de Lourdes Belchior Pontes (da mesma Faculdade), Álvaro Júlio da Costa Pimpão e Américo da Costa Ramalho (da Faculdade de Letras de Coimbra). O secretário do congresso era José António de Souza Barriga.

<sup>103</sup> Eduardo Lourenço (de Faria) foi, na altura, encarregado de proferir uma “comunicação livre”. Olhando para o programa do congresso, pode deduzir-se que o ensaísta terá sido chamado a ocupar-se do problema das influências filosóficas em Camões, aspeto que tinha sido já tratado pelo seu mestre de Coimbra (Joaquim de Carvalho) e se encontrava, à época, relativamente desguarnecido.

<sup>104</sup> Referimo-nos ao ensaio intitulado “Camões-Actéon (Para Um Reexame da Mitologia Cultural Portuguesa)”, que foi inicialmente publicado em *Perspectivas* 70, página literária do *Diário de Coimbra*, em cuja coordenação Eduardo Lourenço colaborou (cf. *Obras Completas*, p. 93-108).

Mas se Eduardo Lourenço esperou até à década de 70 para começar a publicar sobre Camões, a sua preocupação com os mistérios do nosso poeta maior remonta, pelo menos, a vinte anos antes. Data realmente de 1954 a escrita do texto ensaístico – “Décryptage de la Mythologie dans *Les Lusíades*” – que se encontra no acervo de Lourenço em formato manuscrito, com algumas falhas de texto, mas com menção da data e da circunstância concreta em que se inspirou<sup>105</sup>.

Numa pequena nota manuscrita, datada de muitos anos depois, quando foi instado a explicar a génese desse texto, invoca um impulso reativo: “(...) até àquela época, tudo o que se fazia eram calhamaços que falavam de coisas sem falar do texto”. No teor depreciativo que encerra, a expressão “calhamaços que falavam de coisas” parece sobretudo focar a erudição histórica, que deixava por analisar o texto camoniano na sua materialidade significativa.

Ao longo desta incursão camoniana (e que é também uma das iniciais, se não a primeira, que consagra a um texto literário), Eduardo Lourenço assume discordâncias centrais em relação ao camonismo que era então mais aceite nos meios académicos, centrado naquilo que designa por “primeira camada de significação” de natureza nacional ou nacionalista, que teria inclusivamente transformado *Os Lusíadas* em objeto de “liturgia”.

O caminho heterodoxo que aí assume condiz, de resto, com a orientação geral do seu ensaísmo. No caso vertente, tratava-se de chamar a atenção para a realidade mais sugestiva do poema. Depois de ter referido que nele: “(...) se opera uma aparição poética, um acontecimento espiritual e simbólico, que ocorre em *Os Lusíadas* e em nenhum outro lugar” (p. 257), Lourenço conclui de forma incisiva: “Porque é preciso rendermo-nos à evidência: *Os Lusíadas* não são um poema pacífico.” (p. 261)

Ocupando-se da questão da mitologia, afasta-se quer da interpretação *exornativa* quer da interpretação *funcional*, aquelas que então mais se opunham no âmbito do camonismo. No que diz respeito à primeira

---

<sup>105</sup> A versão portuguesa desse manuscrito, revista pelo autor, consta do volume que tomo por referência, intitulado *Estudos Sobre Camões*.

linha de interpretação, que acentua o propósito estético ou ornamental da mitologia, um dos interlocutores implícitos de Lourenço era Hernâni Cidade, professor da cadeira de Estudos Camonianos na Faculdade de Letras de Lisboa, que havia sido fundada em 1924. Em 1936, na sequência direta das aulas que ministrava, o referido professor publicara o volume intitulado *Luís de Camões, O Lírico*, que viria depois a conhecer sucessivas reedições. Neste caso concreto, porém, o diálogo estabelece-se ainda com um ensaísta menos conhecido: tratava-se de Francisco da Costa Marques que, em outubro de 1954, havia oferecido a Eduardo Lourenço uma extensa separata sobre o tema em apreço<sup>106</sup>.

A posição funcional era sobretudo defendida por António José Saraiva que, em 1945, publicara dois extensos capítulos sobre *Os Lusíadas* no volume intitulado *Para a História da Cultura em Portugal*. Uma das leituras mais inovadoras propostas pelo jovem Saraiva consistia em sublinhar a falta de densidade psicológica que caracterizava as personagens históricas (Vasco da Gama, desde logo) em contraste com as principais figuras mitológicas, que seriam objeto de um cuidado processo de humanização, quer do ponto de vista compositivo quer do ponto de vista do conflito que se estabelece entre elas.

Reconhecendo o mérito revolucionário das teses de Saraiva sobre a deslocação da intriga da história para o plano da mitologia, Lourenço não aceita a conclusão do “túmulo vazio”, para o que/a qual parece remeter a exegese do interlocutor<sup>107</sup>. Reabilitando Manuel de Faria e Sousa (que

---

<sup>106</sup> A referida separata, com dedicatória pessoal, foi lida e anotada de imediato pelo seu destinatário. A prova de que ela deixou nele forte impressão são as notas de leitura posteriores, datadas de 1972 e de 1980.

Costa Marques (1916-1992) foi um destacado professor de Português, tendo publicado vários trabalhos filológicos. Entre 1948 e 1951 desempenhou a função de leitor na Universidade de Bordéus. Depois de ter deixado a docência na Universidade de Coimbra, Eduardo Lourenço inicia, ele próprio, o seu percurso de leitor de Língua e Cultura Portuguesas na Universidade de Hamburgo, no ano de 1953.

<sup>107</sup> Trata-se dos capítulos II e III da referida obra, respetivamente intitulados “*Os Lusíadas* e o Ideal Renascentista da Epopeia” (p. 57-110) e “*Alguns lugares-comuns d’Os Lusíadas* e seus antecedentes” (p. 111-150).

Em 1959, viria a público a primeira edição do volume intitulado *Luís de Camões*, incluindo Estudo e Antologia. Logo depois, em 1962, Saraiva voltaria a publicar textos que teriam eco no ensaísmo camoniano de Eduardo Lourenço. Refiro-me aos capítulos que figuram

considera como “o único homem que efectivamente leu *Os Lusíadas*”), Lourenço lembra que a epopeia camonianiana é essencialmente marcada pela tónica da superação. Nessa medida, considera improvável que o uso camoniano da mitologia não refletisse este *ethos* tão importante. Afastando-se de Costa Marques e de Cidade, por um lado, e de Saraiva, por outro, a sua tese é justamente a de que também no que toca a este aspeto concreto existia transformação e não apenas imitação.

A solução de leitura que aponta é a de que, na ausência de heróis históricos e de referências mitológicas que superem essa mesma ausência, o herói de *Os Lusíadas* se inscreve no domínio da linguagem e não no da ação:

Onde está, pois, o herói? Em sentido próprio é evidente que não está em sítio algum, que é em vão e ridículo perder tempo num cenário pintado, mas em lugar do herói que falta há uma voz que assume, por si só, todos os poderes. Esta voz é a do próprio Poeta, quer dizer, a do indivíduo único que foi Camões, mas também e fundamentalmente a da linguagem através da qual ele se transcende e se sonha. (p. 265)

Essa interpretação, aqui apenas esboçada, veio a robustecer-se à medida que Lourenço decidiu assumir Camões como objeto de estudo sistemático e preferencial.

Cerca de trinta anos mais tarde, em 1979, num artigo publicado na revista *Opção*, recuperaria o mesmo tópico, em registo ainda mais taxativo:

---

na sua *História da Cultura em Portugal*: “As contradições de Camões ou O Humanismo impossível” (p. 497-636) e “A epopeia” (p. 634-685).

Fazendo justiça ao caráter inovador das posições de Saraiva, Lourenço vai ao ponto de afirmar, embora acreditasse que, no final, com dose moderada de ironia: “António José Saraiva tinha destruído toda a mitologia crítica de que o Poema é a fonte. Mas ao mesmo tempo ele destruíu o próprio poema, vendo nele a obra paradigmática de um *escrevente (clerc)*, conhecendo a fundo a sua profissão de poeta e servindo-se dela para *fabricar* essa obra-prima de epopeia literária que é *Os Lusíadas*. Se em Portugal alguém lesse alguém, a interpretação de Saraiva teria provocado o mesmo efeito que as de Richard Simon ou de Espinosa sobre a Bíblia” (p. 262).

O primeiro e a bem dizer o único herói d'Os *Lusíadas* é essa voz que nos fala, e sob ela, a presença mesma do Poeta que não se coíbe de intervir. Os *Lusíadas* revelam-se assim como a invenção de uma nova realidade: *a do próprio canto*, como energia e magia capaz de subtrair a matéria heróica, incapaz por si mesma de assegurar a sua perenidade, ao “Tempo, que tudo desbarata”<sup>108</sup>. (p. 227)

Se a efeméride de 1972 se reportava à publicação da epopeia, a de 1980 viria a ter uma marca mais biográfica, uma vez que evocava os 400 anos da morte do poeta. E é precisamente no tempo que medeia entre as duas efemérides que Eduardo Lourenço publica um maior número de estudos camonianos. Com a centralidade de Camões, institui-se na escrita lourenciana o diálogo regular com a literatura patrimonial, aquela que, estando na raiz da que se produz na atualidade, a fundamenta e ajuda a explicá-la. O encontro com Camões não se esgotava, de facto, na circunstância comemoracionista que levou tantos outros a aproximarem-se do autor. Esse encontro tinha sido longamente preparado e nunca mais iria cessar. Na apreciação global do ensaísmo de Eduardo Lourenço, embora gozando de importância autónoma, o camonismo acaba por condicionar a forma como escreve sobre outros autores. É o que sucede com Antero de Quental e com Fernando Pessoa, para citar apenas dois dos poetas de quem se ocupa de forma mais intensa e mais empática. Relendo os ensaios que dedica a esses nomes fortes do seu panteão, é possível identificar o efeito direto ou indireto das lentes camonianas, das quais Lourenço não quer ou não consegue separar-se, mesmo quando são outros os seus objetos de análise.

---

<sup>108</sup> Neste tópico de leitura, que se revestiu de particular impacto, Lourenço foi acompanhado por outros camonistas, embora em modulações e graus de ênfase nem sempre coincidentes. Em 1970, na análise estrutural a que submete a epopeia, Jorge de Sena chama a atenção para a importância das intervenções do poeta, que coloca a par dos restantes três planos da diegese (intriga mitológica, história de Portugal e viagem marítima). Em 1981, ainda que por via diferente, Hélder Macedo haveria de sublinhar a centralidade da voz do poeta enquanto instância primacial de sentido (“O Braço e a Mente”). No mesmo ano, seguindo métodos de análise então pouco usuais na crítica camonística, Maria Vitalina Leal de Matos viria a ocupar-se do *canto* enquanto campo semântico autónomo, que se sobrepunha à própria matéria cantada.

## 2. Eduardo Lourenço entre os camonistas

A primeira nota que merece ser destacada é, pois, a de que Eduardo Lourenço escreveu sobre Camões quando um bom número de intelectuais e académicos o fazia também, participando assim de um efervescente diálogo que começava nos textos concretos, mas tocava igualmente os domínios cívico, cultural e político<sup>109</sup>.

O ambiente celebrativo que se instalou em 1972 e que viria a continuar em 1980 (embora com tonalidades diferentes) constituía, de facto, uma convocatória irrecusável para boa parte da crítica e da erudição portuguesas, independentemente das áreas políticas ou ideológicas em que se situavam os diferentes protagonistas. Olhando mais uma vez para a quantidade de ensaios, estudos e artigos camonianos que vieram a lume por ocasião dessas duas efemérides (sem esquecer as muitas edições e reedições comemorativas e um vasto e diversificado programa de lançamento de produtos filatélicos, numismáticos e litográficos), pode concluir-se que, além das crescentes diferenças de orientação política e de atitude mental que caracterizaram o início dos anos 70 em Portugal, Camões permanecia como fator de convergência, tanto entre estudiosos como entre criadores. Nesse aspeto, pelo menos, não se registavam diferenças assinaláveis relativamente às celebrações oitocentistas, também elas pautadas por uma excecional consonância em torno do ideal romântico da Pátria e do seu Poeta.

Como exemplo desse consenso, verificado em período de elevada convulsão ideológica, lembre-se apenas a da monumental edição autográfica de *Os Lusíadas*, empreendida pelo major Fernandes Costa para assinalar

---

<sup>109</sup> Podemos encontrar um bom exemplo do ambiente combativo que então prevalecia na forma como os camonistas anunciavam os seus próprios estudos. Em 1972, no texto da badana da 2.<sup>a</sup> edição do seu *Luís de Camões*, treze anos depois da 1.<sup>a</sup>, António José Saraiva atinge implicitamente um “competidor”: “Desde a época em que foi inicialmente publicado este livro, apareceram estudos camonianos de pormenor que não alteram os resultados aqui expostos, nem tão-pouco ele é atingido pelas presumidas ‘revelações’ exibidas com grande zelo publicitário por um neófito da erudição.” Saraiva refere-se obviamente a Jorge de Sena, que se havia estreado na área do camonismo com a célebre conferência pronunciada no Porto (Clube dos Fenianos), em 1948. O texto da conferência viria depois a público em sucessivas reedições: 1951, 1959 e 1970.

os 400 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia. Nela figuram estrofes copiadas à mão por mais de um milhar de personalidades, do rei D. Carlos e dos restantes membros da família real a um vasto conjunto de figuras nacionais, incluindo políticos de diferentes partidos, aristocratas, clérigos, escritores e artistas<sup>110</sup>.

Como não poderia deixar de ser, porém, a mudança de regime, ocorrida em abril de 74, levaria a alguns reposicionamentos resultantes da fratura que então se operou tanto na vida política como no próprio seio da vida universitária<sup>111</sup>.

Nos meses que se seguiram à Revolução dos Cravos, viveu-se um período de hesitações, envolvendo a generalidade das referências identitárias. Numa primeira fase, Camões não escapou a uma certa vaga de iconoclastia cultural. São conhecidas designadamente as tentativas de o afastar do convívio com os alunos. As vozes que se opuseram a essa tentativa, porém, surgiram de imediato, vindas de todos os setores do espectro partidário e ideológico. Em face de tal clamor, o poeta viria a ser rapidamente reconduzido ao papel que sempre tinha sido o seu, continuando a congregar em múltiplas iniciativas, presenciais ou escritas, figuras que se encontravam divididas em quase tudo o resto<sup>112</sup>.

Poderia assim pensar-se que, antes e depois de 74, Eduardo Lourenço se limita a participar no coro de louvores ao nosso poeta maior. Do

---

<sup>110</sup> Refiro-me à Grande Edição Autográfica de *Os Lusíadas*, comemorativa do Quarto Centenário do Descobrimento da Índia, “com argumentos novos em estancias heroicas”, dirigida por Fernandes Costa e prefaciada por D. António Mendes Bello e Manuel Pinheiro Chagas (Lisboa, 1898).

<sup>111</sup> Deve destacar-se que, em 1978, o dia 10 de junho, que desde 1933 tinha vindo a ser comemorado como *Dia de Camões, de Portugal e da Raça*, foi objeto de uma renomeação que ainda hoje se mantém: *Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas*.

<sup>112</sup> A este propósito, um dos exemplos mais representativos é o de Alexandre Cabral, figura destacada da esquerda político-partidária. Coube-lhe designadamente tomar posições públicas muito vinculadas em defesa da manutenção e do reforço da figura e da obra de Camões no cânone literário português. Desde então, a centralidade de Camões no cânone literário escolar nunca mais viria a ser contestada, em conformidade com um significativo conjunto de sinais de apreço e veneração dos portugueses.

De entre os muitos sinais que certificam a sobrevida de Camões, basta evocar o facto de o primeiro gesto do atual Presidente da República, logo depois da tomada de posse na Assembleia da República (a 16 de março de 2016), ter sido a deposição de uma coroa de flores na base do túmulo do poeta. O gesto seria repetido cinco anos depois.

mesmo modo, seria apressado concluir que essa mesma voz participava do conjunto daquelas que cederam à tentação especializante. Falamos concretamente do momento em que, também por força dos movimentos que prevaleceram nos estudos literários ao longo da última metade do século XX, Camões deixou de ser analisado como um todo, dando azo a focagens cada vez mais circunscritas, em função dos diferentes géneros, temas, códigos estéticos, inscrições intertextuais, etc<sup>113</sup>.

Por aquela altura, de facto, contrastando com o que vinha acontecendo até aos anos 60, os estudos camonianos foram objeto de uma fragmentação acentuada: permanecia uma orientação filológica e histórico-literária, que vinha de longe (de D. Carolina Michaëlis e de Teófilo Braga, pelo menos). Nesse domínio concreto, continuavam a prevalecer as escolas de Lisboa e de Coimbra, sob o magistério acatado de Hernâni Cidade e Costa Pimpão, respetivamente. O labor desses dois mestres orientava-se, em primeiro lugar, para a realização das edições fiáveis que continuavam a faltar, apesar de todos os esforços que vinham do século XIX, com destaque para os empreendimentos de Juromenha e de Teófilo Braga. Se olharmos para a cronologia e também um pouco para o estilo das edições produzidas, verificamos que, a partir dos anos 40, existiu uma curiosa (e, apesar de tudo, benéfica) rivalidade entre Cidade e Pimpão. Um e outro creditaram-se como responsáveis por publicações que, cumprindo os protocolos de rigor vigentes na filologia europeia da época, não deixavam de apresentar sinais de divergência, sobretudo no que dizia respeito à Lírica, onde o problema do cânone se encontrava por resolver (assim continuando, aliás, até aos nossos dias)<sup>114</sup>.

---

<sup>113</sup> Num breve trabalho, tivemos já oportunidade de analisar a presença dos estudos literários na Universidade portuguesa ao longo dos anos mais recentes, destacando justamente a tendência de acentuada especialização que atingiu esta área do conhecimento (Bernardes, 2011).

<sup>114</sup> A edição das *Rimas*, estabelecida e prefaciada por A. J. da Costa Pimpão, ocorre em 1944. Por sua vez, as *Obras Completas* preparadas por Hernâni Cidade foram publicadas em 1946-1947. A questão do cânone da lírica camoniana foi examinada num registo de minúcia e profundidade por Vítor Manuel de Aguiar e Silva, em estudos que começaram a ser publicados na *Revista de História Literária de Portugal* (1968-1972, 1972-1975), e em 1980, por ocasião da III Reunião Internacional de Camonistas. Os referidos estudos foram depois sequencialmente republicados em *Camões: Labirintos e Fascínios*, p. 37-100. No seu

Mas o camonismo tinha, entretanto, deixado de ser um monopólio da Universidade. Enquanto os investigadores provenientes do meio académico dirimiam argumentos em torno de questões como a biografia e as fontes, ou debatiam os complexos problemas que afetam a autenticidade do texto camoniano, outros, mais comprometidos do ponto de vista cívico, procuravam interpretar a obra de Camões, na tentativa de identificar o seu posicionamento ideológico ou doutrinário.

Nesse último grupo, destacaram-se primeiro António Sérgio e, mais tarde, António José Saraiva<sup>115</sup>. O primeiro via sobretudo em Camões um idealista, no sentido filosófico da palavra. Em alguns ensaios, António Sérgio tentou inclusivamente afastar Camões das circunstâncias históricas em que, no seu entendimento, outros tentavam “aprisioná-lo”. É esse, em grande parte, o sentido da célebre polémica que manteve com José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, assumidos defensores da tese biografista, que via na Lírica de Camões apenas a confissão de um desgraçado enamoramento pela infanta D. Maria, última filha do rei D. Manuel<sup>116</sup>.

Noutros textos, o mesmo António Sérgio fazia de Camões um resistente, para quem a celebração das descobertas não impedia a valorização da terra e a subsequente defesa da *economia de fixação* (*versus economia de transporte*). Nessa linha específica, devemos situar ainda a importância que o ensaísta e pensador atribui à presença constante de D. Sebastião na epopeia camoniana e ao sonho territorial que ele corporiza<sup>117</sup>.

---

conjunto, representam a visão mais acurada, abrangente e prospetiva sobre aquele que é, sem dúvida, um dos problemas mais antigos e intrincados dos estudos literários portugueses.

<sup>115</sup> Se António Sérgio nunca teve um enquadramento propriamente académico, António José Saraiva ensinou literatura e cultura portuguesas em diversas universidades estrangeiras. Só depois de 1974, contudo, viria a ser contratado como professor catedrático, primeiro pela Universidade Nova de Lisboa e mais tarde pela Universidade de Lisboa.

<sup>116</sup> As principais peças da referida polémica são, por um lado, o estudo prefacial da Lírica de Camões, assinado por José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, que veio a público, com a chancela da Universidade de Coimbra, em 1932 (retomando uma proposta alvitrada pelo mesmo José Maria Rodrigues, em 1910, nas páginas de *O Instituto*), e, por outro, a resposta de António Sérgio, intitulada “Questão Prévia de Um Ignorante aos Prefaciadores da Lírica de Camões”, publicada em 1934 e retomada em 1959 no vol. IV dos *Ensaios*.

<sup>117</sup> Cabe, aliás, a António Sérgio o mérito de ter chamado a atenção para a importância da figura do Rei Desejado, não apenas enquanto dedicatário de circunstância, mas enquanto monarca seduzido pelo desafio de Marrocos (cf. Sérgio, 1972).

Já António José Saraiva, cujas teses camonianas vinham de 1946, vê em Camões o crítico portador de uma determinada consciência de classe, que se insurge contra o domínio de uma nobreza de sangue instalada nos privilégios que resultavam da posse de títulos e de terras.

Tal como o venho caracterizando, o lugar de Lourenço na constelação do camonismo nacional deve ser aferido à luz dessas orientações. É importante lembrar, nomeadamente, que, embora acompanhando o desenvolvimento da crítica universitária, o ensaísta evita esgrimir argumentos no campo estrito da erudição<sup>118</sup>.

É na área do camonismo interpretativo que o nosso autor vai demarcar o seu espaço<sup>119</sup>. Pode dizer-se, de facto, que os trabalhos camonianos de Lourenço se situam na linha de Sérgio, na medida em que também este procurara situar Camões na esfera das ideias e dos sentimentos,

---

<sup>118</sup> São múltiplos os indicadores que confirmam a constante atenção prestada por Lourenço à erudição que se produzia e apurava na Universidade. No já citado ensaio, intitulado “Camões-Actéon”, por exemplo, inclui-se uma nota que resulta diretamente da leitura de um estudo dedicado ao mesmo assunto por Américo da Costa Ramalho. De resto, são particularmente numerosos os camonistas de várias gerações que Lourenço convoca como interlocutores para debate vivo. Por outro lado, são frequentes as ocasiões em que Lourenço deplora a ausência de debate em torno de questões camonianas que considera centrais.

<sup>119</sup> Lugar à parte é ocupado pelo camonismo de Jorge de Sena. A complexa singularidade das posições deste estudioso pode, de algum modo, comparar-se à atitude essencialmente heterodoxa de Lourenço. Apesar de alguma semelhança, trata-se, ainda assim, de alinhamentos diferentes. A este propósito, basta ler o esboço da reação de Lourenço relativamente à publicação do extenso e profundo estudo intitulado “Uma canção de Camões”, em 1966, que se publicou em *O Comércio do Porto* (5 dez. 1967) e se republica no Apêndice do volume que tenho vindo a citar.

É ainda muito reveladora a leitura da correspondência mantida pelos dois intelectuais durante as décadas de 60 e 70, ao longo da qual afloram críticas comuns a outros camonistas (Saraiva, Cidade, Pimpão, Costa Ramalho, etc.).

Em carta datada de 12 de maio de 1967, já Lourenço descreve o ensaio de Sena como sendo “(...) a única grande proposição de metodologia literária (e de prática) da nossa crítica moderna”.

Informa ainda ter enviado uma pequena nótula para a revista *Colóquio*, prometendo para depois estudo mais extenso (*Correspondência*, p. 40).

Em carta de 13 de janeiro de 1968, Sena acusa a receção do recorte de *O Comércio do Porto*, congratulando-se e lamentando, por contraste, a indiferença e a hostilidade da crítica nacional e estrangeira (ibidem, p. 62).

O exame mais desenvolvido e criterioso do camonismo de Jorge de Sena foi levado a cabo por Vítor Manuel de Aguiar e Silva no livro intitulado *Jorge de Sena e Camões. Trinta Anos de Amor e Melancolia*.

Sobre as profundas relações intelectuais que existiram entre Sena e Lourenço, veja-se o excelente volume preparado por Gilda Santos para a coleção *Obras Completas* de Eduardo Lourenço.

evitando reduzir a sua obra ao determinismo histórico-cultural. A vertente diferenciadora de Lourenço faz-se sentir também relativamente ao próprio António Sérgio, que se recusa a tomar Camões como “ideólogo”, valorizando a dimensão contraditória e tensional que atravessa os versos camonianos.

O assunto que mais invoca para levar por diante esse processo é o neoplatonismo. Enquanto para Sérgio essa corrente filosófica e doutrinária, que tanta fortuna tinha tido no Renascimento europeu, pode ser tomada como verdadeira chave de leitura de toda a obra camoniana, para Lourenço, o neoplatonismo era importante, sem dúvida, mas devia ser visto como uma referência e não como uma simples chave de decifração.

Se Sérgio tinha procurado reagir às leituras contextualistas, que num determinado momento se tinham instalado na Universidade, Lourenço aprofundou esse caminho e procedeu à inscrição da obra camoniana num plano mais específico: o da criação literária, o único em que têm lugar legítimas tensões, oscilações ou mesmo contradições. Enquanto espaço de cruzamento instável, a obra camoniana e a literatura em geral incorporam as ideias, mas em estado (des)ordenado ou (in)coerente. Nesse sentido, e afastando-se igualmente de Joaquim de Carvalho, seu mestre em Coimbra, Lourenço empenha-se em demonstrar que não basta assinalar a presença do neoplatonismo na obra de Camões<sup>120</sup>; é necessário averiguar como é que ele surge representado na particular expressão de sentimentos e ideias que ocorre na literatura do século XVI.

Em “Camões-Actéon (Para um reexame da mitologia cultural portuguesa)”, que antecede aqueles que viriam a ser publicados por ocasião das referidas efemérides, Lourenço empenha-se em contestar a visão filosofante de António Sérgio, embora reconhecendo que ela tem precedentes em Teófilo e Oliveira Martins:

---

<sup>120</sup> Os três estudos dedicados por Joaquim de Carvalho às leituras filosóficas de Camões tinham vindo a lume em 1925, quando o seu autor tinha 32 anos. Foram posteriormente recolhidos no volume I da sua *Obra Completa*, publicada em 1978 (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, com prefácio de J. V. de Pina Martins).

(...) os poemas de Camões são de algum modo a transfiguração poética de uma visão do mundo de ordem filosófica, entendendo por isso não a “filosofia” que o poema por sê-lo já significa, mas uma visão articulada e historicamente reconhecível de uma dada metafísica. (p. 94)

O registo interpelativo seguido por Lourenço chega a contrastar com o tom assertivo adotado por Sérgio. Este último exibia uma descoberta global; enquanto Eduardo Lourenço partia em busca de pequenas descobertas, ciente de que um autor da grandeza de Camões não se conforma com uma só leitura, resistindo às visões monológicas e simplificadas que neutralizam ou suspendem a hesitação e o mistério.

Nessa linha de raciocínio, Hegel é convocado como principal fonte de inspiração:

Em todos os sentidos em que a frase se possa ler, é sério e fundado o que Hegel escreveu: “a filosofia é a morte da arte”. Isto não significa que nós “matamos o poema” compreendendo-o, mas que o poema vive do que o separa do “filosofema”. (p. 95)

Dialogando expressamente com outros leitores de Camões (com destaque para José Régio, cujas posições, pouco citadas nos meios camonísticos, valoriza com particular insistência), Lourenço vai assumir se como voz diferente entre todas as que escreveram sobre Camões. Refere, de forma crítica, as “leituras actualizantes” de António José Saraiva, por exemplo; e empenha-se, sobretudo, em acentuar a ideia de “superação” face ao petrarquismo e ao neoplatonismo, referindo-se nomeadamente a uma “dialéctica sem vencedor”.

A linha de leitura mais impressiva que assinala esse ensaio é a de que Camões é um “poeta em plenitude”, o que significa que o sentido da sua poesia não se pode reduzir a nenhum alinhamento doutrinal. Esse pressuposto não tem, de resto, uma aplicabilidade limitada a Camões. Pelo contrário: apresenta um alcance bem mais amplo, estando na base da opção declarada de Eduardo Lourenço (formado em histórico-filosóficas)

pelo estudo do texto literário, considerado na sua superior complexidade interpelativa<sup>121</sup>.

O princípio de que vimos falando terá aplicação na grande maioria dos que hão de seguir-se, conduzindo à valorização do que poderia chamar-se “autenticidade camoniana”, ou seja, a vivência de desilusões que contrariam desejos e ideais. Enquanto estes se situam justamente no domínio da teoria, a vivência revela-se intermitente e imprevista, sendo, por isso, mais conforme com o espírito da poesia.

Falando das canções camonianas e dos códigos que lhes estão mais próximos, Lourenço chega a afirmar, numa daquelas frases que por vezes afloram à sua escrita como síntese fulgurante de todo um raciocínio especialmente complexo: “Estamos longe da serenidade de Petrarca e dos jardins de Marsilio Ficino. As Canções são de um esfolado vivo que despe em público a própria pele.” (p. 106)

Na mesma linha de pensamento, e já a concluir o estudo que tenho vindo a citar, o nosso ensaísta ocupa-se da oposição entre Babel e Sião que, embora irradiando por toda a obra do poeta, surge expressamente nas redondilhas de “Sôbolos rios que vão”: “É da Babel mortal que a eterna Sião é feita, é dos amores reais que o puro amor recebe o seu halo deslumbrante. Não há outro platonismo em Camões.” (p.108)

Estamos talvez perante o contributo mais forte que Eduardo Lourenço trouxe para os estudos camonianos. Enquanto outros tomaram como chave de leitura as circunstâncias históricas vividas pelo poeta e os códigos literários com os quais dialogou, Lourenço vê nessas coordenadas não

---

<sup>121</sup> A este propósito, é ainda revelador o ensaio intitulado “Camões e a Filosofia”, que lhe serviu de base à participação na I Reunião Internacional de Camonistas, realizada entre 15 e 18 de novembro de 1972. A comparação entre o texto manuscrito, que se publica no volume que venho citando (p. 271-286), e a versão que depois viria a ser impressa com o título “Camões e a visão neoplatónica do mundo” revela vastas zonas de coincidência, que vão desde os exemplos convocados ao essencial do raciocínio aduzido. Ainda assim, torna-se visível que, num primeiro momento, o autor se encontrava mais próximo das preocupações do historiador da Filosofia e não tanto da orientação de hermeneuta que viria depois a adotar.

Em texto de recensão ao volume *Poesia e Metafísica*, Fernando Guimarães valoriza justamente a importância das matrizes filosóficas nos estudos que Lourenço dedica à literatura, com particular destaque para Hegel.

Sobre a *conversão* de Lourenço à Literatura e sobre o papel que nela desempenhou o gosto por Camões, tive já ocasião de escrever um breve ensaio (Bernardes, 2009).

uma explicação satisfatória e suficiente, mas o ponto de partida para um processo de transfiguração.

É nesse processo que concentra as suas indagações, revelando consciência das dificuldades que enfrenta. As referidas dificuldades advêm, em primeiro lugar, do objeto de pesquisa: não se trata já de procurar explicar a poesia de Camões em função de códigos predeterminados, reconstituindo um circuito que conduz de uma *Langue* a uma *Parole*. A premissa é exatamente a de que a *Langue* não esgota a *Parole*, mas conduz a um *idioleto*. A essa luz, o projeto hermenêutico que Lourenço aplica aos textos camonianos centra-se em tentar percebê-los enquanto teia não previsível de sentidos. Assim se compreende a reiterada, e, por vezes, minuciosa, aproximação intertextual a que Lourenço submete a escrita camoniana, tomando sobretudo como referência de comparação poetas italianos e espanhóis. Camões é comparável a uma estrela que, embora brilhando intensamente, só pode compreender-se quando temos em conta o vasto firmamento onde cintilam outros astros (poetas, filósofos e artistas) com brilho congénere.

Nesse trabalho de prospeção hermenêutica, Lourenço não podia deixar de ter consciência de que, em termos de impacto público, as suas leituras não poderiam competir com outras. Referimo-nos tanto à erudição histórico-literária e filológica (própria da Universidade) como ao ensaísmo suportado por uma orientação mais ideológica.

Ora, as leituras camonianas de Eduardo Lourenço eram de base essencialmente crítica e interpretativa. Não assentavam, por isso, num lastro tão reconhecível como aquelas outras que provinham da história literária. O registo académico permitia, por exemplo, situar Camões no capítulo concreto de um qualquer compêndio.

O teor problematizante e desconstrutivo dos ensaios camonianos de Lourenço e a forma descontínua como estes foram sendo publicados podem explicar a presença menos forte do seu contributo para a construção de um saber camoniano estabilizado, que pudesse ser ensinado nas Faculdades de Letras ou que pudesse ser acolhido no ensino secundário, envolvendo programas, bibliografia de apoio e manuais.

### 3. Os ensaios camonianos de Lourenço

O ritmo entrecortado, com que os estudos camonianos de Eduardo Lourenço foram vendo a luz do dia, pode fazer passar em claro algumas linhas de coerência que vale a pena colocar em realce. A articulação pode surpreender pela constância de atitude e de pensamento, cobrindo um arco temporal que vai dos anos 50 à atualidade. Mas torna-se ainda mais impressiva quando é lida a partir de alguns núcleos de sentido. Aqueles que servem de base à presente distribuição pretendem, ao mesmo tempo, salvaguardar a coesão dos ensaios (que existe e é notória, mesmo quando se trata de aspetos que podem ser considerados laterais) e identificar as tónicas principais do convívio do ensaísta com o poeta.

3.1. Na Primeira Parte reúnem-se estudos de índole essencialmente interpretativa. O que os une é sobretudo o objetivo de contrariar a ideia de que a obra de Camões se resume ao diálogo com a estética renascentista, concebida, sobretudo, através de dois dos seus códigos mais representativos: petrarquismo e neoplatonismo. Lourenço insiste nomeadamente no facto de esse diálogo não ser de natureza emulativa, como reclamavam os pesquisadores de fontes. Contando com os aspetos já focados a respeito do ensaio intitulado “Camões-Actéon”, os restantes textos que foram incluídos nesta parte contêm porventura a componente mais intensa e importante do contributo que Lourenço trouxe aos estudos camonianos.

Num estudo como “Camões e o Tempo ou a Razão Oscilante” (que complementa aquele que dedicara à presença em Camões da visão neoplatónica do mundo), o poeta é dado como um “argonauta do Espírito”, ou seja, alguém que, escrevendo para se sondar e descobrir, acaba por se afirmar como aventureiro de sentidos últimos. Essa indagação constante e profunda leva inclusivamente Lourenço a aproximar Camões de Miguel Ângelo, também pela via do que considera ser uma pulsão autoimortalizante. O sentido dessa aproximação está longe de ser casual. Através dela, pretende fazer-se sobressair o facto de estarmos no tempo da aparição plena da figura do autor tanto na poesia como na generalidade da arte europeia. Depois de, ao longo da Idade Média, se ter verificado uma espécie de contenção subalterna em nome da supremacia do único

*Autor* que era Deus, o criador humano vai assumindo consciência da sua capacidade de afirmação, que, de resto, não se afirmava por rebeldia face ao Criador divino, mas em resultado diferido da Sua força criadora. A partir de um certo momento (por finais do século XV), as poéticas e os tratados de pintura, por exemplo, consolidam a legitimidade de uma voz que não necessitava mais de esconder-se.

Nesse sentido, Camões e Miguel Ângelo (o mesmo que escrevera o seu nome próprio no cinto da Virgem que esculpira, a mando do cardeal francês Jean Bilhères de Lagraulas) são, muitas vezes, vistos como vozes protorromânticas que reclamam e assumem um espaço de emancipação.

Seguindo a mesma linha de leitura, Eduardo Lourenço irá, mais tarde, estabelecer uma convincente aproximação entre Camões e Don Luis de Góngora. O pretexto parece agora pontual. Trata-se da semelhança verificada entre um verso retirado do desfecho do episódio do Adamastor (“Ou fosse monte, nuvem, sonho ou nada?” – V, 57-) e um outro que surge no soneto gongorino que começa com o seguinte verso: “Mientras por competir con tu cabello”. E termina com um terceto de desalento em que, com franca plausibilidade, o arguto ensaísta identifica influência camoniana:

no solo en plata o viola truncada  
se vuelva, mas tú y ello juntamente  
en tierra, en humo, en polvo, en sombra, en nada.

Lembrando que *Os Lusíadas* tinham sido publicados em castelhano logo em 1580, Lourenço sublinha justamente a precedência camoniana sobre a celebrada inspiração do poeta castelhano:

A profunda originalidade de Góngora – uma das mais autênticas e mais bem atestadas da história da poesia ocidental – é conhecida. Todavia, a impressão de hiato entre ele e a poesia anterior à sua pode e deve ser retocada. Tudo indica que Camões – mau grado o que separa Góngora da sua visão platónica – é, se não o elo principal, um dos principais entre a poesia petrarquizante da segunda metade do século XVI e aquela de que Góngora é exemplo ímpar e incontestado. (p. 146)

A aproximação entre autores como Camões, Petrarca, Miguel Ângelo e Góngora tem precisamente esse alcance: o de assinalar a circunstância de neles ir crescendo a consciência do poder da literatura na luta contra a lei do esquecimento. Trata-se, afinal, de destacar um dos mais importantes e duradouros pleitos que se verificam na arte e na literatura ocidentais: o da capacidade do artista para enfrentar a Morte.

No texto antes citado (“Camões e o Tempo ou a Razão oscilante”), o ensaísta já tivera ocasião de afirmar o seguinte:

*Os Lusíadas* não nos remetem senão para o seu autor. Convém sublinhar esta característica capital antes de se abordar o tema do tempo na sua obra. Com efeito, o esforço original de automitificação através do qual Camões tenta escapar à insignificância e ao esquecimento é mais decisivo para a compreensão profunda do seu destino de Poeta que as múltiplas figuras da sua relação com a temporalidade. Antes do tempo na sua obra, há o tempo da sua obra e a essência deste reside na possibilidade, confessada e vivida, de se salvar salvando o seu próprio tempo numa imagem imperecível. (p. 63)

A sua visão da epopeia camoniana revela-se ainda mais diferenciada quando considera que, apesar de todas as aparências, Camões evita, em simultâneo, a reprodução do artificialismo retórico e da História.

Nessa linha de raciocínio, a novidade camoniana em relação ao género épico residiria exatamente no facto de

(...) a chamada “realidade” [ser] elevada à plenitude da sua forma, ou antes, à sua *única* existência autêntica. O não-humano torna-se humano e de uma certa forma tudo assim se torna, pois o *homem* é a forma do mundo. Numa perspectiva diferente da dos românticos, mas que a anuncia, a *obra poética* é a linguagem divina por excelência. (p. 65-66)

Sublinhando essa tónica prometeica, Lourenço procura situar Camões na literatura europeia do seu tempo e acentua, ao mesmo tempo, a sua dimensão precursora. Num outro plano, decerto menos visível, vai revelando o seu próprio itinerário de ensaísta que se vai deixando seduzir

pela Literatura, enquanto campo de complexidade criativa que se oferece à inteligência e à sensibilidade.

3.2. A Segunda Parte dos ensaios é sobretudo dedicada ao impacto da figura e da obra de Camões, englobando uma receção continuada que vem do século XVI até o século XIX, envolvendo autores portugueses e espanhóis.

Já foi notada a influência, porventura unsuspeitada, que Camões pode ter exercido em Góngora e, por via dele, em boa parte do barroco espanhol, considerando a expressão épica e lírica. Nessa secção deve notar-se ainda a existência de outros estudos igualmente reveladores. Refiro, por exemplo, aquele em que se colocam em diálogo nomes de carisma aparentemente tão diverso como são Camões e Frei Heitor Pinto.

Depois de ter apontado analogias e diferenças na forma como ambos contrapuseram o Mal e o Bem (Babel e Sião), surge uma interrogação inesperada:

Sem se terem conhecido, sem se terem lido, porventura, mas pólos da mesma esfera cultural, aquele que foi homem do Desejo, de seu fascínio e miragem, e aquele que foi homem do anti-Desejo por não lhe ignorar o mesmo fascínio, mas conhecer melhor a miragem, nalgum lugar ideal se encontraram. Neste texto? (p. 138)

O mesmo ocorre com a análise consagrada à apropriação romântica de Camões feita a partir de Garrett, continuada pela Geração de 70 e, mais tarde, reelaborada por Teixeira de Pascoaes e por Fernando Pessoa.

Falando diretamente dos românticos e de Garrett, em particular, interroga-se o ensaísta: “A que título são, pois, Camões e o seu poema épico – a sua lírica apaixonada poria menos problemas – trasladados para o panteão do romantismo?” (p. 153). A resposta reside no facto de Garrett (que publica o seu *Camões*, em Paris, no ano de 1825) assumir o poeta quinhentista como seu verdadeiro duplo: “Para Garrett, afinal, Camões não é tanto o poeta da Pátria como o da sua ausência, quase da sua perda.” (p. 155)

Assim se explica, conseqüentemente, que Camões se tenha transformado numa espécie de mote para uma geração sobretudo empenhada em reaver o ideal de Pátria.

Em obra sobre Camões e *Os Lusíadas*, publicada em 1872, Oliveira Martins substitui o “livro” pelo “autor”, deslocando para este a carga emocional que antes se havia concentrado na epopeia. Idêntico procedimento ocorre com Teixeira de Pascoaes, que mitifica a Saudade de ascendência camoniana além da realidade nacional, e com Pessoa, que, como é sabido, alude expressamente ao *Supra-Camões*, instituindo um importante confronto estético e mitográfico.

Os dois estudos que encerram esta secção recuperam e aprofundam o que Lourenço se limita a sugerir no texto de caráter mais abrangente dedicado à projeção de Camões no romantismo. Assim sucede concretamente a propósito do camonismo de Teófilo Braga, claramente demarcado daquela outra perspectiva (mais ensaística e programática do que erudita) perfilhada por Oliveira Martins e Antero.

De resto, ao contrário de tantos que desmerecem sistematicamente os estudos de Teófilo, Lourenço assume uma posição bem mais compreensiva para com o filólogo republicano. Ao mesmo tempo que invoca os preconceitos positivistas que estão na base das posições em apreço, o ensaísta faz perguntas certas, assumindo ele próprio os dilemas sentidos e evidenciados por Teófilo:

Mas se Camões é o exemplo acabado da poesia cultivada e culta, como inseri-lo positivamente na história da poesia nacional e justificar o seu lugar “de maior poeta da Idade Moderna”, para quem professava, como Teófilo, a teoria da espontaneidade orgânica e genial das grandes criações? Como conciliar a sua teorização em prol do germanismo visceral da famosa raça moçárabe responsável pelo que há em nós de original e autêntico, e o latinismo confesso da inspiração camoniana? (p. 163)

As respostas surgem numa linha de síntese, segundo a qual, sem desprezar a vertente de erudição e de individualismo que caracteriza as epopeias da Renascença, Camões se teria feito intérprete amadurecido

do fundo folclórico que tentava fazer-se ouvir desde os primórdios da nacionalidade.

Nessa medida, petrarquismo e neoplatonismo não podem ser vistos como modelos oferecidos à imitação, funcionando como via para se alcançar, na Lírica como na Épica, essa tão almejada fundura de sentido, com raízes e projeções étnicas.

A conclusão deste estudo não se limita a enquadrar a visão camoniana de Teófilo. Acentua também – nisso lhe prestando uma rara homenagem – o quanto existe de prospetivo nos trabalhos daquele que, apesar de todos os erros que cometeu, foi um infatigável trabalhador das letras:

A visão teofiliana de Camões, acaso discutível nos seus pressupostos estéticos ou aventureira nos detalhes eruditos ou biográficos, marca um momento particularmente importante não só da exegese camoniana como da autognose que através dela o século XIX vai elaborando. E uma visão de combate por uma certa visão do nosso passado, eivada de certas ilusões do século, mas atravessada por um intenso e nobre fervor patriótico, orientado para o futuro. Camões é o *momento ideal* desse passado. Retemperar-se nele “para a crença e para a indignação” é para Teófilo *ressuscitar*, reinserir-se naquele Renascimento efêmero na História e eterno na memória que para nós só fulgura com imperiosa violência e exemplo nas estâncias camonianas. (p. 169-70)

Lugar especial ocupa nos estudos camonianos de Lourenço a atenção ao diálogo que, de forma direta ou indireta, Fernando Pessoa manteve com Camões. Sentindo necessidade de lembrar a sua condição de profundo admirador de ambos, o ensaísta tenta explicar o tão falado sentimento de rivalidade que Pessoa terá mantido para com Camões. Logo em epígrafe, cita o célebre passo da carta a João Gaspar Simões, na qual Pessoa se manifesta apreciador reservado da Épica e insensível à Lírica. E salienta, logo a seguir, a tónica do entendimento epocal que condiciona a relação de Pessoa com Camões: “Fernando Pessoa foi o primeiro que percebeu que *Os Lusíadas* já não nos podiam ler como até então nos tinham lido e que chegara o tempo de sermos nós a lê-lo a ele.” (p. 171)

Refere, depois, que essa rivalidade existe, de forma latente, em relação a muitos outros nomes do panteão internacional (Cervantes, Shakespeare, Milton, etc.) e que, só por isso, não deveríamos estranhar tanto o confronto que o autor de *Mensagem* procura estabelecer com o autor de *Os Lusíadas*:

Não há dúvida de que lhe pareceu [a Pessoa] mais fácil lutar com o inimigo de ao pé da porta, esse príncipe da *poesia* portuguesa que é para ele a sua única Pátria, real e platónica ao mesmo tempo. (p. 172)

Examinando a correlação entre *Os Lusíadas* e *Mensagem*, Lourenço aduz depois que o intuito de rasura não foi totalmente conseguido. Existe, desde logo, uma comum dimensão arquitetural<sup>122</sup>. Mas subsiste, sobretudo, uma diferença de tónica desejante e de investimento estético e afetivo que inclina a balança para o lado do poema de Camões:

Este *Eros* de todo falta, não só em *Mensagem* como na obra inteira de Fernando Pessoa. O Deus tão aparentemente activo de *Mensagem* (“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”) é sempre o Inconsciente da tradição de Hartmann e Antero, quando não o Abismo dos gnósticos, emblema de uma Ausência radical, “aquele a quem a Verdade morreu”, “Adão supremo que como nós teve Queda”. Se o movimento mais fundo do *epos* camoniano é o de uma aspiração positiva para um Absoluto, última metamorfose do Amor e seu reino sem fim, o do *epos* imaginário de Pessoa procede de um Enigma original e final, apenas consentâneo com o eterno diferimento de um Desejo sem outro objecto que não seja a ausência de Desejo. Como, no limite, essa mesma “ausência” é inexequível, toda a pulsão positiva inerente ao Desejo é transferida por Pessoa para o plano da criação poética, único lugar da heroicidade moderna, fáustica ou mallarmiana, a da luta do espírito consigo mesmo. (p.183)

---

<sup>122</sup> Referindo-se a esta dimensão “fabricada”, Lourenço pensa seguramente nas leituras *aritmofónicas* levadas a cabo por Jorge de Sena. Mas pensa igualmente na valorização que dessa mesma dimensão vinha a ser feita, em moldes diferentes, por António José Saraiva (vide sobretudo “A ‘Fábrica’ d’Os Lusíadas”, que figura no volume intitulado *Estudos sobre a arte d’Os Lusíadas*).

3.3. A Terceira Parte organiza-se em torno da intensidade e da permanência do diálogo que os portugueses vêm mantendo com Camões. Os ensaios reunidos nessa secção datam do período que medeia entre 1972 e 1980 e resultam, sobretudo, da participação em colóquios e congressos ou ainda de solicitações de jornais.

Tal como sucedeu com os textos antes mencionados, também a este nível se torna bem patente uma atitude reativa. Mais do que a exaltação retórica, encontramos na exegese de Lourenço a análise dos motivos (nem sempre óbvios) que explicam a devoção camoniana dos portugueses de diferentes épocas.

Em artigo publicado no semanário *Expresso* (Março de 1979) com o título “Camões 80”, o ensaísta contrapõe as comemorações ainda imperiais de 1972 àquelas que se anteviam para 1980, expressando o temor de que as segundas não se afastassem suficientemente das primeiras<sup>123</sup>. O seu contributo – uma memorialização sadia – centra-se, sobretudo, numa ideia de exigência.

Se oito anos antes importava lembrar que um poeta do século XVI não pode limitar-se a servir de emblema de uma qualquer orientação política (na altura reduzida ao dístico da *Fé* e do *Império*), também em 1980 não se pode ignorar que Camões é ainda e sê-lo-á para sempre um escritor que transforma e sublima a realidade. Nessa medida, seriam desacertadas todas as tentativas de domesticação de uma obra que, como acima se sublinha, “é um mundo”, em tudo o que isso significa de complexidade tensa e insolúvel.

É essa, aliás, a principal linha de sentido que percorre os ensaios consagrados a Camões enquanto símbolo coletivo. Além da centralidade que lhe reconhece em cada fase da História, Lourenço esforça-se por chamar a atenção para a necessidade de não limitar o poeta, justamente porque estamos perante um escritor e não perante um político ou um doutrinador. Trata-se, sem dúvida, e em primeiro lugar, de um protesto ou de um afastamento em relação a aproveitamentos oportunistas e rasos. Neste caso, o combate de Lourenço, como quando se ocupa do neoplatonismo,

---

<sup>123</sup> Cf. *Obras Completas*, p. 95-97.

da visão do tempo ou da voz autoral em *Os Lusíadas*, parece ser o de proclamar a natureza não domesticável da literatura.

#### 4. Ainda inéditos

O Apêndice do volume começa com uma recensão crítica aprofundada a um estudo camonístico de Jorge de Sena para, de seguida, incluir três trabalhos inéditos. De facto, a relação de Eduardo Lourenço com Luís de Camões não se esgota nos ensaios que chegou a publicar. No seu acervo, encontram-se outros materiais de temática camoniana. Podem ser apontamentos de aula, uma vez que, como não podia deixar de ser, ao longo da sua longa carreira de professor, incluiu Camões nos seus programas letivos: no Brasil e, sobretudo, em França.

Além do interesse de que se revestem e como testemunho de um trabalho porfiado e interminável de reelaboração, esses materiais demonstram também que o Professor não se limitava a transpor para as aulas as posições de outros camonistas, fazendo chegar aos estudantes o resultado do seu labor de investigador e ensaísta.

Encontramos originais manuscritos que, com poucas alterações, acabariam por vir a lume; textos inacabados que viriam a ser objeto de recuperação; deparamos, por fim, com uma grande quantidade de notas avulsas, que poderiam ter servido de embrião a outros ensaios.

A seleção dos materiais a que procedemos destina-se essencialmente a ilustrar a diversidade e amplitude do labor camonístico de Eduardo Lourenço. O destaque maior vai para dois estudos: os que se intitulam “Camões e a Filosofia” (cf. op. cit., p. 271-286) e “Descodificação da Mitologia em *Os Lusíadas*” (cf. op. cit., p. 255-268). O primeiro, embora tenha sido retomado e modificado pelo autor, dando origem àquele que viria a ser publicado, em 1973, com o título “Camões e a Visão Neoplática do Mundo”, ilustra bem o processo de escrita de Eduardo Lourenço, tanto sob o ponto de vista estilístico como sob o ponto de vista da estratégia retórica e discursiva propriamente dita. Quem se der ao trabalho de comparar os dois textos, poderá comprovar como o ensaísta

parte de uma base mais ampla para circunscrever depois as suas ideias, salvaguardando o essencial, incorporando ou substituindo elementos que vão das epígrafes às notas de rodapé.

O segundo texto inédito não viria nunca a ser objeto de tentativas de refundição. O seu interesse resulta do conteúdo; mas resulta também da sua forma, interlocutiva. Dialogando assumidamente com um estudo de Francisco da Costa Marques (além dos trabalhos camonianos que A. José Saraiva começava então a publicar), Eduardo Lourenço testa a coerência e a validade das suas próprias ideias e lança as bases para um percurso que, afinal, viria a ser longo e sempre intenso.

## **Conclusão**

Quem se detiver apenas nos textos camonianos publicados por Lourenço, a partir da década de 70, pode pensar que Camões representa, para o estudioso, um autor entre tantos outros. Mas isso não corresponde à verdade. Para ele, como para a maioria dos estudiosos que publicaram sobre literatura portuguesa ao longo da segunda metade do século XX, Camões é, de longe, o maior tema de debate. Outra ideia que poderia colher-se de uma leitura descontinuada dos ensaios em apreço é a de que nos encontramos perante um camonista episódico e relativamente escasso. Também essa ideia se corrige face à perspectiva global que resulta da leitura do volume de que venho falando.

A marca mais forte consiste, sobretudo, no facto de, nesses ensaios, a obra de Camões ser tomada como obra de linguagem. Através dessa tónica de unidade, Lourenço alcança um efeito diferenciador que se manifesta de várias formas: afasta-se da visão historicista, que faz da poesia de Camões o resultado direto de um contexto e distancia-se igualmente da crítica de influência ou de fontes. Desse modo, embora reconhecendo a importância desses aspetos, assinala principalmente a via escolhida pelo poeta para transformar os legados com que se confronta, e distancia-se das leituras que procuram identificar a poesia camoniana com uma mensagem de cunho essencialmente doutrinal. Por último, Eduardo Lourenço

aponta em Camões uma faculdade única no panorama da escrita em Língua Portuguesa: a de falar às gerações posteriores de forma simultaneamente produtiva e atualizável.

O encontro de Eduardo Lourenço com Camões é, por isso, especial a vários títulos. Em boa verdade, trata-se do encontro de um filósofo com o sortilégio da Literatura. A literatura com a qual se depara não é já a que predomina na Idade Média; mas não é aquela que o romantismo transformou e projetou no futuro que ainda é o nosso. Dessa outra, viria depois a ocupar-se de forma porfiada<sup>124</sup>.

Ao aproximar Camões de outros grandes nomes do Renascimento europeu, Lourenço reconhece-lhe, sobretudo, uma dimensão precursora em toda a literatura portuguesa.

Pode finalmente concluir-se que os estudos camonianos de Lourenço são essencialmente reativos. É verdade, mas nada existe de estranho nesse facto. Há nessa tónica dialogante uma forte marca de época. O diálogo assumido e praticado parte da posição do interlocutor para a analisar nos seus pressupostos e para contrapor uma atitude diferente, que pode não ser exatamente antagónica.

Como tem sido insistentemente sublinhado a propósito da globalidade da obra de Eduardo Lourenço, também o seu camonismo se caracteriza por uma heterodoxia marcante. Tratando-se de Camões, porém, essa atitude implica o pagamento de um preço sobrelevado. De facto, lendo outros camonistas, fica-se com a ideia de que, de forma mais ou menos sustentada, o nosso poeta maior pode explicar-se em função de uma base relativamente segura: o tempo em que viveu, a formação cultural de que pôde beneficiar e os desígnios cívicos que perseguiu.

De algum modo, a erudição académica tem por missão demonstrar a inteligibilidade dos fenómenos histórico-literários, atenuando e explicando a sua complexidade. Dir-se-ia até que esse desiderato se torna ainda mais necessário quando se escreve sobre Camões, uma vez que,

---

<sup>124</sup> Este processo encontra-se exemplarmente descrito e ilustrado no ensaio de Carlos Mendes de Sousa, intitulado “Eduardo Lourenço, habitante da aventura poética”, que serve de Introdução ao volume *Tempo e Poesia* publicado na série de *Obras Completas* de Eduardo Lourenço.

para além dos círculos eruditos, espera-se que o conhecimento apurado seja, de alguma maneira, colocado ao alcance de alunos adolescentes ou mesmo do cidadão comum. Ora, é manifesto que, desse ponto de vista, os estudos camonianos de Eduardo Lourenço não podem comparar-se com outros que foram sendo publicados tendo o consumo escolar por horizonte direto.

A voz camonística de Eduardo Lourenço manifesta-se, por isso, bastante desacompanhada. Compreende-se que assim seja em função das necessidades de simplificação que a Escola impõe. Apesar disso, é possível acreditar que uma percepção global dessa mesma voz venha a permitir uma justa integração nos planos da pesquisa e do ensino.

Em face do que fica dito, compreendemos melhor que, ao viajar, Eduardo Lourenço não queira prescindir da companhia de Camões. A necessidade dessa companhia não resulta da possibilidade de ela ser pacificante. Pelo contrário. Segundo postula o próprio ensaísta, Camões representa um tipo de literatura que nasceu com ele e ainda não morreu completamente. A literatura preferida de Lourenço é justamente aquela que resiste à simplificação e também ao consumo institucional. É com livros e autores dessa estirpe que Eduardo Lourenço se sente bem, realizando-se como português cosmopolita, leitor insatisfeito e pensador inquieto.

## Referências Bibliográficas

- BERNARDES, José Augusto Cardoso (2009), “Eduardo Lourenço, Camões e o Poder da Literatura”, in *Revista Colóquio/Letras*, 171, p. 119-132.
- (2011), “Os Estudos Literários na Universidade”, in João Amadeu Silva, José Cândido Martins e Miguel Gonçalves (orgs.), *Pensar a Liter@tura no Século XXI*, Braga: Universidade Católica Portuguesa, p. 27-52.
- CABRAL, Alexandre (1980), “Duas Edições Manuscritas de Os Lusíadas ‘Feitas em 1880’”, in Alexandre Cabral, *Notas Oitocentistas*, vol. II – *Luís de Camões, Poeta do Povo e da Pátria*, Lisboa: Livros Horizonte, p. 109-156.
- CARVALHO, Joaquim de (1978), *Obra Completa*, vol. I, Prefácio de J. V. de Pina Martins, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Correspondência. Eduardo Lourenço/Jorge de Sena* (1991), Organização e notas de Mécia de Sena, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GUIMARÃES, Fernando (1984), “Eduardo Lourenço entre a Filosofia e a Poesia”, in Revista *Colóquio/Letras*, 80 (Julho), p. 86-90.
- LOURENÇO, Eduardo, *Obras Completas*, vol. VI, *Estudos sobre Camões*, Coordenação, Introdução e notas de José Augusto Cardoso Bernardes, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2019.
- MACEDO, Hélder (1980), “O Braço e a Mente: o poeta como herói n’Os *Lusíadas*”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XV, p. 61-72.
- (2013), *Camões e a Viagem Iniciática*, Edição revista e aumentada, Lisboa: Abysmo.
- MARQUES, Francisco da Costa (1954), *Reflexões sobre a concepção épica Camoniana e a Sua Expressão Artística*. [Separata da revista *Labor*].
- MARTINS, Oliveira (1986), *Camões. Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, Lisboa: Guimarães Editores.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de (1981), *O Canto na Poesia Épica e Lírica de Camões. Estudo da Isotopia Enunciativa*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.
- RAMALHO, Américo da Costa (1967-1968), “O Mito de Actéon em Camões”, in *Humanitas*, vols. XIX-XX, p. 51-72.
- RÉGIO, José (1970), “Discurso sobre Camões”, in José Régio, *Ensaios de Interpretação Crítica. Camões, Camilo, Florbela, Sá-Carneiro*, Lisboa: Portugália Editora, p. 7-71.
- SARAIVA, António José (1946), *Para a História da Cultura em Portugal*, Lisboa: Centro Bibliográfico.
- (1950-1962), *História da Cultura em Portugal*, 3 vols., Lisboa: Jornal do Foro.
- (1992), *Estudos sobre a arte d’Os Lusíadas*, Lisboa: Gradiva.
- SENA, Jorge de (1951), “A Poesia de Camões. Ensaio de Revelação da Dialéctica Camoniana”, *Cadernos de Poesia*, fascículo 7. [Republicado no volume *Da Poesia Portuguesa*, Lisboa: Ática, 1959, p. 31-76, e em *Trinta Anos de Camões*, Lisboa: Edições 70, p. 15-42.]
- (1970), *A estrutura de Os Lusíadas e outros estudos camonianos e de poesia peninsular*, Lisboa: Portugália.
- SÉRGIO, António (1959), “Questão Prévia de Um Ignorante aos Prefaciadores da Lírica de Camões”, in *Ensaios IV*, p. 11-60.

- (1972), “Camões panfletário – Camões e D. Sebastião”, in *Ensaio* IV, Lisboa: Sá da Costa, p. 93-128. [Antes publicado com o título *Camões e D. Sebastião. Rudimentar Organização de Documentos para o Estudo de Um Problema Curioso*, Paris-Lisboa: Aillaud-Bertrand, 1925].
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (1994), *Camões. Labirintos e Fascínios*, Lisboa: Cotovia.
- (2008), *A Lira Dourada e a Tuba Canora: novos ensaios camonianos*, Lisboa: Cotovia.
- (2009), *Jorge de Sena e Camões. Trinta Anos de Amor e Melancolia*, Coimbra: Angelus Novus.
- SOUSA, Carlos Mendes de, “Eduardo Lourenço, habitante da aventura poética”, Introdução a *Tempo e Poesia*, vol. III de *Obras Completas de Eduardo Lourenço*, p. 9-53.

**IX.**

**A EPOPEIA CAMONIANA NOS PRELOS  
PORTUGUESES DO SÉCULO XX**

(Página deixada propositadamente em branco)

## INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX, *Os Lusíadas* foram chamados a desempenhar um importante papel, nos planos cívico e político, servindo de bandeira ao nacionalismo romântico. Do mesmo modo, foi ao longo desse mesmo século que a figura de Camões se consolidou como santo laico, herói abrangente e consensual, servido por uma retórica que via o passado enquanto cume ou conquista suprema, que não poderia ser traída.

Talvez de forma imprevista (tendo em conta as ruturas políticas que se foram sucedendo), a aura de Camões manteria e reforçaria a sua vitalidade ao longo do século que se seguiu.

O período em apreço inicia-se praticamente com a afirmação e o triunfo da ideologia republicana, que se revelava ainda fortemente nacionalista e colonial. Não admira, por isso, que *Os Lusíadas* (bastante mais do que a restante obra camoniana) tenham sido editados com uma frequência redobrada, desde o início do século. A disseminação do entusiasmo fez-se sobretudo sentir entre as camadas escolarizadas, mas, embora maioritariamente analfabeto, o povo não era deixado de fora desta catequese cívico-patriótica. Neste caso, para além de folhetos oralmente difundidos, alusivos à vida romantizada do poeta, Camões era sobretudo pretexto para uma forte voga iconográfica, que ia desde a faiança e a louça corrente à estatuária, à toponímia ou à própria designação de estabelecimentos comerciais.

Por seu turno, ao longo de uma vigência que conheceu várias metamorfoses, o regime do Estado Novo (saído do movimento militar de 28 de maio de 1926) mantém todo o interesse pela temática camoniana, fazendo da epopeia o verdadeiro penhor das grandezas do Império,

quer sob essa mesma denominação, quer sob as designações posteriores de “colónias” e, mais tarde, de “províncias ultramarinas”.

Essa conclusão não é apenas suportada pelo número de edições da epopeia. São realmente muito numerosas as edições de *Os Lusíadas* que saíram a público ao longo do século XX, ultrapassando a centena e meia, só em Portugal continental. Mas basta atentarmos no teor das introduções datáveis dos primeiros dois terços do século XX para verificarmos que, pelo menos até 1974, existe uma evidente continuidade nos pressupostos que suportam a dinâmica editorial da epopeia camoniana<sup>125</sup>. A ideia é clara: para além de um escritor que justifica estudo aprofundado, Camões constitui o símbolo maior da identidade nacional.

O advento da terceira república desencadeia algumas alterações de atitude, mas não de substância. De facto, à semelhança do que vinha sucedendo desde o início do século, depois de abril de 1974, Camões continua a ser o escritor mais intensamente presente nas escolas de Portugal, resistindo a todas as alterações dos Programas de Língua Materna, incluindo aquelas que mais afetaram a presença de conteúdos literários<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> Através da citação de alguns testemunhos, iremos dando conta do rumo e da natureza da mudança verificada ao longo do século. A título de exemplo, retenha-se, desde já, a convergência do sentimento republicano entre as palavras de Sousa Viterbo que introduzem a edição de 1900 ou o tom (igualmente encomiástico e enaltecedor) que caracteriza o estudo de Hernâni Cidade, precedendo a edição da Artis (1956).

A inflexão apenas viria a acontecer em 1974, na sequência da revolução de abril. Em dezembro deste mesmo ano, António José Saraiva na “Apresentação” à sua edição de *Os Lusíadas* (parcialmente reproduzida mais à frente) indicia uma mudança de atitude. O mesmo sinal pode ser visto através da campanha sustentada por Alexandre Cabral nas colunas de *O Diário de Notícias* (depois parcialmente reunidas no volume intitulado *Notas Oitocentistas. II. Luís de Camões, poeta do Povo e da Pátria*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980).

Atente-se, por fim, no célebre discurso das comemorações do Dia de Camões, pronunciado pelo “estrangeirado” Jorge de Sena, no Liceu da Guarda, no ano de 1977 (publicado no volume *Rever Portugal. Textos políticos e afins*). O mesmo texto pode ser recuperado (versão em áudio) no excelente “sítio” consagrado por Gilda Santos à figura e à obra de Jorge de Sena: [www.lerjorgedesena.letas.ufrj.br](http://www.lerjorgedesena.letas.ufrj.br)

Independentemente das circunstâncias epocais, bem pode dizer-se que, ao longo de todo o século XX, subsiste a ideia de que a epopeia camoniana detém um valor artístico incomum, sendo, para mais, dotada de virtualidades pedagógicas e agregadoras que se revelam essenciais para os portugueses de qualquer tempo.

<sup>126</sup> Sobre a evolução do cânone literário escolar ao longo dos anos posteriores a abril de 1974, veja-se o importante estudo (ainda inédito) de Amélia Correia, intitulado *Repensar a Literatura na escola do século XXI* (tese de doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra no ano de 2010). Numa outra perspectiva, Carlos Manuel Ferreira da Cunha ocupa-se da voga camoniana, destacando os seus fundamentos cívico-políticos, (vide “As

Ao grande marco celebrativo que tinha sido, em 1880, a comemoração dos trezentos anos da morte de Camões, seguem-se, no século seguinte, três efemérides: 1924, assinalando os 400 anos do nascimento do poeta<sup>127</sup>, 1972 (evocação dos 400 anos da publicação de *Os Lusíadas*) e 1980, correspondendo à passagem dos 400 anos da morte de Camões<sup>128</sup>.

Embora em termos de impacto político, nenhuma delas possa equiparar-se à grandiosa celebração do século anterior, as efemérides camonianas do século XX não deixaram de contar com forte envolvimento do poder político, implicando, nos dois últimos casos, a nomeação de Comissões Nacionais. Ao contrário do que sucedera em 1880, porém, o mundo académico é agora chamado a intervir nas celebrações<sup>129</sup>. A intervenção de alguns dos nomes mais destacados da Universidade da época viria mesmo a marcar as celebrações de 72 e de 80, temperando o cunho cívico com iniciativas de outra índole, que envolviam edições comemorativas e Congressos internacionais, com larga participação de professores e investigadores brasileiros, para além de um bom número de investigadores lusófilos, vindos da Europa e dos Estados Unidos da América. Por ocasião das comemorações do quarto centenário do nascimento de Camões, surge inclusivamente a ideia da fundação da cadeira de Estudos Camonianos na Universidade de Lisboa, em resultado de uma “conjugação luso-brasileira”, que abrangia vários intelectuais dos dois

---

comemorações camonianas”, in *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*, p. 393-405).

<sup>127</sup> As comemorações do quarto Centenário do nascimento do poeta, ocorridas em 1924, foram, sobretudo, impulsionadas pela Câmara Municipal de Lisboa, contando com a colaboração discreta do Governo. Uma das marcas mais salientes é a ausência de exposições e congressos, prevalecendo ainda o modelo de 1880 (da organização fez ainda parte Magalhães Lima, um dos mentores das comemorações oitocentistas). Tal como em 1880, tudo se centra nos festejos cívicos, na retórica exaltante da raça e nos apelos à regeneração da Pátria. Para um conspecto das comemorações cívicas, veja-se o excelente estudo de Fernando Catroga “Ritualizações da História”, in *História da História em Portugal*, p. 547-673.

<sup>128</sup> Em 1995, ano em que decorreram 400 anos sobre a primeira edição das *Rhythmas*, foram também empreendidas algumas iniciativas de celebração, embora compreensivelmente circunscritas aos meios académicos.

<sup>129</sup> A fundação das Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra (em 1911), a que se juntaria, mais tarde, a Faculdade de Letras do Porto (criada em 1919, extinta em 1931 e restaurada em 1961), constituiu, sem dúvida, um fator decisivo para o incremento da investigação camoniana, que passou a ter uma base institucional mais segura.

países, com destaque, no caso do Brasil, para Afrânio Peixoto (1876-1947), médico, filólogo e influente publicista<sup>130</sup>.

Num outro plano, foi particularmente importante o movimento editorial verificado em torno das datas aniversárias de 1972 e 1980<sup>131</sup>. Esse movimento cifrou-se nomeadamente no aparecimento de novos estudos e na publicação de *fac-símiles*, a partir de originais que se encontravam resguardados nos reservados das grandes bibliotecas patrimoniais.

Tendo partido para o exílio em 1910, D. Manuel II não deixou de aproveitar, ainda diretamente, a partir de Londres, os frutos desta renovada religião camoniana, que se traduzia essencialmente em duas formas: no despertar do interesse por edições antigas, que então surgiam nos alfarabistas e no interesse pelas novas edições camonianas, designadamente por aquelas que vinham sendo preparadas de acordo com as modernas orientações filológicas. As publicações posteriores à morte do monarca foram depois sendo adquiridas pela Fundação da Casa de Bragança, que vem mantendo atualizado o acervo bibliográfico que envolve o nome de Luís de Camões.

O grande número de edições de *Os Lusíadas* que veio a público ao longo do século XX é explicável, desde logo, pela expansão do mercado livreiro, acompanhando o aumento gradual da população escolarizada. Outro fator

---

<sup>130</sup> A referida cadeira foi inaugurada em 1925, pelo seu titular, José Maria Rodrigues, que logo publicou o respetivo texto na Imprensa da Universidade de Coimbra: *Lição Inaugural da cadeira de Estudos Camonianos. Importância e dificuldades destes Estudos*. Sobre o trajeto desse camonista, veja-se o bem sopesado artigo de Isabel Almeida no *Dicionário de Luís de Camões*.

<sup>131</sup> Ainda assim, a efeméride celebrada em 1980 haveria de servir para um novo “aproveitamento político” de Camões, em registo progressista. Após a evocação vibrante das celebrações de 1880, Alexandre Cabral termina desta forma um artigo intitulado “A influência de Camões e de *Os Lusíadas* na História de Portugal”: “Um século depois dos acontecimentos que muito sucintamente acabamos de narrar, comemora-se mais um centenário do Épico, o IV Centenário da morte do cantor das glórias lusíadas – Luís de Camões. E repare-se na coincidência das datas: há seis anos precisamente que o povo português conseguiu numa inesquecível e gloriosa jornada de luta, derrubar o fascismo que durante meio século oprimiu os Portugueses e enxovalhou o bom nome da Pátria (...). Luís de Camões foi sem dúvida o cantor dos feitos extraordinários das Descobertas Portuguesas, mas registou, ao mesmo tempo, o desespero das mães, das esposas, das amantes que nas praias de Belém choravam a partida dos entes queridos. (...) Isto tudo o fascismo apagou de *Os Lusíadas*! Mas tudo isto foi de novo relembrado em 1980, na passagem do IV Centenário da Morte de Camões.” (Cf. *Notas oitocentistas II*, p. 57-58).

que explica esse incremento relaciona-se com o interesse generalizado pelos heróis cívicos, com destaque natural para Camões. Não admira, por isso, que algumas tiragens tenham alcançado a dezena de milhar. As edições camonianas (as da epopeia, em particular) tornam-se reconhecíveis pelo grau de especialização, que varia não só por via dos públicos a que se dirigem como em função dos autores ou promotores dessas iniciativas. Deparamo-nos assim com edições artísticas ou monumentais, levadas a cabo por casas editoras especializadas em livros de tiragem limitada, sob a responsabilidade de professores universitários, por vezes com a ambição de se assumirem como edições de referência; encontramos depois um número muito elevado de edições escolares, concebidas geralmente por professores do ensino secundário. À margem destas, justificam menção as edições populares (tendencialmente localizadas nas primeiras décadas do século), preparadas no pressuposto de que a mensagem camoniana deve chegar ao maior número possível de cidadãos. Nos antípodas destas, devem, por fim, referir-se as edições fac-similadas ou anastáticas, reproduzindo originais raros, destinados a um público muito restrito.

Em face do grande caudal de publicações camonianas que se intensificou ao longo de todo o século XX e já na primeira década e meia do século XXI (ainda e sempre com claro destaque para as edições de *Os Lusíadas*), é necessário privilegiar aquelas que se revelem de maior interesse. Seguirei, a este propósito, um critério triplo, destacando, conjugadamente:

- 1 – as que me parecem mais representativas de cada um dos tipos indicados;
- 2 – as que obtiveram mais impacto junto do público;
- 3 – as que, independentemente dos critérios anteriores, detêm de alguma importância para a dinâmica editorial subsequente e para os estudos camonianos no seu todo.

## **1. Edições artísticas ou monumentais**

As chamadas edições artísticas ou monumentais são aquelas que mais se afastam do artefato produzido nas oficinas de António Gonçalves,

entre os anos de 1571 e 1572. Afastam-se nas dimensões, desde logo, uma vez que chegam a quadruplicar, em tamanho, o modesto volume que então foi concebido; diferem também na qualidade do material (o papel da primeira edição era de baixa qualidade ao passo que as edições monumentais do século XX primam por materiais de grande requinte, incluindo miolo e encadernações). Por fim, ao contrário do que sucede com a edição original, também nisso completamente despojada, as edições modernas, para além de notas explicativas, integram, em geral, estudos mais ou menos longos, que podem ir do louvor estereotipado à análise crítica, mais ou menos desenvolvida.

Em qualquer dos casos, porém, a edição monumental de *Os Lusíadas* pressupõe uma tentativa de resgate em relação ao livro e ao seu autor, no intuito de compatibilizar o conteúdo propriamente dito com uma nova apresentação material. Como se a edição de 1572 e a maioria das que se lhe seguiram estivessem em flagrante desajuste com matéria tão grandiosa. Para além da oportunidade comercial que envolve (trata-se, de facto, de livros que se vendem facilmente), esse tipo de edição equivale, na prática, a mais uma homenagem ao Poeta da Pátria, que pode ser entendida no mesmo plano das muitas estátuas que nos séculos XIX e XX foram sendo erigidas por todo o país. Não se trata de caso único, em Portugal e na Europa. No estrangeiro, desde meados do século XIX, vão-se sucedendo as edições monumentais e ilustradas dos grandes livros. O modelo de “grande livro” que mais se pretendia imitar era o da Bíblia, desde a versão manuscrita dos famosos exemplares atlânticos (assim chamados porque, pelo seu peso, requeriam a força de um atlante para serem transportados) até às edições ilustradas de Gustave Doré, que fizeram sucesso em França e depois por toda a Europa. Depois da *Bible* de Tours (1843), o próprio Doré lança-se na ilustração de obras cimeiras do cânone ocidental, contemplando autores como Rabelais, Dante, Cervantes, Montaigne, Victor Hugo, Shakespeare, etc. Entre nós, alcança essa mesma dignidade a *Compilaçam* de Gil Vicente, saída a lume na Companhia Editora do Minho, em 1946, com coordenação do texto, introdução e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, vinhetas e iluminuras de Joaquim Lopes. Como não podia deixar de ser, algumas das edições da épica

camoniana foram também objeto dessa sagração aparatosa. Continuam célebres as gravuras que Roque Gameiro e Manuel de Macedo conceberam para a edição saída no ano de 1900, dedicada “À gloriosa memória dos heroicos restauradores da Independência Nacional”, com a ambição de que “(...) sendo de luxo fosse simultaneamente económica e feita de modo a poder ser adquirida por todos os Portuguezes” (p. V). Nesta edição, reproduz-se o texto fixado pelo Morgado de Mateus, embora, no Prólogo, Sousa Viterbo confesse que tivesse sido observada, pelo menos, a correção dos “erros de caixa”, ou seja, aqueles que são atribuíveis aos impressores. O livro termina com um “Diccionario resumido de nomes históricos, geográficos, mythologicos, scientificos, etc., citados ou a que se alude em *Os Lusíadas*”.

Em 1929, viria a público a Edição Nacional. A iniciativa pertenceu a Afonso Lopes Vieira (1878-1946), “por amor a Portugal e do Poema”. O texto foi estabelecido por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, revisto por José Maria Rodrigues, e o volume, para além de uma tiragem normal, conheceu duas tiragens especiais, ambas numeradas (só elas merecendo o estatuto de “monumentais”): uma delas, com capa de pergaminho e papel Japão, incluindo o selo branco da Imprensa Nacional e uma outra, em papel Leorne e capas em carneira, com ferros dourados especiais<sup>132</sup>.

Doze anos depois, surge a edição da Empresa Editora, com reedição em 1960 e 1979. Mais pragmaticamente, essa edição dirigia-se apenas a “bibliófilos e camonistas e não a fins didáticos”. Para além do Prefácio

---

<sup>132</sup> Em carta datada de 19 de julho de 1931, D. Manuel II acusava a recepção do exemplar em papel Japão, que lhe tinha sido enviado para Londres por José Maria Rodrigues. Evocando uma outra carta (perdida) para o mesmo destinatário, o monarca manifesta a sua clara discordância quanto aos critérios de modernização ortográfica seguidos nessa edição: “Na carta perdida, dizia-lhe que me permitia discordar inteiramente da ortografia da edição Nacional dos *Lusíadas*: Não os reconheço! Perdoe este desabafo ao humilde discípulo. Não duvido que Camões não tivesse escrito os *Lusíadas* como aparecem na Edição EE de 1572: mas o que estou certo, é que não escreveu com a orthographia moderna! A mim, representante das gloriosas ephocas e das antiguidades, não me conformo com os *Lusíadas*, o maior monumento dessas glorias passadas, escriptos com uma orthographia, que receio, que o próprio Camões não percebesse! Hoje ainda, meu q.do Mestre, vivemos do passado: não se devia ter tocado na orthographia, tal e qual a que viu a luz na primeira edição dos *Lusíadas*. (...) A edição nacional é bela e as suas notas preciosas: mas a orthografia do século XX ‘não rima’ com o poema do século XVI.” (Cf. “Cartas de D. Manuel II para o Doutor José Maria Rodrigues”).

crítico-biográfico de Hernâni Cidade, tem a particularidade de incluir um minucioso “Estudo sobre as duas edições datadas de 1572”, assinado por Eleutério Cerdeira (20 páginas, a duas colunas). Identificado como “Antigo Professor do Ensino Técnico”, este Professor de História de Arte e de Artes Gráficas ocupa-se da questão das edições quinhentistas da epopeia, reconstituindo os trâmites do trabalho tipográfico, aduzindo conjeturas plausíveis sobre o tempo de composição do livro (“sete a oito meses”), a tiragem da primeira edição (calculando um número aproximado de 144 exemplares) e a fundada possibilidade de o autor não ter podido rever o texto. Nessa medida, os numerosos erros que nele se verificam são imputados à impreparação do(s) tipógrafo(s) que lidaram com o original. Cerdeira discute depois a possibilidade de saber se, em 1572, existiu uma ou duas edições do poema épico camoniano, inclinando-se para a tese, já antes firmada por Tito de Noronha, segundo a qual apenas uma merecia crédito<sup>133</sup>. Embelezam a obra iluminuras e desenhos de Joaquim Lopes, renomado Professor da Escola de Belas Artes do Porto.

Em 1956, cumpre dar nota de uma outra edição monumental e artística. O principal responsável por ela era ainda o Professor Hernâni Cidade, nome cimeiro dos estudos literários em Portugal, professor de Estudos Camonianos na Faculdade de Letras de Lisboa, onde sucedeu a José Maria Rodrigues e já autor de numerosos trabalhos de temática camoniana, nos domínios da investigação e do ensino. Nesta edição, em dois espessos volumes, de novo em papel de elevada gramagem, as ilustrações estão a cargo de Lima de Freitas, outro nome destacado das belas artes portuguesas, sendo cada gravura reproduzida em grande plano, que abrange uma folha inteira. O estudo prefacial conta com trinta páginas, incluindo aspetos biográficos, textológicos e literários. Em 1972, dezasseis anos volvidos sobre aquele notável empreendimento, o Círculo de Leitores viria a publicar uma versão menos imponente deste empreendimento da Artis (que cedo se convertera em raridade bibliográfica). Desta vez, porém, a iniciativa incidia sobre a obra completa (e já não apenas sobre

---

<sup>133</sup> Para uma análise minuciosa da questão, veja-se o estudo assinado por Hélio João Santos Alves, intitulado “O problema da edição princeps e as edições do século XVI”.

*Os Lusíadas*<sup>134</sup>, que o mesmo Hernâni Cidade publicara, anos antes, na Livraria Sá da Costa. Apesar de não poder comparar-se com as versões anteriores, em termos de aparato, esta edição, sendo a mais vistosa (na mesma coleção, o Círculo de Leitores publicou também os três volumes da *Divina Comédia*, para além do *Dom Quixote*, por exemplo) é ainda das mais fidedignas entre as que se encontram disponíveis no mercado, mantendo-se no Catálogo daquela editora há mais de 40 anos.

Outro empreendimento do mesmo tipo foi a publicação comemorativa do quarto centenário da primeira edição de *Os Lusíadas*, que veio a público em 1971 sob a égide dos Estúdios Cor (casa especializada em edições esmeradas do património literário português). Desta vez, porém, a edição surgia desprovida de qualquer trabalho crítico, designadamente, no que se refere a Introdução e Notas. Os cinco volumes, de capa dura, em tons de vermelho e dourado, foram executados sob maquete gráfica de Manuel Correia, destacando-se pela qualidade do papel e pela esmerada disposição das estâncias (apenas duas em cada página). O maior fator de valorização, porém, reside nas ilustrações que aí deixaram cinco artistas de inegável fama e talento: Nikias Skapinakis, Luís Noronha da Costa, Fernando de Azevedo, Rolando Sá Nogueira e Paula Rego.

Nesse mesmo domínio, não faltam iniciativas empresariais ou publicitárias, a começar por aquela que a firma Adriano Ramos Pinto desenvolveu em 1913, consubstanciada numa vistosa Edição-Brinde, que pretendia simultaneamente honrar Camões, gratificar os clientes e divulgar os produtos comercializados na empresa (vinho do Porto, champagne, etc.). O volume, brochado, surge esmeradamente adornado com vinhetas, de formato oblongo (24,5x32cm), sem nenhum tipo de estudo prefacial ou de aparato crítico, valendo como simples objeto de publicidade e exaltação<sup>135</sup>.

Empreendimento de devoção (mas, neste caso, sem carácter comercial) é aquele que viria a surgir em 2002. Nesse ano, Henrique Barrilaro Ruas (1921-2003) fez vir a público uma edição anotada, ilustrada e enriquecida

---

<sup>134</sup> Para além de *Os Lusíadas*, a edição incluía a *Lírica* (vol. I) e *Autos e Cartas* (vol. III).

<sup>135</sup> Seguindo o exemplo desta Empresa, em 1939, para assinalar os 70 anos da Livraria Chardron, a Livraria Lello & Irmão haveria de trazer a lume o fac-símile da “primeira edição impressa em 1572”, exclusivamente para “oferecer aos seus amigos”.

com um numeroso conjunto de anexos, integrando quadros cronológicos e genealógicos, listagens onomásticas, nótulas sobre a Música, a Natureza, os principais episódios, etc. O público a quem se dirige o livro é, desta vez, o mais abrangente possível, incluindo especialistas ou eruditos, sem esquecer os estudantes. Para mais, trata-se de uma edição preparada por alguém que se situa fora do meio académico, como ele mesmo afirmou (“Não sou camonólogo. Não sou filólogo. Não sou linguista nem gramático”, p. II).

Embora assumindo características diferenciadas, merece ainda figurar, neste apartado, a edição de *Os Lusíadas*, publicada por José Hermano Saraiva em 2007 (Seleções do Reader’s Digest), depois de, em 2003, ter vindo a lume sob a forma de fascículos, acompanhando o *Semanário Expresso*. Cada canto é precedido de um conto original, da autoria de escritores portugueses, brasileiros e angolanos que, direta ou indiretamente, dialogam com o texto de Camões<sup>136</sup>. Embelezam a edição ilustrações de Pedro Proença. Ao longo das cerca de 900 páginas que a integram, a obra inclui a paráfrase de cada estância, reproduzindo a caligrafia do editor e ainda uma anotação meticulosa, que entra, por vezes, em diálogo com comentaristas precedentes, para concordar ou discordar. Como é natural, algumas dessas notas refletem os pontos de vista próprios daquele que foi (e ainda é) o autor da biografia mais ousada e controversa de Camões<sup>137</sup>.

## 2. Edições populares

Embora algumas das edições que acabo de mencionar tenham tido a ambição expressa de chegar a um público muito alargado (a edição do

---

<sup>136</sup> São os seguintes os escritores responsáveis pelos contos: Manuel Alegre, José Eduardo Agualusa, Lídia Jorge, Fernando Campos, Pepetela, Mário de Carvalho, Jacinto Lucas Pires, Luísa Costa Gomes, Vasco Graça Moura e Nelida Pinon.

<sup>137</sup> As teses biográficas de José Hermano Saraiva, incluindo uma proposta de cronologia da obra camoniana, foram publicadas à beira das comemorações dos 400 anos da morte do poeta, com o título *Vida ignorada de Camões* (Lisboa: Europa-América, 1979) e, com ajustamentos de maior ou menor importância, têm vindo a ser reeditadas até aos nossos dias, constituindo um invulgar êxito de público, tendo em conta a sua natureza erudita. Sobre o seu impacto numa edição da Lírica de Camões, veja-se o estudo de Maria do Céu Fraga intitulado “Século XX: a influência dos estudos camonianos”.

Círculo de Leitores terá ultrapassado a impressionante cifra de 100 mil exemplares, vendidos ao longo dos anos), outras houve declaradamente orientadas “para o povo”, entendendo-se por tal os cidadãos que, apenas providos da instrução elementar, pudessem adquirir e consolidar cultura e ânimo patriótico através de uma leitura orientada do livro de Luís de Camões.

É o que sucede, por exemplo, com a curiosa edição de Francisco de Sales Lencastre, saída a lume, em dois volumes, no ano de 1915, reproduzindo a edição revista por D. Carolina M. de Vasconcelos, antes publicada na revista *Românica* de Estrasburgo<sup>138</sup>. Na própria capa se anuncia que se trata de uma “Edição Anotada para leitura popular”. Logo no início, deparamos com uma longa “Advertência” dividida em sete partes<sup>139</sup>. Encontramos ainda numerosas notas explicativas, quase todas em registo elementar, e ainda uma paráfrase em prosa, igualmente simplificadora, identificando os principais passos do poema.

Um último exemplo deste tipo de edição é aquele que integra a coleção “Biblioteca Básica Verbo”, lançada em 1970 através da parceria estabelecida entre a Radiotelevisão Portuguesa e aquela mesma editora. O volume camoniano, que correspondia simbolicamente ao número 100, foi posto à venda em 1972, e teve uma tiragem (esgotada) de 100 mil exemplares, vendidos ao preço muito acessível de 15 escudos. Desprovida de quaisquer comentários ou introdução crítica (se excetuarmos uma brevíssima nota biográfica), inclui, no entanto, dez das doze gravuras que figuram na edição do Morgado de Mateus, embora em tamanho muito reduzido.

Em qualquer dos casos, a ideia de “edição popular” assenta em fundamentos de grande idealismo e generosidade filantrópica, segundo os quais a educação cívica deve estender-se para além do espaço escolar. De acordo com esse ideal, é possível alcançar objetivos de natureza

---

<sup>138</sup> O mesmo autor havia já editado *Os Lusíadas* em 1892, pela Imprensa Nacional de Lisboa (dessa vez, num só volume), para “leitura da infância e do povo”. Viria ainda a haver uma reedição da obra, em 1927.

<sup>139</sup> São estas as partes em que se divide a dita Advertência: I – significação do título do poema; II – argumento histórico; III – principais ficções mitológicas; IV – cosmografia segundo as teorias do tempo do Poeta comparada com a das modernas doutrinas astronómicas; V – conhecimento geográfico dos antigos; VI – flora dos *Lusíadas*; VII – estilo.

cívica e cultural, indispensáveis ao fortalecimento de uma determinada consciência patriótica. Para além de todas as dificuldades de leitura e compreensão, *Os Lusíadas* seriam sempre o livro indicado para assegurar essa coesão, uma vez que, a par da sua vertente pedagógica (bem evidente na importância que na obra assume o discurso persuasivo), nele se encerra também uma visão do percurso coletivo que, não omitindo as sombras do passado, aponta para um esplendor futuro.

À medida que o processo de escolarização foi avançando, as edições destinadas ao povo foram rareando, substituídas, na prática, por edições de caráter didático.

### 3. Edições escolares

À semelhança do que ocorrera com os poemas homéricos, a epopeia de Camões serviu desde sempre (pelo menos desde o século XVIII) de instrumento de aprendizagem histórica, moral e linguística. É, no entanto, com a reforma do ensino, levada a cabo pelo liberalismo, a subsequente fundação dos liceus (ocorrida em 1836) e, sobretudo, com a Reforma da Instrução Secundária (de Jaime Moniz), ordenada pelo decreto de 27 de dezembro de 1897, que *Os Lusíadas* viriam a ocupar o lugar central que ainda hoje conservam no cânone literário escolar.

Por entre as edições que mereceram a preferência de estudantes e professores ao longo da primeira metade do século, destacam-se as que foram preparadas, em 1900, por Joaquim Mendes dos Remédios (1867-1932), com segunda edição, logo em 1903, e por Augusto Epifânio da Silva Dias (1841-1916), em dois tomos, saídos no Porto, pela primeira vez, em 1908, e logo reeditados em 1910, com revisão, em 1916-18<sup>140</sup>. A edição de Mendes dos Remédios segue muito de perto as *Obras Completas* do

---

<sup>140</sup> A edição viria a merecer reparos de José Maria Rodrigues, no quadro de uma animosa polémica que então predominava nas letras portuguesas, tocando praticamente tudo o que envolvesse o nome de Camões. Contrariando o esquecimento a que a votaram os prelos portugueses, a 2ª edição de Epiphanyo haveria de vir a lume no Brasil, no ano jubilar de 1972, sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura.

Visconde de Juromenha (Vol. IV), incluindo os Argumentos que figuram no início de cada canto e no índice final. Para além de uma “Introdução” relativamente breve<sup>141</sup>, o texto é objeto de comentários, em geral bastante sóbrios e elementares.

Dez anos depois, Silva Dias publicava a sua edição, servida por uma “Introdução” bastante mais desenvolvida, incluindo aspetos de história cultural e de textologia, que Mendes dos Remédios não contemplara. É designadamente o caso da cronologia da composição do poema ou da sua recepção nos anos imediatos à publicação. O editor detém-se ainda no problema de saber se houve ou não intervenção inquisitorial na edição *princeps*, considerando-a improvável. Chama também a atenção para o valor de alguns comentários ao poema: os que figuram na edição dita “dos piscos” (1584) e os que foram elaborados por Manuel de Faria e Sousa (1639)<sup>142</sup>. Refere depois os comentários de Manuel Correia (publicados postumamente, com intervenção muito provável de Pedro de Mariz). Sobre Correia, o “cura da freguesia de S. Sebastião da Mouraria” diz que não morria “de amores pela verdade” (p. XXIV). Por último, Epifânio tem ainda o mérito de referir os comentários, então ainda inéditos, de D. Marcos de S. Lourenço (falecido em 1661), que incidem sobre os três primeiros cantos (limitando-se a referir a notícia que deles dera antes conta o Visconde de Juromenha) e os comentários de Manuel Pires de Almeida, que pudera consultar. Os Comentários de D. Marcos de S. Lourenço foram, entretanto, publicados (Coimbra, 2014). Sobre estes comentários, mais extensos (vão até ao canto V), Silva Dias emite o seguinte juízo: “A explicação do texto do Poema é, geralmente falando, mais miúda do que nos outros comentadores, mas alonga-se frequentíssima com puras superfluidades” (p. XXXIII).

---

<sup>141</sup> Embora sendo breve, o referido texto introdutório não consegue fugir aos encómios mais ou menos estereotipados. Para o Professor de Coimbra, por exemplo, *Os Lusíadas* são “uma das quatro ou cinco grandes epopéas do mundo” (p. XII).

<sup>142</sup> Sobre os comentários de Faria e Sousa, diz, em síntese: “...ninguém melhor compreendeu o sentido do Poeta, não raras vezes difícil de alcançar. O senão mais grave, que no entendimento do Poeta se lhe pode notar, é pretender interpretar christãmente o aparato mythologico dos *Lusíadas*” (Cf. p. XX.XI).

Para além do escrúpulo que revela sobre algumas das questões mais complexas, pela Introdução e pelos comentários, a edição em apreço parece constituir uma reação às posições conservadoras de José Maria Rodrigues e de Mendes dos Remédios, assumindo-se, ainda hoje, como sendo de consulta obrigatória para os camonistas. Por esses motivos, com os seus méritos e com as suas limitações, o volume haveria de ficar conhecido pela lição republicana (e anticlerical) de *Os Lusíadas*, testemunhando a sensibilidade camonística de uma época e, dentro dela, de um determinado quadrante político-ideológico<sup>143</sup>.

Bastante mais modestos são volumes como os que José Agostinho ou Artur Viegas prepararam, visando provavelmente camadas escolares de anos mais recuados<sup>144</sup>. José Agostinho de Oliveira (1866-1938), que editou os seus *Lusíadas* em 1907, alcançaria mais 10 edições, coincidindo a última com o quarto centenário da publicação do poema. A obra destaca-se, desde logo, pelo título. De facto, enquanto o nome de Luís de Camões figura convencionalmente no cabeçalho, o título é *A Chave dos Lusíadas*. Para além de argumentos que correspondem a cada canto, a obra é servida por copiosos comentários, privilegiando aspetos históricos, geográficos e mitológicos.

Por sua vez, Artur Viegas, pseudónimo do Padre António Antunes Vieira (1868-1929), publica *Os Lusíadas* “para uso das escolas”, em 1926, seguindo-se reedições regulares que vão até 1958. Na linha de muitas outras, trata-se agora de uma edição “com as devidas omissões”, suprimindo designadamente as estâncias “inconvenientes” para a sensibilidade dos alunos.

---

<sup>143</sup> Embora valorizando, com justeza, a personalidade e o relevante contributo prestado por Epiphânio da Silva Dias aos Estudos Camonianos, Vítor Aguiar e Silva não deixa de chamar a atenção para as limitações de que padece o trabalho de anotação: “O que falta nos comentários de Epifânio Dias é a atenção prestada aos fatores de natureza estética, tanto de natureza micro-estrutural, retórica e estilística, como de natureza macroestrutural, e a sua relativa inófia no que respeita à hermenêutica do poema e dos seus episódios relevantes” (“Dias, Augusto Epifânio da Silva”, in *Dicionário de Luís de Camões*, p. 316-318).

<sup>144</sup> Recorde-se que, durante várias décadas, *Os Lusíadas* faziam parte dos programas do ensino secundário, tanto liceal como técnico, abrangendo as colónias.

Sobre a presença de *Os Lusíadas* no cânone literário escolar, veja-se o estudo que encerra o presente volume.

Entretanto, em 1946, na célebre Coleção dos Clássicos Sá da Costa, viera a lume uma edição das *Obras completas* de Luís de Camões, em 5 volumes, cabendo a *Os Lusíadas* os dois últimos (2.<sup>a</sup> edição, em 1956). A responsabilidade da fixação do texto, do Prefácio e das Notas era ainda de Hernâni Cidade. À semelhança do que acontecia com outras edições (nomeadamente com algumas que integraram esta mesma coleção), essa foi utilizada tanto no ensino secundário como na universidade, podendo ainda figurar na estante de um “leitor culto”, ou seja, do leitor com qualificações académicas adquiridas fora da área das Humanidades. De facto, o extenso Prefácio ao Vol. IV (primeiro dos dois que contêm o texto da epopeia) constitui uma boa introdução a alguns dos principais problemas filológicos, com destaque para a questão da autenticidade das edições quinhentistas e para “O significado e o valor estético de *Os Lusíadas*”<sup>145</sup>.

Em 1952, surgia nas livrarias uma edição escolar diferente das anteriores. Era seu autor Emanuel Paulo Ramos (1922-2005), professor dos Liceus e do Colégio Militar. Apesar da forte concorrência então existente, esta edição, preparada por um jovem professor que acabara de concluir o seu estágio, implantou-se, desde logo, no mercado, mantendo-se ainda hoje (passados 70 anos) como a mais vendida. Se olharmos para realizações didáticas de obras estrangeiras (sejam elas do cânone espanhol, francês, italiano ou alemão), verificamos que, em Portugal, aquela que

---

<sup>145</sup> No âmbito das *Obras Completas*, é justo ainda destacar a mais importante edição das obras camonianas, competindo, nesse plano, com a de Hernâni Cidade. Trata-se de um empreendimento editorial brasileiro, em papel bíblia, sob os auspícios da prestigiada Companhia Aguilar Editora, no ano de 1963. Não deixa de ser significativo que o encargo tenha sido confiado a António Salgado Júnior (1904-1989), camonista e também professor metodólogo de Português do Liceu Normal de D. Manuel II, no Porto, que se distinguira já na publicação de vários estudos. Para além de uma utilíssima secção de Índices e Apêndices (integrando notas interpretativas e esclarecedoras, anotações e comentários ao texto, vocabulário glosado, léxico fundamental camoniano e elucidário, dicionário onomástico e alusivo), o volume conta ainda com uma extensa introdução geral, incidindo na vida e na obra, para além de uma bibliografia ativa e passiva, criteriosamente elencada e comentada (fator distintivo de valorização). Por este motivo e embora tratando-se de um volume esgotado e difícil de obter no mercado português, pode dizer-se que a edição luso-brasileira de Salgado Júnior (em especial a parte que respeita à epopeia) continua a revelar-se não apenas útil para qualquer leitor, como se apresenta de consulta indispensável para os camonistas. Sobre a primeira edição das obras completas publicada em São Paulo (1942) e sobre a edição de Salgado Júnior a que me refiro, veja-se o estudo assinado por Sheila Moura Hue no apêndice do volume citado.

se lhes pode comparar em seriedade e ambição é, de facto, a edição realizada pelo professor de origem madeirense. Nela se encontra reunido e doseadamente exposto todo um manancial de saber camoniano, envolvendo mapas, glossários, resumos e, sobretudo, notas seguras, que foram sendo atualizadas de edição para edição, refletindo as aquisições do camonismo<sup>146</sup>. Em face desses requisitos, não surpreende que alguns camonistas de Portugal e do Brasil a tenham enaltecido, tomando-a como modelo de um instrumento pedagógico que, sendo simultaneamente rico do ponto de vista patrimonial, se revelava também atrativo, do ponto de vista gráfico, e inovador na estratégia para despertar a curiosidade dos alunos. Já em 2014, surge mais uma edição deste “Livro Auxiliar”, a primeira que segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado em 1990, sendo também a primeira que vem a público após a morte de Emanuel Paulo Ramos.

Longo empreendimento foi aquele a que se dedicou Reis Brasil (1908-2002), responsável por um vasto conjunto de comentários a *Os Lusíadas*, em 12 volumes, publicados ao longo de 12 anos (1961-1973). O traço distintivo desta edição (hoje injustamente esquecida) é a importância atribuída às explicações de natureza filosófica ou mesmo teológica, refletindo a formação do editor que, para além de ter exercido o magistério no ensino secundário (deixou vasta obra sobre outros autores do cânone português), teve formação inicial nesses domínios, menos cultivados nos estudos sobre literatura portuguesa.

---

<sup>146</sup> Dessa mesma atualização, dá conta escrupulosa o editor nos sucessivos Prefácios com que vai acompanhando as reedições. Esses mesmos Prefácios não deixam de refletir as alterações de conjuntura que se iam verificando. Se a abrir a 3.ª edição, o editor se abona nas palavras exortativas de José Maria Rodrigues (“Estudemos *Os Lusíadas*, para neles haurirmos o mesmo estímulo que impulsionou o Poeta a escrevê-los; debruçados sobre as suas estâncias, compenetremo-nos bem do nosso glorioso passado e sentiremos pulsar em nós uma alma nova, um desejo ardente de vermos respeitado e engrandecido o nome português, de vermos novamente esboçar-se um Portugal maior”), em 1980, reafirma o seu camonismo, mas tendo presente um outro tipo de conjuntura política: “Duas palavras de fidelidade inequívoca – a que mais se estima, quando a hora é, para muitos, de hesitação dolorosa e de patriotismo reticente – no Centenário da morte daquele cujo alto espírito continua a ser não apenas espécie de Anjo Tutelar da Pátria, mas também o arquétipo incomparável, o excelso modelo, que incendeia os corações dos próprios estrangeiros, em momentos de crise grave...”. (p. 8).

Em 1964, o mesmo autor publica uma edição anotada, num só volume, aparentemente destinada a alunos do 5º ano liceal. Para além de outros fatores de interesse, merece destaque a defesa de uma visão abrangente do poema. De facto, quando já vinham a lume edições parciais, contendo apenas as estâncias recomendadas pelo Programa, Reis Brasil defende a necessidade de uma leitura global: “No meu entender (...) dada a compreensão que se exige de todo o poema, não se poderá cumprir o programa, sem que o aluno possua uma edição integral...” (p. XXX).

Em 1978, na Editorial Figueirinhas, a mesma que, anos antes, havia publicado as versões camonianas de José Agostinho, vem a público uma edição preparada por António José Saraiva (1917-1993), nome já então sobejamente conhecido como historiador da literatura e também como destacado camonista. A edição, que era modesta (tanto no que diz respeito às dimensões como no que toca à qualidade dos materiais utilizados na brochura e no miolo), revelava, contudo, diferenças importantes no estudo introdutório e nas anotações<sup>147</sup>. Com efeito, a “Apresentação” que antecede a obra supera o puro didatismo, propondo, desta vez, teses e hipóteses pessoais sobre o mundo de Camões em geral e sobre *Os Lusíadas* em particular. Do mesmo modo, o leitor pode deixar-se guiar, com segurança, pelos resumos, pelas notas que, em muitos casos, revelam um notável conteúdo hermenêutico, pela correta apreciação estética ou ainda pelo Vocabulário final, que integra mais de 1000 entradas. A breve “Apresentação”, redigida na Holanda e datada de dezembro de 1974, integra uma posição pessoal do crítico, tocando indiretamente o tema concreto da descolonização e da subsequente emergência do espaço lusófono, abordando, de um modo mais geral, a conjuntura revolucionária que então se vivia em Portugal, suscetível de pôr em causa o papel que deveria caber ao poema no Portugal democrático:

À data desta edição, o mundo português está fazendo a sua mais importante viragem desde a época da publicação d'*Os Lusíadas*. O que interessa n'*Os*

---

<sup>147</sup> A mesma obra seria reeditada, sem alterações, mas em formato maior, nos anos de 1999 e 2006.

*Lusíadas* não é o mundo conquistado, não é a distância alcançada, mas a tensão, o movimento, a nascente donde nasce o rio da história. Camões canta uma história do Portugal-Prometeu, que atesta a sua profunda natureza. Não temos que nos envergonhar dela, nem poderíamos. Cantando o que passámos, o Poeta está connosco e ajuda-nos com o seu ramo a ouvir dentro de nós o que somos<sup>148</sup>.

Do vasto elenco das edições escolares de *Os Lusíadas*, merece ainda referência uma outra que veio a público no ano de 1990, com uma tiragem inicial de 3000 exemplares, tendo depois conhecido algumas reimpressões. Refiro-me ao volume preparado por Amélia Pinto Pais (1943-2012), um dos nomes mais reputados do ensino do Português, ao longo do século XX, que, no ano anterior, tinha já publicado um auxiliar de leitura incidindo sobre o mesmo texto<sup>149</sup>. Respeitando os Programas escolares (e as novas terminologias narratológicas que neles tinham encontrado acolhimento), a edição encontra-se, porém, enriquecida com notas, mapas e textos de outros autores, que favorecem o alargamento cultural, através de aproximações intertextuais, observações e sugestões didáticas.

Embora *Os Lusíadas* se mantenham ainda fortemente representados nos programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário, é compreensível que as edições integrais sejam agora menos procuradas pelos alunos. Esse aparente paradoxo (para o qual curiosamente Reis Brasil chamara já a atenção em 1964) explica-se, sobretudo, pelo facto de os manuais terem passado a reproduzir os excertos que constam do Programa, dispensando o manuseamento da obra por inteiro. Tanto mais que o mesmo Programa não parece apontar para a necessidade de uma contextualização alargada. Não há dúvida de que estamos perante uma

---

<sup>148</sup> No período que se seguiu imediatamente à revolução de abril, os programas escolares e as antologias de Português são revogados pelo Ministério da Educação. O papel de Camões no cânone literário escolar é objeto de alguma celeuma, mas acaba por manter a sua centralidade sem alterações. De entre os intelectuais que, na altura, se pronunciaram a favor dessa manutenção distinguiu-se Alexandre Cabral, membro destacado do Partido Comunista Português.

<sup>149</sup> Refiro-me ao conjunto de explicações e propostas que dão corpo ao opúsculo intitulado *Para compreender Os Lusíadas*, Porto, Areal, 1989.

situação nova, que afasta o aluno da obra, conduzido apenas em nome de motivos de comodidade e economia.

#### **4. Edições de referência**

Para além das edições populares e das edições escolares, o século XX é também assinalado pelo aparecimento de um conjunto de edições de referência, entendidas como aquelas que eram concebidas por nomes especialmente autorizados do camonismo.

Nesse sentido, podem ser consideradas edições de referência, desde logo, as de Epifânio, Salgado Júnior e António José Saraiva. Como, pelo mesmo motivo, tinha sido antes de referência a edição nacional de 1929, estabelecida e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos e revista por José Maria Rodrigues.

Aquelas que mais crédito suscitam hoje, porém, são as que foram preparadas por Hernâni Cidade e Álvaro Júlio da Costa Pimpão. As edições de Cidade vêm a público sucessivamente em 1940, 1956 e 1972. Em 1973<sup>150</sup>, surge a edição preparada por Costa Pimpão, com nova fixação de texto, longo Prefácio e Notas, contendo informação segura, abundante e, em alguns casos, inovadora.

Esses dois camonistas distinguem-se pelo saber, pela prática filológica ampla e exercitada em outros textos de Camões (ambos se tinham já creditado como editores de Camões – Lírica, Teatro e Cartas –, para além de outros autores do século XVI). Tanto no que respeita à fixação do texto (optando um e outro por uma modernização muito criteriosa) como no que toca aos estudos preambulares e às próprias anotações, bem pode dizer-se que as edições em causa se afirmam como as mais fidedignas ainda para o nosso tempo, servindo de base à maioria das

---

<sup>150</sup> Assim informa Aníbal Pinto de Castro na Apresentação que faz da obra. Embora na edição do Instituto de Alta Cultura figure a data de 1972, o volume só viria a ficar impresso no final de 1973.

edições integrais<sup>151</sup> e ainda às edições parcelares que são reproduzidas em manuais. É certo que Cidade e Pimpão partiram do princípio de que havia uma edição “boa”, designada por Edição A ou Ee (a que tem o colo do pelicano voltado para a direita do leitor), não tendo em consideração as variantes daquela que se considerava então a edição “má” (B ou E), a que tem o colo do pelicano voltado para a esquerda<sup>152</sup>. Hoje, quando a consciência do problema se alterou, impõe-se o necessário reajustamento no que diz respeito à fixação do texto<sup>153</sup>.

Enquanto esse passo não é dado, ou seja, na ausência de uma verdadeira edição crítica, preparada segundo os requisitos da filologia moderna, é ainda a partir de Cidade ou de Pimpão que a generalidade dos camonistas faz os seus estudos e transcreve as suas citações<sup>154</sup>.

## 5. Edições fac-similadas

Importa, por último, referir as edições fac-similadas. À primeira vista, trata-se de iniciativas destinadas a um público muito restrito: quer porque o produto final exige sempre um esforço e uma qualificação do leitor,

---

<sup>151</sup> É significativo, nomeadamente, que o Instituto Camões tenha chamado a si a reedição do volume de Costa Pimpão, antecedido por Apresentação de Aníbal Pinto de Castro (1989), optando por colocar “em linha” o mesmo texto. É ainda revelador que algumas edições estrangeiras tenham adoptado a mesma lição. É, entre outros, o caso da valiosa tradução italiana de Riccardo Averini, com Introdução de Giuseppe Mazzocchi e Notas de Valeria Tocco: *I Lusiadi*, Milano, B.U.R., 2001 (2 vols.).

<sup>152</sup> No seu Prefácio, a terminar o capítulo III, Costa Pimpão, depois de ter convocado vários exemplos do que considerava serem edições diferentes, conclui, de forma taxativa: “...fica suficientemente estabelecido que só a edição A saiu em 1572; e que a edição B é uma contrafação intencional, justificada pela inexistência de exemplares da edição A e que deve ter vindo à luz, discretamente, em 1584 ou 1585, uma vez terminada a impressão da desastrosa edição ‘dos piscos’ (1584).” (Cf. p. XLVIII).

<sup>153</sup> Os dados da questão foram já claramente sintetizados por Hélio Alves, em trabalho já citado.

<sup>154</sup> Mais recentemente, em 2017, foram publicadas duas edições que cabem perfeitamente neste mesmo domínio e que, doravante, os estudiosos não poderão ignorar. Refiro-me ao volume I (Épica e Cartas) das *Obras Completas de Luiz Vaz de Camões* (Organização, Introdução e Notas) de Maria Vitalina Leal de Matos, Lisboa: E-Primum, e ao número 17 da coleção *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa* (Primeira epopeia), Lisboa: Círculo de Leitores, sob coordenação de José Carlos Seabra Pereira e Martinho Soares.

quer porque, na maior parte dos casos, se trata de obras que foram já objeto de edições modernas, bastante mais cómodas e acessíveis.

Ao contrário do que sucede em Espanha, por exemplo, em Portugal não existe uma tradição muito forte desse tipo de edições. Ainda assim, justifica-se a alusão a algumas das que vieram a público ao longo das últimas décadas. Depois de, já no século XIX, ter vindo a público a edição prefaciada por Teófilo Braga (1843-1924), o século seguinte viu aparecer no mercado algumas edições da epopeia camoniana, destacando-se, em 1921, a “reimpressão fac-similada da verdadeira 1ª edição dos *Lusíadas*”, obtida a partir do exemplar EE da Biblioteca Nacional (com Introdução e aparato crítico de José Maria Rodrigues<sup>155</sup>) e, em 1982, a “Reprodução paralela das duas edições de 1572” (IN-CM), vinda a lume sob os auspícios da comissão Camoniana da Academia das Ciências, com importante “Nota Preambular” de Bernardo Xavier Coutinho. Embora de forma diferente, as duas edições viriam a servir de base para novas edições transcritas e anotadas.

Já no século XXI, veio a público a versão obtida a partir do exemplar que se encontra guardado na Sociedade Martins Sarmento, abrindo com um notável e esclarecedor (se não definitivo) estudo filológico do Professor Vítor Aguiar e Silva, incidindo, de forma desenvolvida, sobre as circunstâncias de edição e sobre a materialidade do volume em apreço<sup>156</sup>. Um ano antes, saíra um outro volume, desta vez obtido a partir do exemplar que se conserva na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Para além de um esmero gráfico invulgar (o que o aproxima do tipo de edições que antes classifiquei como “monumentais”, embora sem conter a componente ilustrativa), também este volume se encontra enriquecido com textos de enquadramento. Inclui, designadamente, estudos breves,

---

<sup>155</sup> A iniciativa parece ter partido de Jaime Cortesão, que era, ao tempo, Diretor da Biblioteca Nacional.

<sup>156</sup> O estudo intitulado “A guerra dos pelicanos. O problema textológico da edição *princeps* de *Os Lusíadas*” foi depois coligido no volume de ensaios sobre a épica camoniana, com o título *A Lira Dourada e a Tuba Canora*, Lisboa: Edições Cotovia, 2008, p. 22-54.

mas muito elucidativos, de Aníbal de Castro, José Hermano Saraiva e David Kenneth Jackson<sup>157</sup>.

No que toca a fac-símiles, a proximidade da celebração dos 400 anos da publicação de *Os Lusíadas* serviu também de pretexto ao aparecimento de outro tipo de edições: refiro, em primeiro lugar, a que foi comentada por Manuel de Faria e Sousa (acompanhada pelo volume do mesmo tipo consagrada às *Rimas*), ambas com Prefácio desenvolvido de Jorge de Sena, que participou ativamente nas celebrações do quarto centenário da publicação do poema<sup>158</sup>. A partir de 1972, de facto, tornou-se possível a qualquer professor ou investigador contactar de perto com os comentários camonianos de Jorge de Sena, um dos leitores de Camões mais assíduo e mais qualificado em qualquer tempo.

Mais recentemente colheu-se mais uma prova do afeto muito particular que os portugueses continuam a nutrir pela epopeia camonianiana. De facto, no âmbito das comemorações dos 500 anos de existência da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, foi editada, por junto, uma coleção de 16 fac-símiles de literatura e cultura portuguesas, vendidos, conjuntamente com um jornal diário. O êxito de vendas foi geral, mas nenhum volume logrou alcançar a tiragem de 10 mil exemplares, antes obtida pel'*Os Lusíadas*. Mesmo colocado à venda na modéstia das suas proporções reais e sem nenhum tipo de estudo a acompanhá-lo, o volume desapareceu das bancas em poucos dias<sup>159</sup>.

---

<sup>157</sup> Nesse mesmo estudo, Jackson ocupa-se do problema da unidade ou diversidade das edições de 1572. A esse discípulo de Jorge de Sena deve-se a edição de um CD-ROM, contendo as imagens de 29 exemplares da edição *princeps*, provenientes de bibliotecas e coleções de oito países, que torna possível uma comparação da grande maioria dos volumes que levam a data de 1572, apontando para a teoria da unidade de impressão (*Luís de Camões and the First Edition of The Lusíadas*, University of Massachusetts, Dartmouth, 2003).

<sup>158</sup> Sobre a participação de Jorge de Sena nas comemorações de 1972 e sobre o seu camonismo em geral, veja-se o notável ensaio consagrado ao assunto por Vítor Aguiar e Silva (*Jorge de Sena e Camões. Trinta Anos de Amor e Melancolia*).

<sup>159</sup> Mas não só a primeira edição tem sido objeto de reproduções fac-similadas. Para além das edições de Manuel de Faria e Sousa, foram reproduzidos outros espécimes camonianos de inegável interesse. Refiro, por exemplo, a reprodução da edição "...dos piscos", contendo uma Tabuada inicial "pela ordem A, B, C, de todas as cousas que o autor tocou neste livro sobre que se fez anotação".

Servindo ao mesmo tempo a investigadores e a devotos de Camões (cujas motivações, ontem como hoje, podem ser muito diversas), essas iniciativas são ainda do agrado dos curiosos pela literatura e pela cultura portuguesas do século XVI. Aos primeiros interessa também o facto de algumas das edições mais raras ou mesmo de manuscritos se encontrarem já acessíveis em versão digital e “acesso aberto”, através de repositórios de confiança. É não só o caso de alguns exemplares da primeira edição como o da edição (também rara) de 1613, aquela que contém os comentários de Manuel Correia. E embora, como é sabido, o acesso à versão digital não substitua integralmente o contacto com a versão em papel, parece ter chegado o tempo de todos poderem satisfazer ou minorar a sua curiosidade em relação a originais que até aqui se encontravam sob guarda das grandes bibliotecas nacionais e estrangeiras.

## Edições Citadas

- A Chave dos Lusíadas* (1907), Prefácio, Paráfrase e Notas por José Agostinho, Porto: Figueirinhas.
- A. J. Gonçalves (ed.) (1919), *Os Lusíadas de Luís de Camões Segundo o Têsto da primeira Edição de 1572. Com as variantes da 2.<sup>a</sup> edição impressa por Manoel de Lyra em 1584*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- José Hermano Saraiva (coment.), *Os Lusíadas* (2007), Lisboa: Seleções do Reader's Digest.
- Luís de Camões (1972), *Os Lusíadas*, Leitura, Prefácio e Notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Lisboa: Instituto de Alta Cultura. [Última edição em linha no “sítio” do Instituto Camões.]
- Luís de Camões. Obra completa em um volume*, (1964), Organização, introdução, comentário e anotações de António Salgado Júnior, Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora.
- Luiz de Camões (1900), *Os Lusíadas*, Grande edição ilustrada, revista e prefaciada por Sousa Viterbo, Lisboa: Empreza da História de Portugal, Sociedade Editora.
- Luiz de Camões (1913), *Os Lusíadas*, Edição-Brinde de Adriano Ramos Pinto, Porto: Atelier.

- Lusíadas* (1900), Edição para as escolas, revista, prefaciada e anotada por Mendes dos Remédios, Coimbra: França-Amado. (Col. Obras selectas de auctores portugueses, III).
- Obras Completas* (1912), Lisboa: Parceria António Maria Pereira, (3 vols.).
- Obras Completas* (1965), Organização, Introdução Comentários e Anotações de António Salgado Júnior, Rio de Janeiro: Aguilar.
- Os Lusíadas* (1910), Commentadas por Augusto Epiphanyo da Silva Dias, Porto: Magalhães & Moniz, Ld.<sup>a</sup> Editores.
- Os Lusíadas* (2005) de Luís de Camões, [Com um Prefácio pelo Professor José Hermano Saraiva, uma biografia pelo Professor Doutor Aníbal Pinto de Castro e um ensaio sobre a primeira edição d' Os Lusíadas pelo Professor Kennett David Jackson.] Uma edição exclusiva para Global Systems Publicity, Coimbra: ACD Editores.
- Os Lusíadas de Luís de Camões* (1929), Edição Nacional, Prefácio de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Revisão de José Maria Rodrigues. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- Os Lusíadas de Luís de Camões* (1952), Emanuel Paulo Ramos, Porto: Porto Editora.
- Os Lusíadas de Luís de Camões* (2000), Edição comentada e anotada por Henrique Barrilaro Ruas, Lisboa: Editora Rei dos Livros.
- Os Lusíadas* (2010), Edição fac-similada a partir do exemplar restaurado da 1.<sup>a</sup> edição do Ateneu Comercial do Porto (acompanhada de opúsculo, com estudos de Artur Anselmo, João Ruas e Nazaré Tojal), Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo.
- Os Lusíadas* (1978), Luís de Camões, Introdução, notas e vocabulário de António José Saraiva, Porto: Figueirinhas.
- Os Lusíadas* (1990), Organização do texto, introdução e notas de Amélia Pinto Pais, Porto: Areal Editores.
- Os Lusíadas* (1964), Edição organizada e anotada por Reis Brasil, Lisboa: Editorial Minerva.
- Os Lusíadas* (1971), Obra comemorativa do quarto centenário da primeira edição de Os Lusíadas e ilustrada pelos seguintes artistas: Nikias Skapinakis, Luís Noronha da Costa, Fernando de Azevedo, Rolando Sá Nogueira, Paula Rego, Lisboa: Estúdios Cor.

*Os Lusíadas. Poema épico de Luís de Camões* (1915), Edição anotada para leitura popular, Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira.

*Os Lusíadas* (1956), Prefácio e Notas de Hernâni Cidade, Vinhetas e ilustrações de Lima de Freitas, Lisboa: Artis.

*Os Lusíadas de Luis de Camões* (1921), Anotados para uso das Escolas por Artur Viegas, com as devidas omissões, Porto. [2.<sup>a</sup> ed. em 1926 e 3.<sup>a</sup> ed. em 1929].

*Os Lusíadas de Luis de Camões, Lisboa, Anno de 1584.* (Edição “dos piscos”, vinda a público em 1986, com edição limitada a 300 exemplares).

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Isabel (2011), “José Maria Rodrigues”, in Vítor Manuel Aguiar e Silva (org.), *Dicionário de Luís de Camões*. Lisboa: Editorial Caminho, p. 882-885.

ALVES, Hélio João Santos (2015), “O problema da edição princeps e as edições do século XVI”, in José Augusto Cardoso Bernades (coord.), *A Biblioteca camoniana de D. Manuel II*, Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 15-22.

CABRAL, Alexandre (1980), *Notas Oitocentistas, vol. II – Luís de Camões, Poeta do Povo e da Pátria*, Lisboa: Livros Horizonte.

CATROGA, Fernando (1996) “Ritualizações da História”, in *História da História em Portugal* p. 547-673.

CORREIA, Maria Amélia (2010), *Repensar a literatura na escola do século XXI*, Tese de doutoramento em Literatura Portuguesa (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CRUZ, Lígia (1980), “Cartas de D. Manuel II para o Doutor José Maria Rodrigues”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. IV, p. 209-230.

CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da (2002), *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*, Braga: Centro de Estudos Humanísticos.

FRAGA, Maria do Céu (2015), “O século XX: a influência dos estudos camonianos”, in José Augusto Cardoso Bernades (coord.), *A Biblioteca camoniana de D. Manuel II*, Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 97-107.

JACKSON, Kennet David (2003), *Luís de Camões and the First Edition of The Lusíadas*, Dartmouth: University of Massachussets.

- SENA, Jorge de (2011), *Rever Portugal. Textos políticos e afins*, Lisboa: Guimarães Editores.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (2011), “Epifânio da Silva Dias”, in Vítor Manuel de Aguiar e Silva (org.), *Dicionário de Luís de Camões*, Lisboa: Editorial Caminho, p. 316-318.
- (2009), *Jorge de Sena e Camões. Trinta Anos de Amor e Melancolia*, Coimbra: Angelus Novus.
- TORGAL, Luís Reis; AMADO, José Maria; CATROGA, Fernando (1996), *História da História em Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores.

**X.**

**O ENSINO DE CAMÕES:  
APROXIMAÇÕES A UM PROBLEMA MAIOR**

(Página deixada propositadamente em branco)

## INTRODUÇÃO

Não se tinha ainda compreendido o motivo pelo qual o excelente *Dicionário de Luís de Camões* não contempla uma entrada sobre “Ensino”. Afinal, não se tratou de esquecimento. Segundo informação prestada pelo coordenador da obra, esteve realmente encomendado um artigo com o título “Cânone Escolar”; mas, como sempre sucede em iniciativas desse tipo, há incumprimentos. E foi o que aconteceu. O colega que aceitou a incumbência não pôde honrar o compromisso. E assim se regista uma falta importante, que terá de ser preenchida numa futura edição: embora já tão rico em sínteses novas, o Dicionário necessita ainda de mais um verbete. E não pode ser pequeno. Para além da presença dos conteúdos camonianos nos Programas escolares, o dito artigo não pode deixar de contemplar outras vertentes, como os objetivos e métodos didáticos: como evoluíram exatamente os objetivos do ensino de Camões ao longo das últimas décadas? A que métodos se recorria e por quê?

A manutenção de Camões nos Programas desde há tantas gerações talvez justificasse um esforço de formação articulado, envolvendo a formação inicial e contínua. Mas bem sabemos que as urgências de “atualização” dos professores de Português se orientam hoje em sentido diverso.

O referido verbete teria que contemplar uma acentuada dimensão histórica. Camões está presente na Escola desde que há registo de programas oficiais, mas não esteve lá sempre da mesma forma: nem com a mesma intensidade nem com a mesma orientação nem associado aos mesmos métodos de ensino. Ora, se há aspeto negligenciado na formação de professores, é justamente a história da educação. No caso

concreto dos professores de Português, poucos serão aqueles que sabem o que fizeram os colegas que os precederam na profissão. Dir-se-á que os desafios eram outros, o que é verdade. Ainda assim, há aspetos comuns e há lições a tirar do passado da Escola. Olhando para esse passado, não como fonte de receitas acabadas, mas como oportunidade de captar conhecimento e experiência adaptáveis às circunstâncias atuais, encontramos não apenas motivos de curiosidade, mas algumas pistas valiosas para reflexão.

Num outro plano, é razoável pensar que o ensino de Camões interessa também aos próprios camonistas. De facto, quando se fala em camonistas, pensa-se nas figuras do meio universitário que se consagram a problemas de fixação e comentário de texto, de interpretação ou de integração histórico-cultural. A um camonista, porém, interessa igualmente a projeção que a pesquisa pode e deve ter na vida cívica e no ensino. É bom não esquecer que os programas de Português não são neutros sob o ponto de vista dos fundamentos de pesquisa em que assentam tal como não surgem desligados das contingências histórico-sociais. Por detrás das suas diferentes formulações, foi sempre possível intuir a influência do camonismo de Hernâni Cidade, António José Saraiva, Jorge de Sena, Vítor Manuel de Aguiar e Silva, Maria Vitalina Leal de Matos, entre outros.

Mais do que outros escritores, Camões pode ser entendido a partir do seu acolhimento institucional. O convívio de sucessivas gerações com o mesmo nome contribuiu para a formação de uma sensibilidade dominante. Por isso se pode dizer que não lidamos apenas com um protagonista histórico-cultural, ou seja, um escritor que surge estritamente indexado ao seu tempo. Pelo impacto que teve nesse mesmo tempo, mas que se prolongou em épocas posteriores, Camões foi e continua a ser um agente cultural ativo.

Para além da fundamentação científica ou dos métodos de ensino, a história da presença de Camões nas escolas reveste-se de interesse em si mesma: torna-se útil averiguar a maneira como foi evoluindo a presença dos textos de Camões nas Escolas portuguesa (e também brasileira), em termos de proporção entre a Épica e a Lírica, por exemplo. Para tanto,

é necessário ter em conta os Programas e os critérios que inspiraram as antologias, mais tarde substituídas pelos manuais<sup>160</sup>.

Tudo somado, deve concluir-se que o artigo que importa conceber para o citado *Dicionário* não é fácil de redigir. A maioria dos verbetes que lá constam parte já de um vasto conjunto de comentários e exegeses. O mesmo não sucede com o artigo sobre o ensino de Camões, que não beneficia ainda de base de investigação segura. Para mais, quem o redigir terá que enfrentar uma série de lugares-comuns e preconceitos que nunca foram validados por uma pesquisa sistemática: de onde vinham práticas tão criticadas como a paráfrase, o comentário ideológico e a célebre divisão de orações? Eram métodos específicos da escola portuguesa ou eram comuns na escola europeia do tempo? Eram exclusivamente aplicados aos textos camonianos ou tinham um alcance mais geral? Estavam prescritos nos Programas ou eram adotados pelos professores de forma mais ou menos livre? O facto de, durante muito tempo, as estâncias que correspondem à Ilha dos Amores não serem dadas à leitura dos alunos equivalia realmente a um tipo de censura política específica de um regime ou integrava-se num clima de condicionamento moral que podemos encontrar em outros países, independentemente do regime político em vigor?

Falo do ensino secundário, mas não esqueço a importância de que o assunto se reveste também no âmbito da universidade. Surpreendentemente (ou talvez não), Camões tem sido pouco ensinado na Universidade portuguesa. Não faltam testemunhos orais e publicados de pessoas de diferentes gerações que passaram pelas áreas de formação filológica sem nunca terem estudado desenvolvidamente o autor central do nosso cânone.

Essa situação tem consequências: ensinar Camões nos Ensinos Básico e Secundário, sem antes ter tido com ele o contacto qualificado que só a universidade pode proporcionar, não é o mesmo que ensinar outro autor nas mesmas condições. Sem a dissipação da barreira de comple-

---

<sup>160</sup> Sobre o importante papel das antologias no ordenamento da educação literária dos alunos, escreveu já Maria do Céu Fraga (2010), com fundamento e particular bom senso.

xidade histórico-cultural que envolve a obra do escritor, tudo se torna bem mais difícil. Essa fase não se pode cumprir sem estudo organizado e sistemático. É necessário, sobretudo, manter um contacto porfiado com os textos: penso, principalmente, naqueles que não se leem na Escola porque são mais extensos e também, por isso, mais difíceis (canções, elegias, odes); mas, precisamente por isso, ajudam a tirar partido das composições mais curtas e menos complexas, como as redondilhas e os sonetos. De facto, é nos chamados “géneros maiores” que o ideário de Camões surge desenvolvido e explicitado, permitindo uma leitura integrada dos textos mais breves que constam dos programas escolares. Um professor a quem se pede que trabalhe com este último tipo de textos muito ganha em ter tido contacto com aqueles outros, que fazem mais luz sobre a globalidade da obra e facilitam o necessário esforço de integração de um simples soneto.

Com os textos camonianos, porém, existe ainda outro elemento de variação: refiro-me à circunstância, bem conhecida, de eles nos irem sugerindo interpretações diferentes, consoante a fase da vida em que nos encontramos. Para os professores, essa variação natural pode traduzir-se num ponto de afastamento em relação à sensibilidade dos alunos, reclamando um caminho de alteridade que nem sempre é fácil. A propósito do episódio da Ilha dos Amores, um jovem de 15 anos terá naturais dificuldades em valorizar a componente mística, deixando-se atrair muito mais pela vertente erótica. Caberá ao professor levar os seus alunos a reparar em sinais menos evidentes. Fenómeno semelhante ocorre com a Lírica: um soneto de Camões (às vezes, um único verso) pode ficar gravado na memória dos alunos pela vida fora, em registo de empatia ou de interpelação subliminar. Mas não suscita sempre o mesmo entendimento nem a mesma emoção.

A circunstância de os professores de Português poderem obter a sua formação universitária sem nunca terem estudado Camões é difícil de aceitar ou entender. Torna-se, sobretudo, difícil explicar esse facto quando afluirmos o assunto com colegas estrangeiros. Para um italiano ou um espanhol, por exemplo, habituados a que a centralidade patrimonial de Dante ou de Cervantes seja devidamente reconhecida na Escola e na

Universidade, há uma dificuldade enorme em perceber que, entre nós, o mesmo não suceda com Camões.

E, no entanto, por detrás dessa *anomalia* podem estar várias causas. Pode estar, desde logo, uma visão “utópica” da leitura literária, tal como se praticou em períodos mais recentes. Teoricamente tributária do modelo do *Close Reading*, essa visão corresponde à ideia de que existem esquemas de análise e interpretação aplicáveis aos textos de qualquer época. Admitindo essa tese, não se tornaria indispensável incluir nenhum autor (nem mesmo Camões) na Lista de Leitura de um Curso universitário de Estudos Portugueses.

Existe, ainda, uma segunda razão que pode explicar a ausência de assuntos camonianos dos anfiteatros universitários: é que o autor de *Os Lusíadas* e das *Rimas* (para já não falar do *Teatro* e das *Cartas*) ocupa inteiramente um programa semestral de Literatura Portuguesa. Deste modo, não ficaria espaço para a inclusão de outros autores. De facto, havendo Camões com algum desenvolvimento, como poderá haver tempo para Gil Vicente (outro gigante), Bernardim, Sá de Miranda, António Ferreira, Mendes Pinto e outros? Se tivermos em conta o crescente alargamento do cânone escolar do século XX (e já do século XXI) e a tendência para minorizar a importância dos “autores antigos”, entenderemos os problemas que se colocam à calendarização letiva na própria Universidade. Compreenderemos que, mesmo tratando-se de futuros professores de Português, Camões possa ser tratado com menos profundidade ou relegado para cadeiras de opção.

Invoquemos um terceiro motivo, que está longe de ser despiciendo: durante várias décadas, Camões foi-se tornando familiar aos alunos do Ensino Secundário. Era-lhes tão familiar que se entendia que, no Ensino Superior, essa proximidade cristalizada poderia dispensar um contacto de outra natureza. Assim se explica o testemunho de professores que revelam ensinar Camões, não a partir de formação colhida no Ensino Superior ou através da consulta persistente de bibliografia, mas a partir do contacto que tiveram com a matéria quando frequentaram o Ensino Secundário.

Situação semelhante ocorre no plano da investigação. De facto, durante muitos anos, Camões não foi, ele próprio, objeto direto de pesquisa dou-

toral<sup>161</sup>; e as vozes afastadas de um determinado alinhamento raramente logravam acolhimento na Universidade, que não se sentia na obrigação de ensinar Camões e de o investigar, para além de uma determinada sensibilidade instalada. A esse propósito, basta lembrarmos as dificuldades de integração universitária de camonistas como Jorge de Sena, António José Saraiva, Hélder Macedo ou Luís de Oliveira e Silva, para não falar no acentuado descaso que, na Academia, sempre tiveram as teses (depreciativamente tidas por “ensaísticas”) de António Sérgio, Aquilino Ribeiro ou Eduardo Lourenço.<sup>162</sup>

Até agora, referi-me apenas a alguns dos aspetos que, em meu entendimento, não podem deixar de ser levados em conta por quem vier a ocupar-se do ensino de Camões numa perspetiva de investigação sistemática.

Enquanto isso não sucede, nada obsta a que me aventure em algumas considerações subsidiárias, na linha de uma preocupação que mantenho desde há algum tempo<sup>163</sup>.

É isso que tentarei fazer em seguida, para demonstrar, sobretudo, que a agenda de investigação de temas camonianos deve incluir também a questão do ensino. A ideia de que é possível prosseguir a investigação camoniana totalmente à margem da inserção do autor no domínio escolar pressupõe, em última instância, uma visão olímpica dos estudos literários que a realidade não consente.

---

<sup>161</sup> A exceção é a tese de Maria Vitalina Leal de Matos (datada de 1976), inovadora pelo método e pelos resultados alcançados no plano da exegese textual. Foram necessários ainda mais anos para que surgisse a dissertação doutoral de Maria do Céu Fraga, apresentada na Universidade dos Açores em 1997 – *Os géneros maiores na poesia lírica de Camões*; e, logo a seguir, a tese de Hélio João Santos Alves (defendida em 1999), incidindo sobre a generalidade da produção épica quinhentista.

<sup>162</sup> Apesar de alguns contributos pontuais de inegável mérito, está ainda por elaborar, entre nós (e também no Brasil) uma história crítica dos estudos camonianos. Como é bom de ver, para além do seu valor próprio, esse trabalho revestir-se-ia ainda do maior interesse para a história dos estudos literários nos dois países, envolvendo a dinâmica que se estabelece entre protagonismos e tendências gerais.

Sobre o caso concreto de Eduardo Lourenço e da sua integração nos estudos camonísticos do século XX, veja-se o capítulo específico que integra este volume.

<sup>163</sup> A este mesmo assunto, dediquei já dois estudos que não fazem parte do presente volume: “Investigação e Didática da Lírica de Camões” (1998) e “*Os Lusíadas* e a pedagogia dos valores” (1999).

## 1. Camões, um autor à parte

Os programas dos Ensinos Básico e Secundário, sabemo-lo bem, sempre conferiram lugar de destaque a Camões. E, quando digo “lugar de destaque”, não pretendo afirmar apenas que lhe concediam mais espaço do que a outros autores. Quero, sobretudo, dizer que o tratavam de forma diferente: outros autores quincentistas eram considerados em função de um papel pré-fixado: Bernardim representava uma sensibilidade de transição entre a Idade Média e o Renascimento, Miranda era o “inovador” e Ferreira, o “clássico completo”.<sup>164</sup> Camões era estudado como se estivesse situado acima dessas coordenadas, no pressuposto geral de que a grandeza dos autores se afere justamente pela forma como excedem o seu contexto.

Enquanto a propósito de outros escritores, os alunos eram levados a reconstituir um enquadramento histórico-literário, a respeito de Camões pedia-se-lhes a atenção que se deve aos *escritores intemporais*. Mesmo quando predominava o método historicista, o *grande autor* era objeto de um outro tipo de aproximação: refiro-me, precisamente, à metodologia retórico-textualista e gramatical que, durante décadas, foi aplicada a *Os Lusíadas*, enquanto exemplo acabado do “texto maior”. Com poucas alterações, deve reconhecer-se que essa atitude subsiste ainda nos nossos dias. Ao contrário do que sucede com Gil Vicente, por exemplo, os vetores contextualizantes continuam a não deter primazia no ensino de Camões.<sup>165</sup> O pressuposto parece manter-se, embora de forma não assumida: evita-se “historicizar” ou “comparar” Camões porque se teme que daí possa resultar uma inconveniente diminuição da sua grandeza.

Ora, era exatamente isso que sucedia em relação às obras gregas e latinas: o que mais interessava era tomar o texto como artefacto genial,

---

<sup>164</sup> Sobre os problemas inerentes à presença de Bernardim e de Sá de Miranda no cânone literário escolar, já tive ocasião de me pronunciar em dois estudos anteriormente publicados (Bernardes, 2007 e 2011).

<sup>165</sup> Curiosamente, com Gil Vicente verifica-se um fenómeno inverso. Na medida em que se lhe incrustou o tópico do “retratista da sociedade de sua época”, os seus autos têm sido objeto, na escola, de leituras essencialmente documentalistas ou contextualizantes. Sobre a força dos lugares-comuns no ensino de Gil Vicente, escrevi também já com algum desenvolvimento (Bernardes, 2003).

fazendo ressaltar a sua excelência retórico-estilística. A esse propósito, para além de outras condicionantes, torna-se importante lembrar que, durante um longo período, os professores de Português eram também, em muitos casos, professores de Latim. Como pode ser provado por muitos depoimentos, isso significa que esses mesmos docentes ensinavam *Os Lusíadas* tendo, de algum modo, a *Eneida* na cabeça. Tal não significa que tomassem Camões como imitador de Virgílio; significava também que aplicavam ao ensino de Camões os métodos que eram correntes no ensino dos clássicos greco-latinos.

Durante décadas (entre 1860 e o final do século XX), os Programas de Português não sofreram mudanças significativas no que diz respeito a Camões como que toca aos conteúdos literários em geral. Os sinais importantes de mudança começam a surgir apenas em 1996 e consumam-se depois, em 2002. A história completa dessas alterações ainda está por fazer, em todos os seus pressupostos e objetivos. Seria desde logo pertinente colocar a seguinte questão: de que modo e sob que pressões ou miragens foram desvalorizados a literatura e todo o potencial de treino decifrativo e de enriquecimento histórico-cultural a que anda ligado o seu ensino?<sup>166</sup>

## 2. Camões “desfigurado”

Duas décadas atrás, pairou no ar a possibilidade de se eliminarem *Os Lusíadas* como texto de estudo obrigatório no 9º ano. A polémica estalou em pleno período estival, e o Ministro da Educação da época, Júlio Pedrosa, sentiu-se obrigado a vir prestar esclarecimentos públicos. Ao que tudo indica, o então titular da pasta chegou a obrigar os autores

---

<sup>166</sup> Uma aproximação notável aos primórdios do ensino da Literatura na Escola moderna foi já levada a cabo por Maria Luísa Branco (2011). Sobre a presença dos conteúdos literários nos programas escolares dos últimos anos, remeto para Amélia Correia (2008), autora de uma dissertação doutoral sobre a presença dos conteúdos literários na Escola contemporânea.

de um programa, que já estaria estabelecido, a alterarem a sua posição, mantendo a epopeia de Camões no 3º nível do Ensino Básico<sup>167</sup>.

Na altura, vieram a lume opiniões e argumentos de vários tipos.<sup>168</sup> Aguiar e Silva interpretou a reação que o facto suscitou como um sintoma de “crise” e “insegurança coletiva”. De acordo com aquela voz, especialmente autorizada e particularmente ouvida, não fora essa insegurança, e o país (ou boa parte dele) não teria reagido de modo tão acirrado por causa de um fenómeno que teria justificado apenas debate frio e análise lúcida.<sup>169</sup>

Em palavras de claro efeito compensatório, o mesmo camonista exprimiu a esperança de que o ensino da Lírica, previsto para o 10º ano, se robustecesse, entretanto, ganhando um lugar que, em seu juízo, deveria mesmo sobrelevar o da Épica<sup>170</sup>.

Depois de emitir um juízo reticente sobre a valia de *Os Lusíadas* (“episódios que são *andaimas* com muita *argamassa* à vista”),<sup>171</sup> Aguiar e Silva chega a esta profissão de fé: “No Programa do 10º ano, os alunos irão conhecer e estudar alguns aspetos da lírica camonianiana, para mim a parte mais sortilêga da obra do Poeta.”<sup>172</sup>

---

<sup>167</sup> Em declarações prestadas à Agência Lusa, em 14 de agosto de 2001, o titular da pasta reagia assim ao sobressalto causado pela polémica: “Nós vamos continuar a ter Camões estudado no Secundário, na sua obra lírica e épica, e estamos convencidos de que estamos a criar condições para os alunos poderem compreender melhor, em mais profundidade, durante a escola e a vida inteira *Os Lusíadas*.”

<sup>168</sup> Para uma boa análise dos pressupostos da questão, veja-se Rui Vieira de Castro (2001).

<sup>169</sup> Depois de colocar em dúvida o caráter genuíno da polémica, Aguiar e Silva (2010, p. 251) conclui desta forma a sua apreciação: “Penso, por conseguinte, que este ‘caso’ de *Os Lusíadas* só alcançou a ressonância que alcançou, porque existe no país uma crise difusa no plano político, uma óbvia crise financeira e uma grave crise de confiança quanto ao futuro de Portugal.”

<sup>170</sup> Idêntica opinião manifestou João Miguel Tavares, Comissário oficial das comemorações do 10 de junho de 2019: “O Camões que sempre me impressionou não foi o da epopeia, mas sim o da lírica, da qual constam alguns dos mais belos poemas de amor em língua portuguesa” (p. 51).

<sup>171</sup> Essa apreciação viria mais tarde a ser objeto de revisão pelo próprio. Veja-se, a este propósito, o muito elucidativo e invulgar depoimento “Retrato do camonista enquanto jovem...”, incluído no volume intitulado *A Lira Dourada e a Tuba Canora: novos ensaios camonianos*, reconstituindo o processo de uma gradual aproximação (também afetiva) à obra épica.

<sup>172</sup> SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e (2001). “O naufrágio e *Os Lusíadas* no ensino secundário”, p. 253-254.

A verdade, porém, é que, contrariando as promessas do Ministro e as expectativas genuínas de Aguiar e Silva, o ano de 2002 viria a revelar-se nefasto para a presença dos conteúdos literários nos Programas de Português, a qualquer nível. À semelhança do que sucedeu em outros países europeus (mas, entre nós, em grau bem mais elevado), a Literatura deixou de ser concebida como património fomentador de cultura e de sensibilidade, para ser tomada como um tipo de discurso idêntico a tantos outros e, por isso, obrigado a conviver com eles numa base sequencial e já não diferenciadora. Nessa medida, e com base na confusão (bem evitável) entre História Literária e Historicismo, a perspetiva diacrónica foi radicalmente elidida<sup>173</sup>.

Depois de polémica tão imprevista, *Os Lusíadas* mantiveram-se nos Programas quase como estavam (se excetuarmos a incompreensível supressão do episódio da Ilha dos Amores). Mas o estudo da Lírica, que Aguiar e Silva advogara com elevado espírito de militância, não tardaria a ser tristemente desfigurado: a poesia de Camões deixou de ser conteúdo autónomo dos Programas de Português. No 10.º ano, viria a ser integrada numa parte designada por “Autobiografia”, assumindo um carácter meramente ilustrativo.

A situação viria a ser alterada com a entrada em vigor dos programas dos ensinos Básico (2010) e Secundário (2014). *Os Lusíadas* continuam hoje a ser estudados no 9.º ano e voltam a ser objeto de estudo no ano seguinte, juntamente com alguns textos da Lírica (4 composições em medida velha e oito sonetos).

### 3. Alternativas e sugestões

No domínio do ensino da literatura, as boas soluções são aquelas que, sendo coerentes e fundamentadas, ajudam a cumprir as metas educacionais. Nesse sentido, é necessário ter em conta tanto aquelas que vigoraram no

---

<sup>173</sup> Sobre este mesmo assunto, escrevi já um ensaio intitulado *A Literatura no Ensino Secundário. Outros caminhos* (Bernardes, 2005).

passado recente como as que se encontram em vigor noutros países, a propósito de autores de estatuto homólogo.

A primeira sugestão que faço pode parecer “herética”: proponho, em concreto, a diminuição de conteúdos camonianos no 9.º ano. Não me parece sensato sujeitar alunos de 14-15 anos ao contacto tão prolongado com um texto que lhes é “estranho” e “incompreensível” sob tantos pontos de vista. Em média, são-lhe dedicados 25 tempos letivos, o que equivale a 5 semanas. Se tivermos em consideração que o 9.º ano conta ainda com o estudo obrigatório do *Auto da Barca do Inferno* ou da *Farsa de Inês Pereira* (texto a que costumam ser consagradas, pelo menos, 12 aulas), fica ainda mais claro o desajustamento pedagógico e o mal que pode provocar à causa da formação de leitores, uma acumulação tão grande de textos que, queiramos ou não, se revelam “hostis” a vários títulos.

Ao mesmo tempo que proponho que se reduza a duração do contacto com o texto, sugiro, contudo, que as aulas consagradas a esse estudo sejam objeto de um aproveitamento diferente daquele que vem sendo praticado: em vez do estudo minudente de cinco episódios, parece-me preferível uma introdução global a Camões, situado num contexto português e europeu, com recurso a aproximações interliterárias e interartísticas. Nem que seja a título meramente informativo, é a ocasião de os alunos saberem que há grandes nomes da cultura europeia que podem ser considerados “vizinhos de Camões”. Refiro-me a Petrarca, Garcilaso de la Vega, Ronsard, Sá de Miranda, Rafael, Miguel Ângelo, etc. A Escola deve, em algum momento, dar notícia da existência desses nomes e encarar as aulas dedicadas a Camões, no último ano do Ensino Básico, como o momento mais adequado para essa iniciação que é, antes de mais, um gesto de democracia cultural.

Dessa forma, haveria lugar para a explicação sumária da estrutura do poema e para ler dois episódios e dois ou três textos líricos<sup>174</sup>; mas o

---

<sup>174</sup> Opinião também expressa por Maria do Céu Fraga (2000, p. 1006), quando defende uma análise textual mais panorâmica e menos detalhada: “(...) à análise exaustiva, ‘em profundidade’ de uns poucos episódios, creio ser preferível a leitura e interpretação de

objetivo essencial seria a identificação situada de Luís de Camões na cultura portuguesa e europeia do século XVI. E não se diga que esse objetivo já se encontra implicitamente previsto. Na situação atual, olhando para os Programas e para os manuais adotados, não vejo grandes hipóteses de ele ter cumprimento adequado.

Um estudo mais demorado (mas nunca saturante) de *Os Lusíadas* e da Lírica deveria ser remetido para o 10.º ano; mas ainda e sempre tomando em conjunto a Lírica e a Épica, de modo a proporcionar aos alunos uma visão global do autor. Parece-me muito necessário que a própria noção de “autor” seja revalorizada no ensino da Literatura; não para substituir a ideia de “texto”, mas para conviver com ela, completando-a e humanizando-a.

A partir do contacto regular que venho mantendo com professores e também com alunos dos referidos níveis de ensino, convenço-me, cada vez mais, de que existe um claro desfasamento entre o saber técnico (quase esterilizado) que os professores transmitem nas aulas e aquilo que interessa e motiva os alunos: estes e o público em geral gostam de perceber Camões, enquanto caso humano.

Regressando ao *Dicionário de Luís de Camões*, não me importaria de apostar que um dos artigos que suscita mais curiosidade é precisamente “Biografia”, extensa e lúcida entrada (assinada por Maria Vitalina Leal de Matos)<sup>175</sup>. Nele se enuncia uma vasta mole de dados objetivos, sem deixar de equacionar, com a devida cautela, as muitas conjeturas que se impõem a esse propósito, separando devidamente os diferentes planos que importa considerar: a realidade, a conjetura plausível (que não deve ser desprezada) e a fantasia, que também faz o seu caminho. Apesar de todos os preconceitos antibiográficos que subsistem nos estudos literários (em Portugal justamente muito favorecidos pela eclosão – nos séculos XIX e XX – de fantasias descontroladas sobre autores de Quinhentos, com Camões e Gil Vicente à cabeça), um artigo histórico-biográfico revela-se indispensável no *Dicionário*; mas a sua importância não resulta apenas

---

episódios diversificados, sim, mas que dêem conta do andamento da ação e do seu significado lírico e épico”.

<sup>175</sup> Cf. p. 80-94.

do facto de ir direto à curiosidade cultural do leitor indiferenciado. O verbete em apreço fornece ainda boas pistas para reintroduzir o assunto na lecionação de Camões, nos níveis do Ensino Básico e do Secundário. Os psicólogos insistem num facto: a adolescência é a fase do encontro empático mais do que da análise fria e objetiva. E é também a fase da adesão a uma história integrada. Ora, tudo isso é possível quando se ensina Camões, sem quebra de rigor e de bom senso.

No mesmo sentido integrador, revela-se muito útil o artigo dedicado a “Camões e D. Sebastião”, assinado por Aguiar e Silva<sup>176</sup>. Nele se retoma o trabalho de muitos comentaristas, desde Faria e Sousa a António Sérgio, e nele se tira partido da excelente biografia dedicada ao monarca por Maria Augusta de Lima Cruz (2009), colocando num patamar novo a importância da figura para a compreensão da épica camoniana.

#### **4. Aprender e ensinar Camões**

Tenho perfeita consciência de que as alterações que proponho não são fáceis de levar a cabo. De entre todos os obstáculos que poderia inventariar, destaco aquele que me parece central: o da formação de professores. Já me referi à situação que prevalece na formação inicial e na formação contínua. A avaliar pelos programas que se encontram disponíveis em linha, concludo que, na maior parte das Faculdades de Letras, a situação se encontra longe de poder considerar-se desejável. Na melhor das hipóteses, existe um módulo camoniano encaixado numa cadeira semestral. E como os alunos já não trazem do Secundário a familiaridade que antes possuíam com Camões e com a história da literatura, em geral, esse módulo é o que pode ser: uma introdução simples aos problemas de ecdótica, de integração histórico-cultural, complementada com alguns exercícios de leitura interpretativa centrados em textos pouco extensos. Raramente se chega aos textos nucleares da Lírica, como as Oitavas ao Desconcerto do Mundo, a “Canção X”, a “Égloga dos Faunos” ou as redondilhas de

---

<sup>176</sup> Cf. p. 128-134.

“Sôbolos rios que vão”. Ora, só o estudo aprofundado de textos como estes proporciona conhecimento e motivação para se explicar um soneto, de forma produtiva. Deste modo, quando se analisa o dito soneto em sala de aula, o procedimento reduz-se quase sempre à identificação dos temas e à descrição formal. Raramente os alunos ficam com a ideia de que o texto em apreço se integra numa sensibilidade estética alargada. É óbvio que não têm que conhecer esse mundo em pormenor; mas ganhariam em saber que o soneto que calha analisar numa determinada aula dialoga com outros textos e é imputável a uma sensibilidade que importaria conhecer em outras dimensões. Até porque, embora estando condicionada por uma época que não é a nossa, essa sensibilidade surge igualmente tocada por questões que ainda hoje nos dizem respeito, enquanto seres de pensamento e de afetividade.

Regressando aos programas que podemos ver nas plataformas, não surpreende que a Bibliografia recomendada aos estudantes universitários se concentre, algumas vezes, pelas histórias e enciclopédias de literatura. Quando muito, vai-se até Hernâni Cidade que, no final dos anos 30 do século passado, começou a publicar duas *sebentas* que ainda prestam bons serviços, pela arrumação que deram ao saber camoniano que na altura corria; António José Saraiva (em particular, o capítulo dialético que dedicou a Camões na *História da Cultura em Portugal*, em 1950), também publicado no *Jornal do Foro*, em 1958); a síntese publicada por Maria Vitalina Leal de Matos, em 1978; o volume intitulado *Camões*, publicado por George Le Gentil, em francês, posteriormente traduzido por José da Silva Terra e publicado em 1967; ou o extenso verbete elaborado por Aníbal Pinto de Castro para a Enciclopédia *Biblos* e depois transformado em opúsculo.

É essa a formação proporcionada aos futuros professores de Português que vão ensinar Camões. Como patamar de iniciação poderia considerar-se suficiente. Mas seria necessário que o professor se compenetrasse da necessidade de prosseguir a sua formação nesse domínio específico. Tanto mais que o ensino do autor pressupõe um suplemento de empatia que só se cumpre com um estudo prolongado da bibliografia ativa e passiva. Como enfrentar esse problema? Dir-se-ia que se torna necessário reconver-

ter a formação inicial, tornando-a mais exigente; mas sabemos, por outro lado, que não é fácil falar em exigência quando os cursos universitários que têm Literatura no nome lutam desesperadamente para sobreviver.

Mais do que na formação inicial, a resposta para o problema pode estar, de facto, numa formação contínua mais orgânica e programada. Os professores necessitam de frequentar regularmente ações de formação sobre conteúdos literários, em geral e sobre Camões, ou não fosse ele o autor que lecionam de forma mais prolongada. A ideia de que os alunos sabem hoje muito pouco e não têm condições para saber mais é, por vezes, invocada para justificar a falta de investimento em reciclagens desse tipo. Em meu juízo, o argumento apresenta-se invertido. É justamente porque os alunos sabem (infelizmente) tão pouco que se torna necessário contagiá-los com um acréscimo de entusiasmo. No que respeita a Camões, está mais do que provado que só o reforço do saber e da curiosidade garante essa atitude de contágio. Mesmo não estando em condições de verificar objetivamente até que ponto um professor que ensina Camões está ou não inteirado das matérias, os alunos intuem facilmente o grau da sua segurança e da sua empatia. Ora, com o autor de *Os Lusíadas*, de modo especial, essa componente revela-se decisiva em termos de eficácia pedagógica.

Não sei, ao certo, quantas ações de formação de temática camonianiana são anualmente destinadas a professores do Ensino Básico e Secundário. A pesquisa que fiz não me deu conta de nenhuma; mesmo admitindo que haja algumas que tenham escapado aos motores de busca que acionei, seria de esperar, em função da relevância que os conteúdos mantêm nos programas, que houvesse um processo de formação regular e articulado sobre Camões. Do mesmo modo que seria desejável que nessas ações se desse conta da dinâmica dos estudos camonianos, avaliando a sua aplicação didática.

Será desejável, por fim, que os professores tenham ao seu alcance bibliografia atualizada, fiável e acessível. O *Dicionário de Luís de Camões* é o exemplo de um livro que deveria ser adquirido por todas as bibliotecas escolares. Passados dez anos da publicação da obra, fiz um pequeno inquérito por escolas da Zona Centro e concluí que, infelizmente, está

longe de ser assim. Não há verbas para a compra, desde logo; as mais das vezes, porém, dir-se-ia que não existe interesse em desarrumar um certo “saber” cristalizado, tido por mais do que suficiente para dar cumprimento aos Programas. Infelizmente, levados pelas más condições em que trabalham, alguns professores têm apenas a preocupação de “ocupar o tempo” destinado ao ensino de Camões. E, para isso, os manuais ou as pequenas sebatas metodológicas que preenchem o mercado, tantas vezes inçadas de erros ou de simplificações caricatas, podem parecer suficientes.<sup>177</sup>

Deixo uma última sugestão, agora orientada para os camonistas: é necessário inscrever as questões do ensino de Camões na agenda da investigação camoniana. São ainda muitas as tarefas que se colocam a este subdomínio da Literatura Portuguesa: desde a edição fiável de textos (acompanhados de comentários que facilitem a leitura) até à exegese integrativa do sentido. Desse modo, é tentador concentrar todas as nossas energias nessas mesmas tarefas, de modo a fazer progredir o campo dos estudos camonianos. Mas a questão do ensino do Poeta não pode ser esquecida ou deixada nas mãos de quem com ele não tem familiaridade suficiente.

Sabemos que esse tipo de preocupação ocorre com os grandes autores do cânone europeu: Dante, em Itália, Cervantes, em Espanha, ou Shakespeare, em Inglaterra. Qualquer um desses autores mantém lugar indisputado no cânone escolar dos respetivos países. Mas a situação é completamente diversa quando falamos do cuidado que se coloca na formação dos professores: ao contrário do que sucede entre nós, existem nesses países condições e estímulos suficientes para que os professores frequentem ações de formação (condições económicas, desde logo; mas também estímulos à progressão na carreira, indexadas à pertinência dos

---

<sup>177</sup> Contrariamente ao que ocorre no *Dicionário de Luís de Camões*, essas sebatas encontram-se nas bibliotecas escolares, prometendo “leituras rápidas e fáceis”. Nem sempre acontece o mesmo com o volume introdutório, igualmente destinado a docentes e alunos (o mais fundamentado sobre a epopeia de Camões), intitulado *Tópicos para o ensino de Os Lusíadas*, de autoria de Maria Vitalina Leal de Matos (2004).

conteúdos dessas mesmas ações). Existe uma bibliografia abundante e de qualidade (falo mesmo da qualidade gráfica, aspecto ao qual, neste contexto, atribuo grande importância). Em alguns casos, há incentivos e prémios à investigação aplicada ao ensino. E, sobretudo, por parte do Ministério e dos professores, tem-se a noção do valor patrimonial destes mesmos autores. Nesses países, diferentemente de Portugal, verifica-se especial cuidado com a questão do doseamento pedagógico (o primeiro contacto com os escritores chega a fazer-se no primeiro nível do Ensino Básico), no ajustamento de métodos e na articulação entre aquilo que a investigação vai produzindo e a maneira como os conteúdos são transmitidos nos diferentes níveis de ensino.

## **5. Reservas de ontem e de hoje**

Uma das ideias que corre mais facilmente sobre a presença de Camões no cânone escolar é que a presença do “grande autor” foi sempre consensual, pelo menos até uma determinada altura. E não é assim. Nesta como noutras matérias pedagógicas, a impressão subjetiva pode transformar-se num enganoso lugar-comum. Como bem lembra Maria do Céu Fraga (2000), a extinção da obrigatoriedade de ler Camões na escola elementar causou viva polémica nos finais do século XIX, logo após as grandiosas comemorações cívicas do terceiro centenário da morte do Poeta. E mesmo limitada a anos mais adiantados, a presença dos conteúdos camonianos nos Programas continuou a ser objeto de reservas. Para eventual surpresa de alguns, é útil lembrar que não são poucos aqueles que manifestaram desacordo quanto a uma presença tão intensa de Camões nos programas do 9.º ano ou do antigo Curso Geral dos Liceus.

Para provar isso mesmo, cito muito brevemente a opinião de um profissional do Ensino Secundário:

Êsse livro memorável, que é anualmente louvado em todos os estabelecimentos de ensino liceal, encerra um cabedal de factos e ideias, interessantes para o estudo da contextura histórica de certa época, mas, até certo ponto, indiferen-

tes ao espírito moderno (...). As actuais pugnas da vida tem uma feição mais calculada, e reclamam um tacto e ponderação que se não coadunam com o feitio audacioso e intempestivo dos heróis e dos homens de Camões. As insídias de Baco, os atractivos de Venus e os discursos do Gama ou Nun'Alvares, têm encanto e interesse literário, porém, pouco aproveitam à vida prática e materialista de todos os dias (...). Mas não é tudo, ainda. A língua, a estética, a métrica, a lógica psicológica e filosófica de *Os Lusíadas* não só nos afastam grandemente das realidades presentes, como também, por seu ar antiquado, podem ser uma escola de retrocesso mental.

Uma língua artificial, uma métrica sem variedade e uma poderosa torrente de erudição não podem deixar de transfundir na alma do jovem estudante uma boa porção de aborrecimento. É então incontestável que ao fazermos ler *Os Lusíadas* à mocidade dos liceus, sujeitámo-la, ao mesmo tempo, ao martírio inglório de uns tantos momentos de tédio e enfado, o que é manifestamente antipedagógico.<sup>178</sup>

E o professor não fica por aqui, estendendo a discordância quanto a muitos outros textos limítrofes:

O que se diz para o poema camoniano deve sustentar-se, com poucas excepções para os outros clássicos. Na organização das seletas escolares, poderão, sem dúvida, figurar extractos de autores dos séculos XVI, XVII e XVIII, mas essa representação deve fazer-se em proporções muito menores do que as usuais e vigentes nas antologias adoptadas no liceu.<sup>179</sup>

Se não fosse a menção de palavras datadas como “antologias”, “estabelecimentos de ensino liceal” ou “mocidade”, aposto que alguns teriam identificado nessas posições algum inimigo da Literatura (ou, pelo menos, da Literatura dita “clássica”) nosso contemporâneo, zelador das

---

<sup>178</sup> RAMOS, A. F. (1933). “O estudo de *Os Lusíadas* nas Escolas de Instrução Secundária”. *Ensaio de Crítica Literária*, p. 57-58.

<sup>179</sup> *Ibid.*, p. 59

conveniências pedagógicas e adepto da ideia de que a Escola deve responder, em cada momento, aos interesses da sociedade. Mas não: como indiciam as palavras que destaquei (hoje banidas do léxico escolar), o texto não é de hoje. Pode parecer surpreendente que as palavras tenham sido publicadas em 1933, na Imprensa da Universidade de Coimbra, numa coletânea intitulada *Ensaios de Crítica Literária* (Primeira Série) assinada por Feliciano Ramos, identificado na capa (como era uso na altura) com as seguintes credenciais: “Licenciado em Filologia Românica e Diplomado com o Curso de Habilitação ao Magistério Secundário”.

Há quem pense assim nos nossos dias: juntamente com outros textos clássicos, *Os Lusíadas* não só são inúteis para a vida prática (a vida teórica não conta) como podem contribuir para um verdadeiro “retrocesso mental”.

Excetuando a radicalidade de algumas posições, não vale a pena ignorar que a questão nunca foi objeto de um debate lúcido, subsistindo em estado que poderia classificar-se como “latente”. Regressou em 2001 e muito provavelmente vai retornar, talvez com mais intensidade, por ocasião das celebrações dos 500 anos do nascimento de Camões. Quando isso suceder, o mais provável é que tudo se decida em função do clima cívico e político que então se fizer sentir.

Estudar Camões em Portugal (e nos países de Língua Portuguesa, em geral) deve ser, em cada momento, motivo de ponderação serena. Salvo melhor opinião, que nunca vi expressa, para além de todos os preconceitos, a obra e a figura de Camões integram o património dos povos que falam essa mesma língua. Mas isso está longe de significar que tenham de ser ensinados sempre de acordo com os mesmos métodos, seguindo os mesmos pressupostos e visando alcançar os mesmos objetivos. Considerando separadamente ou em conjunto essas três componentes, tenho para mim que o Ensino de Camões se encontra hoje longe de corresponder às necessidades da comunidade cívica, cultural e idiomática que ainda somos. E que, por isso, carece de uma cuidada revisão. O verbete esperado para o Dicionário pode apontar caminhos para esse exame cuidadoso...

## **6. O episódio de Inês de Castro no 9.º ano de escolaridade**

No termo de algumas considerações gerais sobre a necessidade de ajustar o ensino de Camões à realidade escolar dos nossos dias, proponho seguidamente algumas notas respeitantes ao episódio de Inês de Castro. Não me ocuparei dos meios de transmissão pedagógica. Embora reconhecendo a sua enorme importância, vejo que se trata de um aspeto sobre o qual existe bastante reflexão e experiência, às quais pouco poderia acrescentar. Ocupar-me-ei estritamente dos conteúdos que são transmitidos em sala de aula e daqueles que podem ser retidos e aproveitados pelos alunos. É essa a vertente que me parece atualmente mais descurada e para a qual posso aduzir algum contributo.

Após o levantamento de algumas práticas padronizadas, obtidas por inquérito informal, tentarei associar as duas dimensões que venho advogando: um saber camonístico mais sólido e um propósito integrador, que leve os alunos a confirmar o princípio de que a epopeia de Camões constitui um *livro*, no sentido orgânico da palavra, e não apenas um somatório de excertos, sem conexão entre si.

Deseja-se ainda, e sobretudo, que o tratamento pedagógico do episódio possa transmitir conhecimento, tocar a sensibilidade e mobilizar espírito crítico do adolescente.

A escolha do presente episódio tem ainda em conta a reação de acolhimento que costuma suscitar nos alunos. O método e as intenções que inspiram esta proposta podem, no entanto, ser facilmente transpostos para qualquer um dos outros episódios que fazem parte do programa.

### **1. Objetivos**

#### **1.1. Objetivo geral**

Compreender o episódio de forma global, reconhecendo que, mesmo quando se ocupa do caso de Inês de Castro (matéria aparentemente tão pouco relacionável com a viagem à Índia), Camões se mantém fiel aos

propósitos gerais que tinha explicitado no início da sua obra e que conserva até o último verso.

Talvez nenhum outro excerto do poema possa induzir o aluno no erro de pensar que Camões não se ocupou suficientemente da articulação entre os diferentes episódios que suportam a ação. Torna-se, por isso, muito necessário sublinhar que o escritor se mantém fiel aos propósitos gerais que tinha explicitado no início da sua obra e que conserva até ao último verso.

### **1.2. Objetivos específicos**

Como objetivos específicos, identifico a utilidade de comprovar a ligação das estâncias em apreço a outros episódios do poema (por um lado) e ao ideário geral do poeta (por outro lado), tal como este se revela na epopeia e em alguns textos líricos que podem ser convocados a título ilustrativo.

Como objetivo complementar, proponho chamar a atenção para o impacto do episódio no imaginário português.

## **2. Tópicos mais explorados**

O inquérito sumário a que procedi junto de colegas que lecionam *Os Lusíadas* de forma continuada, confirma que os tópicos mais trabalhados a propósito do presente episódio são os seguintes:

- o tema do amor contrariado: os motivos políticos, que Camões faz equivaler ao murmurar do povo, à inclinação dos conselheiros e ao consentimento do “rei sesudo”;
- a ligação entre Inês e a Natureza, visível desde o primeiro verso até ao lamento lutuoso dos montes e das águas, que se segue à morte;

- a conjugação entre Amor e Destino: visível nas considerações preambulares sobre as exigências do primeiro que reclama sacrifícios de sangue;
- a súplica de Inês, inocente e desamparada, com ênfase na fragilidade da mulher, na sua condição de mãe e na natureza dos argumentos que enumera, que vão desde a proclamação da inocência até ao pedido de que a pena de morte seja transformada em exílio para lugares inabitados;
- hesitações de D. Afonso IV, que surge como homem e pai sensível e condoído, mas influenciável pelos “ministros”;
- Inês morta e rainha, com exploração do tópico da sobrevivência da mulher assassinada aquela “que depois de ser morta foi rainha”), na pena de Camões, que a resgata da injustiça e do esquecimento;
- a vingança de Pedro: a guerra civil que se segue à execução de Inês, tida por desconcerto inevitável e resultado de uma morte injusta.

Embora considerando que todos os tópicos se revelam fundamentados e pertinentes, sugiro que eles sejam complementados com os seguintes

#### **Fatores de integração:**

- a narração do Gama e a voz do autor: o episódio surge formalmente na boca de Vasco da Gama, que conta a História de Portugal ao régulo de Melinde. Torna-se importante sublinhar que essa narrativa se caracteriza pela presença de momentos especialmente fortes e que o episódio em apreço cabe nessa categoria.
- a integração do episódio na narração identitária do Gama resulta de um propósito por parte do autor: o de mostrar que nele se revela uma tensão entre uma conveniência e um direito. Num outro plano, é ainda relevante sublinhar que a voz autoral se sobrepõe à voz “emprestada” do capitão das naus. Na verdade, é o próprio Camões quem narra, quem descreve e, sobretudo, quem condena os acontecimentos.
- o episódio e o sentido global do poema: precedentes, ecos e contrapontos

O episódio de Inês faz parte do reinado de D. Afonso IV e é nesse contexto que ganha o seu sentido principal. Segue-se à batalha do Salado que, por sua vez, se segue à súplica atendida de uma outra mulher indefesa (a “fermosíssima Maria”).

Deparamos assim com um Rei que age contraditoriamente: atende aos pedidos de uma mulher (que o leva a fazer a guerra) e acaba por não aceder aos pedidos de uma outra, que apenas solicita misericórdia.

O contraste entre uma e outra atitude faz de Afonso IV mais um herói imperfeito, a par de outros que surgem no poema (Afonso Henriques, Nuno Álvares Pereira e o próprio Vasco da Gama).

## **Conclusão**

Globalmente lida como Lição de um poeta para um rei, a epopeia camoniana acolhe uma história negativa e assume-a como exemplo do que não deve ser repetido. A ideia de que, mesmo perante as maiores dificuldades, um rei tem que saber perdoar sobressai como mensagem impressiva e forte. Enquanto cavaleiro supremo, o monarca não pode consentir que as *conveniências* ou as razões de Estado se sobreponham aos deveres de proteção que os cavaleiros devem aos fracos.

Tratando-se de matéria que foi abordada por historiadores (não de forma consonante), importa aflorar alguns aspetos essenciais. De facto, a Inês da História pode não coincidir com a “mísera” e “mesquinha” que, n’*Os Lusíadas*, proclama a sua inocência.

Nesse sentido, o episódio permite-nos ainda concluir que a História (pela qual o poeta manifesta preferência na Dedicatória do poema) lhe serve não como limite rígido, mas como base de seleção e de interpretação.

Os factos históricos são bem mais complexos do que Camões deixa entrever. O poeta simplifica-os porque deles pretende apenas retirar um ensinamento, no quadro moral que atravessa o poema. O próprio facto de a memória do episódio resultar mais da reelaboração camoniana do que das fontes documentais (cronísticas e outras) certifica, de algum modo,

o poder (porventura inesperado) da literatura, tal como ele se repercute na sensibilidade das pessoas.

Por fim, torna-se útil referir que, apesar de, ao longo do tempo, o episódio ter inspirado leituras de simpatia (em Portugal e no estrangeiro), é possível identificar e surpreender variações interessantes.

Uma das formas de comprovar essas variáveis consiste nas ilustrações que o próprio episódio foi suscitando em diferentes edições da epopeia, quer portuguesas quer estrangeiras. Recomenda-se nomeadamente o exame comparativo da fisionomia de Inês, tal como os ilustradores a foram interpretando.

### **3. Exercícios críticos**

São vários os exercícios críticos que podem ser propostos aos alunos a partir da leitura deste episódio e que podem traduzir-se em expressão oral ou escrita:

Referem-se, a título de exemplo, os seguintes:

1. Como se explica a ligação de Inês à Natureza? Como se materializa do ponto de vista estilístico-formal? O que representa a Natureza no episódio em apreço e como evoluiu a sua importância nas sociedades atuais?
2. Como avaliar o interesse coletivo na vida das comunidades? Como proceder quando esse mesmo interesse entra em conflito com as aspirações individuais?
3. Como avaliar a lição que o poeta pretende transmitir ao jovem rei a partir deste caso “triste e dino da memória”?
4. Como explicar a sobrevivência do episódio na memória coletiva?
5. Como articular o sentido do episódio com outros que têm o Amor como tema principal (ver, em especial, os episódios do Adamastor e da Ilha dos Amores)?

## Referências Bibliográficas

- ALVES, Hélio João Santos (2001), *Camões, Corte-Real e o sistema da epopeia quincentista*, Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos/Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- BERNARDES, José Augusto Cardoso (1998), “Investigação e Didática da Lírica de Camões”, in *Actas da V Reunião Internacional de Didática da Língua e da Literatura*, Coimbra: Livraria Almedina, p. 745-762.
- (1999), “Os Lusíadas e a pedagogia dos valores”, in *I Jornadas Científico-Pedagógicas de Português*, Coimbra: Livraria Almedina, p. 123-145.
- (2003), “Ensinar Gil Vicente (ainda) hoje”, in José Augusto Cardoso Bernardes, *Revisões de Gil Vicente*, Coimbra/Braga: Angelus Novus, p. 167-196.
- (2004), “A construção da história da literatura e a dinâmica do cânone escolar”, in *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, 1: 131-148.
- (2005), *A Literatura no Ensino Secundário. Outros caminhos*, Porto: Areal.
- (2011), “Sá de Miranda e o Cânone Literário Escolar: o caso de Bernardim Ribeiro”, in José Cândido Martins e Sérgio Guimarães de Sousa (coords.), *Sá de Miranda, Estética e Ética*, Guimarães: Opera Omnia, p. 17- 43.
- BRANCO, Maria Luísa (2011), *O Ensino do Português. Como tudo começou*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CASTRO, Rui Vieira de (2001), “A Questão de *Os Lusíadas*. Acerca das condições de existência da literatura no Ensino Secundário”, in *Diacrítica* 16: p. 75-103.
- CORREIA, Maria Amélia (2010), *Repensar a Literatura na Escola do século XX*, Tese de doutoramento em Literatura Portuguesa (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CRUZ, Maria Augusta de Lima (2009), *D. Sebastião*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- FRAGA, Maria do Céu (2000), “Para uma didáctica renovada de *Os Lusíadas*”, in *Didáctica da Língua e da Literatura*, Coimbra: Livraria Almedina, vol. II, p. 999-1006.
- (2003), *Os Géneros Maiores na Poesia Lírica de Camões*, Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.
- (2010) “E tudo o mais renova... a função das antologias literárias”, in Maria João Marçalo *et al.* (eds.), *Língua Portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar*

- culturas*, Évora: Universidade de Évora, p. 1-16. (Disponível em <<http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slt54/04.pdf>>).
- LOURENÇO, António Apolinário (2011), *Guia de Leitura. Ler Mensagem, de Fernando Pessoa*, Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa/Livraria Almedina.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de (1978), *Introdução à Poesia de Luís de Camões*, Lisboa: ICALP. [Série Biblioteca Breve].
- (1981), *O Canto na Poesia Lírica e Épica de Camões*, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais. [Dissertação defendida na Universidade de Lisboa, em 1976].
- (2004), *Tópicos para a Leitura de Os Lusíadas*, Lisboa: Editorial Verbo.
- RAMOS, António Feliciano (1933), “O estudo de *Os Lusíadas* nas Escolas de Instrução Secundária”, *Ensaios de Crítica Literária*, vol. I, Primeira Série, Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 55-79.
- SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e (2001), “O naufrágio e *Os Lusíadas* no ensino secundário”, *Jornal Público*, de 01.09.2001. [Republicado em *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*, Coimbra: Livraria Almedina, 2010, p. 249-254].
- (2006), “Retrato do camonista enquanto jovem (com alguns pingos de melancolia)”, *Luís Vaz de Camões Revisitado. Portuguese Studies 7*: 369-378, University of California Santa Barbara. [Republicado em *A Lira Dourada e a Tuba Canora: novos ensaios camonianos*, Lisboa: Cotovia, 2008, p. 13-22].
- (2011), *Dicionário de Luís de Camões*. Lisboa: Editorial Caminho.
- TAVARES, João Miguel (2019), *Dêem-nos alguma coisa em que acreditar. O discurso do 10 de junho e outros textos*, Lisboa: Edições Cinco Um Zero.

## ANEXO B – Imagens de Inês de Castro<sup>180</sup>

Desde o século XVII até aos nossos dias (mas com particular incidência desde o século XIX), a visualidade da epopeia camoniana inspirou versões ilustradas com personagens e situações diversas.

Assim aconteceu, de forma particular, no caso de Inês de Castro. Para além de, em alguns casos, valerem por si mesmas, essas ilustrações remetem para a época em que foram produzidas e indicam leituras diferentes da figura (patentes, desde logo, na fisionomia).

O retrato de Inês, a súplica ao Rei, a execução e a memória da morte inscrita na natureza podem servir de aprofundamento e extensão ao trabalho didático, tal como temos vindo a propô-lo.

A análise e a interpretação de imagens é sempre um excelente exercício pedagógico. Neste caso concreto, pode levar o aluno ao confronto entre a imaginação de outros e a sua própria imaginação. Como foi vista e recriada a história narrada por Camões, ao longo dos tempos, e como a vemos hoje? Como podemos distinguir as marcas que derivam da sensibilidade epocal daquelas que resultam da leitura de cada um? Por que sobrevive ainda o “caso triste e dino da memória”?

---

<sup>180</sup> As imagens que se reproduzem são extraídas de alguns dos muitos exemplares d’*Os Lusíadas* que se guardam na extensa e preciosa camoniana da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

## 1. Retratos De Inês

### 1.1



INÊZ DE CASTRO

**Coelho, José Maria Baptista, 1812-1891**

[Retrato de] Inez de Castro. Fonseca del.; Coelho gr. In Camões, Luís de – **Ignez de Castro** : episodio extrahido do canto terceiro do poema epico Os Lusíadas de Luiz de Camões. Edição em portuguez, hespanhol, italiano, francez, inglez e alemão. Lisboa : Imprensa Nacional, 1862, p. 13.



D. IGNEZ DE CASTRO

**Pedroso, João, 1823-1890**

D. Ignês de Castro. [Assin. por] JP. In Camões, Luís de – **The Lusiad**. Translated into english spenserian verse by Robert Ffrench Duff. Lisbon: Matthew Lewtas ; London : Chatto & Windus, 1880, p. 124-125.



**Gouveia Portuense, pseud.**

[Retrato de Inês de Castro]. In Camões, Luís de – **Os Lusíadas** : 1572-1972. [Prefaciador Manuel Lopes de Almeida]; [ilustrador Gouvêa Portuense]. Edição comemorativa do Quarto centenário da publicação de “Os Lusíadas”. Porto : Lello & Irmão, 1973, p. 131.

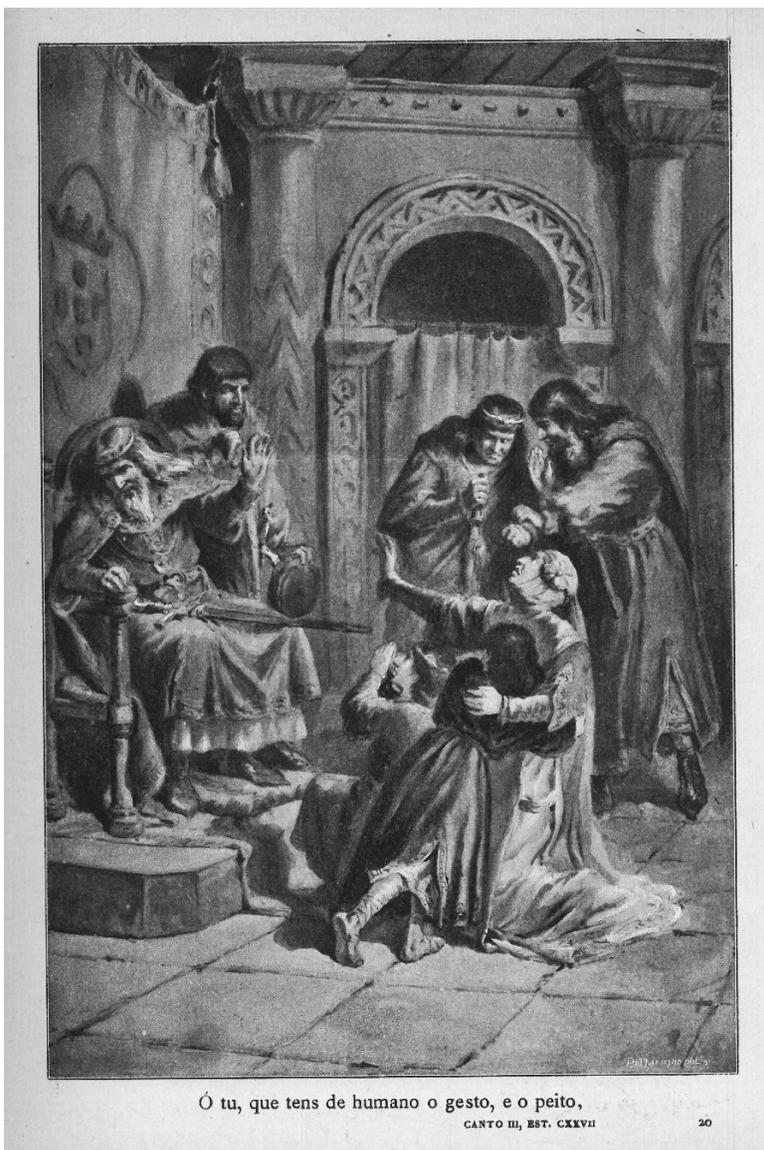
Os dois retratos do século XIX distinguem-se sobretudo pela sua diferença interpretativa. O primeiro, da autoria de José Maria Baptista Coelho (1862), está próximo da mulher romântica. A pureza e a inocência encontram-se patentes nos olhos grandes e no vestuário leve que cobre parcialmente o pescoço e o cabelo. Trata-se, portanto, de uma Inês bem camoniana, sugestivamente enlevada em pensamentos e sonhos de amor.

O segundo retrato, da autoria de João Pedroso (1880), procura respeitar os padrões da época, embora o vestuário pareça mais contemporâneo de Camões do que do tempo em que Inês viveu. A esse propósito, sobressai o gorjal, peça que recobre o pescoço e termina em folhos, indiciando nobreza e recato.

O que prevalece nesse segundo retrato é o rosto definido e o olhar determinado. Ao contrário do que sucede no primeiro caso, trata-se agora de uma representação pouco condizente com a imagem da “mísera e mesquinha” que surge n’ *Os Lusíadas*. O efeito que daqui resulta está mais de acordo com alguma tradição popular (presente no Romanceiro, por exemplo) que dá Inês como mulher dominadora, agente ou cúmplice de um projeto de poder.

O último retrato, da autoria de Gouveia Portuense (1973), representa Inês na sua dupla qualidade de mulher e de rainha. Não lhe faltam a coroa e o escudo português. O seu pescoço alongado, característica sempre notada, conduz a um rosto belo, mas triste. A boca, destacada pela cor, parece propositadamente pequena, evocando o silêncio forçado. Surge sem manto, apenas com vestido e colo descoberto. O azul e o verde envolvem a pele branca. Mas o fundo, em diferentes tonalidades de roxo, sugere a ambiência de morte.

## 2. Inês Suplicando a D. Afonso IV



**Marinho, Pires, fl. 1898-1916**

[Súplica de Inês de Castro ao Rei]. P. Marinho phtº gr. In Camões, Luís de – **Os Lusíadas**. Grande edição ilustrada, revista e prefaciada pelo Dr. Sousa Viterbo. Lisboa : Empresa da História de Portugal, 1900. Canto 3, estr. 127, p. 153.

Nesta figuração, artisticamente ingénuo, nota-se a diferença entre a hesitação do Rei (“Queria perdoar-lhe o Rei benino/Movido das palavras que o magoam”) e a inflexibilidade dos conselheiros (“Mas o pertinaz povo e seu destino/ (Que desta sorte o quis) lhe não perdoam”).

Encontram-se representados dois dos filhos de Inês: um deles dirige-se diretamente ao rei e avô, repetindo o gesto da mãe. Esta, por sua vez, procura deter o destino com a mão direita enquanto a esquerda protege a outra criança (“E depois nos mininos atentando,/ Que tão queridos tinha e tão mimosos”).

Noutras figurações surgem três ou mesmo quatro crianças, uma delas no berço.

### 3. Execução de Inês

#### 3.1



**Scotin, Jean-Baptiste, 1678-17--?**

[Morte de Inês de Castro]. [Bonnart del.]; [J. B. Scotin sculp]. In Camões, Luís de – **La Lusíade du Camoens** : poeme heroique, sur la decouverte des Indes Orientales. Traduit du Portugais par M. Duperron de Castera. A Amsterdam : chez Jean-Frederic Bernard, 1736. Vol. 1, canto 3, p. 176-177.



**Freitas, Lima de, 1927-1998**

[Morte de Inês de Castro]. In Camões, Luís de – **Os Lusíadas**. Prefácio e notas de Hernâni Cidade; vinhetas e ilustrações de Lima de Freitas. Lisboa : Artis, 1956. Canto 3, estr. 130, p. 126-127.

Os dois retratos da execução distinguem-se pela intenção artística. No primeiro deles, da autoria de Jean-Baptiste Scotin (1736), Inês é como que surpreendida no seu espaço, rodeada pelos “montes e ervinhas” e pela água, símbolo de pureza. As ninfas do Mondego servem de testemunhas chorosas. Uma delas tapa os próprios olhos para não presenciar o crime (“Bem puderas, ó Sol, da vista destes/Teus raios apartar aquele dia”).

Na segunda figuração, de Lima de Freitas (1956), o rosto assustado de Inês e a sua mão levantada, mas impotente, contrastam com a atitude dos algozes. Um deles apresenta-se revestido do arnês de cavaleiro e aproxima a espada do peito de Inês, enquanto o outro mantém o olhar assertivo e concordante. A ideia central respeita a tónica camoniana de que Inês foi morta por cavaleiros, os mesmos que tinham estado na batalha do Salado (“Contra ãa dama, ó peitos carneiros/Feros vos amostrais – e cavaleiros?”)

## 4. Inês Morta

### 4.1



Homenaje tributado por la nobleza portuguesa al cadáver de  
D.<sup>a</sup> Inês de Castro.

(Canto III.)

### Planas, Eusebi, 1833-1897

Homenaje tributado por la nobleza portuguesa al cadáver de D.<sup>a</sup> Inês de Castro. [Assin. por] Gomez; Planas. In Camões, Luís de – **Los Lusíadas**. Segun la última edicion correcta. Publicada por el Dr. Caetano Lopes de Moura; traduzido de D. Manuel Aranda y Sanjuan. Barcelona: Empresa Editorial La ilustracion, 1874. Canto 3, p. 84-85.



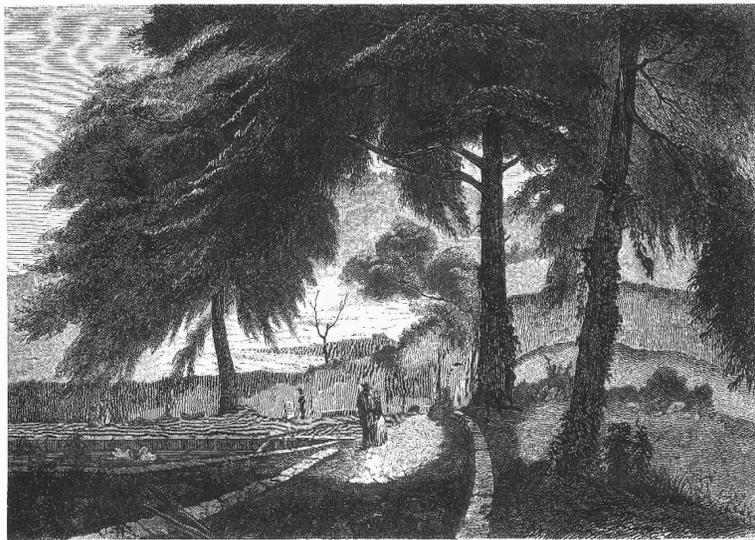
**Gouveia Portuense, pseud.**

[Estátua sepulcral de Inês de Castro]. In Camões, Luís de – **Os Lusíadas** : 1572-1972. [Prefaciador Manuel Lopes de Almeida]; [ilustrador Gouvêa Portuense]. Edição comemorativa do Quarto centenário da publicação de “Os Lusíadas”. Porto: Lello & Irmão, 1973. p. 133.

A identificação de Inês como ser aquela “que depois de ser morta foi rainha” pode ser interpretada de diferentes formas. Na primeira gravura, de Eusebi Planas (1874), prevalece a interpretação literal, representando Inês coroada e sentada no trono, enquanto recebe o preito dos cortesãos. D. Pedro surge em atitude impositiva, restituindo dignidade pública à amante que tinha sido sacrificada.

O triunfo sobre a morte ocorre também na outra gravura, de Gouveia Portuense (1973). Desta vez, porém, Inês surge tumulada e vista de cima, como se estivesse erecta e viva, acolitada por anjos. Apresenta-se com os atributos reais: a coroa, o manto e os escudos.

## 5. Memória de Inês



Quinta das Lagrimas e Fonte dos Amores

### **Pedroso, João, 1823-1890**

Quinta das Lagrimas e Fonte dos Amores. Nogueira da Silva des.; Pedrozo grav. In Camões, Luís de – **Ignez de Castro** : episodio extrahido do canto terceiro do poema epico Os Lusíadas de Luiz de Camões. Edição em portuguez, hespanhol, italiano, francez, inglez e alemão. Lisboa : Imprensa Nacional, 1862. p. 2.

A morte de Inês é chorada pela Natureza, sua confidente exclusiva. Das lágrimas naturais resulta uma fonte que perpetua os seus amores. Nesta gravura, representa-se uma paisagem natural marcada por um caminho sem fim: o caminho do tempo que se suspende apenas perante a eternidade (“As filhas do Mondego a morte escura/Longo tempo chorando memoraram”).

## APÊNDICE B: TÁBUA DE PROVENIÊNCIA DOS ESTUDOS

1. “A oficina de Camões (Apontamentos sobre *Os Lusíadas*)”, in *Revista de Estudos Literários*, 9 (2019), p. 289-321.
2. “A Dedicatória de *Os Lusíadas*: uma questão maior”, in *Revista de Estudos Literários (As Palavras (in) visíveis)*, 10 (2020), p. 135-158.
3. “*Feitos grandes, de alta prova*”: Os Doze de Inglaterra e a ética cavaleiresca em *Os Lusíadas*” in *A Teoria Gentil. O Projeto e as práticas críticas de Ettore Finazzi-Agrò* (Organização de Roberto Vecchi e Vincenzo Russo), Lisboa: Glaciar, p. 17-34.
4. “O Reino de cristal, líquido e manso: derivas de utopia na épica de Camões”, in *O Mar Greco-latino* (Coordenação de Francisco de Oliveira, Pascal Thierry e Raquel Vilaça), Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p. 361-372.
5. “Os *Altos Manjares excelentes, os vinhos odoríferos* e a ideia camoniana de redenção”, in *Sabores da Escrita* (Coordenação Científica de Carmen Soares e Maria Helena da Cruz Coelho), Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, p. 91-101.
6. “O nunca ouvido canto de Camões e as estâncias finais de *Os Lusíadas*”, in *Mathesis*, 9 (2000), p. 69-84.
7. “A epopeia camoniana nos prelos portugueses do século XX”, in *Camões nos prelos de Portugal e da Europa* (Coordenação de José Augusto Cardoso Bernardes), Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 49-60.
8. “Introdução” a *Estudos sobre Camões, Obras Completas de Eduardo Lourenço*, Vol. VI, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2019, p. 11-44.

9. “Vasco Graça Moura com Camões... no comboio rápido”, in *Homenagem a Vasco Graça Moura*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, p. 95-102.

10. “O Ensino de Camões: aproximações a um problema maior”, in *Camões e os contemporâneos* (Maria do Céu Fraga, José Cândido de Oliveira Martins, João Amadeu Carvalho da Silva, Maria Madalena Teixeira da Silva e Manuel Ferro, Organizadores), Braga: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, Universidade dos Açores e Universidade Católica Portuguesa, 2012, p. 35-50.

## ÍNDICE DE NOMES

### A

ADMASTOR: 73, 100.  
AFONSO Henriques: 5, 29, 31, 42, 52, 54, 63, 100, 112, 123, 131.  
AFONSO IV: 36,56-63, 82, 234-35.  
AFONSO VII (de Leão e Castela): 62.  
AFONSO XI (de Castela): 57.  
AGUALUSA, José Eduardo: 194.  
ALBUQUERQUE, Martim de: 99, 101, 124, 136.  
ALEGRE, Manuel:194.  
ALEXANDRE, António Franco:129, 137.  
ALEXANDRE (Magno):129.  
ALMEIDA, Isabel: 20, 188, 209.  
ALMEIDA, Manuel Lopes de: 154, 242, 250.  
ALVES, Hélio João S.: 136, 192, 204, 209, 216, 237.  
ANASTÁCIO, Vanda: 25, 45.  
ANDRADE, Miranda Francisco de: 80, 84.  
ÂNGELO,Miguel:169, 170, 171, 223.  
AQUILES: 130.  
ARIOSTO, Ludovico: 125.

ARISTÓTELES: 98, 101.  
ASENSIO, Eugenio:59, 66.  
ATAÍDE, D. Luís de: 144.  
AUGUSTO, Sara: 71.  
AZARA, Pedro: 134.  
AZEVEDO, Fernando: 194.  
AZEVEDO, Manuela: 104.  
AVERINI, Riccardo: 45.

### B

BACO: 12, 32.  
BAIÃO, António: 132.  
BANDARRA, Gonçalo Anes:128.  
BARBOLANI, Cristina: 53.  
BARROS, João de: 123, 136, 142.  
BASTO, Artur de Magalhães: 77, 84.  
BATES, Catherine: 30.  
BRUNO, Sampaio: 129.  
BAUZÀ, Hugo Francisco: 114, 122, 129, 136.  
BELLO, António Mendes (Cardeal): 161.  
BERARDINELLI, Cleonice: 44.  
BISMUT, Roger: 36, 45.  
BOWRA, C. M: 30, 125, 136.

BRACCIOLINI, Poggio: 145.  
BRAGA, Teófilo: 162, 173, 180, 205.  
BRANCO, Maria Luísa: 220, 237.  
BRASIL, Reis: 200.  
BUESCU, Ana Isabel: 54, 66, 127, 136.

## C

CABRAL, Alexandre: 161, 180, 186, 188, 202, 209.  
CAMPOS, Fernando: 194.  
CARLOS V: 55, 129.  
CARLOS (Rei D.): 161.  
CARVALHO, Joaquim de: 155, 165, 180.  
CARVALHO, Mário de: 194.  
CASTANHEDA, Fernão Lopes de: 28, 123, 142.  
CASTRO, Aníbal Pinto de: 14, 20, 33, 43, 44, 57, 66, 67, 72, 85, 203.  
CASTRO, D. Inês de: 12, 28, 30, 31, 36, 37, 40, 41, 51, 56-67, 72, 73, 80, 83, 95, 108, 119, 232-236, 239-252.  
CASTRO, Rui Vieira de: 237.  
CERDEIRA, Eleutério: 192.  
CERVANTES, Miguel de: 175.  
CHAGAS, Manuel Pinheiro: 162.  
CHAUCER, Geoffrey: 125.  
CIDADE, Hernâni: 20, 22, 40, 45, 73, 155, 156, 158, 162, 164, 192-93, 199, 203, 204, 209, 214, 226.  
COELHO, Jacinto do Prado: 122, 137, 155.  
COELHO, Pedro: 24, 123.  
COELHO, Nicolau: 123.  
CORBETO, Alberto: 26.

CORREA, Manuel: 78, 197, 207.  
CORREIA, Amélia: 186, 220, 237.  
CORREIA, Joaquim: 20.  
CORREIA, Luís Franco: 25.  
CORTESÃO, Jaime: 205.  
COSTA, Fernandes (Major): 160.  
COSTA, Luís Noronha: 193. COUTINHO, Bernardo Xavier: 205.  
CRUZ, Lígia: 209.  
CRUZ, Maria Augusta de Lima: 65, 114.  
CUNHA, António Geraldo da: 101.  
CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da: 186, 209.  
CURTO, Diogo Ramada: 129, 137.

## D

DANTE (Alighieri): 141, 152, 216, 228.  
DIAS, Augusto Epifânio da Silva: 119, 196-98, 203, 212.  
DIVINO, Pedro: 134.  
DURLING, Robert, M.: 125, 137.

## E

EARLE, Thomas F.: 40, 45, 73, 86.  
EFIRE (Ninfa): 95, 124.  
ESPINOSA, B: 158.  
ESPÍRITO SANTO, Arnaldo: 43, 50, 67.

## F

FARIA, Manuel Severim de: 65.  
FERNANDO (D.): 129.  
FERREIRA, António: 217, 219.  
FERREIRA, Frei Bartolomeu: 45.  
FERREIRA, José Ribeiro: 136.  
FERRO, Manuel: 20, 77.

FICINO, Marsilio: 134, 136, 146, 167.  
FIGUEIREDO, Albano: 20.  
FIGUEIREDO, João R.: 33, 45.  
FILIPE II (D.): 24, 128.  
FINNAZZI-AGRÒ, Ettore: 71, 85, 253.  
FRAGA, Maria do Céu: 194, 209, 215,  
218, 224, 229, 237, 254.  
FRANCO, António Cândido: 129, 137.

## G

GAYES, Gregory: 114.  
GALVÃO, Duarte: 127.  
GAMA, Vasco da: 12, 27, 28, 31-33, 35,  
39, 41, 54, 56, 60, 61, 63, 81, 83, 93,  
97, 108, 109, 112, 120, 123, 128, 134,  
145, 155, 157, 161, 230, 234, 235.  
GAMA, Paulo da: 28, 54, 63, 123.  
GÂNDAVO, Pêro de Magalhães: 144,  
145.  
GARONE, Marina: 26.  
GARRETT, Almeida: 172.  
GOMES, Luísa Costa: 194.  
GÓNGORA, D. Luís de: 170-173.  
GÓIS, Damião de: 145.  
GONÇALVES, António: 27, 65, 144, 189.  
GONÇALVES, Miguel: 180.  
GUARINI, Guarino: 126.  
GUIMARÃES, Fernando: 167; 181.

## H

HOMERO: 101.  
HERMANN, Jacqueline: 129; 137.  
HARTMANN, N.: 175.  
HORÁCIO: 120.

HUE, Sheila Moura: 45, 199.

## J

JACKSON, Kenneth David: 206.  
JOÃO de Áustria (D.): 128, 129.  
JOÃO II (D.): 54.  
JOÃO III, D.: 55, 131.  
JÚNIOR, António Salgado: 73, 199, 203,  
207, 208.  
JÚPITER: 55, 94, 110, 112, 113, 125,  
129, 131, 134.  
JUROMENHA, Visconde de: 162, 197.

## L

LANGROUVA, Helena: 94, 101.  
LEONARDO: 36, 74-76, 83, 87, 95, 125.  
LOURENÇO, Eduardo: 161, 151-182.  
LOURENÇO, Frederico: 101.  
LOURENÇO, D. Marcos de São: 197.  
LUCANO: 125.  
LE ROUX, Nicolas: 68.

## M

MACEDO, Helder: 31, 130, 132, 159,  
218.  
MACEDO, Manuel de: 19  
MACEDO, Jorge Borges de: 28, 45.  
MADÉLÉNAT, Daniel: 130, 123, 130, 137,  
163.  
MANUEL I, D.: 96, 114.  
MANUEL II (D.): 188, 191, 199.  
MARCIAL, 126.  
MARIA (Infanta D.): 163.  
MARIA (D.), Rainha de Castela: 57.  
MARNOTO, Rita: 20, 114.

- MARQUES, A. Oliveira,: 44.
- MARQUES, Francisco da Costa: 157, 158, 178, 181.
- MARTINS, José Cândido de Oliveira: 237, 254.
- MARTINS, José de Vitorino Pina: 165, 180.
- MARTINS, Oliveira (Joaquim Pedro de): 173.
- MAZZOCCHI, Giuseppe: 204.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de: 20, 22, 44, 45, 73, 101, 159, 181, 204, 214, 218, 224, 218, 224, 226, 228, 238.
- MELO, Gladstone Chaves de: 27, 46.
- MENDES, José Maria Amado:210.
- MILTON: 175.
- MIRANDA, Francisco de Sá de: 217; 219
- MIRANDOLA, Giovanni Picco della: 142, 146.
- MONIZ, Egas. 54, 62, 63, 142, 146.
- MONIZ, Jaime: 196.
- MORAIS, Francisco de:78.
- MORE, Thomas. 124.
- MOURA, Vasco Graça: 24, 44, 73, 85, 140- 148, 194.
- N**
- NOGUEIRA, Rolando de Sá: 193.
- NORONHA, Tito de. 26, 44, 192.
- P**
- PAIS, Amélia Pinto: 202, 208.
- PASCOAIS Teixeira de: 172, 173.
- PEPETELA: 194.
- PEREIRA, José Carlos Seabra: 62, 67, 204.
- PEREIRA, Paulo J. da Silva: 20.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha: 24, 30, 136.
- PEREIRA, Nun'Álvares: 28, 31, 42, 54, 129, 235.
- PESSOA, Fernando: 159, 172-75, 174.
- PETRARCA, Francesco: 21, 125, 167, 171, 223.
- PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa. 13, 22, 33, 43, 52, 73, 155, 162, 164, 190, 203, 204, 207.
- PINON, Nelida: 194.
- PINTO, Fernão Mendes: 217.
- PINTO, Frei Heitor: 172.
- PIO V (Papa): 128.
- PIRES, Jacinto Lucas: 194.
- PONTES, Maria de Lourdes Belchior: 155.
- POST, Howens: 26.
- PRAIRAT, Eirik: 21.
- PROTEU: 131.
- Q**
- QUENTAL, Antero de: 159.
- R**
- RAFAEL Sânzio (Pintor): 223.
- RAMALHO, Américo da Costa: 30, 44, 164, 181.
- RAMOS, António Feliciano: 230, 231.
- RAMOS, Emanuel Paulo: 155, 199, 200, 208, 238.
- REBELO, Luís de Sousa: 85, 99, 104.
- RÉGIO, José: 166, 181.

- REGO, Paula: 193;
- REIS, Carlos: 43, 51, 67.
- REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos: 198.
- RIBEIRO, Aquilino: 218.
- RIBEIRO, Bernardim: 217.
- RORIGUES, José Maria: 20, 163, 188, 191, 192, 196, 198.
- RONCARD, Pierre de: 223.
- ROUPINHO, Fuas: 54.
- RUAS, Henrique Barrilaro: 193, 208.
- RUAS, João: 208.
- S**
- SANTOS, Joaquim José Moreira dos: 78, 85.
- SANTOS, Gilda: 164, 186.
- SARAIVA, António José: 22, 40, 44, 46, 67, 73, 85, 122, 137, 155, 157, 160, 163, 164, 166, 175, 178, 181, 201, 203; 206, 214, 218, 226.
- SARAIVA, José Hermano: 194, 207, 208.
- SEBASTIÃO (D.): 5, 29, 39, 40, 42; 49-68, 82-85, 97-100, 112, 114, 121-22, 127-29, 133-34, 136-37, 163, 181, 225, 237.
- SENA, Jorge de: 31, 40, 46, 67, 73, 84, 85, 122, 125, 132, 136, 137, 146, 155, 159, 160, 175, 181, 182, 186, 206, 209, 214, 218.
- SÉRGIO, António: 46, 65, 67, 85, 130, 132, 137, 163, 164, 165, 166, 181, 218, 237.
- SERRÃO, Joel: 44.
- SHAKESPEARE, W.: 141, 152, 175, 190, 228.
- SKAPINAKIS, Nikias Ribeiro: 193.
- SILVA, Maria Ramos: 151.
- SILVA, Luís Oliveira e: 133, 137, 218.
- SILVA, Vítor Manuel Aguiar e: 20, 24, 33, 46, 49, 51, 52, 53, 55, 63, 64, 65, 67, 68, 85, 99, 102, 115, 124, 137, 162, 164, 182, 198, 205, 206, 209, 210, 214, 221-22, 225, 238.
- SIMÕES, João Gaspar: 174.
- SIMON, Richard: 158.
- SOARES, Martinho: 204.
- SOARES, Nair Nazaré Castro: 44, 179.
- Sousa, Carlos Mendes de: 182.
- SOUSA, Manuel de Faria e: 50, 67, 73, 78, 84, 87, 119, 126, 130, 136, 144, 155, 157, 197, 206, 225.
- SPENSER, Edmund: 125.
- STEGAGNO-PICCHIO, Luciana: 59, 67.
- STORK, Wilhelm: 27, 44.
- T**
- TAVARES, João Miguel: 221, 238.
- TASSO, Torquato: 53, 125.
- TERÊNCIO: 126.
- TÉTIS (Titânide): 35, 131.
- TOCCO, Valeria: 24, 45, 46, 73, 76, 86, 204.
- TOJAL, Nazaré: 208.
- TORGAL, Luís Reis: 210.
- V**
- VALENSI, Lucette: 129, 135, 137.
- VASCONCELOS, Carolina M. de: 191,

195, 203, 208.

VASCONCELOS, Jorge Ferreira de: 78.

VEGA, Garcilaso de la: 223.

VELHO DO RESTELO (O): 12, 13, 27,  
72, 82; 95, 99, 100, 119, 133-34, 137.

VELOSO: 36.

VENTURA, Margarida Garcez: 102.

VÉNUS: 12, 107-114, 122, 123, 124, 134,  
142.

VICENTE, Gil: 190, 217, 219, 220, 225,  
237.

VIEGAS, Artur: 198.

VIDA, Marco Girolamo: 43, 50, 67, 72,  
84.

VIRGÍLIO: 126, 220.



Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2022

**Obra publicada com**

Coordenação Científica



Centro de  
Literatura  
Portuguesa

Patrocínio



1 2



9 0



**IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA**  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS